TEIXEIRA DUARTE

RELATÓRIO E CONTAS

2015

Capa: Túnel do Marão | Portugal

Relatório e Contas **2015**

TEIXEIRA DUARTE

Tendo iniciado a sua atividade em **1921**, a Teixeira Duarte é hoje líder de um grande Grupo Económico com mais de **12.000 colaboradores**, que trabalham em **17 países**, em **7 setores de atividade**, alcançando um volume de negócios anual de mais de **1.400 milhões de euros**.

Assente nos seus **Valores** estruturantes: O Engenho, o Empenho, a Eficiência, a Verdade, o Compromisso, a Confiança e o Respeito, a Teixeira Duarte tem cumprido a sua **Missão: Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor.**

A referência fundacional de Casa de Engenharia, caracteriza a actuação da Teixeira Duarte em **todas as Áreas da Construção** desde a Geotecnia e Reabilitação, às Edificações, às Infraestruturas, à Metalomecânica, às Obras Subterrâneas, às Obras Ferroviárias e às Obras Marítimas.

O crescimento sustentado ao longo de décadas na Construção, permitiu que o Grupo fosse desenvolvendo **outros Setores de Atividade** fruto de oportunidades de negócio que foi encontrando e sabendo dinamizar desde os anos setenta, tais como as Concessões e Serviços (desde 1984), da Imobiliária (desde 1973), da Hotelaria (desde 1992), da Distribuição (desde 1996), da Energia (desde 1996) e do Automóvel (desde 1991).

Com um consolidado processo de internacionalização, há muito que a Teixeira Duarte atua noutros mercados que ainda hoje são importantes nas suas operações, tais como a Venezuela (desde 1978), Angola (desde 1979), Moçambique (desde 1982), Espanha (desde 2003), Argélia (desde 2005) e Brasil (desde 2006), aos quais hoje se juntam também a França, a Bélgica e a Rússia, os Estados Unidos da América e a Colômbia, Marrocos e a África do Sul, a China, o Qatar e o Dubai.

A "**Teixeira Duarte, S.A.**" é uma sociedade aberta, com sede no "Lagoas Park", Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, em Oeiras, com o capital integralmente subscrito e realizado de 210.000.000,00€, com o número único de pessoa coletiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais 509.234.526 e é a **sociedade de topo** que lidera um Grupo económico que está **cotado na Euronext Lisbon** desde 1998 e com **base acionista maioritária da família Teixeira Duarte**.

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS 4

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE 6

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2015 8

SÍNTESE DE INDICADORES 10

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2015 11

I. INTRODUÇÃO 12

II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO 13

III. APRECIAÇÃO GLOBAL 16

IV. ANÁLISE SETORIAL 32

IV.1. CONSTRUÇÃO 32

IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS 66

IV.3. IMOBILIÁRIA 77

IV.4. HOTELARIA 81

IV.5. DISTRIBUIÇÃO 84

IV.6. ENERGIA 87

IV.7. AUTOMÓVEL 89

V. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO 92

VI. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA 93

VII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES 93

VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 94

ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 95

RELATÓRIO SOBRE GOVERNO DA SOCIEDADE 2015 97

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 2015 161

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2015 189

RELATÓRIOS, PARECERES E CERTIFICAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO 2015 265

Teixeira Duarte, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. Rogério Paulo Castanho Alves
Vice-Presidente	Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla
Secretário	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º Carlos Gomes Baptista
	Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo
	Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

CONSELHO FISCAL

Presidente	Dr. Óscar Manuel Machado de Figueiredo
Vogais	Dr. Mateus Moreira
	Miguel Carmo Pereira Coutinho
Suplente	Dr. Rui Pedro Ferreira de Almeida

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
Dr. António Golçalves Monteiro - ROC

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente	Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Secretário	Dr.ª Maria Filipa Rebelo Pereira de Matos Alves Torgo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º João José de Gouveia Capelão
	Eng.º Fernando Paulo Baptista Gomes de Araújo
	Eng.º Pedro Miguel Pinho Plácido
	Eng.º Rogério Esteves da Fonseca

FISCAL ÚNICO

Efetivo	Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
	Dr. António Gonçalves Monteiro - ROC
Suplente	Dr.ª Ana Patrícia Correia Monteiro - ROC

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente	Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assessor da Administração

Dr. António Costeira Faustino

Mercados

Portugal

Angola

▪ **Delegação**

Eng.º Valdemar Marques

Argélia

▪ **Delegação**

Eng.º Ricardo Acabado

Brasil

▪ **Delegação**

Eng.º João Delgado

Espanha

▪ **Delegação**

Eng.º António Carlos Teixeira Duarte

Moçambique

▪ **Delegação**

Eng.º Carlos Timóteo

Venezuela

▪ **Delegação**

Eng.º Luís Alves

África do Sul

Bélgica

China

Colômbia

Emirados Árabes Unidos

Estados Unidos da América

França

Marrocos

Qatar

Rússia

Centro Corporativo

Direções Centrais

Jurídicos

Dr.ª Maria António Ambrósio

Recursos Humanos

Dr. Ginja Sebastião
Dr.ª Isabel Amador

Informática

Dr. José Gaspar

Finanças e Contabilidade

Dr. Martins Rovisco
Dr. Sérgio Castro

Serviços Corporativos

Secretaria Corporativa

Dr. José Pedro Cobra Ferreira

Consolidação de Contas

Dr. Alexandre de Jesus

Auditoria Interna

Dr. Mário Ferreira Faria

Setores de Atividade

Construção

Áreas de Atuação

Geotecnia e Reabilitação

Eng.º Magalhães Gonçalves

– Centros de Exploração –

Eng.º Hélder Matos
Eng.º João Pedro Lopes
Eng.º Duarte Nobre
Eng.º António Diniz

– Direção de Projetos –

Eng.º Baldomiro Xavier

Edificações

– Centros de Exploração –

Eng.º Pedro Costa
Eng.º Fernando Martins
Eng.º Luís Santos
Eng.º Luís Mendonça
Eng.º Carlos Guedes

– Direção de Estudos –

Eng.º Garcia Fernandes
Eng.º Luís Menezes
Eng.º Pedro Nunes

– Direção de Instalações – Eletromecânicas

Eng.ª Helena Galhardas

Infraestruturas

– Centros de Exploração –

Eng.º Sampayo Ramos
Eng.º Sousa Barros
Eng.º Rosa Saraiva
Eng.º Fernando Frias
Eng.º Correia Leal
Eng.º Oliveira Rocha

– Direção de Estudos –

Eng.º João Torrado

Metalomecânica

Eng.º Henrique Nicolau

Obras Subterrâneas

Eng.º Dias de Carvalho
Eng.º Carlos Russo

Obras Ferroviárias Obras Marítimas

Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Paulo Serradas

Estruturas Centrais de Apoio

Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço

Eng.º Marques dos Santos

Direção Central de Equipamento

Eng.º Rodrigo Ouro

Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia

Eng.º Ivo Rosa

Direção Central de Aprovisionamentos

Eng.ª Rosa Almeida

Serviço de Propostas

Dr.ª Maria António Ambrósio

Concessões e Serviços

– Facilities Management –

Eng.º Rogério Fonseca
Eng.º Rodolfo Valentim
Eng.ª Mariana Coimbra

– Ambiente –

Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Luís Carreira
Angel Rodriguez

Imobiliária

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Alfredo Silva
Eng.º Guilherme Silva

Hotelaria

Dr. Manuel Maria Teixeira Duarte
Eng.º Luís Vicente

Distribuição

Eng.º Diogo Rebelo
Dr. Manuel Lopes
Eng.º Hugo Santos

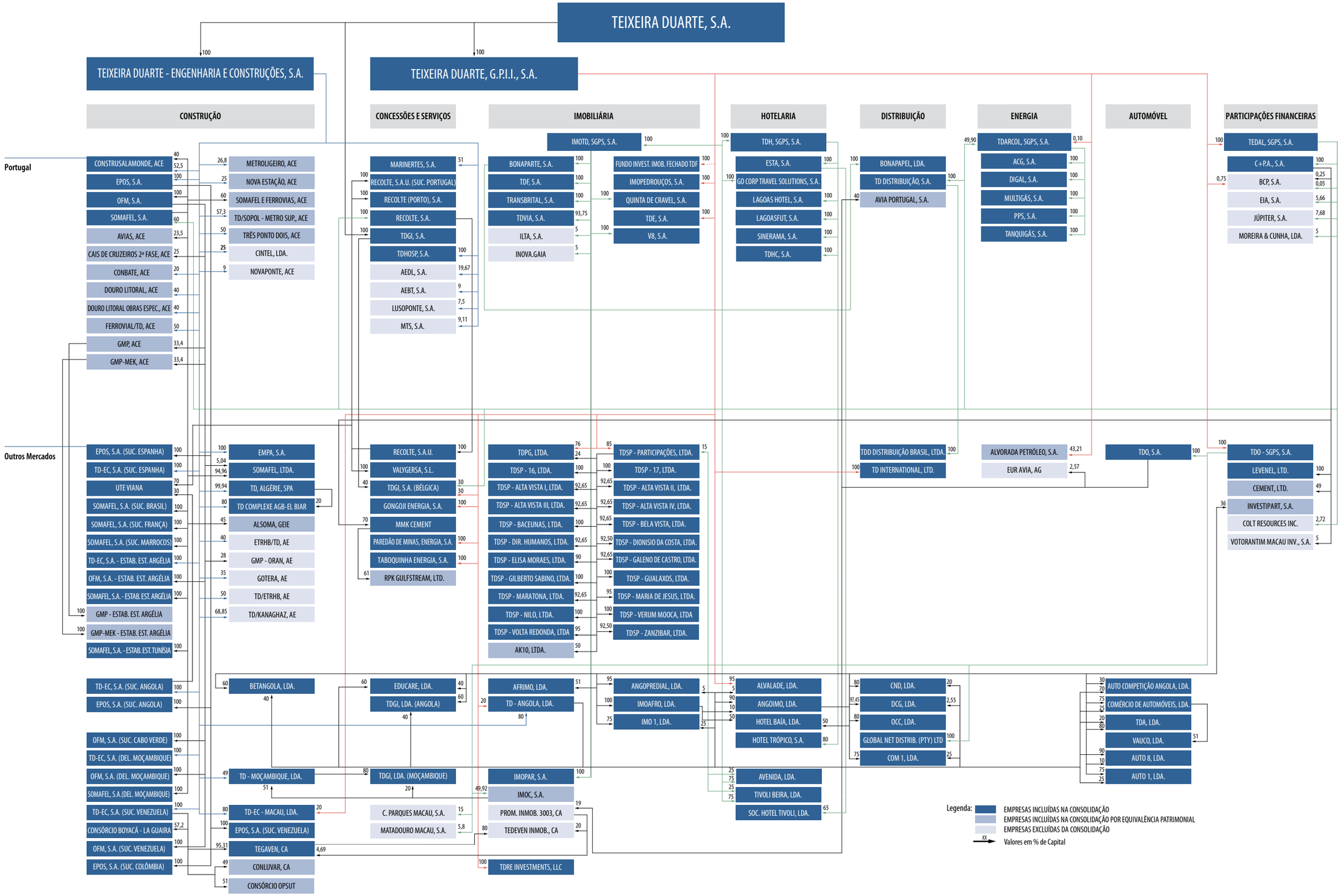
Energia

Dr. Manuel Maria Teixeira Duarte

Automóvel

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Pedro Medo
Eng.º Silva Pereira

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2015



Síntese de Indicadores

Notas:
Os valores contabilísticos estão expressos em milhões de euros.
Os valores da coluna "Variação 2015/2014 %" foram calculados tendo por base os valores sem arredondamentos.
O Total do Capital próprio inclui os interesses não controlados.

	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014 %
Número médio de trabalhadores	11.182	10.853	12.011	13.261	13.359	0,7%
Volume de Negócios	1.200	1.383	1.581	1.680	1.412	(15,9%)
Proveitos Operacionais	1.263	1.440	1.630	1.716	1.492	(13,0%)
EBITDA	117	209	214	240	214	(10,8%)
Margem EBITDA / Volume de Negócios	9,8%	15,1%	13,5%	14,3%	15,1%	6,1%
EBIT	51	143	114	197	125	(36,7%)
Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital	(200)	24	64	70	34	(52,1%)
Endividamento Líquido	927	990	1.176	1.293	1.147	(11,3%)
Total do Capital Próprio Atribuível a Detentores de Capital	256	252	325	458	468	2,2%
Total do Capital Próprio	333	326	361	485	518	6,9%
Total do Ativo Líquido	2.753	2.767	2.779	2.954	2.862	(3,1%)

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2015

I. INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2015.

O presente Relatório analisará a atividade consolidada da TD,SA enquanto líder de um Grupo Empresarial que integra um universo de participações identificadas no quadro do "Grupo Teixeira Duarte - 2015" constante nas folhas preliminares, e abordará também alguns aspetos sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados, assumindo-se deste modo a opção prevista no Artigo 508.º-C, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, de apresentar um relatório único.

Nesta exposição ter-se-á em conta que cada uma dessas participadas dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de melhor configurar uma perspetiva de conjunto.

Nesse âmbito e de modo a aferir mais apropriadamente o desenvolvimento da atividade de tais entidades, far-se-á também alusão, sempre que se justificar, a alguns indicadores económico-financeiros individuais.

Entende-se que a forma mais adequada de apresentar as matérias objeto do presente Relatório será começar por proceder a uma breve descrição do enquadramento económico dos principais mercados em que a Teixeira Duarte opera, seguindo-se uma apreciação global sobre a atuação do Grupo Teixeira Duarte, através da qual serão também destacados os mais significativos dados consolidados relativos a matérias transversais e integradas no âmbito do Centro Corporativo.

Nos capítulos subsequentes seguir-se-á então uma exposição sobre os diversos setores de atividade do Grupo, com uma análise dos respetivos desempenhos ao longo do ano de 2015, distinguindo em cada um deles os principais mercados de atuação, com especial destaque para a área da Construção.

Existe depois um capítulo para os factos relevantes ocorridos entre a conclusão do exercício e a data da elaboração deste Relatório, a que se seguirão as perspetivas para o ano de 2016 agora em curso, terminando com a formulação da proposta de aplicação de resultados.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008), bem como o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário (elaborado em conformidade com o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013).

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que tais documentos expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.

II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Apresentam-se aqui algumas notas breves sobre o enquadramento económico verificado em 2015 nos principais mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte.

PORTUGAL

A Teixeira Duarte atuou, em 2015, em Portugal, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição, Energia e Automóvel.

Durante este exercício, a economia portuguesa apresentou ligeiros sinais de recuperação, nomeadamente pelo aumento de 1,5% no Produto Interno Bruto (PIB). A procura interna aumentou 2,5 pontos percentuais face a 2014, reflexo da aceleração do consumo privado e do aumento do consumo público. Ainda assim, Portugal continua com níveis muito elevados de dívida privada e pública, sofre da vulnerabilidade do setor financeiro e as empresas continuam com um acesso muito restrito ao crédito.

Em termos de desemprego, a taxa média anual baixou dos 13,9% registados em 2014, para 12,4% em 2015.

Segundo dados da Comissão Europeia, para 2016 e 2017, as previsões apontam para uma ligeira aceleração do PIB real, mas a criação de emprego deverá abrandar neste período.

ANGOLA

A Teixeira Duarte atuou, em 2015, em Angola, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

A economia Angolana teve em 2015 uma contração significativa face a anos anteriores resultante, essencialmente, da redução conjuntural do preço do petróleo, situação à qual acresceu a desvalorização do Kwanza, menor disponibilidade de divisas e um aumento da inflação.

Esta conjuntura teve um forte impacto sistémico na economia angolana, tanto do ponto de vista do investimento público do País, como da atividade das entidades privadas e do desenvolvimento de projetos em Angola, nomeadamente por entidades multinacionais.

ARGÉLIA

Em 2015, a Teixeira Duarte operou, na Argélia, no setor da Construção.

Nos últimos anos, a economia argelina tem registado uma evolução positiva, devido principalmente ao bom desempenho do setor do petróleo e do gás, que possibilitaram um grande desenvolvimento económico e social. Este setor representa cerca de 40% do produto interno bruto (PIB), 60% das receitas do Estado e 95% das exportações.

A taxa de inflação sofreu em 2015 um aumento (4,8%), em linha com as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e fruto da desvalorização da moeda local, com o consequente aumento dos preços dos produtos importados, sendo que em 2016, o governo prevê uma taxa de inflação de 4%.

Segundo o FMI, o crescimento da economia argelina em 2015 situou-se em 2,8%, continuando também a registar um nível residual de endividamento externo (2% do PIB).

O défice da balança comercial em 2015 aumentou fruto da diminuição dos preços do petróleo, apesar da forte redução das importações, prevendo-se uma continuação desta tendência para 2016.

No entanto e apesar deste aumento significativo do défice face aos anos anteriores, prevê-se que as reservas cambiais para 2016 se irão situar acima de 120 mil milhões de USD.

Apesar da queda prolongada dos preços do petróleo, as projeções para 2016 e anos subsequentes, apontam para taxas de crescimento de cerca de 4%, suportadas não só pelo setor da energia, mas também pelo dinamismo das restantes atividades económicas, particularmente o setor dos serviços e a construção, bem como o aumento do consumo interno.

A diversificação da economia, a modernização e o desenvolvimento das infraestruturas, o investimento e a criação de emprego continuam a ser as grandes prioridades da política de desenvolvimento do país.

BRASIL

Em 2015, a Teixeira Duarte atuou no Brasil nos setores de Construção, Concessão e Serviços, Imobiliária e Distribuição.

Em janeiro de 2015 tomou posse o novo governo Federal, que definiu como grandes metas económicas a redução do défice público e o controle da inflação e da taxa de câmbio.

O ano de 2015 foi marcado por um cenário de recessão, face à situação da economia e às incertezas associadas ao desenvolvimento da economia chinesa (o principal comprador de minério de ferro brasileiro) e ainda pela queda do preço do petróleo.

Na sequência das investigações que o Ministério Público Federal está a conduzir a esquemas de corrupção na Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.), verificou-se a paralisação dos contratos com os grandes empreiteiros sob investigação.

Registou-se também uma desvalorização do Real, agravando-se a situação financeira do Estado e do setor privado importador.

Neste enquadramento, a situação económica do país foi-se agravando, com um quase nulo investimento público - apenas concentrado nas Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro - tendo os principais indicadores económicos e sociais piorado: o défice público primário desceu para 1,88 % do PIB; a taxa de inflação aumentou significativamente, tendo-se fixado em 10,67%; o PIB recuou 3,7%; a taxa de juros básica (SELIC) aumentou 2%, tendo atingido 14,25%; e o desemprego aumentou para 8,4%.

ESPANHA

No ano em apreciação o Grupo Teixeira Duarte atuou em Espanha nos setores da Construção, Concessões e Serviços e Imobiliária.

O PIB a preços correntes registou o volume de 1.081.190 milhões de euros, que representa um crescimento de 3,2% em relação a 2014, confirmando-se assim que 2015 foi um ano de recuperação e aceleração económica neste país.

Verificou-se uma redução anual de 2,81% na taxa de desemprego, situando-se no final de 2015 nos 20,90%.

Para 2016 têm sido indicados para a economia espanhola três grandes riscos, designadamente a incerteza política que resultou das eleições gerais de 20 de dezembro, o défice, que rondará os 5% sobre o PIB, e a dívida pública, que rondará os 100% sobre o PIB.

MOÇAMBIQUE

Em 2015, a Teixeira Duarte atuou em Moçambique, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária e Hotelaria.

A tendência de desaceleração do crescimento da atividade económica manteve-se em 2015, prevendo-se que a taxa de crescimento do ano se deverá situar em 7%, ligeiramente abaixo da média verificada nos últimos anos.

Apesar da derrapagem do défice orçamental registado em 2014, as autoridades estão comprometidas em assegurar o ajustamento das finanças públicas, estimando-se que o défice de 2015 deverá apresentar uma redução significativa em relação ao ano anterior.

De salientar a degradação das contas externas em 2015, induzida por uma menor atividade dos megaprojetos, pela queda dos donativos e pela redução do Investimento Direto Estrangeiro. A queda dos preços das *commodities* continua a afetar o crescimento das exportações, enquanto as importações de bens de fora dos megaprojetos se mantiveram resilientes.

Segundo dados do Banco de Moçambique, a inflação em Moçambique ter-se-á fixado nos 6%, sendo este o valor mais alto dos últimos cinco anos. A continuada desvalorização do Metical, acaba por se refletir na subida da taxa de inflação. Antecipando este cenário, o Banco Central adotou uma política monetária mais restritiva, traduzida numa subida das principais taxas de juro e num aumento das reservas obrigatórias.

VENEZUELA

No mercado venezuelano durante o ano de 2015 a Teixeira Duarte operou no setor da Construção, desenvolvendo os projetos em carteira na área de infraestruturas.

Em 2015, os mercados internacionais foram palco de uma queda vertiginosa do preço do petróleo, fruto da sobreprodução dos países membros da OPEP, assim como da reduzida procura internacional. Na Venezuela, as exportações desta *commodity*, representam a principal fonte de receita e registou-se uma diminuição de 50% com um preço de 44,65 USD/barril.

No ano em apreço, estima-se que o PIB tenha evoluído em sentido descendente cerca de 5%, sendo que, no setor da construção o PIB recuou 19%. Já a inflação do mercado venezuelano foi superior a 180%.

A aposta pelos investimentos na área social prossegue na Venezuela, pautada pelas novas condições macroeconómicas.

III. APRECIAÇÃO GLOBAL

– APRECIAÇÃO FINANCEIRA

Os elementos financeiros agora analisados são consolidados e, como tal, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia.

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de euros)

	2015	2014	Var (%)
Proveitos operacionais	1.491.743	1.715.535	(13,0%)
Custos operacionais	(1.277.943)	(1.475.736)	(13,4%)
EBITDA	**213.800**	**239.799**	**(10,8%)**
Amortizações e depreciações	(76.256)	(75.537)	1,0%
Provisões e perdas por imparidade	(12.638)	32.973	-
EBIT	**124.906**	**197.235**	**(36,7%)**
Resultados financeiros	**(72.601)**	**(93.679)**	**(22,5%)**
Resultados antes de impostos	**52.305**	**103.556**	**(49,5%)**
Imposto sobre o rendimento	(11.896)	(37.611)	(68,4%)
Resultado líquido	**40.409**	**65.945**	**(38,7%)**
Atribuível a:			
Detentores de capital	**33.653**	**70.281**	**(52,1%)**
Interesses não controlados	6.756	(4.336)	-

Os **Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital** foram positivos em 33.653 milhares de euros, os quais traduzem uma descida significativa em relação ao exercício de 2014, tendo para tal contribuído alguns fatores distintos que cremos importantes referir.

Com efeito, para além do desempenho das empresas do Grupo face ao período homólogo, este indicador foi influenciado pela variação das diferenças de câmbio, as quais em 2015 foram positivas no valor de 10.503 milhares de euros, quando em 2014 haviam sido positivas em 21.418 milhares de euros, líquidas de 8.346 milhares de euros por via da aplicação do método de equivalência patrimonial de participada.

O impacto negativo, líquido de impostos diferidos, da perda por imparidade na participação no "Banco Comercial Português, S.A." em 2015 foi de 8.104 milhares de euros enquanto em 2014 a perda na mesma participada fora de 6.534 milhares de euros.

Os resultados de 2015 ainda foram influenciados negativamente pela perda por imparidade do *goodwill* da "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A." no montante de 7.806 milhares de euros e pela constituição de provisões para outros riscos, nomeadamente, riscos de mercados onde o Grupo atua, no valor de 6.650 milhares de euros.

Finalmente, destaca-se a circunstância dos resultados de 2014 terem sido influenciados por outros fatores não ocorridos em 2015, tais como os impactos positivos resultantes do ganho na aquisição da "TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A." em 29.331 milhares de euros e da alienação de direitos do "Banco Comercial Português, S.A." no montante de 16.992 milhares de euros, líquido de impostos.

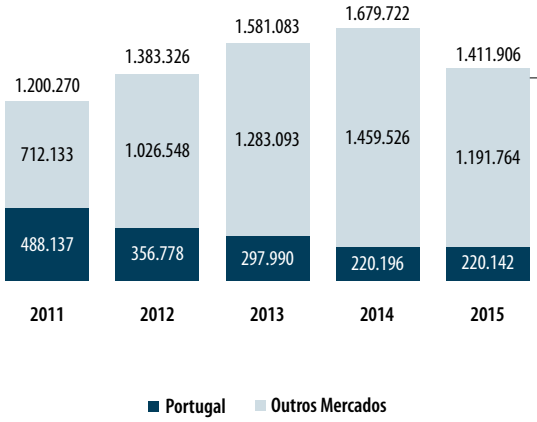
O **Volume de Negócios** atingiu 1.411.906 milhares de euros, o que reflete uma diminuição 15,9% face ao exercício de 2014, ou seja, uma descida de 267.816 milhares de euros, sendo importante destacar aqui os seguintes factos essenciais de enquadramento, cujos montantes totalizam 203.530 milhares de euros:

- Em 2015, o Grupo alienou a participação que detinha na "PETRIN, S.A." - empresa através da qual a Teixeira Duarte operava na comercialização de combustíveis líquidos em Portugal - que havia contribuído com 45.299 milhares de euros para o Volume de Negócios apurado em 2014;

- Em 2015, o Grupo alienou as participações que detinha na "EVA, S.A." e na "ROCHORIENTAL, S.A." - duas empresas integradas na atividade hoteleira do Grupo - que haviam contribuído com 5.305 milhares de euros para o Volume de Negócios apurado em 2014;
- No mercado da Venezuela registou-se uma redução do volume de negócios de 258.273 milhares de euros, que se justifica em grande parte pela adoção da taxa de câmbio SIMADI, que alterou a relevância em euros do Volume de Negócios apurado em 2015 naquele mercado em 152.926 milhares de euros.

Uma nota ainda sobre este indicador, relativa à sua variação no mercado português, para informar que Portugal registou em 2015 valores semelhantes ao exercício de 2014, apesar do aludido impacto das alienações da "PETRIN, S.A.", "EVA, S.A." e "ROCHORIENTAL, S.A.". Desconsiderando estes três factos extraordinários, o Volume de Negócios teria aumentado em Portugal 29,8%.

Os outros mercados, que já representavam 86,9% deste indicador no ano passado, desceram globalmente 18,3%, passando a representar 84,4% do total do Volume de Negócios do Grupo Teixeira Duarte.



Evolução do Volume de Negócios por Mercados

(Valores em milhares de euros)

Nos mapas *infra* constam o Volume de Negócios detalhado por países e por setores de atividade, sendo percetível a exposição do Grupo a diferentes contextos económicos.

Volume de Negócios por Países

(Valores em milhares de euros)

Países	2015		2014		Variação
	Valor	Contributo	Valor	Contributo	
Portugal	220.142	15,6%	220.196	13,1%	(0,0%)
Angola	682.364	48,3%	798.412	47,5%	(14,5%)
Argélia	98.138	7,0%	77.181	4,6%	27,2%
Brasil	144.090	10,2%	192.338	11,5%	(25,1%)
Espanha	40.076	2,8%	33.646	2,0%	19,1%
Moçambique	194.448	13,8%	66.271	3,9%	193,4%
Venezuela	26.510	1,9%	284.783	17,0%	(90,7%)
Outros	6.138	0,4%	6.895	0,4%	(11,0%)
	1.411.906	**100,0%**	**1.679.722**	**100,0%**	**(15,9%)**

A variação negativa deste indicador na Venezuela em 2015 deve-se essencialmente à aludida alteração da taxa de câmbio - do SICAD para o SIMADI -, sendo que, desconsiderando este efeito, o Volume de Negócios do Grupo neste país teria atingido o montante de 179.436 milhares de euros.

Volume de Negócios por Setores de Atividade

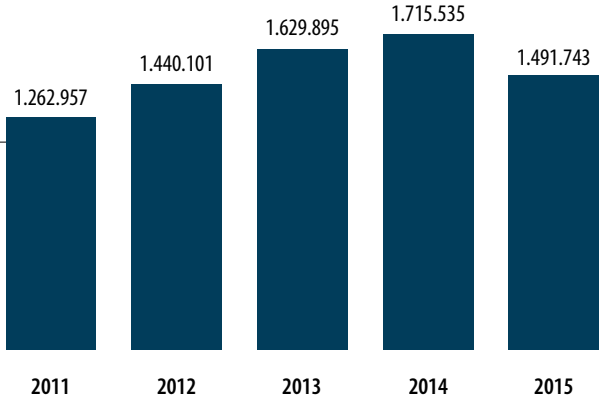
(Valores em milhares de euros)

Setor de Atividade	2015	Contributo	2014	Contributo	Variação
Construção	656.580	46,5%	779.110	46,4%	(15,7%)
Concessões e Serviços	105.140	7,4%	92.104	5,5%	14,2%
Imobiliária	106.635	7,6%	119.899	7,1%	(11,1%)
Hotelaria	65.829	4,7%	74.037	4,4%	(11,1%)
Distribuição	291.322	20,6%	272.783	16,2%	6,8%
Energia	17.021	1,2%	62.483	3,7%	(72,8%)
Automóvel	169.379	12,0%	279.306	16,6%	(39,4%)
	1.411.906	100,0%	1.679.722	100,0%	(15,9%)

Os **proveitos operacionais** tiveram um decréscimo de 13% face ao período homólogo, atingindo o montante de 1.491.743 milhares de euros.

Evolução dos Proveitos Operacionais

(Valores em milhares de euros)



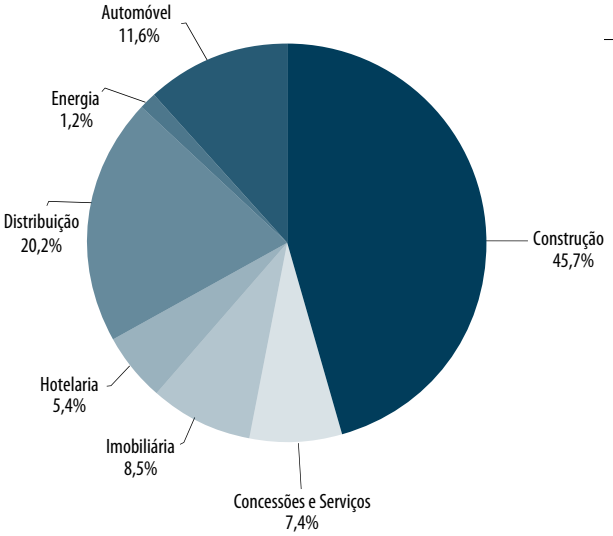
No quadro em baixo, consegue-se verificar as boas prestações nos setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria e Distribuição.

Proveitos Operacionais por atividade e mercados geográficos

(Valores em milhares de euros)

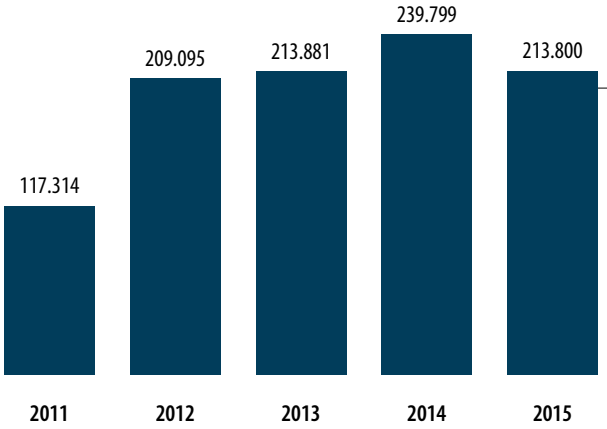
Setor de Atividade	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
	2015	2014	Var(%)	2015	2014	Var(%)	2015	2014	Var(%)
Construção	127.993	78.507	63,0%	552.985	713.089	(22,5%)	680.978	791.596	(14,0%)
Concessões e Serviços	38.341	30.718	24,8%	71.350	65.806	8,4%	109.691	96.524	13,6%
Imobiliária	49.711	39.160	26,9%	77.479	84.574	(8,4%)	127.190	123.734	2,8%
Hotelaria	20.199	17.679	14,3%	59.871	57.284	4,5%	80.070	74.963	6,8%
Distribuição	1.473	1.771	(16,8%)	300.963	276.565	8,8%	302.436	278.336	8,7%
Energia	17.622	64.851	(72,8%)	62	61	1,6%	17.684	64.912	(72,8%)
Automóvel	-	-	-	173.694	285.470	(39,2%)	173.694	285.470	(39,2%)
Total	255.339	232.686	9,7%	1.236.404	1.482.849	(16,6%)	1.491.743	1.715.535	(13,0%)

Face às evoluções assinaladas acima, os contributos de cada um dos setores de atividade para o valor global dos proveitos operacionais alcançados em 2015 foram os seguintes:



Contributos de cada um dos Setores de Atividade

O **EBITDA** registou um decréscimo de 10,8% face ao ano passado e fixou-se em 213.800 milhares de euros.



Evolução do EBITDA

(Valores em milhares de euros)

Analisando este indicador por setores, verifica-se, no mapa que se segue, comportamentos muito díspares das diferentes áreas de negócio em função das características próprias de cada atividade e dos respetivos mercados de atuação.

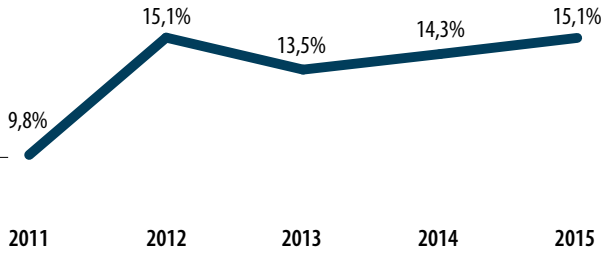
O comportamento do setor da Construção foi especialmente penalizado neste período pela circunstância verificada nas diferentes fases de execução das obras no período em análise face ao período homólogo. Enquanto que em 2014 várias obras expressivas - em Angola e na Venezuela - se encontravam em fase de conclusão com um volume significativo de obra executada, no exercício de 2015 importantes obras em execução na Argélia estão numa fase inicial, com reduzido grau de acabamento e com menor impacto no volume de negócios.

EBITDA por Setores de Atividade

(Valores em milhares de euros)

Setor de Atividade	2015	2014	Var (%)
Construção	36.611	84.368	(56,6%)
Concessões e Serviços	17.930	14.417	24,4%
Imobiliária	63.375	55.945	13,3%
Hotelaria	28.378	19.461	45,8%
Distribuição	38.751	23.809	62,8%
Energia	3.188	1.081	194,9%
Automóvel	32.600	48.724	(33,1%)
Não afetos a segmentos	(7.083)	(7.947)	(10,9%)
Eliminações	50	(59)	-
	213.800	239.799	(10,8%)

A **Margem EBITDA / Volume de Negócios** registou um aumento face ao período homólogo, passando de 14,3% para 15,1% em 2015.



Evolução da Margem EBITDA/ Volume de Negócios Consolidado

Os **resultados financeiros** foram negativos em 72.601 milhares de euros em 2015, enquanto que em 2014 os resultados financeiros haviam sido negativos em 93.679 milhares de euros.

Resultados Financeiros

(Valores em milhares de euros)

	2015	2014	Var (%)
Custos e perdas financeiros:	**(372.483)**	**(269.823)**	**38,0%**
Juros suportados	(94.277)	(123.164)	(23,5%)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(251.682)	(118.776)	111,9%
Outros custos e perdas financeiros	(26.524)	(27.883)	(4,9%)
Proveitos e ganhos financeiros:	**282.755**	**172.198**	**64,2%**
Juros obtidos	14.546	18.739	(22,4%)
Diferenças de câmbio favoráveis	262.185	148.540	76,5%
Descontos de pronto pagamento obtidos	245	349	(29,8%)
Outros proveitos e ganhos financeiros	5.779	4.570	26,5%
Resultados relativos a atividades de investimento:	**17.127**	**3.946**	**334,0%**
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	9.740	(10.598)	-
Dividendos	1.013	930	8,9%
Outros investimentos	11.628	(1.325)	-
Ganhos / perdas em ativos disponíveis para venda	(5.254)	14.939	-
Resultados financeiros	**(72.601)**	**(93.679)**	**(22,5%)**

Este indicador melhorou 21.078 milhares de euros face ao período homólogo de 2014, destacando-se o contributo das seguintes variações:

- Variação negativa de 19.261 milhares de euros, resultante do impacto das diferenças de câmbio;
- Variação negativa de 24.090 milhares de euros, resultante do impacto negativo da perda por imparidade na participada "Banco Comercial Português, S.A." de 10.454 milhares de euros em 2015 e 8.432 milhares de euros em 2014 e o impacto positivo da alienação de direitos do "Banco Comercial Português, S.A." de 22.068 milhares de euros em 2014;
- Variação positiva de 20.338 milhares de euros dos resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos;
- Variação positiva dos outros investimentos em 12.953 milhares de euros, por força da alienação de participações financeiras em sociedades não cotadas valorizadas ao custo nas contas do Grupo;
- Variação positiva resultante do decréscimo de 28.887 milhares de euros de juros suportados.

O **Imposto sobre o Rendimento** atingiu em 2015 o montante de 11.896 milhares de euros, enquanto que no período homólogo se havia fixado em 37.611 milhares de euros.

Imposto sobre o Rendimento

(Valores em milhares de euros)

	2015	2014	Var (%)
Imposto corrente	(33.576)	(37.607)	(10,7%)
Imposto diferido	21.680	(4)	-
	(11.896)	**(37.611)**	**(68,4%)**

Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

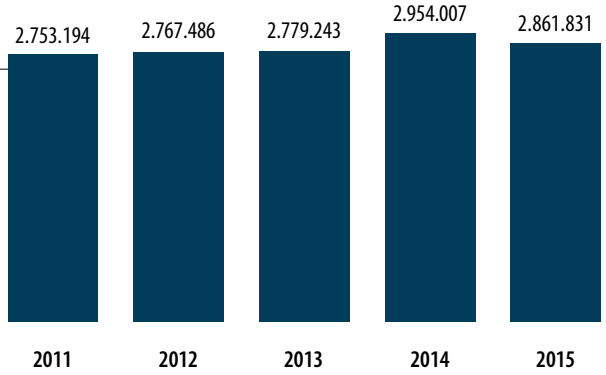
(Valores em milhares de euros)

	2015	2014	Var (%)
Ativo			
Ativos não Correntes	1.546.498	1.557.064	(0,7%)
Ativos Correntes			
Caixa e Equivalentes	252.693	191.477	32,0%
Outros Ativos Correntes	1.062.640	1.205.466	(11,8%)
Total do Ativo	**2.861.831**	**2.954.007**	**(3,1%)**
Capital Próprio atribuível a:			
Detentores de Capital	467.927	457.687	2,2%
Interesses não Controlados	50.290	27.058	85,9%
Total Capital Próprio	**518.217**	**484.745**	**6,9%**
Passivo			
Empréstimos	1.400.133	1.484.860	(5,7%)
Provisões	52.441	62.095	(15,5%)
Outros Passivos	891.040	922.307	(3,4%)
Total Passivo	**2.343.614**	**2.469.262**	**(5,1%)**
Total Passivo e Capital Próprio	**2.861.831**	**2.954.007**	**(3,1%)**

O **Total do Ativo Líquido** desceu 3,1% em relação a 31 de dezembro de 2014, tendo-se fixado em 2.861.831 milhares de euros.

Evolução do Ativo Líquido

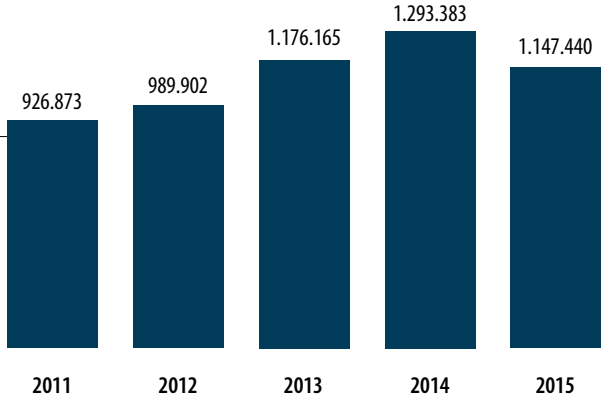
(Valores em milhares de euros)



O **Endividamento líquido** diminuiu 145.943 milhares de euros em relação ao final do ano passado, tendo-se fixado, a 31 de dezembro de 2015, em 1.147.440 milhares de euros.

Evolução do Endividamento Líquido

(Valores em milhares de euros)

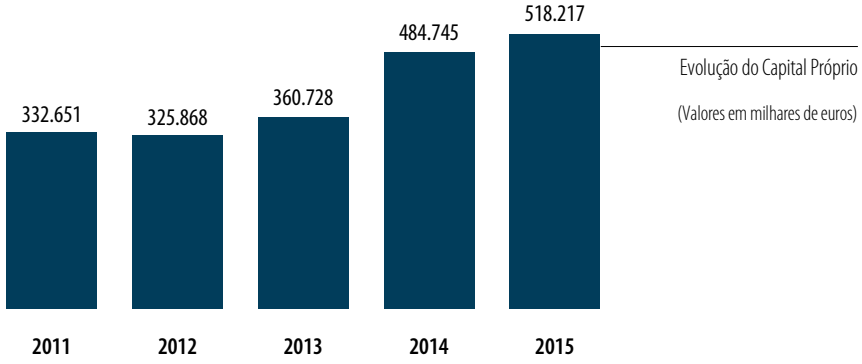


Na análise da evolução destes indicadores dever-se-á ter em consideração o já mencionado impacto da adoção da taxa de câmbio SIMADI, bem como os investimentos realizados, nomeadamente em instalações e equipamentos, que no período atingiram 73,8 milhões de euros.

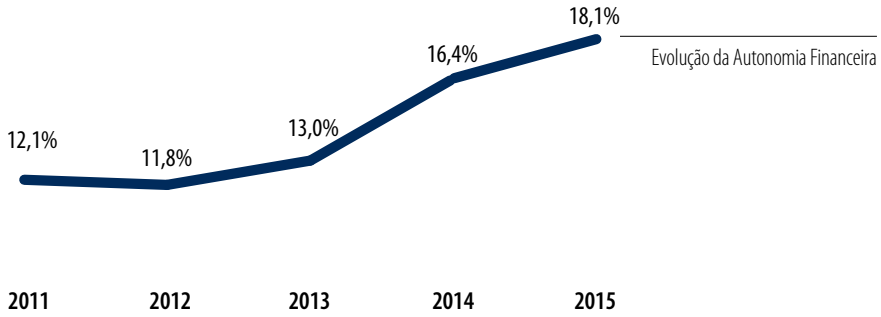
O **Capital Próprio Atribuível a Acionistas** aumentou 10.240 milhares de euros, passando de 457.687 milhares de euros para 467.927 milhares de euros, correspondendo a um crescimento de 2,2% em relação a 31 de dezembro de 2014.

O **Total do Capital Próprio** cresceu 6,9%, tendo-se fixado em 518.217 milhares de euros, influenciado, essencialmente, pelos seguintes fatores:

- Resultado líquido positivo de 40.409 milhares de euros;
- Efeito positivo de 1.768 milhares de euros na operação de cobertura, resultante da variação do justo valor do instrumento financeiro "*interest rate swap*" contratado em 2008 no âmbito da Concessão da Gestão do Edifício do Hospital de Cascais;
- Efeito negativo de 7.377 milhares de euros, resultante das variações cambiais das divisas com que o Grupo opera face ao Euro;
- Distribuição de dividendos de 5.670 milhares de euros.



A **Autonomia Financeira** passou de 16,4% em 31 de dezembro de 2014 para 18,1% em 31 de dezembro de 2015.



– APRECIAÇÃO ORGANIZACIONAL

Entende-se importante referir aqui e a propósito do desempenho do Grupo Teixeira Duarte nos vários setores de atividade e mercados, a colaboração entre todas as estruturas melhor identificadas no Organograma apresentado no início deste Relatório, bem como as mais-valias resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

Sem prejuízo do desenvolvimento desta matéria no "Relatório sobre o Governo da Sociedade" anexo, reportado à situação da sociedade e do Grupo em 31 de dezembro de 2015, refere-se que hoje as Estruturas Operacionais do Grupo estão organizadas por Setores de Atividade e abrangem, por regra, a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da Teixeira Duarte.

A propósito do modo de atuação dos colaboradores da Teixeira Duarte, entende-se adequado e oportuno referir aqui que, por deliberação do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." de 24 de abril de 2015, foi aprovado o "Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte" consagrando, numa nova expressão, os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte e desse modo, do respetivo relacionamento da Empresa com as partes relacionadas, constituindo pois um reforço e desenvolvimento da Missão e dos Valores da Teixeira Duarte e, em simultâneo uma resposta ao facto de os mercados em que as empresas do Grupo Teixeira Duarte operam e as diversas entidades multinacionais com que lidam numa economia cada vez mais globalizada, virem reclamando a existência de um documento que reflita os princípios éticos das empresas.

O documento aprovado e divulgado a todos os colaboradores é extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e o seu cumprimento obrigatório por todos os respetivos colaboradores.

A "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (TD-EC), como principal sociedade do Grupo no setor da Construção, desenvolve atualmente a sua atividade em diferentes Áreas de Atuação, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira e que integram Centros de Exploração e Direções, dispondo também de um conjunto de Estruturas Centrais de Apoio específicas para este setor da Construção, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço, do Equipamento e de Propostas.

Ainda no âmbito das estruturas da TD-EC existem outras duas Direções Centrais que embora mais focadas para a atividade da Construção, apoiam também outros setores do Grupo: A Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia e a Direção Central de Aprovisionamentos.

Para além de todas aquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional do Grupo, existe um conjunto de Direções Centrais e Serviços com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade, integradas no denominado Centro Corporativo, ao qual cabe promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios.

De entre estas equipas - que se encontram também identificadas no Organograma reportado a esta data e apresentado no início deste Relatório - destacar-se-ão de seguida algumas referências relativas às suas atuações em 2015, começando-se pelas duas referidas estruturas integradas na TD-EC e só depois então pelas incorporadas no mencionado Centro Corporativo.

A **Direção Central dos Sistemas de Gestão e Tecnologia** manteve a sua atividade de apoio aos processos de obtenção, acompanhamento e renovação das certificações dos Sistemas de Gestão das várias empresas do Grupo. Destaca-se a obtenção da certificação do Sistema de Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho ao abrigo da norma OHSAS 18001 na Teixeira Duarte - Engenharia e Construções Moçambique, Lda., a realização conjunta das auditorias de terceira parte e a conclusão do alinhamento dos ciclos de certificação da Qualidade (ISO 9001), da Segurança (OSHAS 18001), do Ambiente (ISO 14001), da Responsabilidade Social (SA 8000) e da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457) entre as empresas detentoras daqueles referenciais sediadas em Portugal.

No âmbito do processo de Controlo Interno de Produção, a TD-EC obteve a respetiva certificação para a produção de estruturas metálicas de aço, de acordo a norma NP EN 1090-1.

Foi dada continuidade ao processo de harmonização dos sistemas de gestão entre as diversas empresas do Grupo, à realização das auditorias internas na modalidade interempresas e ao apoio às diversas áreas comerciais e de produção, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, nomeadamente para Angola, Argélia e Moçambique.

Ciente da importância das redes de conhecimento no desenvolvimento das atividades de IDI (Investigação, Desenvolvimento e Inovação), manteve-se o apoio dado às estruturas produtivas da Teixeira Duarte, na sua integração e participação nos grupos de trabalho das sociedades científicas e plataformas tecnológicas, em estreita colaboração com as universidades e laboratórios nacionais e alargando estas parcerias a consórcios estrangeiros, na procura de novos conhecimentos orientados para a indústria da construção.

De realçar, neste âmbito:

- A participação em diversas iniciativas da "Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção" (PTPC) - entidade na qual a TD-EC foi reeleita Presidente do respetivo Conselho Estratégico e da Comissão Executiva, para o triénio 2015-2017 e que reúne grandes empresas, PME's, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, organismos públicos, associações e ordens profissionais, com a visão de se tornar num agente ativo de promoção da inovação e competitividade do setor da construção;
- A integração na *COST Action TU1404*, plataforma orientada para a cooperação entre investigadores europeus em matéria normativa sobre a vida útil de materiais e estruturas à base de cimento, incluindo a participação no *Round Robin Testing RRT* + "*Focus on experimental testing of cement based materials*", metodologia experimental envolvendo laboratórios independentes para a realização da avaliação da repetibilidade e reprodutibilidade de procedimentos de ensaios.

A **Direção Central de Aprovisionamentos** prosseguiu o desenvolvimento da sua atuação para empresas do Grupo Teixeira Duarte que operam em várias geografias, nas seguintes áreas:

- Procura de fontes de abastecimento, negociação e contratação, tendo em vista designadamente, o estabelecimento de acordos de base temporal e a obtenção de economias de escala em aquisições de bens e serviços;
- Gestão logística e de transportes de mercadorias por via aérea, marítima e terrestre, nas vertentes de importação e de exportação, incluindo operações triangulares.

Em **Portugal**, foi dada continuidade à utilização de formas de atuação geradoras de valor ao nível das áreas de compras e de logística, associadas à seleção de parceiros de negócio com condições preferenciais de mercado, que permitiram atingir níveis competitivos com valor acrescentado ao longo de toda a cadeia de abastecimento.

Foi ainda consolidada a implementação do modelo de níveis de serviço nas vertentes de compras e logística.

Foi efetuada uma significativa reestruturação da equipa da Direção Central de Aprovisionamentos, tendo sido transferidas, desde 30 de setembro, algumas das suas áreas de atuação para outros Departamentos, nomeadamente a área de Gestão de Armazéns Centrais e a área de Gestão de Instalações Fixas de empresas do Grupo Teixeira Duarte, tanto em Portugal como nos outros países.

Em Angola, foi dada continuidade à consolidação dos modelos de gestão do Armazém Central, da Estrutura Central de Compras e de instalações fixas da empresa - Sede, Alojamentos e Arquivo Central.

Na **Argélia**, foram desenvolvidas ações, quer ao nível da estrutura da Equipa, quer a nível processual, com o objetivo de se reduzirem tempos de resposta, custos associados e aumentar a eficácia tanto nos processos de importação como nos processos de compras locais.

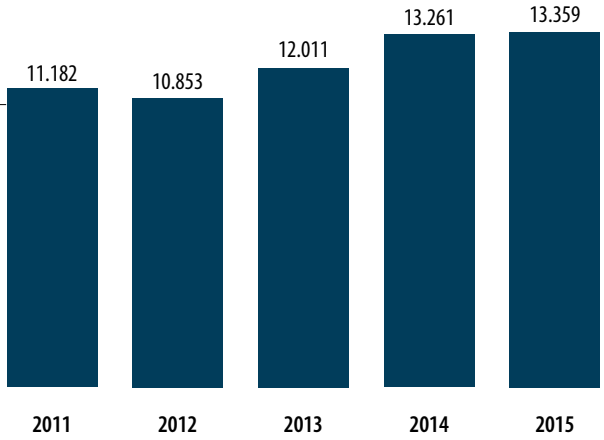
No **Brasil**, foi consolidada a reorganização do Armazém Central de Cumbica, em São Paulo, e a implementação do modelo de gestão de instalações fixas da empresa - Sede e Alojamentos.

Em **Moçambique**, foi dada continuidade à consolidação do modelo de gestão do Armazém Central e à gestão de instalações fixas da empresa - Sede e Alojamentos.

Na **Venezuela**, foi efetuada a reorganização do Departamento de Logística e Importações, com vista à melhoria dos níveis de eficiência na gestão dos processos. Foi dada continuidade à consolidação do modelo de gestão do Armazém Central e à gestão de instalações fixas da empresa - Sede e Alojamentos.

No âmbito de atuação da **Direção Central de Recursos Humanos**, refira-se que a Teixeira Duarte prossegue a adequação do número de trabalhadores às atividades levadas a cabo nos diversos setores e mercados, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores.

Evolução do Número Médio de Trabalhadores



O número médio de trabalhadores registou um ligeiro aumento face a 2014, todavia, em 31 de dezembro de 2015, o número de trabalhadores registou um decréscimo de 10,2%, menos 1.389 trabalhadores face a 2014, passando de 13.573 trabalhadores em 2014 para 12.184 em final de 2015. Esta redução de trabalhadores, foi reflexo da diminuição das equipas da Construção, Hotelaria, Distribuição, Energia e Automóvel, sendo que os países que mais contribuíram para este decréscimo foram Angola e Venezuela.

Desde a sua fundação que a Teixeira Duarte elegeu a qualificação dos seus colaboradores como uma das suas preocupações primordiais. Desta postura, destaca-se o papel da formação interna, a qual tem feito escola ao longo das muitas e diversas gerações de colaboradores, que se consubstancia na transmissão de um capital enriquecido com testemunhos e saberes feitos nos países onde a Teixeira Duarte tem marcado presença.

Para este propósito, as atividades levadas a cabo nos mercados para qualificar os nossos colaboradores, decorrem em estreita colaboração e monitorização com a estrutura central sedeada em Portugal, com o intuito de se cooperar no desenvolvimento do potencial dos mesmos, através da implementação de soluções adequadas e inovadoras.

Em **Portugal** foram desenvolvidas atividades qualificantes que abrangeram 9.973 formandos, totalizando 103.775 horas de volume de formação, sendo que 85.477 horas (82%) resultaram de formação interna *on job* sobre segurança, higiene e saúde do trabalho e sobre línguas estrangeiras.

Para além dos diversos estágios curriculares e profissionais que foram proporcionados, refira-se que, em 2015, foram ainda desenvolvidos dois programas específicos de qualificação de colaboradores: um em *Project Management Professional* e outro com prestigiadas universidades portuguesas, com o objetivo de obter grau de mestre, nos termos do Processo de Bolonha. Estas atividades qualificantes abrangeram 23 colaboradores com formação em engenharia.

Em **Angola**, a consolidação do trabalho anteriormente desenvolvido, permitiu alcançar um volume de formação de 127.575 horas. Para este aumento contribuiu o acentuado investimento em ações internas de formação *on job* e em sensibilização e formação no domínio da segurança, higiene e saúde do trabalho. Pretende-se, desta forma consolidar a profissionalização dos colaboradores, bem como sustentar estratégias de combate à sinistralidade e promoção da qualidade de vida no trabalho.

Relativamente ao *Centro de Desenvolvimento Profissional* (CDP), o qual se assume como dinamizador e aglutinador da qualificação profissional dos colaboradores do Grupo neste país, realça-se que:

1. A homologação do CDP, obtida junto da tutela angolana, permitiu às suas Academias possuírem cursos homologados pelos organismos governamentais competentes;
2. É o primeiro Centro a ministrar formação certificada pela Renault, em toda a África Subsariana, possibilitando aos representantes desta marca automóvel, de países desta região, o acesso à qualificação profissional de colaboradores, que de outro modo não seria possível;
3. Tendo em vista a aquisição e melhoria das *soft* e *hard skills* dos colaboradores da Teixeira Duarte, realizaram-se 252 atividades no domínio da formação contínua, que envolveram 4.328 formandos, ao que correspondeu um volume de formação de 84.672 horas.

Em relação a projetos formativos, destaca-se:

1. *Formação Avançada em Engenharia Civil*, em colaboração com o Instituto Superior Técnico (IST) / "FUNDEC", no âmbito da qual se desenvolveram nove ações de formação, que abrangeram 144 formandos internos e externos, num total de 2.513 horas de formação.
2. *Ciclo Internacional de Urbanismo*, que foi frequentado por 258 formandos, na sua larga maioria pertencentes a entidades governamentais, que mobilizou formadores/oradores especialistas de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal. Acrescente-se, que este projeto formativo, cujo volume de formação foi de 4.070 horas, teve o apoio das quatro Ordens dos Arquitetos dos países supracitados e de quatro universidades de referência dos mesmos países.
3. Projeto Fazer Pescar, com realização de seis cursos, que 92 formandos concluíram e cujo volume de formação gerado foi de 35.750 horas. A taxa de empregabilidade destes formandos foi de 92%, ou seja, dos que concluíram, 85 foram contratados pelo Grupo Teixeira Duarte.

Para além da qualificação profissional, o CDP desenvolveu internamente metodologias e instrumentos em ambiente de *assessment center*, com o objetivo de avaliar conhecimentos, competências e perfis de candidatos e formandos a recrutar, selecionar, contratar e a integrar em programas específicos de qualificação, na perspetiva de evolução profissional na Teixeira Duarte.

Na **Argélia**, foram desenvolvidas atividades que abrangeram 2.001 formandos, dos quais 81% eram argelinos, totalizando 4.887 horas de formação, principalmente nos domínios do sistema integrado de gestão, segurança e higiene no trabalho e informática.

Em **Espanha**, foram desenvolvidas atividades qualificantes que abrangeram 796 formandos, totalizando 7.212 horas de volume formação. Deste volume, saliente-se que 5.406 horas (75%) corresponderam a ações que se inseriram no domínio dos equipamentos, segurança, higiene e saúde do trabalho, ambiente, legislação e línguas estrangeiras.

Em **Moçambique**, foram ministradas ações de formação que abrangeram 2.037 formandos, o que perfez 24.345 horas de formação. Do volume obtido, realce-se que 96% das atividades formativas levadas a cabo foram ministradas por colaboradores *on job* em domínios tão distintos como a área comportamental, hotelaria, segurança, higiene e saúde do trabalho e informática.

Em 2015, o **Serviço de Medicina do Trabalho** manteve a prestação da sua atividade junto de 22 empresas do Grupo em Portugal, bem como o apoio aos serviços de saúde internos de Angola, Moçambique e Argélia.

O desenvolvimento da atividade foi orientado em dois eixos de ação:

- Vigilância da saúde dos trabalhadores, concretizada através da realização de 2.511 exames de saúde, de visitas aos postos de trabalho e do acompanhamento de situações de doença;
- Promoção da saúde, concretizada através da realização de rastreios, ações de formação/educação em saúde, individual e em grupos. Estas ações foram desenvolvidas em diversas instalações do Grupo, em território nacional.

Em 2015, foi concretizado o projeto de implementação do SAP-RH na Argélia. Trata-se de uma ferramenta de grande importância, do ponto de vista da gestão de recursos humanos, não só pela uniformização de procedimentos, mas também pela centralização do processamento salarial dos colaboradores.

Nesse mesmo sentido, ao longo do ano começaram a ser utilizadas neste país as ferramentas BMAC (Boletim Mensal de Ajudas de Custo) e R.Ponto (ferramenta de recolha de ponto), ambas adaptadas à realidade local.

No exercício em análise foi iniciada a recolha da Avaliação de Desempenho, através do Portal Corporativo do Grupo Teixeira Duarte, nos mercados de Angola, Brasil e Moçambique.

No âmbito e em execução da sua política de **Responsabilidade Social**, destaca-se a implementação do programa "Todos Damos", aprovado pelo Conselho de Administração da TD,SA e extensível a todas as entidades e colaboradores do Grupo.

Fiel aos seus Valores a Teixeira Duarte sempre assumiu um papel atuante no que se refere ao bem-estar dos seus trabalhadores e das respetivas famílias, tendo vindo a entender dever focalizar as opções ao apoio a projetos sociais através de uma posição institucionalizada dirigida a organizações de solidariedade social e que envolva ela também os próprios colaboradores numa ação direta.

O programa Todos Damos é, assim, um corolário de outras iniciativas anteriores, consistindo no apoio a pessoas através do cofinanciamento por parte de Empresas do Grupo Teixeira Duarte a projetos ou instituições de cariz social que os seus próprios colaboradores também queiram apoiar diretamente.

Com efeito, os colaboradores indicam uma instituição com intervenção social para a qual pretendem contribuir e a Teixeira Duarte disponibiliza uma comparticipação para as instituições decididas apoiar no valor de duas vezes a quantia que os colaboradores pretendam contribuir para com elas.

De acordo com o regulamento do programa, a TD,SA anuncia o orçamento disponibilizado para este efeito em cada ano, sendo que para 2015 este apenas entrou em vigor em 1 de dezembro com a quantia global afeta de 30.000,00€ (trinta mil euros) até 31 de dezembro de 2015. Refira-se que dentro deste curto prazo, entre donativos de 13 colaboradores e donativos da Teixeira Duarte, foram reunidos 27.090,00€ (vinte e sete mil e noventa euros), distribuídos por diversas instituições.

Para o exercício já em curso, o orçamento disponibilizado é de 100.000,00€ (cem mil euros), os quais deverão ser distribuídos até 31 de dezembro de 2016, nos termos do programa em vigor.

Através da **Direção Central de Informática**, prosseguiu-se um trabalho de uniformização de procedimentos para as várias estruturas do Grupo - Centro Corporativo e Setores de Atividade -, tendo-se realizado melhorias e desenvolvido novas funcionalidades nas plataformas informáticas e de comunicações.

Dos novos projetos desenvolvidos na plataforma ERP/SAP, merece destaque, pela sua complexidade, o projeto de implementação da Gestão de Recursos Humanos para suporte às atividades do Grupo na Argélia.

A plataforma de ERP, que cobre atualmente a totalidade das geografias em que o Grupo atua e que suporta uma grande diversidade de situações, obrigou a um trabalho de constante adaptação às múltiplas condições locais, implicando a produção de um vasto leque de melhorias, alterações e implementação de novas funcionalidades. Para além da resposta às exigências legais, foi ampliado o âmbito de cobertura geográfica e foram introduzidos novos automatismos nos processos de registo de ponto, controlo de ajudas de custo, avaliação de desempenho, marcação de férias, *Workflow* e EDI.

O Portal Corporativo, veículo de comunicação institucional comum às geografias em que o Grupo atua, vem, na sua vertente colaborativa ganhando maior relevância, disponibilizando um conjunto crescente de aplicações e funcionalidades, a que se juntou neste período, a Gestão de processos de Medicina no Trabalho.

Foi ampliada a cobertura da rede de teleconferência, sendo que atualmente a mesma se estende à quase totalidade de localizações fixas em que o Grupo atua.

A monitorização dos sistemas e redes de dados foi melhorada, tendo-se ampliado a capacidade de armazenamento de dados no *Data Center* de Luanda e realizado atualizações seletivas de equipamento. No domínio da segurança foram introduzidos novos processos de certificação digital das plataformas de correio eletrónico e VPN, bem como implementado um novo sistema de *Anti-Spam*.

A Teixeira Duarte prosseguiu em 2015 com a reorganização da sua **Direção Central de Finanças e Contabilidade**, com o objetivo de otimizar e uniformizar processos em todas as geografias onde o grupo opera.

A crescente complexidade técnica resultante das atuações do Grupo no exterior implicou uma forte mobilização das equipas centrais acompanhada do reforço do investimento nas plataformas informáticas, em ordem a aumentar o apoio técnico e a eficácia do controlo centralizado dos principais processos e registo de operações.

– APRECIAÇÃO SOCIETÁRIA

No cumprimento de todas as obrigações de cariz societário, nomeadamente enquanto entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, realça-se a divulgação pública das diversas informações consideradas relevantes em 2015, com especial destaque para o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de 2014, bem como o Relatório Sobre o Governo da Sociedade reportado ao mesmo período, ambos aprovados em Assembleia Geral.

Assembleia Geral:
Na sequência das reuniões de Assembleia Geral de 30 de maio e 26 de junho de 2015 foram aprovadas todas as propostas submetidas a deliberação, nomeadamente as de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, a proposta referente à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade, a proposta relativa à Declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade e as propostas de eleição da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e dos demais membros dos órgãos sociais para o quadriénio 2015/2018.

Eleição de membros dos órgãos sociais:
Na mencionada reunião da Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para desempenharem funções durante o quadriénio 2015/2018, tendo sido reconduzidos todos os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e eleita nova Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para o mesmo período.

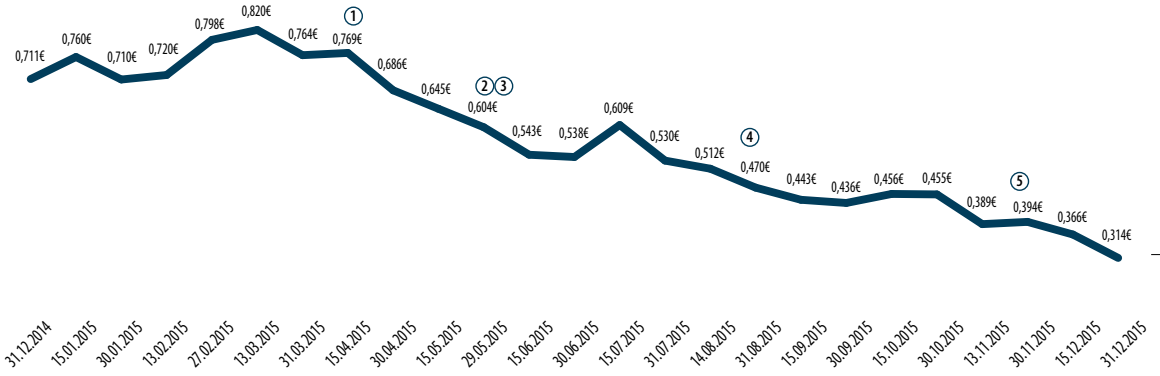
Dividendos:
A Assembleia Geral aprovou a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, segundo a qual se propôs que os resultados líquidos individuais da TD,SA apurados no exercício de 2015, no montante de 65.389.620,98€ (sessenta e cinco milhões trezentos e oitenta e nove mil seiscentos e vinte euros e noventa e oito cêntimos), tivessem a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal	10.500.000,00€
Para reforço das reservas livres	49.219.620,98€
Para dividendos aos acionistas	5.670.000,00€

Os títulos da Teixeira Duarte, S.A.:
Durante o ano de 2015, as ações sofreram uma desvalorização de 55,8% baixando de 0,711€ em 31 de dezembro de 2014, para 0,314€ em 31 de dezembro de 2015.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa 25.344.363 ações, com um volume de negócios no montante de 15.848.157,10€.

No gráfico infra verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2015:



Cotações Teixeira Duarte, S.A.

1 - Divulgação de Resultados referentes ao Exercício de 2014 - 16 de abril de 2015

2 - Apresentação de Contas consolidadas referentes ao 1º Trimestre de 2015 - 29 de maio de 2015

3 - Aprovação do Relatório e Contas Relativo ao exercício de 2014 - 30 de maio de 2015

4 - Apresentação de Contas consolidadas referentes ao 1º Semestre de 2015 - 28 de agosto de 2015

5 - Apresentação de Contas consolidadas referentes ao 3º Trimestre de 2015 - 27 de novembro de 2015

Operações Societárias:

Em concretização do objetivo de concentração da TD-EC na sua atividade de construção em dezembro de 2015 e para dar sequência a esse propósito, a TD,SA adquiriu à TD-EC os 100% que esta detinha no capital social da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.", sociedade titular, direta e indiretamente, de um vasto conjunto de entidades do Grupo Teixeira Duarte que atuam em outros setores de atividade para além da construção. Na mesma data, a TD,SA adquiriu também a outra entidade do Grupo Teixeira Duarte a totalidade das ações representativas do capital social da "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.", sociedade do Grupo que atua no setor das Concessões e Serviços, com principal destaque para a área do *facilities management*.

Com estas operações, a TD,SA passou a deter diretamente 100% do capital de três entidades: a TD-EC (que já detinha), a "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A." e a "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.".

IV. ANÁLISE SETORIAL

De seguida, será feito o relato da atividade desenvolvida nos diversos setores em que o Grupo atua, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por contextualizar o respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois apresentando, com suporte gráfico, o Volume de Negócios e o EBITDA consolidados, o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2015, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o seu contributo final para os números consolidados.

IV.1. CONSTRUÇÃO

A Construção é o *core business* e a génese do Grupo Teixeira Duarte que, neste setor, atua nas áreas da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas, da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas, das Obras Ferroviárias e das Obras Marítimas, que contam com o apoio de um Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço e de um Laboratório de Materiais, de um Serviço de Propostas bem como de uma Direção Central de Equipamentos e de um Pólo Operacional Teixeira Duarte, instalado num terreno com uma área superior a 130.000m^2 e que constitui uma enorme valia adicional para a empresa e para os serviços prestados aos seus clientes.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, nomeadamente em Portugal, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

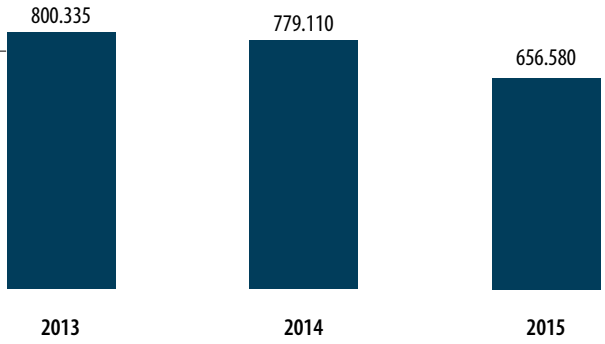
Para além da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (TD-EC) - que é a principal sociedade do Grupo - existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas, nas Ferroviárias e nas Marítimas, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específicos, em particular na área das Infraestruturas.

Em 2015 a Teixeira Duarte operou nesta área em vários países, destacando-se como principais mercados Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Espanha, França, Marrocos, Moçambique e Venezuela.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Evolução do Volume de Negócios da Construção

(Valores em milhares de euros)



O Volume de Negócios da Construção diminuiu 15,7% face ao período homólogo de 2014.

Portugal registou um aumento de 68% face a 2014, essencialmente pela atividade realizada na obra do Túnel do Marão.

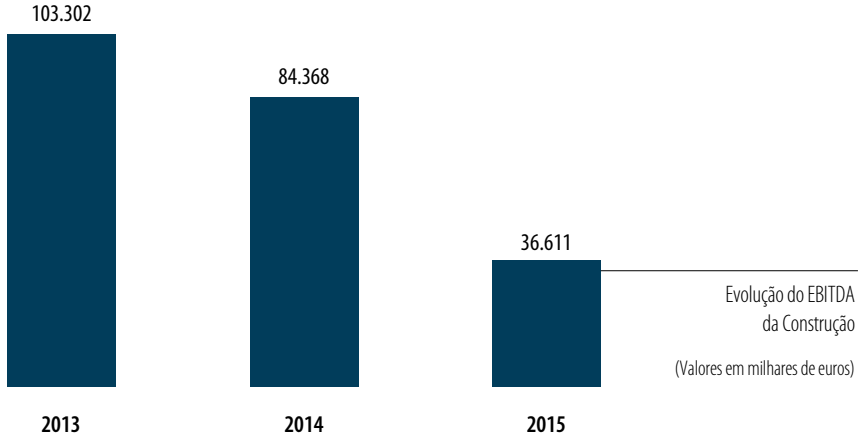
Nos outros mercados, assinalam-se os aumentos verificados na Argélia e em Moçambique de 27,2% e 231,1% respetivamente, aumentos esses que, ainda assim, não compensaram as diminuições registadas em Angola, no Brasil

e na Venezuela. Recorda-se que, neste último caso, a adoção da nova taxa de câmbio teve um impacto negativo neste indicador de 152.926 milhares de euros, pelo que, apesar do decréscimo do Volume de Negócios, no exercício de 2015 verificou-se um aumento efetivo da atividade do setor da construção do Grupo de 4,9%.

Em 2015 o mercado externo representava 81,3% do volume de negócios da Construção.

O EBITDA na Construção registou uma descida de 56,6% em relação ao exercício anterior.

O comportamento do setor da Construção foi especialmente penalizado neste período pela circunstância verificada nas diferentes fases de execução das obras no período em análise face ao período homólogo. Enquanto que em 2014 várias obras expressivas - em Angola e na Venezuela - se encontravam em fase de conclusão com um volume significativo de obra executada, no exercício de 2015 importantes obras em execução na Argélia estão numa fase inicial, com reduzido grau de acabamento e com menor impacto no volume de negócios.



Evolução do EBITDA da Construção

(Valores em milhares de euros)

– ATIVIDADE DURANTE 2015

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2015, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 889.848 milhares de euros, sendo que, no global, estes valores refletem uma diminuição de 13,4% em relação a 2014.

Veja-se agora quais as principais atividades realizadas nas várias Áreas em que a Teixeira Duarte atua no setor da construção:

A **GEOTECNIA E REABILITAÇÃO** é a área de atuação da TD-EC que abrange a Geotecnia e Fundações, bem como a Reabilitação, concentrando um núcleo de engenharia e investigação de referência na empresa e no mercado.

Nesta área a Teixeira Duarte tem registado nestes últimos anos um acentuado desenvolvimento da sua atividade, com relevância na atuação global da empresa, caracterizada por intervenções em projetos de elevada complexidade técnica e dimensão, tanto em empreitadas públicas como privadas, contando com recursos humanos altamente especializados e tecnicamente preparados, apoiados por equipamentos próprios de vanguarda tecnológica.

Na vertente da Geotecnia e Fundações, concebem-se e executam-se Estudos Técnicos de Engenharia de Fundações, Estudos Geológicos, Prospeção Mineira, Paredes Moldadas, Estacas, Micro Estacas, Pregagens, Ancoragens, Consolidações, Injeções, *Jet-Grouting*, Betão Projetado, entre outros trabalhos da especialidade.

Na vertente da Reabilitação, realizam-se trabalhos especializados nos domínios da Reabilitação de Estruturas e Conservação de Monumentos e Património Arquitetónico Edificado, bem como nas Inspeções e Diagnóstico de Estruturas.

Tal como no anterior exercício, a atividade desenvolvida na Área da Geotecnia e Reabilitação da TD-EC registou em 2015 um bom desempenho operacional, apesar de uma redução dos seus proveitos operacionais motivados pela quebra de receitas nos mercados com forte exposição aos preços do petróleo, que afetou os mercados de atuação, tendo-se alcançando proveitos no valor de cerca de 62 milhões de euros.

IP, S.A.
Reforço e reabilitação das infraestruturas da ponte do Zêzere ao PK 157+701 da Linha da Beira Baixa
Covilhã | Portugal

Demolição, contenção de fachada, escavação geral, contenção periférica e fundações do empreendimento Villa Torrinha
Lisboa | Portugal

Em **Portugal**, a crise no setor da construção manteve-se, tendo a quantidade de concursos públicos e privados registado uma redução de 3,5% relativamente ao ano anterior.

Dentro do contexto negativo, os proveitos atingiram os 7,2 milhões de euros, contribuindo apenas em 12,5% para os proveitos totais alcançados nesta área de atuação.

Destaca-se a execução das seguintes empreitadas:

- Trabalhos de Contenção na estrutura de Saída do Descarregador de Cheias Complementar, englobada no Reforço de Potência de Salamonde, para a "Construsalamonde, ACE";
- Reforço e Reabilitação das infraestruturas da ponte do Zêzere ao PK 157+701 da Linha da Beira Baixa, para a "IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.";
- Aquisição de serviços GEOSIG, para a Câmara Municipal de Lisboa;
- Reforço Estrutural do túnel sob a pista 17-35 do aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, para a "ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.";
- Fundações por microestacas, na fábrica de Avanca, para a "Nestlé Portugal, S.A.";
- Reconhecimento geotécnico para a construção de Fábrica de Cal na Maxieira, em Fátima, para a "MICROLIME - Produtos de Cal e Derivados, S.A.";
- Fundações indiretas para construção do forno de cal da fábrica de Cal na Maxieira, Fátima para a "MICROLIME - Produtos de Cal e Derivados, S.A.";
- Fundações por Estacas e lajes de ensoleiramento em betão armado para construção de dois silos em Oliveira de Azeméis, para a "Novarroz - Produtos Alimentares, S.A.";
- Demolição, contenção de fachada, escavação geral, contenção periférica e fundações do empreendimento Villa Torrinha, para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

IMOBAIA, S.A.
Fundações por estacas e contenção periférica
Edifício da Parcela A, Lote 13
Baía de Luanda | Angola

Fundações por estacas do edifício da Parcela 3, Lote 39
Baía de Luanda | Angola

O já aludido enquadramento de retração do mercado em Portugal, levou a que apenas se tenham apresentado propostas no valor global de 56 milhões de euros.

Considerando as obras em carteira no fim de 2015, é expectável uma ligeira redução dos proveitos em 2016, mantendo-se níveis operacionais baixos para a capacidade instalada.

Em **Angola**, apesar das dificuldades económicas do país, decorrente da quebra de receitas devido à cotação internacional do petróleo, os proveitos atingiram o montante de 14,9 milhões de euros, o que representa uma redução de cerca de 31% em relação aos valores obtidos em 2014.

Destaca-se, neste país, a conclusão das seguintes empreitadas:

- Fundações por estacas e contenção periférica do Edifício da Parcela A, Lote 13, da Baia de Luanda, para a "IMOBAIA, S.A.";
- Fundações por estacas do edifício da Parcela 3, Lote 39, da Baia de Luanda, para cliente privado, em Luanda;
- Contenção periférica do Office Center Talatona, para o cliente "Ambimagem, Lda.", em Luanda;
- Contenção periférica da Vivenda Avalon, para o cliente "Kubaka Premium - Sociedade de Construções, Lda.", em Luanda;
- Demolição e contenção periférica da Vivenda Alvalade, para o cliente "Scontrading - Construção Civil, Lda.", em Luanda;
- Fundações indiretas da 3ª fase do Centro de Logística e Distribuição de Luanda, para a "Consorcio Mercasa-Incatema Consulting, S.R.L.", em Luanda;
- Fundações indiretas e contenção periférica da Clínica Sagrada Esperança, em Talatona, para a "Clínica Sagrada Esperança, Lda.";
- Injeções para consolidação dos terrenos de fundação e reparação de revestimentos da moradia 40 do Condomínio do Morro Bento, para a "Alfermetal, S.L.".

Clínica Sagrada Esperança, Lda.
Fundações indiretas e contenção periférica da
Clínica Sagrada Esperança
Talatona | Angola

Gulf Bank Algeria
Escavação e contenção periférica da nova sede social
Argel | Argélia

Iniciaram-se este ano outras importantes empreitadas em Angola, nomeadamente:

- 3ª fase do reforço do sistema de suspensão da Ponte da Barra do Kwanza para o "Instituto de Estradas de Angola" - INEA;
- Fundações e contenção periférica para a construção da 1ªFase do novo Edifício do Ministério das Finanças, para a "Consórcio Telhabel / Soares da Costa";
- Reforço estrutural do edifício B do empreendimento Raízes de Luanda, para cliente "Cogimbo Imobiliária, Lda.", em Luanda.

Na área comercial, o número de propostas entregues reduziu 36%, num total de 101 estudos efetuados, tendo o seu valor global atingido os 70 milhões de euros.

Para 2016, dado o ambiente de alguma incerteza provocado pela baixa do preço do petróleo, prevê-se que os proveitos operacionais reduzam por comparação com o ano anterior.

Na **Argélia**, 2015 foi um ano de redução da atividade nesta Área de Atuação, tendo os proveitos atingido o valor de 5 milhões de euros, ou seja, menos 1,5 milhões de euros do que o alcançado em 2014.

Realça-se, neste mercado, a conclusão dos seguintes trabalhos:

- Escavação e contenção periférica da nova sede do "Gulf Bank Algeria" (AGB), em Argel;
- Contenção por cortina de estacas e ancoragens de um talude na empreitada de construção da nova linha ferroviária Birtouta / Zeralda, em Zeralda, para a empresa turca "Yapi Merkezi Insaat ve Sanayi A.S.";
- Contenção por cortina de estacas para a empreitada de realização de 105 apartamentos, escritórios, estacionamento e hotel - Ben Aknoun, em Argel, para a "Eurl Bahia Center".

CSCEC - Direction Generale Pour L'Algerie
Estacas no projeto do novo terminal de passageiros
do Aeroporto de Argel
Argel | Argélia

Yapi Merkezi Insaat Ve Sanayi A.S.
Construção da nova linha ferroviária Birtouta/Zeralda
Execução de fundações profundas por estacas
Zeralda | Argélia

Destaca-se também o início das seguintes empreitadas:

- Estacas no projeto do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Argel, para a empresa chinesa "China State Construction Engineering Corporation Ltd." (CSCEC) - Direction Generale Pour L'Algerie;
- Fundações especiais por estacas em 189 habitações na "Résidence les Sources", em Boumerdès" para o promotor argelino Works & Services Well Done - WSWD, E.U.R.L.;
- Fundações especiais para a realização de uma base de vida na base naval em Mers el Kebir, pertencente ao Ministere de la Defense Nationale - Base Navale De Mers-El-Kebir - ECRN - Etablissement de Construction et Reparation Navales;
- Fundações especiais na primeira linha do Tramway em Sidi Bel Abbès. Obras de arte OA02 - Tramo Sidi Djillali OA3 - Tramo Bem Hamouda, em Sidi Bel Abbès, para a "Yapi Merkezi Insaat ve Sanayi A.S.";
- Fundações especiais na penetrante de autoestrada que liga Mascara à Autoestrada Este-Oeste, Lote nº 2, em Mascara, para a "Levantina Ingeniería y Construcción, S.L.";
- Contenção por cortina de estacas na estação de descarga e tratamento de águas residuais da parte baixa da Vila de Oran, Lote 2 - Parte Este - Estação de bombagem e pesca, em Oran, para o "Groupement Ecisa/Alsambo".

De destacar, ainda, o início da atividade de sondagens e reconhecimentos geotécnicos, estando em curso a formação de uma equipa local, com trabalhos desenvolvidos em apoio a outras áreas de atuação da Teixeira Duarte neste setor da Construção.

A atividade comercial manteve os valores do ano transato, tendo sido emitidas propostas no valor de 82 milhões de euros.

Em 2015 o Grupo continuou a afirmar-se na especialidade de Geotecnia e Fundações neste país, reforçando a notoriedade que a Teixeira Duarte já detinha no mercado e permitindo a ampliação da capacidade operacional antes existente, também devido a novos investimentos feitos em equipamentos.

Para o ano de 2016 e com base nos grandes projetos de infraestruturas já adjudicados, (penetrantes rodoviárias de Chlef e Skikda) com uma importante componente de trabalhos geotécnicos, perspetiva-se um crescimento significativo.

No **Brasil**, a atividade foi fortemente afetada pela situação económica e política que o país tem vindo a atravessar, motivada, entre outras razões, pela baixa de preços do petróleo e do minério.

Como consequência assistiu-se à diminuição de licitações públicas e à retração do investimento privado, o que teve implicações diretamente nos valores de proveitos alcançados em 2015, que atingiram os 20,2 milhões de euros, menos 23% face ao ano anterior.

Não obstante, durante o ano de 2015, a relação com clientes privados importantes foi consolidada, como a "VALE, S.A." e com a "Construtora Norberto Odebrecht, S.A.", nomeadamente pelos trabalhos de grande complexidade técnica no maior empreendimento público no Brasil, a Linha 6 - Laranja, do Metro de São Paulo.

Durante o ano em análise, foi dado início à atividade no estado de Santa Catarina para o "Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA" de Santa Catarina, com a realização de obras emergenciais na Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, capital daquele estado brasileiro.

No período em análise, destaque na área de Geotecnia e Fundações para as seguintes obras:

- Fundações Profundas (estacas escavadas, estacas-raiz e parede moldada), na Linha 17 do Metro de São Paulo, para o "Consórcio Andrade Gutierrez / Grupo CR Almeida";
- Contenção Periférica (parede moldada, cortina de estacas secantes, tirantes provisórios) no Empreendimento "My Place", em São Paulo, para a empresa "Sinco Engenharia, Ltda.";
- Fundações Especiais (estacas escavadas, cravação de tubos e *jet-grouting*), na Ponte sobre o Canal da Barra, inserida na linha 4 do Metro do Rio de Janeiro, para o "Consórcio Construtor Rio Barra";
- Estacas escavadas da Ponte de Itapaíuna, sobre o Rio Pinheiros, em São Paulo, para a "Construtora Norberto Odebrecht, S.A.";
- Estabilização de Taludes (ancoragens, pregagens, aplicação de rede de contenção) no Setor Cava Oeste, na Mina de Águas Claras, Nova Lima, Minas Gerais, para a "Vale, S.A.";
- Contenção Periférica (parede moldada e tirantes provisórios) no templo da IURD, em Curitiba;
- Fundações (estacas escavadas) do Caminho de Rolamentos do Estaleiro Naval da "Jurong Shipyard", em Aracruz, Espírito Santo, para a construtora "Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.";
- Estacas escavadas de grande diâmetro e *jet-grouting*, na Linha 6 - Laranja, do Metro de São Paulo, para a "Construtora Norberto Odebrecht, S.A.", mais especificamente estacas escavadas com 2,40m de diâmetro e 42m de comprimento e colunas de *jet-grouting* de 0,80m de diâmetro num total de 1900 m^3 de tratamento.
- Fundações (parede moldada, tirantes e estacas escavadas) no empreendimento residencial Quartier, em Campo Belo, São Paulo, para a empresa "Sinco Engenharia, Ltda.";
- Fundações (estacas de trado contínuo), no páteo de movimentação de minério de ferro - Pacote N2, no Terminal de São Luis do Maranhão, para a "Vale, S.A.";
- Fundações (estacas escavadas e estacas com trado contínuo) no empreendimento residencial "Retrato Paulista", na Aclimação, São Paulo, para a empresa "Toledo Ferrari Construtora e Incorporadora, Ltda.";
- Fundações (cortina de estacas secantes e estacas de trado contínuo), na ampliação da Escola Britânica da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, para a "Associação Britânica de Educação";
- Fundações (parede moldada, tirantes e estacas-raiz) no Hospital Carlos Chagas, em Guarulhos, para a "Amil - Assistência Médica Internacional, S.A.";
- Fundações (contenção periférica em parede moldada e fundações em estacas-raiz), na expansão do Hospital Pasteur, no Méier, Rio de Janeiro, para a "ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares, S.A.".

Na área da Reabilitação destaque para:

- Substituição de três pontes na Estrada de Ferro Vitória-Minas (conclusão do contrato iniciado em 2013), para a "Vale, S.A.", nomeadamente com a substituição das Pontes do Rio Corrente (Governador Valadares, Minas Gerais), de Piraqueaçu (João Neiva, Espírito Santo) e da Ponte de Santa Maria (Cariacica, Espírito Santo);

Vale, S.A.
Estabilização de taludes no Setor Cava Oeste, na
Mina de Águas Claras
Minas Gerais | Brasil

SGTM
Fundação de estacas no viaduto de Loukkos
Linha de Alta Velocidade Tanger - Kenitra - Larache
Marrocos

- Reabilitação do cais e ponte de acesso, nas instalações da "Yara Fertilizantes, S.A.", em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, incluindo a substituição dos carris das gruas na face superior do tabuleiro;
- Reforço estrutural do Viaduto dos Macacos na Mina Mar Azul, Nova Lima, Minas Gerais, para a "Vale, S.A.";
- Serviços de montagem da complementação da treliça espacial de sustentação provisória da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, Santa Catarina, para o "Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA", de Santa Catarina;
- Assinatura do contrato de manutenção de pontes de betão armado, na Estrada de Ferro Vitória-Minas, para a "Vale, S.A.", com duração de 24 meses.

Pelos motivos acima indicados, também o número e valor total de propostas apresentadas por este setor diminuiu em comparação com os valores do ano anterior, fixando-se num total de 138 propostas estudadas, com um valor total de cerca de 400 milhões de euros.

Neste conjunto de estudos, especial destaque para a proposta de Reabilitação da Ponte Hercílio Luz, cuja decisão de contratação foi anunciada a 10 de março de 2016.

Esta obra, com uma duração prevista de 30 meses, a par de alguns projetos de obras portuárias que a empresa tem vindo a acompanhar, e ainda a continuação dos trabalhos na Linha 6 - Laranja, do Metro de São Paulo, fazem com que o ano de 2016 possa ser encarado com algum otimismo apesar da atual conjuntura económica do Brasil.

Na **Colômbia** foram desenvolvidos vários contactos comerciais, resultando no final do ano de 2015 na primeira adjudicação de trabalhos de Geotecnia e Fundações.

Trata-se da execução de uma parede moldada de 1.000mm, no Parque del Rio Medellin, para o Consórcio formado pelas empresas "Subsuelos S.A.", "SAINC Ingenieros Constructores S.A." e "Vera S.A.".

Groupement HOUAR-SEPROB-TGCC
Perfuração dos pilares de fundação para a Linha de Alta Velocidade entre Tanger - Kenitra
Marrocos

Ministério da Agricultura
Estacas para o edifício sede
Maputo | Moçambique

Ao longo de 2015, foram estudadas 29 propostas num total de 65 milhões de euros, o que representa um aumento de 70% face ao exercício anterior.

O sucessivo adiamento dos projetos de infraestruturas assentes em parcerias público-privadas tem tido repercussão direta no crescimento, menor do que as previsões, da economia colombiana. Havendo o arranque de algumas dessas parcerias em 2016, a área de Geotecnia e Fundações irá ter fortes oportunidades de desenvolvimento da sua atividade.

Em **Marrocos**, os proveitos foram de 2,3 milhões de euros, sendo de destacar os seguintes trabalhos:

- Conclusão da empreitada de fundação de estacas com o diâmetro de 1600mm no viaduto de Loukkos - Linha de Alta Velocidade Tanger Kenitra Larache, para a "SGTM - Société Générale des Travaux du Maroc";
- Início dos trabalhos de perfuração dos pilares de fundação com diâmetro de 1.000mm, 1.200mm, 1.500mm e 1.600mm, no Lote n.º 2 Secção Norte para a construção da Linha de Alta Velocidade - LGV entre Tanger e Kenitra, para o Groupement HOUAR-SEPROB-TGCC.

Considerando o baixo valor de propostas estudadas e as obras em carteira no final de 2015, é expectável uma redução de proveitos em 2016.

Em **Moçambique**, os proveitos alcançaram 11,4 milhões de euros, registando-se um aumento de 11% em relação ao ano anterior.

Destacam-se a execução das seguintes empreitadas:

- Conclusão dos trabalhos de contenção periférica e execução de estacas para o "Edifício JN II", na Avenida Julius Nyerere, em Maputo, para a "IMOINVESTE - Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Estacas para o edifício sede do Ministério da Agricultura (MINAG), em Maputo;
- Estacas para o Edifício Nadhari Opway, em Maputo, para a "Nadhari Opway, Limitada";
- Micro-estacas e maciços de fundação para a "KARPOWER International, Limited", na Cidade de Nacala.

Nadhari Opway, Limitada
Estacas para o Edifício Nadhari Opway
Maputo | Moçambique

Consorcio Boyaca - La Guaira
Contenção de taludes no Distribuidor de Macayapa
Caracas | Venezuela

Na área comercial foram elaboradas propostas num montante global de cerca de 104 milhões de euros, superior em 14 milhões ao valor que fora atingido no período anterior.

Daqueles estudos já foram concretizadas adjudicações de algumas obras no valor global de 14 milhões de euros, com destaque para a reabilitação do trem naval no Porto da Beira, para os "Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique E.P." - CFM.

Neste contexto, os próximos exercícios serão encarados com otimismo, perspetivando-se a continuação do crescimento da atividade do Grupo nesta área da construção, em Moçambique.

Na **Venezuela**, concluíram-se em novembro os trabalhos de contenção de taludes no Distribuidor de Macayapa, em Caracas, inserido no Prolongamento da Avenida Boyaca.

Devido a profundas alterações do projeto de execução, o volume de trabalho realizado ficou substancialmente abaixo do previsto em contrato.

A par desta obra, foi executada uma campanha de sondagens geotécnicas na área de implantação do Distribuidor de Baralt.

O volume total de proveitos foi de 440 mil euros, resultado da forte desvalorização do Bolívar.

Em 2016 e considerando a atual situação deste país, não está prevista a retoma da atividade.

Edifício 9 - Lote 13 - Lagoas Park
Oeiras | Portugal

Edifício no Lote 5 - Fórum Oeiras
Oeiras | Portual

Na área das **EDIFICAÇÕES**, a intervenção nos mercados é caracterizada pelo desenvolvimento de projetos de grande dimensão e complexidade técnica, abrangendo a construção e reconstrução de todo o tipo de edifícios, dos quais se destacam grandes edifícios complexos e multifuncionais, edifícios públicos, habitacionais e de serviços, complexos industriais, escolas, empreendimentos turísticos e hospitais.

Apesar da forte influência que a descida do preço do petróleo teve no ano de 2015, nos vários mercados onde a Empresa opera, a carteira de encomendas que existia de anos anteriores, permitiu quase duplicar o volume produzido em 2014, atingindo os 401 milhões de euros, tendo sido o ano de maior produção nesta Área da Construção da Teixeira Duarte.

O destaque foi para Moçambique, onde, essencialmente em função da grande obra do Banco de Moçambique, o Grupo produziu cerca de cinco vezes mais que na média dos anos anteriores, levando a um importante reforço dos meios disponíveis naquele país.

A natureza excecional de tal subida em 2015, terá como consequência natural uma descida da produção em Moçambique no exercício agora em curso, o mesmo sucedendo com Angola, neste caso em resultado de uma conjuntura internacional e nacional mais adversa.

Contudo, a continuada aposta no crescimento da atividade na Argélia e no Brasil, bem como a atenção dispensada a novas oportunidades em outros mercados numa perspetiva de implantação e continuidade, permitirá minimizar o impacto das já mencionadas quebras em Angola e Moçambique.

Em **Portugal**, o mercado da área da construção de edifícios manteve-se a níveis muito baixos, devido ao escasso investimento, tanto público como privado, sendo que apenas o subsetor da reabilitação urbana mostra algum dinamismo, ainda que concentrando essencialmente no centro da cidade de Lisboa.

Na área dos edifícios escolares, foram executados trabalhos no Colégio Moderno, em Lisboa.

Centro Hospitalar de São João, E.P.E.
Pisos 3, 4 e 5 - ala nascente e especialidades de internamento e cirurgias do Hospital de São João
Porto | Portugal

Centro de Logística e de Distribuição de Luanda (CLOD)
Viana | Angola

No setor dos serviços, foi executada a empreitada de construção do Lote 13 do "Lagoas Park", em Oeiras, para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

Em Lisboa, foi iniciada a recuperação do edifício "*Caleidoscópio*" para "Sistemas McDonald's de Portugal, Lda.".

Para a "ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.", foi executada a empreitada de coberturas para o *curbside* do piso 3 no aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto e, no aeroporto da Ilha da Madeira, a empreitada de reorganização dos pisos 2 e 3 da Aerogare - 1ª fase, em regime de conceção/construção.

Na área da saúde concluiu-se a construção dos pisos 3, 4 e 5 da ala nascente e das especialidades de internamento e cirurgias do Hospital de São João, no Porto, para a "Centro Hospitalar de São João, E.P.E.".

Na área da habitação foi dado início à reabilitação do edifício denominado "Park Avenue", na Rua Padre António Vieira, em Lisboa, para a "Pigment Party Unipessoal, Lda.".

Foi ainda concluída a construção do edifício implantando no Lote 5 do empreendimento promovido pelo Grupo Teixeira Duarte designado "Fórum Oeiras".

Em **Angola**, a atividade da Teixeira Duarte foi dificultada pela escassez de divisas na banca comercial necessárias às importações, tendo-se, ainda assim, mantido um volume de produção em linha com o registado no ano de 2014.

Na área dos edifícios escolares foi iniciada a construção do auditório do Colégio São Francisco de Assis, em Talatona, para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

Clínica Sagrada Esperança, Lda.
Estrutura de betão armado e acabamentos - Edifício 1
Contenção periférica, fundações, estrutura das caves
arranjos exteriores e central técnica - Edifícios 2 e 3
Luanda | Angola

Cooperativa de Habitação Essandjú, SCRL
Edifício Dyeji
Luanda | Angola

Na área industrial, prosseguiram os trabalhos de construção do Centro de Logística e de Distribuição de Luanda (CLOD) em Viana, nos arredores da cidade de Luanda. Trata-se duma obra de grande dimensão e de enorme importância para o abastecimento de produtos alimentares à capital do país.

No setor do comércio e serviços, foram concluídos diversos trabalhos para empresa do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente os executados na Loja "Maxi Zango" (fase 2), na "Maxi Congolenses", assim como na "Farmácia Maxi Park" e no "Restaurante Dicasa", estes dois últimos no Morro Bento, todas em Luanda.

Para a mesma entidade do Grupo Teixeira Duarte, iniciaram-se os trabalhos de ampliação do Centro de Distribuição de Frios, no Morro Bento e a empreitada da "Maxi Golf", em Luanda.

Em Luanda, foi concluída a obra de construção de um Edifício Multiusos, no Maculusso, para a IURD.

Para o "Banco de Negócios Internacional, S.A." (BNI), foi executado o balcão na Avenida Ho Chi Min, em Luanda.

Na área da saúde, para a "Clínica Sagrada Esperança, Lda.", em Talatona, Luanda, foram concluídos os trabalhos das empreitadas de estrutura de betão armado do edifício 1 e da contenção periférica e fundações dos edifícios 2 e 3. Foi dado início à empreitada dos acabamentos do edifício 1 e à estrutura das caves dos edifícios 2 e 3, arranjos exteriores e central técnica. De referir que todas estas empreitadas são realizadas no regime de conceção/construção.

Na área da habitação foi concluída a empreitada geral de construção do Edifício Dyeji, para a " Cooperativa de Habitação Essandjú, SCRL", obra situada na Ilha do Cabo, em Luanda. Para o mesmo cliente e fazendo parte do mesmo complexo, prosseguiram os trabalhos da empreitada geral de construção do "Edifício Kuaquie".

Cooperativa de Habitação Essandjú, SCRL
Edifício Kuaquie
Luanda | Angola

Gulf Bank Algeria
Estrutura em betão armado do edifício da nova sede social
Argel | Argélia

Para diferentes clientes privados, foram iniciados os trabalhos de construção do Edifício do Lote 39, Parcela 3, na Ilha do Cabo, e os de construção de moradia na Sodimo, tendo sido concluídos os trabalhos na Casa da Rua da Índia, n.º16, em Luanda.

Foi ainda iniciada a empreitada de fundações e estrutura de moradia em Alvalade, para a "Scontrading - Construção Civil, Lda.".

Na **Argélia**, prosseguiram os trabalhos da empreitada de execução da estrutura em betão armado do edifício da nova sede social do "Gulf Bank Algeria" (AGB), em El Biar, Argel. Trata-se de um edifício de 24 pisos e de grande qualidade arquitetural, para alojar a sede do AGB. A sua estrutura é mista de aço e betão armado e irá incorporar materiais de elevada qualidade, sendo a maioria proveniente de importação.

Também em Argel, prosseguiram os trabalhos de construção de um parque de estacionamento com vários andares em Sidi Yahia - Bir Mourad Rais (Argel), para a "Direction des déplacements, des transports et de la circulation de la wilaya d'Alger". Para a realização desta obra foi formado um agrupamento com a empresa argelina "ETRHB Haddad, SPA" (Entreprise des Travaux Routiers, Hydrauliques et Bâtiments).

Prosseguiu a empreitada de construção da Residência Oficial na Cidade de Constantine, para a "Direction de l'administration locale de la wilaya de Constantine". Esta obra encontra-se atualmente suspensa, devido a alterações importantes que estão a ser introduzidas pelo Dono da Obra no projeto.

Foram concluídos os trabalhos de adaptação de um edifício em Argel, para alojar os novos escritórios da Teixeira Duarte, nesta cidade.

No **Brasil** o Grupo manteve o nível de produção do ano anterior e assegurou a manutenção da forte ligação aos seus clientes, que reconhecem as características diferenciadoras da Teixeira Duarte.

Na área dos edifícios escolares, foi iniciada a empreitada da estrutura do bloco "H" para a Associação Britânica de Educação - ABE, na Barra da Tijuca,

Associação Britânica de Educação
Estrutura do bloco "H"
Rio de Janeiro | Brasil

Instituto Porto Seguro
Construção de Galeria de Arte
São Paulo | Brasil

Rio de Janeiro. Já no final do ano de 2015, foi contratada empreitada da 2ª fase da obra, correspondente aos acabamentos do mesmo edifício.

No setor dos serviços, foi concluída a empreitada de Serviços Civis nos Refeitórios da Laminação a Frio, Aciaria 2 e Manutenção Central, para "Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A." (Usiminas), em Cubatão, São Paulo.

Foi também concluída a obra de construção de Galeria de Arte, incluindo trabalhos de fundações, estrutura, acabamentos e instalações, para o Instituto Porto Seguro, também em São Paulo. Trata-se duma obra de arquitetura invulgar e com inúmeras soluções construtivas inovadoras, onde foram colocadas equipas muito experientes de diversos setores da empresa, sendo o resultado final de reconhecida qualidade.

Ainda neste setor dos serviços, prosseguiram os trabalhos da empreitada, de grande dimensão e complexidade, para a estrutura do novo edifício da IURD, em Curitiba, Paraná.

Na área da saúde, foram executados os trabalhos de acabamentos e instalações do 3º pavimento do Hospital Metropolitano da Lapa, para a "Amico Saúde, Ltda." (Grupo AMIL), em São Paulo. No mesmo hospital, foi dado início à empreitada de obras civis, acabamentos e instalações do 4º e 5º pavimentos.

Em Guarulhos, São Paulo, foi iniciado o "Retrofit" do 3º, 4º e 5º Pavimentos do Hospital Carlos Chagas e executado o novo anexo na Quadra Cerqueira César, para "ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares, S.A.".

Em Niterói, Rio de Janeiro, foi concluída a execução da estrutura de betão armado do prédio da Imprensa para "Patrys Investimentos Imobiliários, Ltda.".

No Hospital São Lucas, em Copacabana, Rio de Janeiro, foi dada continuidade às diversas empreitadas que têm vindo a ser executadas para a

Impar Serviços Hospitalares S.A.
Remodelação e modernização do Hospital São Lucas
Rio de Janeiro | Brasil

Banco de Moçambique
Construção de edifícios para a nova sede social
Maputo | Moçambique

remodelação e modernização desta importante unidade de saúde privada, para "Impar Serviços Hospitalares S.A.".

Em Méier, Rio de Janeiro, foi iniciada a construção do novo edifício de ampliação do Hospital Pasteur, para "ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares, S.A.". Para este mesmo cliente, foi iniciada também a reforma do centro cirúrgico e UTI de adultos, no Hospital Alvorada, em Brasília - Distrito Federal.

Em **Moçambique**, o elevado nível de produção alcançado, esteve em contraciclo com a evolução deste setor no país. Fruto da execução de obras de grandes dimensões contratadas em anos anteriores, foi atingido um volume de faturação recorde neste país, tendo sido o mercado com maior volume de faturação na Área das Edificações do Grupo.

Na área industrial, foi concluída a construção de infraestruturas para instalações de inspeção não intrusiva, em Ressano Garcia, província de Maputo, para a "Kudumba Investments, Lda.".

Para a "Cimentos de Moçambique S.A.", foram concluídos os trabalhos de construção civil para a instalação de novo filtro de mangas do forno da fábrica de cimentos da Matola, também na província de Maputo.

No Porto de Nacala, foi concluída a empreitada do projeto de reabilitação do Porto de Nacala, para a "Penta-Ocean Construction Co., Ltd.".

Também na cidade Nacala, foi iniciada a empreitada de construção civil de execução das oficinas de manutenção das locomotivas e vagões, para o "Corredor Logístico Integrado de Nacala, S.A.".

No Porto de Maputo, foi concluída a empreitada de extensão do terminal automóvel - fase 3, para a "Maputo Car Terminal, Limitada" (MCTL).

Foi dada continuidade aos trabalhos do contrato de manutenção eletromecânica e hidráulica dos canteiros, na cidade de Nacala, para a

IMOINVESTE, S.A.
Edifício de serviços para Ministério de Planificação
e Desenvolvimento e Ministério das Finanças
Maputo | Moçambique

SOCIGEST, S.A.
Edifício para o Ministério da Agricultura
Maputo | Moçambique

"Corredor Logístico Integrado de Nacala, S.A.".

No porto da Matola foram realizados os trabalhos da empreitada de reparação e drenagem da estrada, para o Terminal de Carvão da Matola (TCM).

No setor dos serviços, prosseguiram os trabalhos na importante obra de construção dos edifícios para a nova sede do Banco de Moçambique, um deles com 30 pisos e num total de cerca de 87.000m^2 de área de construção que envolve complexas soluções de engenharia e instalação de múltiplos equipamentos de elevada sofisticação. Esta obra marca pela sua arquitetura, área de construção e altura do principal edifício a paisagem da zona da baixa de Maputo.

Foi dada continuidade à empreitada de construção de edifício de serviços para o Ministério de Planificação e Desenvolvimento e para o Ministério das Finanças, na Avenida Julius Nyerere, na cidade de Maputo, para a "IMOINVESTE - Investimentos Imobiliários, S.A.".

Foi concluída a execução do parque de estacionamento e ampliação de loja Home Center, em Maputo, para a "Home Center, Lda.".

Continuação da construção do Edifício para o Ministério da Agricultura, em Maputo, para a "SOCIGEST - Sociedade de Gestão de Participações, S.A.".

Foi iniciada a reabilitação do piso zero do bloco "B", para o Ministério do Trabalho.

Na área habitacional, prosseguiram os trabalhos de construção do edifício de 24 pisos sito na Avenida Julius Nyerere nº 130, em Maputo, para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

Foram construídas 18 moradias em Ressano Garcia, para a "Kudumba Investments, Lda.".

Na área da saúde, foram iniciados os trabalhos de construção do hospital provincial de Inhambane, para o Ministério da Saúde.

EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.
Reforço de Potência da Barragem de Salamonde
Vieira do Minho | Portugal

IP, S.A.
Construção do Túnel do Marão, no IP4 (A4)
Vila Real | Portugal

A Teixeira Duarte reúne no seu portfólio de realizações todo o tipo de **INFRAESTRUTURAS**, tendo executado nomeadamente obras de Estradas e Autoestradas, de Pontes e Viadutos, de Barragens, de Ferrovias, de Gares Ferroviárias e Interfaces, de Obras Portuárias, de Construção Ambiental e ainda de Infraestruturas de Água e Gás Natural.

A atividade desenvolvida nesta área tem acompanhado as variações cíclicas dos principais mercados em que o Grupo opera, sendo que em 2015 se registou um abrandamento dos proveitos alcançados, os quais foram ainda penalizados por efeitos cambiais, particularmente significativos no caso da Venezuela.

A atividade comercial continuou centrada num esforço de crescimento e diversificação territorial, que não logrou avanços significativos.

Em **Portugal** não se concretizaram as expectativas de crescimento da atividade nem da carteira de obras, sendo que, com o conhecimento atual do calendário para lançamento de novos investimentos no setor, prevê-se que tal apenas possa suceder em 2017.

As obras desenvolvidas ao longo do exercício foram:

- A "Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência da Barragem de Salamonde", em Salamonde - Vieira do Minho, para a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.". Esta obra de elevada complexidade técnica, executada pelo "CONSTRUSALAMONDE, ACE", no qual a TD-EC e a sua participada EPOS, S.A. detêm 92,5%, teve um desenvolvimento compatível com os objetivos traçados perante o exigente cliente, tendo as datas chave contratualmente relevantes sido cumpridas. As receções provisórias da empreitada geral de construção e do descarregador de cheias complementar foram concretizadas em 30 de novembro de 2015, na linha do definido com o dono da obra, consolidando a relação técnico-comercial com este cliente e parceiro;
- A empreitada para a "Construção do Túnel do Marão, no IP4 (A4), em regime de Conceção/Construção", que liga os concelhos de Amarante e de Vila Real, para a "IP - Infraestruturas de Portugal, S.A." tinha um prazo extremamente reduzido, principalmente face à elevada exigência técnica e de procedimentos de gestão.

ANESRIF
Modernização da Linha Thenia/Tizi Ouzou
Estação de Bordj Menaiel
Boumerdès | Argélia

ANESRIF
Modernização da Linha Thenia/Tizi Ouzou - PK 36
Argélia

Trata-se de uma obra de grande importância, executada em consórcio entre a TD-EC e a sua participada EPOS, S.A., constituída por duas galerias (cada uma com 5,7kmde extensão e duas vias) e por três edifícios técnicos, sendo dotada de modernos e otimizados sistemas de gestão de tráfego e de segurança.

Tendo sido consignada em setembro 2014 pelo valor de 88,1 milhões de euros e com um prazo de execução de 518 dias, 120 dos quais afetos ao projeto de execução, a sua conclusão está prevista ocorrer neste mês de abril 2016.

Em 11 de abril de 2016 foi assinado entre a TD-EC e a "REN - Rede Elétrica Nacional, S.A." o contrato para a realização da empreitada de "Construção Civil para a Instalação da Subestação de Alcochete 400/60 kv - obra 52.00", em Alcochete, pelo valor de 5 milhões de euros e com um prazo de execução de 11 meses.

Em **Angola**, a já referida conjuntura implicou o corte de um terço do total da despesa pública e consequentemente a suspensão, em 2015, da maioria dos projetos de Infraestruturas bem como da atividade técnico-comercial.

Neste enquadramento mais complexo, durante o exercício em análise a atuação da Teixeira Duarte nesta área das Infraestruturas neste país, cingiu-se, essencialmente, ao desenvolvimento da empreitada de "Reabilitação da Rede Viária de Luanda - Avenida Hoji Ya Henda", numa extensão de 5,1km, para o "INEA - Instituto de Estradas de Angola", com um valor de 67,6 milhões de USD.

Os trabalhos de reabilitação desta via estruturante da cidade de Luanda - que atravessa os importantes Municípios do Rangel e do Cazenga - mantiveram-se condicionados, sobretudo por problemas de expropriações e por algumas contingências ao nível dos serviços afetados. Apesar disso, prevê-se que esta empreitada seja concluída durante o ano 2016.

Entreprise du Métro d'Alger
Construção da Linha 1 do Metro de Argel
Argel | Argélia

Algérienne de Gestion des Autoroutes
Autoestrada Este-Oeste
Argélia

Na **Argélia**, consolidou-se o crescimento verificado em exercícios anteriores, pese o impacto desfavorável no volume de negócios provocado pela desvalorização gradual do dinar argelino face ao euro.

As principais empreitadas em curso são:

- "Études d'Exécution et Travaux de Modernisation de la Ligne Thenia/Tizi-Ouzou et son Électrification jusqu'à Oued Aissi (50+14km)", para a "ANESRIF - Agence Nationale d'Etudes et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires". Esta obra está a cargo de um agrupamento liderado pela TD-EC, a quem cabe, nesse âmbito, a execução de quatro viadutos (30 mts em estrutura metálica, 132 mts em betão, 660 mts em estrutura mista empurrada e 765 mts constituído por quatro arcos metálicos de 140 mts cada e seis arcos em betão), sete gares, via-férrea e respetiva eletrificação, por um valor global previsto de 210 milhões de euros. A empreitada tem data de conclusão programada para março 2017, sendo que o reconhecimento pelo cliente da boa prestação da TD-EC abre perspetivas de novos trabalhos nesta empreitada, quer ao nível da construção civil, quer das especialidades de via e de catenária.
- "Projet de Réalisation de la Ligne 1 - Lot 1: Extension A Gros Œuvre-Voie, Ligne et Stations sur le Tronçon: Place Émir Abdelkader - Place des Martyrs, Alger", para a "Entreprise du Métro d'Alger (E.M.A.)". Esta empreitada, que está a cargo de um agrupamento integrado pela TD-EC, consta da execução de duas estações enterradas (Ali Boumandjeli e Place des Martyrs) e de um túnel com 1,8km de extensão, cujo valor de trabalhos, na parte relativa à TD-EC (40%), ascenderá a 65 milhões de euros. A execução desta exigente empreitada tem sido pautada por bons níveis de produção e de desempenho pese embora a respetiva localização e envolvente, o que tem sido amplamente reconhecido pelo cliente.
- "Réalisation des Instalations et Équipements d'Exploitation de l'Autoroute Est-Ouest - Lot Ouest", no noroeste da Argélia, para a "Algérienne de Gestion des Autoroutes (A.G.A.)". Esta obra está a cargo de um agrupamento liderado pela TD-EC e contempla a realização, numa extensão de 330km, dos trabalhos de terraplenagens, redes diversas, construção civil, instalações e equipamentos especiais, pavimentações, arranjos exteriores e paisagismo de quinze áreas de portagem, de nove centros de manutenção, de vinte e duas áreas de repouso e de treze áreas de serviço, que irão servir o lote Oeste da autoestrada Este/Oeste. Foi adjudicada, na parte relativa à TD-EC, pelo montante de cerca de 202 milhões de euros.

VALE S.A.
Obras civis no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira
Maranhão | Brasil

ANGLO FERROUS Minas-Rio Mineração S.A.
Porto do Açu
Rio de Janeiro | Brasil

- "Réalisation et Exploitation de la Station d'Épuration de la nouvelle ville Ali Mendjeli (Constantine)", para o "Ministère des Ressources en Eau - Office National de l'Assainissement (O.N.A.)", cuja conceção, da TD-EC, como variante ao concurso, inclui um reator em carrossel com 45.000 m^3 e sistema de tratamento biológico com lamas ativas, servindo no futuro uma população de 160.000 habitantes. A obra foi adjudicada pelo montante de cerca de 15 milhões de euros, com um prazo global de 57,5 meses - 33,5 para a construção e 24 para a exploração, a qual foi atribuída a um agrupamento liderado pela TD-EC também em resultado do bom trabalho efetuado em empreitada anterior para o mesmo cliente e da excelente relação mantida entre as partes.
- "Réalisation de la Liasion Autoroutière Reliant le Port de Tènés à l'Autoroute Est-Ouest sur 54km(première tranche sur 22km)", em Chlef, tem por objeto a construção "chave na mão" de uma nova autoestrada em perfil 2x3 vias, com 22kmde extensão, com vinte e cinco obras de arte e quatro nós de ligação, por um valor global de cerca de 204 milhões de euros, cabendo à TD-EC a liderança do agrupamento e uma quota de participação de 47,5%. A respetiva ordem de serviço foi atribuída em 31 de março de 2015.
- "Réalisation de la Pénétrante Autoroutière Reliant le Port de Skikda à l'Autoroute Est-Ouest sur 31km", em Skikda, tem por objeto a construção "chave na mão" de uma nova autoestrada em perfil 2x3 vias, com 31km de extensão, com trinta e sete obras de arte e cinco nós de ligação, por um valor global de cerca de 300 milhões de euros, cabendo também à TD-EC a liderança do agrupamento e uma quota de participação de 75%. A respetiva ordem de serviço foi atribuída em 2 de julho de 2015.

Estes últimos contratos refletem a continuada e consequente aposta da Teixeira Duarte neste país há mais de dez anos e consolidam a importância da Argélia no setor da Construção do Grupo, nomeadamente na área das Infraestruturas.

No **Brasil**, a atividade da área de atuação das Infraestruturas tem sido concretizada através da participada "EMPA, S.A.", atuando nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Maranhão.

DER/MG
Melhoramento e pavimentação da rodovia MG-230
Trecho Serra do Salitre a Rio Paranaíba
Minas Gerais | Brasil

VALE S.A.
Construção do Viaduto de Bicas
Minas Gerais | Brasil

Em 2015, o enquadramento político e económico impactou decisivamente sobre os orçamentos do Governo Federal e Estaduais e reduziu de forma significativa o investimento dos Departamentos Nacional e Estaduais de Infraestrutura de Transportes, "D.N.I.T." e "DER`s", respetivamente, o que não viabilizou a obtenção das Ordens de Início para a execução das obras contratadas com esses clientes, contribuindo, dessa forma, para a redução da atividade no decorrer do ano 2015.

Aliado a este cenário, em 2015, verificou-se uma redução importante dos preços internacionais de *commodities*, principalmente petróleo e minério de ferro, o que se traduziu numa revisão em baixa dos cronogramas de investimentos das empresas destes setores.

Não obstante, para 2016 afigura-se possível consolidar o nível de atividade registada em 2015, essencialmente em razão do volume de obras já em carteira.

Aos doze contratos em curso no início de 2015 acresceram ao longo do ano mais as seguintes empreitadas:

- "Obras Civis no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira" em São Luís, Estado do Maranhão, para a "VALE S.A.";
- "Expansão da Estrada de Ferro Carajás" em Santa Inês, Estado do Maranhão: trata-se de uma obra ferroviária, em consórcio com a empresa do Grupo "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." e tendo como cliente a "VALE S.A.".

Ao longo do exercício em análise foi dada sequência ao desenvolvimento dos Projetos Básico e Executivo para os seguintes contratos com o "Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (D.N.I.T.)":

- "Elaboração de Projectos e Execução de Obras de Duplicação na Rodovia BR-101/BA", em Esplanada, no estado da Bahia;
- "Elaboração de Projectos e Execução de Obras de Adequação na Rodovia BR-440/MG", em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais;
- "Elaboração de Projectos e Execução de Obras de Duplicação na Rodovia BR-116/BA", em Jeremoabo, no estado da Bahia.

Para além das obras atrás mencionadas, foi dada continuidade à construção das seguintes obras:

- "Obras Civis de On Shore 3 - Porto do Açu", no estado do Rio de Janeiro, para a "ANGLO FERROUS Minas-Rio Mineração S.A.";
- "Obras de Melhoramento e Pavimentação da Rodovia MG-230, trecho Serra do Salitre a Rio Paranaíba", em Minas Gerais, para o "Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG";
- "Construção do ESTALEIRO JURONG", em Aracruz, estado do Espírito Santo, para a "Estaleiro Jurong - Aracruz, LTDA";
- "Obras Civis de On Shore 5 - Porto do Açu", no estado do Rio de Janeiro, para a "ANGLO FERROUS Minas-Rio Mineração S.A.";
- "Construção da Rodovia BR 235/BA", localizada na cidade de Coronel João Sá, estado da Bahia, para o "Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - D.N.I.T.";
- "Estabilização de Taludes do Setor Cava Oeste da Mina Águas Claras", na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, sendo o cliente a "Mineração Brasileira Reunidas S.A. - M.B.R.", participada do "Grupo VALE".
- No decorrer do exercício, concluímos a "Execução das Obras Civis para Construção do Viaduto de Bicas", localizado em Rio Piracicaba, no estado de Minas Gerais, para a "VALE S.A.".

Na **Venezuela**, durante o ano 2015, a atividade na área de Infraestruturas teve uma quebra muito significativa, devido ao final da obra de construção do porto de La Guaira e às circunstâncias de mercado, fundamentalmente a significativa e impactante queda dos preços do petróleo, que induzem menor intensidade no investimento em infraestruturas, afetando os projetos em curso.

Para além disso, a elevada expressão na quebra de proveitos resulta, no essencial, de acentuadas desvalorizações cambiais.

O assinalado abrandamento do investimento em infraestruturas teve também como efeito a manutenção em stand-by de diversos memorandos de entendimento referentes a diversos projetos, entre os quais, se destaca o referente à "Nueva Autopista Alterna Caracas - La Guaira".

Ainda assim, durante 2015, destacam-se as seguintes empreitadas:

- "Procura y Construcción del Muelle Oeste en la Ampliación y Modernización del Puerto de La Guaira", no estado de Vargas, para a "Bolivariana de Puertos, S.A.", tendo-se entregue todos os processos para a efetivação da sua receção definitiva.
- "Construción del Tunel Baralt, Distribuidor Macayapa y Viaduto Tacagua", em Caracas, para o "Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre", que a TD-EC executa através do "Consórcio Boyacá - La Guaira", no qual detém uma participação de 57,2%. Nesta obra, prosseguem os trabalhos de perfuração em quatro frentes das duas galerias do túnel, cuja conclusão se prevê agora para o final de 2018, em função de ajustes contratuais ditados por novas circunstâncias. Os trabalhos nas componentes do distribuidor Macayapa e no viaduto Tacagua tiveram o avanço condicionado pela densa ocupação do terreno e as inerentes dificuldades associadas aos processos de realojamento, esperando-se que a intervenção do "Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre" permita a aceleração dos trabalhos e a conclusão desta importante obra. Ainda assim, do lado Macayapa, assinala-se o bom ritmo obtido na execução das redes de canalizações e a conclusão da contenção dos principais taludes.
- "Planta Fisica de Nodos de la Red del Octavo Proyecto de Servicio Universal de Telecomunicaciones - Opsut", para a "Compañia Nacional de Teléfonos de Venezuela (CANTV)". Nesta obra, continuaram os trabalhos de construção e beneficiação de 213 nós e da respetiva rede de fibra ótica distribuída pelos diversos estados da Venezuela, numa área superior a 800.000km^2, com condições e características muito distintas que tem implicado um enorme empenho, disponibilidade e eficiência de meios por parte das equipas da TD-EC. Não obstante as diversas dificuldades sentidas, em particular em 2015, perspetiva-se a conclusão desta empreitada durante o ano 2017.

Nestes últimos anos, a Teixeira Duarte tem materializado múltiplas obras, estruturantes para o desenvolvimento sustentado da Venezuela, assumindo a responsabilidade e a execução com sucesso de empreitadas de grande dimensão e complexidade, com acentuada vertente de engenharia em vários domínios de atuação, refletindo não só a sua capacidade, mas também a presença de mais de 38 anos consecutivos neste país.

A **METALOMECÂNICA**, constitui uma valência da Teixeira Duarte na área da construção metálica, com equipas que atuam quer de uma forma integrada com os demais setores, quer diretamente para clientes finais, acrescentado valor pela sua capacidade técnica em obras de elevada complexidade com forte componente metálica, nomeadamente pontes e viadutos metálicos, edifícios e estruturas metálicas diversas de grande porte. Possuindo igualmente um elevado *know-how* no domínio da óleo-hidráulica, a Teixeira Duarte tem desenvolvido através desta área uma atividade na conceção e construção de equipamentos hidromecânicos e outros equipamentos especiais. Também na área da Mecânica, tem desenvolvido regularmente atividade, mais concretamente na manutenção e reparação de equipamentos móveis de construção e mineiros.

Em 2015, em resultado da implementação de processos de Controlo de Produção em Fábrica na Unidade fabril integrada no Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo, foi obtida a certificação pela norma "NP EN 1090-1:2009+A1:2013" - *Execução de estruturas de aço e de estruturas de alumínio. Parte 1: Requisitos para a avaliação de conformidade de componentes estruturais*. Esta certificação, de acordo com a regulamentação europeia, é fundamental para a comercialização dos produtos da construção e para a marcação "CE" nesses produtos.

Durante o ano de 2015, a atividade manteve-se alargada a várias geografias onde a Teixeira Duarte atua, tendo-se registado, em termos globais, um ligeiro aumento de volume de atividade.

Em **Portugal**, em consequência da manutenção da conjuntura que se tem verificado, a atividade continuou com um ritmo semelhante ao do ano anterior.

As instalações do Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo, continuam a afirmar-se como uma valência relevante e fundamental na atuação da empresa nesta área da Metalomecânica. Com efeito, aqui foram produzidas estruturas metálicas destinadas a diversas obras da Teixeira Duarte noutros mercados, em especial na Argélia.

No âmbito da empreitada de Reforço de Potência do Aproveitamento da Barragem de Salamonde, a ser executada para a "EDP - Gestão de Produção de Energia, S.A.", prosseguiu-se a realização de estruturas metálicas diversas.

No final de 2015 foi adjudicada pela "EDP - Gestão de Produção de Energia, S.A." a empreitada de adequação da comporta de montante da descarga de fundo da Barragem da Bouçã ao regulamento de segurança de barragens, obra a realizar em 2016, que permite integrar um conjunto interessante de soluções de engenharia a realizar por diversas áreas do Setor da Construção da Empresa.

Para a "Infraestruturas de Portugal, S.A.", foi realizada uma intervenção de urgência na ponte Eiffel em Viana do Castelo, com execução de apoio provisório num pilar/encontro. Para o mesmo cliente, foi também adjudicada a empreitada de reparação urgente na ponte Eiffel ao PK 80+000 da Linha do Minho, com trabalhos de substituição de aparelhos de apoio nos pilares/encontro e reparação de pilar/encontro.

Prosseguiram os trabalhos no âmbito do contrato de assistência técnica na área de reparação de equipamento mineiro com a "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.", através do qual foi realizada a manutenção de grande parte do equipamento móvel de exploração mineira deste cliente. Esta colaboração, que se tem mantido ao longo de vários anos, tem sido objeto de sucessivas renovações de contrato.

Atendendo à sua especialidade, outras propostas foram apresentadas diretamente através desta área da Metalomecânica para clientes externos como a "EDP - Gestão de Produção de Energia, S.A." ou a "BRISA - Auto-Estradas de Portugal, S.A.", sendo elevada a expectativa relativamente a algumas das propostas apresentadas.

Em **Angola**, prosseguiu a atividade de construção de estruturas metálicas integradas em empreitadas conduzidas por outras áreas de atuação da construção, nomeadamente no "Centro de Logística e Distribuição de Luanda" (CLOD), bem como para outras obras para empresas do Grupo Teixeira Duarte que atuam neste país nos Setores da Distribuição e Automóvel.

Foram concluídos os trabalhos no âmbito da empreitada de reforço provisório - 2ª fase, dos cabos de suspensão na ponte sobre o rio Kwanza para o "Instituto de Estradas de Angola" - INEA.

CNO
Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca
Kwanza Norte | Angola

ANESRIF
Fornecimento e montagem de revestimentos exteriores
Argélia

Em 2015 firmou-se contrato com a "Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Sucursal em Angola" (CNO) para a montagem das estruturas metálicas da Casa de Força, no projeto do aproveitamento hidrelétrico de Laúca. A realização desta empreitada, de volume muito significativo, teve um contributo para aumento de volume da atividade nesta área em Angola relativamente aos anos anteriores.

Face à atual conjuntura do mercado angolano, as expectativas no futuro próximo não são muito favoráveis. Todavia, caso as condições financeiras o permitam, temos possibilidade de aumentar significativamente o âmbito da atividade, em particular na obra da barragem de Laúca.

Na **Argélia**, prosseguiram os trabalhos de fornecimento e montagem de revestimentos exteriores e diversos elementos metálicos das sete gares ferroviárias integradas na empreitada realizada para a "Agence Nationale d'Études et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires" (ANESRIF).

Deu-se início à montagem de estruturas metálicas inerentes ao projeto para a nova sede social do "Gulf Bank Algeria" (AGB), empreendimento que compreende a construção de três edifícios, incluindo duas torres de 24 pisos e aproximadamente 100m de altura, constituídas por estrutura metálica aparafusada, fabricada nas instalações do Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo, em Portugal.

Para o ano de 2016, está previsto que esta área continue a dar seguimento aos projetos acima referidos, e que seja dado início aos trabalhos de construção das estruturas destinadas às coberturas das portagens e edifícios de apoio, englobadas no projeto de controlo e monitorização dos trabalhos de instalações e equipamentos de exploração na autoestrada este-oeste - lote Oeste, para a "Algérienne de Gestion des Autoroutes" (AGA).

Em consonância com o previsto crescimento de atividade do Grupo Teixeira Duarte neste mercado, a Metalomecânica encara com elevada expectativa a possibilidade de acompanhar esse incremento. Não obstante, tem-se desenvolvido ação comercial neste mercado, com apresentação de propostas diretamente para clientes externos em trabalhos da especialidade.

AGB
Montagem de estruturas metálicas do edifício da nova sede social
Argel | Argélia

VALE S.A.
Substituição da Ponte sobre o Rio Santa Maria,
Espírito Santo | Brasil

No **Brasil** foi concluída a substituição da Ponte sobre o Rio Santa Maria, em Cariacica, estado de Espírito Santo, a última da empreitada de substituição de três pontes na Estrada de Ferro Vitória-Minas, para a empresa "VALE S.A.".

Também no Brasil, em colaboração com à área da Geotecnia e Reabilitação, foram iniciados trabalhos de montagem de estruturas metálicas para sustentação provisória do tabuleiro central da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis (Santa Catarina), para o "Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA".

Já em 2016, a Teixeira Duarte foi contratada para executar a reabilitação geral da Ponte Hercílio Luz, obra de grande complexidade, dada a antiguidade da ponte (cerca de 90 anos) e o mau estado de conservação em que se encontra.

Em **Moçambique**, está previsto que tenha início em breve a empreitada de reabilitação da ponte sobre o Rio Save, para a "Administração Nacional de Estradas" (ANE), na qual se prevê a execução de diversos trabalhos de elevada especialização nesta área da Metalomecânica.

EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.
Reforço de potência da Barragem de Salamonde
Vieira do Minho | Portugal

IP, S.A.
Túnel do Marão
Vila Real | Portugal

Nas **OBRAS SUBTERRÂNEAS**, o Grupo Teixeira Duarte conta, para além da própria TD-EC, com a "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." (EPOS, S.A.), empresa com mais de trinta anos de experiência, detentora da mais avançada tecnologia e equipamentos para a execução de obras desta natureza, atuando tanto no campo da engenharia civil como na área mineira.

Em 2015 a EPOS, S.A., atingiu um volume de negócios de 101 milhões de euros, valor que supera em 40% o conseguido no ano anterior.

A atividade industrial desenvolvida em Portugal representou 61% do total das vendas, tendo a parcela restante sido obtida nos quatro mercados externos onde esta empresa atua.

Em **Portugal**, a produção desta participada repartiu-se entre trabalhos realizados para diversas entidades mineiras e obras de engenharia civil, nos setores hidroelétrico e rodoviário, sendo merecedores de referência os seguintes trabalhos:

- A intervenção na Mina de Neves Corvo, onde prosseguiram os trabalhos objeto dos vários contratos celebrados com "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A." visa o desenvolvimento e reabilitação daquela infraestrutura mineira. Em 2015, foram escavados 4,5km de túneis e galerias, aplicados 31 mil m^3 de betão projetado e 72 mil pregagens e realizados diversos trabalhos de perfuração longa para injeções no terreno, bem como um amplo programa de reabilitação de poços de ventilação. Em paralelo, prosseguiu também a empreitada de desmonte e transporte de minério, cujo total de produção se fixou em 264 mil toneladas.
- No mês de novembro, depois de escavado o último rolhão de segurança do túnel de restituição e de demolidas as ensecadeiras de proteção do circuito hidráulico, ficou concluída a empreitada geral de construção do reforço de potência de Salamonde - Salamonde II, contratada pela "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A." ao Agrupamento "CONSTRUSALAMONDE, A.C.E.", no qual a EPOS, S.A. tem uma participação de 40%.
- A empreitada de construção do IP4 (A4) Túnel do Marão (em regime de conceção/construção), a realizar em consórcio com TD-EC para a "IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.", constituiu, em especial pelo seu apertado prazo contratual, um importante desafio à capacidade técnica da empresa. Com efeito, embora confrontada com a interceção de uma extensa zona de falha geológica, a EPOS, S.A. logrou concluir os trabalhos de escavação e de colocação do revestimento em betão armado numa extensão de 11,3km de túnel.

CNO
Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca
Kwanza Norte | Angola

Consorcio Boyaca - La Guaira
Túnel da rodovia de saída de Caracas - direção aeroporto
Caracas | Venezuela

Em **Angola**, prosseguiram em bom ritmo os trabalhos integrados no circuito hidráulico do Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca, no Kwanza Norte, realizada em regime de subempreitada para a "Construtora Norberto Odebrecht, S.A.", tendo sido construídos 4,5km de túneis de grande secção e 230 metros de poços com oito metros de diâmetro.

Em **Espanha**, a atividade da empresa manteve-se concentrada no setor mineiro, registando intervenções em diversas minas:

- Na Mina de Aguablanca, em Badajoz, prosseguiram os trabalhos de escavação de galerias mineiras no âmbito de um contrato de empreitada transitado do ano anterior.
  Em abril, foi assinado com a "Rio Narcea Recursos, S.A." um novo convénio para a abertura de novas galerias e de exploração e desenvolvimento mineiro. No final de julho, tal contrato viria a ser objeto de suspensão ordenada pelo Cliente, fundamentando tal decisão pela deterioração da cotação internacional do minério de níquel. Ainda assim, foram escavados cerca de 3km de galerias e extraídas 108.000 toneladas de minério.
- Na Mina de Aguas Teñidas, em Huelva, foi assinado um contrato de prestação de serviços celebrado com a "MATSA, Mina de Aguas Teñidas, S.A.U.", para operações de perfuração longa em desmontes de bancada.
- Com a "Orovalle Minerals, S.L.", proprietária da Mina de Boinás, nas Asturias, celebraram-se três contratos tendo por objeto a prestação de diversos serviços, assistência técnica às operações de perfuração, de serviços de reparação mecânica e de operação de dumpers.

Na **Venezuela**, o andamento da subempreitada contratada com o "Consorcio Boyacá - La Guaira" para a componente de túnel da rodovia de saída de Caracas em direção ao aeroporto foi seriamente prejudicado pelos constrangimentos que afetam a economia daquele país, tendo o volume de obra executada sido de apenas 860m de túnel.

Na **Colômbia**, onde a EPOS, S.A. já tem constituída uma Sucursal, foi adiado o início de uma empreitada já contratada para a construção de túneis para um circuito hidroelétrico, em consequência de alteração de projeto e respetivo licenciamento.

Ainda que sem atividade industrial neste país, foram mantidos permanentes contactos técnico-comerciais com vista à angariação de obras tanto no setor hidroelétrico, como no rodoviário.

Nas **OBRAS FERROVIÁRIAS**, a "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." (Somafel, S.A.), é a sociedade do Grupo Teixeira Duarte (detida a 60%) vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária).

O Grupo tem vindo a consolidar a sua atuação operacional na área ferroviária, que atualmente se concentra em Portugal, França, Marrocos, Argélia, Moçambique e Brasil, tendo estado a desenvolver um processo de otimização da atividade nesses países, onde trabalha com quatro bitolas distintas.

Em 2015, a "SOMAFEL, S.A." prosseguiu em crescimento no volume de negócios, tendo alcançado proveitos de cerca de 31 milhões de euros, consolidando a tendência já verificada no ano de 2014, tendo para isso contribuído a atividade nos mercados externos, em particular na Argélia e em Marrocos.

Em **Portugal**, a atividade da "SOMAFEL, S.A." esteve maioritariamente centrada em projetos de manutenção e reabilitação de infraestruturas ferroviárias, realizados para o principal cliente, "IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.".

Destacam-se, neste âmbito, as seguintes principais empreitadas:

Na vertente da manutenção:
- Finalização do período de três anos de vigência inicial e início do período de dois anos de prorrogação do contrato que compreende a manutenção de todos os Equipamentos de Via e Catenária afetos aos Centros de Manutenção de Coimbra, Entroncamento e Caldas da Rainha, designado por "Prestação de serviços de manutenção de via e catenária - Lote 5";
- Intervenção nos Centros do Entroncamento e de Coimbra através do contrato denominado por "Prestação de serviços de manutenção de aparelhos de via da rede ferroviária nacional, via larga - 2015".

Na vertente da reabilitação foram executados os seguintes contratos:
- "Reabilitação integral de via - migração de travessas de madeira para travessas de betão bibloco, fase 1 - Linha da Beira Baixa, Troço Entroncamento/Rodão";
- "Reabilitação de via entre os km's 226,570 e 230,880 - Linha do Leste" troço Assumar/Arronches;
- "Substituição de armamento de via nas pontes de Várzea, Meligioso e Trezói, Fase 1A-1 - Linha da Beira Alta";
- "Ramal de Alfarelos/concordância de Verride - Transformação BC/BLS e TM/TBB - 1ª Fase".

O ano de 2015 foi também marcado pela realização de empreitadas para donos de obra de outras vertentes de atividade, tendo sido executados os seguintes projetos:
- "Hangar 6 - substituição do caminho de rolamento dos portões principais", no Aeroporto de Lisboa, para a TAP (Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.);
- "Substituição das fixações do caminho de rolamento do pórtico de Santa Apolónia", no Porto de Lisboa, para a concessionária "SOTAGUS - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A.".

Considerando os projetos ferroviários delineados no "Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas" e no "Plano de Proximidade" da "IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.", bem como os atrasos já verificados no desenrolar destes planos, prevê-se que, em 2016, se assistirá a uma redução da atividade em Portugal, estando apenas previsto um incremento da atividade ferroviária a partir de 2017.

A **Argélia** continuou a ser um mercado estratégico e prioritário para esta área da construção do Grupo Teixeira Duarte.

Destacam-se os seguintes projetos:
- Modernização da Linha de Thenia/Tizi Ouzou e a sua eletrificação até Oued Aissi, com uma extensão global de 75km, para a "Agence Nationale d'Études et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires" (ANESRIF): No ano de 2015 registou-se um forte incremento no desenvolvimento dos trabalhos ferroviários desta empreitada, com particular destaque para a entrada ao serviço em

SOMAFEL
Reabilitação da linha da beira baixa
Troço barragem do Fratel

somafel_metro de argel

exploração ferroviária do primeiro troço desta obra (Thenia- Bordj Menail) que contou com a honra da presença do Ministro dos Transporte Argelino na sua inauguração;

- Foram concluídos os trabalhos da empreitada de Montagem de Via e 3º Carril da "Extension A - La Place Emir Abdelkader et la Place des Martyrs", no metro de Argel, executados para o agrupamento GMAC (Groupment Metro d'Alger Centre: Andrade Gutierrez - Teixeira Duarte - Gesi TP - Zagope);
- No ano de 2015, verificou-se a adjudicação e o início dos trabalhos da empreitada de instalação e colocação da catenária de 3000V de corrente contínua da Linha Mineira (Ligne Minière) na zona este de Annaba.

No âmbito comercial e apesar de alguma retração no investimento público, salienta-se o estudo de propostas de renovação de mais de 250km de via, no âmbito de concursos internacionais lançados pela ANESRIF.

No **Brasil**, onde a SOMAFEL, S.A. opera através da sua participada, "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas Ltda." (SOMAFEL, Ltda.), o ano de 2015 foi marcado pelo agravamento acentuado da crise económica, que havia sido iniciada no ano anterior, acompanhada por uma forte instabilidade política.

Ainda assim, em 2015 foram concluídas as seguintes obras:

- Montagem de caminhos de rolamento para guindastes em Aracruz, no porto da "Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.", no estado do Espírito Santo, para o consórcio "C.R. Almeida-EMPA".
- Para a "Yara Brasil Fertilizantes, S.A.", e através da empresa do Grupo Teixeira Duarte "EMPA, S.A.", procedeu-se à substituição dos trilhos de translado dos guindastes em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul.

Em execução em 2015 e com conclusão prevista para o corrente ano, destacam-se as seguintes empreitadas:

- Prestação de Serviços de instalação de via no "tramway" do Rio de Janeiro, numa extensão de 10km, em Consórcio com uma Empresa

brasileira, no sistema conhecido no Brasil como Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), com inauguração prevista antes dos Jogos Olímpicos de 2016, para a "Concessionária do VLT Carioca S.A.".
- Caminho de Rolamento no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, com extensão de 5km, no âmbito de uma obra de outra empresa do Grupo Teixeira Duarte para a "VALE, S.A." em São Luís, no Estado do Maranhão.

Em paralelo, resultado da intensa atividade comercial, no final do ano de 2015, foram conquistados diversos contratos, alguns deles iniciados em dezembro, mas cujos trabalhos serão executados em 2016, a saber:
- Implantação de Superestrutura SF03 - Expansão da Estrada de Ferro Carajás - Projetos CLN S11D, em Consórcio com a "EMPA, S.A.", para a "VALE, S.A.", com uma extensão de 87km, no Estado do Maranhão;
- Prestação de serviços de manutenção emergenciais do Sistema Metroferroviário de Brasília, em consórcio com empresas brasileiras, sendo responsável pela manutenção do material circulante, energia, sinalização, via e edificações, no Distrito Federal;
- Subempreitada e instalação de via permanente do sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, numa extensão de 40km do Metro de Salvador, no Estado da Baía.

As previsões para o Brasil consideram que 2016 será um ano de forte retração económica, à semelhança do que aconteceu em 2015.

Em **França**, a atividade da "SOMAFEL, S.A." tem-se mantido constante, sendo essencialmente caraterizada pela realização de trabalhos de catenária para uma empresa congénere francesa, na rede da "Société Nationale des Chemins de fer Français (SNCF)", dos quais se destacam:
- A Fase 2 da estação La Milesse Voyageur - estudos e trabalhos de catenária a realizar na Linha de alta velocidade Bretagne - Pays de la Loire, na ligação de Milesse;
- A Fase 2 da estação La Milesse Fret - estudos e trabalhos de catenária a realizar na Linha de alta velocidade Bretagne - Pays de la Loire, na ligação de Milesse;
- Os estudos e trabalhos de catenária na Gare de Rennes - A3-A4.

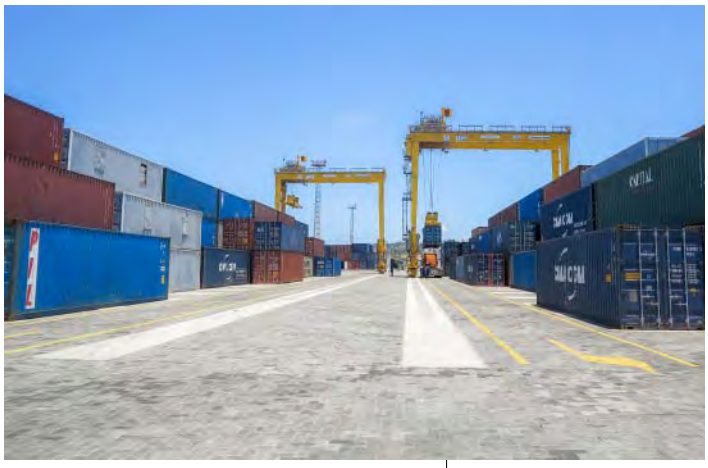
Em **Marrocos**, a atividade do ano de 2015 foi centrada nos trabalhos da empreitada de estudos e trabalhos de via, construção civil e catenária, nas instalações terminais de Kenitra - Ligação de Alta Velocidade entre Tânger e Kenitra, para a "Office National des Chemins de Fer" (ONCF). Decorrente de várias alterações de projeto de execução, o desenvolvimento desta empreitada em 2015 ficou aquém das expectativas iniciais, perspetivando-se para 2016 um acréscimo de atividade, bem como a conclusão do projeto.

A este propósito, destaca-se a participação nos seguintes concursos:
- Renovação de 10 estações (via, catenária, construção civil e sinalização), entre Settat e Marrakech, lançado em dezembro pela ONCF, no âmbito do projeto destinado ao aumento da capacidade do principal eixo ferroviário Tânger - Kénitra - Casablanca - Marrakech;
- Construção da segunda linha do Metro Ligeiro de Superfície (Tramway) de Casablanca (via e construção civil), cuja gestão é da responsabilidade da Agência "Casa Transports, S.A.", tendo a SOMAFEL, S.A. constituído, para este efeito, um consórcio com uma empresa local da área de construção civil.

Em **Moçambique**, continuaram os trabalhos do contrato de prestação de serviços para ataque mecânico pesado de via, para empresa congénere, no âmbito da execução das Obras de Reabilitação de Infra e Superestrutura do Corredor Ferroviário de Nacala.

No que respeita à ação comercial na área ferroviária, notou-se um decréscimo acentuado nos processos lançados a concurso, tanto pelos "Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique E.P." - CFM como por entidades privadas. Foi dada continuidade ao acompanhamento de alguns processos importantes junto dos CFM, tais como a Manutenção da Linha de Ressano Garcia, sem que, no entanto, tenha havido qualquer desenvolvimento relevante.

Terminal de Contentores de Sines
Remoção dos materiais depositados na bacia e regularização de fundos
Sines | Portugal



Penta-Ocean Construction Co.,Ltd.
Reabilitação do Porto de Nacala - Fase 1
Nacala | Moçambique

Na área das **OBRAS MARÍTIMAS** o Grupo tem capacidade para executar diversos tipos de obras de infraestrutura portuária, tais como portos comerciais, de pesca e de recreio náutico, na construção e reabilitação de proteções costeiras, tais como molhes, esporões, praias artificiais e obras de defesa aderentes, aterros hidráulicos, emissários e ainda em operações de dragagem e noutros trabalhos da área marítima e fluvial.

Em 2015 a "OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A." (adiante designada apenas de OFM, S.A.), sociedade detida a 100% pela SOMAFEL, S.A., destacava-se como a entidade especializada na realização dos referidos trabalhos marítimos e fluviais.

Em **Portugal**, fruto da crise económica e da consequente redução do investimento público e privado registou-se um decréscimo acentuado nesta atividade, que em 2015 se limitou praticamente à execução do contrato do Terminal de Contentores de Sines - Remoção dos Materiais Depositados na Bacia e Regularização de Fundos.

Na **Argélia**, a atividade desenvolvida em 2015 cingiu-se ao acompanhamento do mercado ao nível comercial, com a preparação e apresentação de propostas para diversos concursos, com vista à angariação de novos trabalhos, sendo que para 2016 se prevê a retoma de atividade produtiva neste mercado.

Em **Angola**, foi mantida a atividade comercial durante 2015, nomeadamente através do estudo de diversos projetos e da apresentação de várias propostas, que se prevê que venham a ter retorno em 2016, pese embora a crise que se vive atualmente neste mercado.

No **Brasil**, concluíram-se no primeiro trimestre os trabalhos de Dragagem e Reperfilamento do Talude da Extensão do Cais Sul, integrados no projeto do "Estaleiro Jurong Aracruz", no Estado do Espírito Santo.

Prosseguiu-se também a atividade comercial, realçando-se os estudos para infraestruturas portuárias para os setores associados às *commodities* agrícolas (30% PIB nacional) e à indústria da celulose de papel.

Em **Cabo Verde**, foram concluídos os trabalhos, realizados em regime de consórcio, de ampliação e reabilitação do cais da "ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A." e a construção de um terrapleno contíguo às instalações desta, ambos no Mindelo, Ilha de S. Vicente.

Na **Colômbia**, foi iniciada em 2015 uma atividade comercial através do estudo de vários projetos que resultaram na apresentação de propostas, cujos desenvolvimentos dos respetivos concursos se acompanham com prudência.

Em **Moçambique**, concluiu-se com sucesso a Reabilitação do Porto de Nacala, Fase 1, obra realizada para a empresa japonesa "Penta-Ocean Construction Co.,Ltd." e cujo dono de obra é "Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique E.P.". O êxito alcançado consolidou a relação do Grupo com a referida "Penta-Ocean Construction Co., Ltd.", o que perspetiva boas possibilidades na angariação de mais atividade neste importante projeto portuário em Moçambique.

Em paralelo, apresentaram-se uma série de estudos e propostas, algumas das quais estão em fase negocial e com grande hipótese de virem a ser adjudicadas.

Na **Venezuela**, registou-se um forte abrandamento do investimento público, que associado à demais conjuntura de mercado não permitiu que se reunissem condições para celebração de novos contratos.

O **CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO** (COC) é responsável pela gestão e desenvolvimento da área de cofragens, cimbres e pré-esforço. Coordena, também, a atividade do Laboratório de Materiais.

Em **Portugal**, destaca-se a colaboração do COC nos trabalhos de revestimento do Túnel do Marão, no IP4 (A4) - Vila Real.

Em **Angola**, foram aplicadas cofragens no edifício de habitação Kuaquié, na ilha de Luanda e na estrutura da Clínica Sagrada Esperança, em Talatona - Luanda, para a "Clínica Sagrada Esperança, Lda.".

Na **Argélia**, foi dada continuidade aos trabalhos de cofragem para o GMAC - Groupement Metro D´ Alger Center, no troço Place Emir Abdelkader - Place Des Martyrs do metro de Argel.

Foram iniciados os trabalhos de aplicação de cofragens na nova sede social do Gulf Bank Algeria (AGB) em Argel, nas estruturas de betão armado das estações de serviço da autoestrada este-oeste e na ETAR de Ali Mendjeli, em Constantine.

No **Brasil**, foram executados os trabalhos de cofragem na estrutura de betão armado do Hospital Central de Niterói, no Rio de Janeiro e iniciados os da estrutura do edifício da IURD em Curitiba, no Paraná.

Em **Moçambique**, foram efetuados os trabalhos de cofragem relativos à estrutura de um edifício de Serviços na Avenida Julius Nyerere, tendo sido iniciado os trabalhos no Edifício Sede do Ministério da Agricultura ambos em Maputo.

IP, S.A.
Trabalhos de revestimento do Túnel do Marão
Vila Real | Portugal

Direção Central de Equipamento
Polo Operacional Teixeira Duarte
Montijo | Portugal

O **LABORATÓRIO DE MATERIAIS** acreditado desde 1996 está instalado no Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo desde 2011. Durante o ano em análise manteve a sua atividade de realização de ensaios para as diversas obras do Grupo Teixeira Duarte, sendo de referir que os resultados obtidos nos ensaios de aptidão continuam a permitir manter a acreditação conferida pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC).

A **DIREÇÃO CENTRAL DE EQUIPAMENTO**, sediada no Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo concentra todos os processos de gestão de equipamento e de armazéns do Grupo, além de garantir a implementação e uniformização dos procedimentos técnicos da gestão da manutenção e inspeções periódicas dos equipamentos nos diferentes mercados.

Em 2015, foram implementados sistemas para o controlo e monotorização via GPS nos principais equipamentos: viaturas ligeiras e pesadas, equipamentos de escavação e movimentação de terras, gruas de rastos e equipamentos de furação à rotação.

O investimento em equipamentos neste setor da construção engloba o efetuado sob gestão desta Direção, bem como o realizado por outras estruturas do Grupo, tendo globalmente atingido o valor de 27.485 milhares de euros, em que 7.316 milhares de euros foram investidos em Portugal, 3.257 milhares de euros em Angola, 10.793 milhares de euros na Argélia, 1.038 milhares de euros no Brasil, 4.143 milhares de euros em Moçambique, 667 milhares de euros na Venezuela e 271 milhares de euros em outros mercados.

IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS

O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Brasil, Espanha, Moçambique e Qatar.

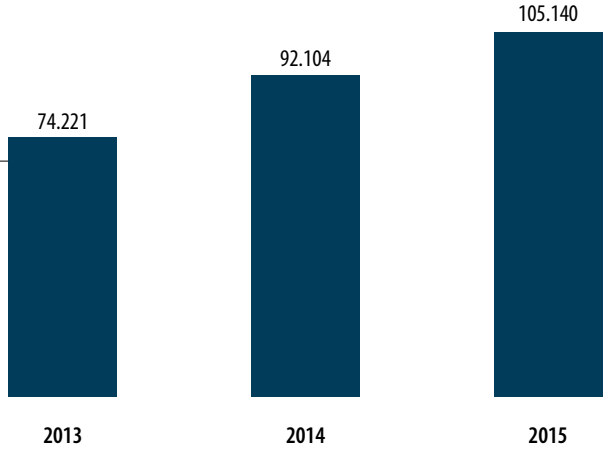
Atualmente as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, com destaque para o *Facilities Management* e *Facilities Services* e para o Meio Ambiente.

Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Evolução do Volume de Negócios das Concessões e Serviços

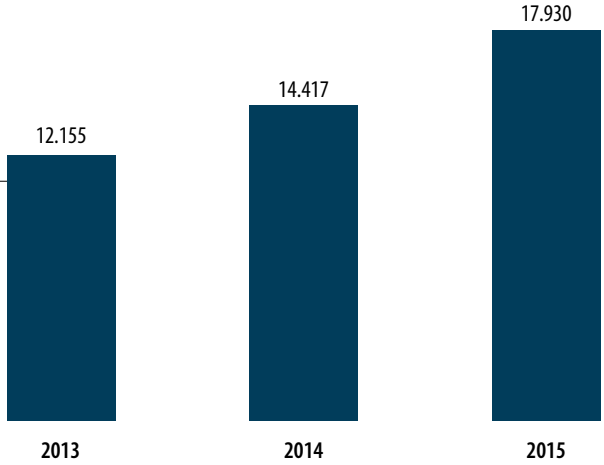
(Valores em milhares de euros)



Nas Concessões e Serviços, o Volume de Negócios cresceu 14,2% face ao exercício de 2014, com destaque para o bom desempenho em Portugal e Angola, onde a angariação de novos clientes, essencialmente na área do Facilities Management, permitiu um aumento de 26,3% e 13,4%, respetivamente, face ao período homólogo de 2014.

Evolução do EBITDA das Concessões e Serviços

(Valores em milhares de euros)



O EBITDA neste setor das Concessões e Serviços teve um aumento de 24,4%, com bom desempenho em todos os mercados em que o Grupo opera.

– **ATIVIDADE DURANTE 2015**

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2015, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 137.037 milhares de euros, 59% dos quais reportados a atividade desenvolvida no estrangeiro, sendo que, no global, estes valores refletem um aumento de 10,3% em relação a 2014.

IV.2.1. SOCIEDADES DOMINADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

– ***FACILITIES MANAGEMENT / FACILITIES SERVICES***

A Teixeira Duarte atua na área do *Facilities Management / Facilities Services* desde o ano 2000, através da sociedade por si constituída para o efeito em Portugal - e desde o início dominada a 100% - designada "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A." (TDGI, S.A.).

Neste âmbito a TDGI, S.A. mantém como principais áreas de atuação a (i) Gestão Integrada de *hard* e *soft services*, (ii) a Manutenção Técnica, (iii) a Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia e (iv) a Gestão de Espaços e Obras.

No âmbito destas áreas de atuação e com o objetivo de criar um conjunto abrangente de soluções diferenciadoras, que possam responder às necessidades diárias e crescentes do mercado, mantém ainda a aposta em negócios específicos, como a Restauração Coletiva com a marca *SmartFood*, na Gestão de Parques de Estacionamento com a marca *AutoPark* e na Gestão de Condomínios Empresariais com a marca *SpacePartners*.

Também com o objetivo de criar fatores de diferenciação e acompanhando, a evolução tecnológica das infraestruturas, a TDGI, S.A. continua também a apostar fortemente em soluções de base tecnológica, desenvolvidas internamente ou em parceria, que permitam trazer eficiência aos serviços, como é o caso das marcas *Glose EAM*, *Inergy* e *Controlo 24*.

A nível internacional, esta atividade não é desenvolvida pela TDGI, S.A., mas sim por outras sociedades do Grupo Teixeira Duarte que operam nos atuais oito mercados diferentes e utilizam, com o apoio de meios e recursos da TDGI, S.A. a marca TDGI: uma insígnia forte com valores sólidos e reconhecidos pelo mercado e pelos clientes nos referidos oito países de atuação.

Em **Portugal**, o ano de 2015, seguindo a tendência registada nos anos anteriores, foi de crescimento de volume de negócios, quer através do reforço das relações contratuais já existentes, quer através da angariação de novos contratos.

Nas áreas de Gestão Integrada de *Hard* e *Soft Services* e de Manutenção Técnica, que representam o *core business*, o aumento do volume de negócio foi significativo, nos diversos segmentos de mercado em que a empresa trabalha. Assim, na área dos Edifícios, realça-se o início de Contrato de Gestão Global da Nestlé, bem como o Contrato de Gestão Global de todo o património do Millennium BCP em Portugal. São dois novos contratos de grande dimensão que vão ao encontro da estratégia de desenvolvimento de negócio.

Na área do *Healthcare*, uma aposta desde 2014, destaque para o prolongamento do Contrato Global de Manutenção de Instalações e Equipamentos Médicos das diversas unidades do "Grupo Lusíadas Saúde" e no "Hospital de Cascais", que reforçou a presença nesta área de Manutenção de Equipamentos Médicos e Hospitalares.

O ano de 2015 foi também um ano de grande aposta na área Industrial, que acabou por se traduzir na obtenção de contratos de grande relevância, para a manutenção das instalações e equipamentos da unidade fabril da Tabaqueira - Philip Morris International, bem como a Manutenção das Instalações e Equipamentos da fábrica do azeite "Gallo" para a "Victor Guedes, Industria e Comércio, S.A."

Por último, mas não menos relevante, nesta área do *Facilities Management* e Manutenção, de destacar também o reforço na área do *Retail* através de contratos com multinacionais como o AKI, a Leroy Merlin e a MediaMarkt.

Millennium BCP
Facilities Management
Oeiras | Portugal

Nestlé Portugal
Facilities Management & Manutenção
Avanca | Portugal

A área de Análise e Diagnóstico / Soluções de Energia registou também um aumento de volume de trabalho e de faturação, fruto de diversos trabalhos nas áreas de *Due Diligence* técnica a edifícios, bem como Certificação Energética e Análise e Diagnóstico. Destaca-se a execução de trabalhos de análise e diagnóstico na indústria, em clientes como a Tabaqueira - Philip Morris International e a "Tupperware Portugal - Artigos Domésticos Lda.". Esta última, que resulta de um investimento efetuado na técnica de deteção de fugas em redes de Ar Comprimido, através de ultrassons. Este investimento reflete o posicionamento de diferenciação técnica que a TDGI tem vindo a apostar desde a sua criação.

Para a área de Gestão de Espaços e Obras, o ano de 2015 acabou por ser também um ano bastante positivo, com um volume de negócios do mesmo nível do ano anterior. Numa lógica de busca de eficiência, as empresas continuam a procurar o desenvolvimento de *layouts* mais otimizados, que permitam criar espaços de trabalho mais modernos e ao mesmo tempo mais compactos. De destacar os projetos de mudança de espaço de empresas como a "CANON" e a "FIAT PORTUGAL". De referir ainda um conjunto de trabalhos desenvolvidos para o cliente "UNILEVER". Também nesta área a TDGI continua atenta a soluções tecnológicas que permitam visualizar e prever a arquitetura proposta.

Em **Angola**, apesar da forte contração económica no país, a atividade esteve em linha com o exercício anterior. Com efeito, 2015 foi um ano de reforço das relações contratuais já existentes com diversos clientes, como a "CHEVRON", em que a TDGI passou a ser responsável pela execução de todos os serviços de Manutenção do património desta empresa, em Luanda, ou a "TOTAL", junto da qual se aumentou também a abrangência do contrato. De assinalar também o reforço da intervenção na área bancária, com um novo contrato com a "BANCO CAIXA GERAL ANGOLA", para a manutenção dos Edifícios Sede, bem como a expansão do contrato já existente com o "BANCO ECONOMICO S.A." para a rede de agências localizadas na cintura exterior da cidade de Luanda.

Na área da Formação interna destaca-se a realização com sucesso da primeira edição do projeto "Fazer Pescar", através do qual foi ministrada formação a diversos jovens angolanos, que foram na sua totalidade integrados na empresa. Este projeto reforça a estratégia de apostar em recursos humanos locais, contribuindo também para o aumento de capacidades técnicas no país.

Halliburton
Manutenção Industrial
Macaé | Brasil

GE Alstom
Facilities Management & Manutenção
Bilbao | Espanha

Na **Argélia**, foi na sequência dos trabalhos de construção realizados pelo Grupo Teixeira Duarte para o "AGB - Gulf Bank Algeria" que a TDGI celebrou contrato para a prestação de serviços de gestão, manutenção e assistência técnica dos edifícios centrais e diversas agências em Argel. 2015 foi também o ano em que se realizaram os primeiros trabalhos na área da Gestão de Espaços e Obras, no caso para a "ZOETIS", empresa internacional líder na área da saúde animal, com quem a TDGI já tem um contrato em Espanha.

Na **Bélgica**, manteve-se a estratégia comercial delineada com vista a aumentar a base de implantação neste mercado, tendo-se alcançado, em resultado do esforço comercial, a celebração um contrato de prestação de serviços para a manutenção das instalações técnicas da Piscina Pública de Evere, em Bruxelas, durante um período de nove anos.

Aproveitando as referências dos bons serviços já prestados à "PFIZER" com reconhecido sucesso noutros mercados - Portugal desde 2004 e mais recentemente Espanha -, iniciaram-se os trabalhos de manutenção da infraestrutura logística desta multinacional junto ao aeroporto de Bruxelas, no âmbito de um contrato com entidade, com quem a TDGI tem uma parceria internacional.

Já no final do ano e com efeitos a partir de janeiro de 2016, o Conselho da União Europeia adjudicou à TDGI a manutenção de construção civil das suas instalações em Bruxelas, junto ao quarteirão europeu. Este contrato reveste-se duma particular importância para a TDGI Bélgica pela sua dimensão - cerca de 27 milhões de euros e uma duração de 7 anos- e especial relevância em termos curriculares.

No **Brasil**, o ano de 2015 seguiu a tendência acentuada de crescimento registada desde o início de atividade deste setor do Grupo neste país, realçando-se a entrada na área da manutenção industrial, na zona de Macaé, onde existe uma concentração de empresas ligadas ao sector do *Oil and Gas* e onde a TDGI iniciou contrato com a petrolífera Americana "HALLIBURTON".

Em São Paulo, principal pólo de negócio no Brasil, teve também início um contrato com um dos maiores e mais prestigiados condomínios residenciais, o "Condomínio Cidade jardim", tendo-se também consolidado os grandes contratos em curso, dos quais se realça a "PORTO SEGURO". No Sul do

Brasil, nomeadamente no estado de Santa Catarina, Município de Joinvile, iniciou-se um contrato de manutenção com a Universidade local.

Em **Espanha**, prosseguiu-se o crescimento alcançado no exercício anterior, fortalecendo-se a presença em diferentes áreas de negócio deste mercado e consolidando a confiança conquistada nos clientes existentes, como a "CBRE", a "GOODYEAR" e a "VINCI FACILITIE".

De salientar o crescimento nas áreas de Gestão Integrada de *Hard* e *Soft Services* e de Manutenção Técnica, mediante o acordo feito para diversos Edifícios da "GENERAL ELECTRIC" e "CREDIT SUISSE" a nível Ibérico, e a Gestão de *Facilities* com a "AGBAR BARCELONA", destacando-se ainda o aumento de serviços em clientes de grande exigência como a "FLAG TELECOM", "VMWARE" e a "BOEING".

Em **Moçambique**, o ano de 2015 ficou marcado pelo crescimento significativo do volume de negócios, especialmente nas províncias do centro e norte do país. Este crescimento deveu-se essencialmente a novos contratos com clientes do sector bancário, que escolheram a TDGI como parceiro para a Gestão e Manutenção do seu património, bem como pela continuidade do negócio com a empresa mineradora de Nacala. Este aumento implicou a ampliação e criação de novas bases operacionais, o que viabilizou o aumento de cobertura a nível nacional, estando a TDGI atualmente a trabalhar em dez das onze províncias de Moçambique.

Prosseguiu-se neste ano em análise a aposta na formação das equipas, tendo sido contabilizadas aproximadamente 740 horas de formação interna na ACADEMIA TDGI nas áreas de AVAC, Hidráulica e Eletricidade.

O aumento do volume de negócios, bem como a aposta na formação fazem com que cada vez mais a TDGI se posicione como uma insígnia de referência neste mercado na área do Facilities Management, trabalhando neste país não só para empresas Moçambicanas, mas também de outras nacionalidades, tais como Brasileiras, Sul Africanas, Francesas, Italianas, Americanas e naturalmente Portuguesas.

Por último, de destacar o início da atividade desta área de negócio no **Qatar**, país onde o Grupo Teixeira Duarte ainda não atuava, mas que vinha a ser objeto de prospeção comercial desde 2013.

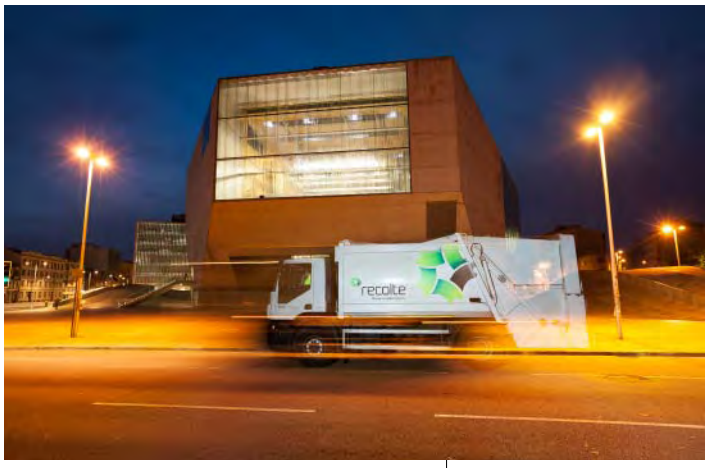
Considerando o enquadramento empresarial e legal neste país, a TDGI constituiu, conjuntamente com uma empresa local denominada "PETROSERV" - que aí atua há mais de 30 anos na área dos serviços associados ao setor do *Oil and Gas* - uma entidade local denominada "TDGISERV", através da qual se ganhou um contrato para a Manutenção de Instalações e Equipamentos de um lote de edifícios pertencentes à "QATAR FOUNDATION". Este contrato incluirá a manutenção de um vasto conjunto de património, no qual se destacam o novo hospital Sidra Medical and Research Center, o Al Shaqab Equestrian Centre, bem como outros edifícios e instalações técnicas de apreciável dimensão.

– MEIO AMBIENTE

Em 2015 o Grupo Teixeira Duarte operou na área do **MEIO AMBIENTE** em diferentes mercados:

- Em Portugal através das suas participadas "RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, S.A." (RECOLTE) e "RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, (Porto) S.A." (RECOLTE PORTO);
- Em Espanha através da "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" (RECOLTE, S.A.U), e "VALYGERSA, Valorizacíon y Gestíon de Resíduos Sanitários S.L" (VALYGERSA), esta última integrada por fusão, já em 2016, na RECOLTE ESPANHA;
- Em Angola através de outra entidade do Grupo Teixeira Duarte que opera nesse mercado e que utiliza, com o apoio de meios e recursos a marca RECOLTE.

No ano de 2015 o volume de negócios destas sociedades nas diversas geografias onde atuam atingiu um montante global superior a 42 milhões de euros, representando um crescimento sustentado de 3% do volume de negócios no Meio Ambiente sedimentando no esforço de mais de 900 colaboradores.



RECOLTE
Limpeza viária
Almada | Portugal

RECOLTE PORTO
Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
Porto | Portugal

Acompanhando o crescimento do volume de negócios e da rentabilidade dos ativos, é de destacar a crescente notoriedade da RECOLTE nos mercados onde atua, sendo um *player* incontornável no setor do Meio Ambiente em Portugal e Espanha.
Em **Portugal**, a RECOLTE atua essencialmente nas áreas da conceção e operação de sistemas de limpeza e higiene urbana, em sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos e industriais, na construção e manutenção de jardins e espaços verdes, construção de equipamentos e de centrais de tratamento e gestão de resíduos e, ainda, na limpeza de praias e zonas costeiras.

Em 2015 a RECOLTE atingiu um volume de negócios de 13 milhões de euros, o que representa um crescimento de aproximadamente 26% relativamente ao valor registado no ano transato.

A atividade em Portugal durante o ano de 2015 consistiu, essencialmente, na continuidade dos contratos de prestação de serviços existentes que, na sua esmagadora maioria são de natureza plurianual, o que confere a esta área de atividade grande estabilidade no que respeita aos valores do volume de negócios e à gestão dos meios envolvidos.

A maioria dos proveitos operacionais desta sociedade, obtidos sobretudo na esfera das Municípios e Empresas Municipais, resultaram da continuidade ou de novos contratos na área da Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Limpeza Urbana e da Gestão de Resíduos realizados em diversos Municípios do Continente e Ilhas dos quais se destacam os serviços prestados em Alenquer, Armação de Pera, Cascais, Coimbra, Espinho, Figueira da Foz, Lagoa (Algarve), Lagoa (Açores), Ponta Delgada (Açores), Porto, Ribeira Grande (Açores), Santa Cruz (Madeira), São João da Madeira, Silves e Vila Franca do Campo (Açores).

Dos principais trabalhos de Construção e Manutenção de Jardins e Espaços Verdes efetuados em 2015 realçam-se os realizados para os Municípios de Cascais, Lisboa, Maia, Matosinhos, Oeiras e Vila Franca de Xira e ainda para diversas sociedades, públicas e privadas, tais como a "ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.", a "Taguspark - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.", a "EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.", a "ANAC - Autoridade Nacional da Aviação Civil", os "Serviços Intermunicipalizados

RECOLTE, S.A.U.
Limpeza viária
Escorial | Espanha

RECOLTE, S.A.U.
Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
Morrazo | Espanha

de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora (SIMAS), bem como os trabalhos para empresas do Grupo Teixeira Duarte, no âmbito do "Lagoas Park", a própria "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e a "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", para a qual se prosseguiu com o contrato de manutenção preventiva de taludes de uma parte significativa das linhas férreas do Norte, Beira Alta e Oeste.

No âmbito da Gestão e Tratamento de Resíduos Hospitalares perigosos - nova área de atividade da RECOLTE -, é de sublinhar a execução do primeiro contrato para a "ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.", bem como o lançamento das bases para o desenvolvimento desta atividade em todo o País, com a criação de instalações técnicas na zona da grande Lisboa e na ilha de São Miguel, nos Açores. As instalações situadas nos Açores obtiveram já o seu licenciamento, estando aptas a operar nesta Região Autónoma já neste ano de 2016.

Além disso e fruto da estratégia de diversificação delineada, verificou-se o alargamento da carteira de clientes com a celebração de contratos com novas entidades, alguns dos quais relativos a novas áreas de atuação da sociedade e que se pretendem dinamizar no futuro, de entre os quais se destacam:

- Para a "BRISA - Auto-Estradas de Portugal, S.A." iniciou-se a atividade de manutenção e limpeza com os contratos plurianuais celebrados para a limpeza de diversos sub-lanços das Autoestradas A1, A2 e A5;
- Para a Junta de Freguesia de Benfica inciou-se um novo contrato plurianual de manutenção e conservação de Jardins e Espaços Verdes;
- Para a Câmara Municipal de Lagoa (Algarve) inciou-se o contrato de recolha de resíduos, de limpeza urbana e de praias;
- Para a "VALORSUL, S.A." realizou-se o contrato e transporte de escórias produzidas pela Central de Tratamento de Santa Iria de Azóia;
- Para a "ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A." realizou-se o primeiro contrato de gestão e tratamento de Residuos Hospitalares perigosos na Região Autónoma da Madeira em estreita colaboração técnica com a sociedade indiretamente participada pela RECOLTE, a VALYGERSA, especializada na gestão deste tipo de resíduos;
- Para a "ANA - Aeroportos de Portugal, S.A." celebrou-se o primeiro contrato plurianual de limpeza e lavagem de áreas operacionais aeroportuarias, concretamente no Aeroporto de Lisboa.

Durante o ano de 2015, sendo a RECOLTE uma empresa de elevada notoriedade e de referência no mercado, marcou presença na generalidade dos concursos da área do Meio Ambiente em Portugal Continental e Ilhas, tendo sido apresentadas, em concursos públicos e privados, um total de 566 propostas e projetos, no valor de 149 milhões de euros.

Para 2016 e em Portugal, pese embora a dificuldade acrescida decorrente do significativo aumento da concorrência com o surgimento de novas sociedades a operar na área do Meio Ambiente oriundas de outros setores de atividade, estima-se um volume de negócios em linha com os verificados em 2015.

A **RECOLTE PORTO**, anteriormente designada por "INVICTAAMBIENTE, S.A.", é uma sociedade de fim específico, detida a 100% pela RECOLTE, S.A.U., que tem como objeto único a recolha de resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana de uma parte significativa da cidade do Porto.

Esta sociedade obteve um volume de negócios de aproximadamente 4 milhões de euros, em linha com os valores do ano anterior dado tratar-se de um contrato sem flutuações no seu objeto até ao seu final. Para 2016 prevê-se, pelas razões apontadas, um volume de negócios idêntico.

Em **Espanha**, a sociedade local **RECOLTE, S.A.U.** é detida a 100% pela RECOLTE e, além de ser a principal sociedade veículo para outras áreas de negócio do Grupo Teixeira Duarte em Espanha, dedica-se, tal como a RECOLTE, à prestação de diversos serviços relacionados com o Meio Ambiente, nomeadamente no mercado da gestão global de resíduos sólidos urbanos, industriais e hospitalares, lavagem e desinfeção de contentores de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana viária, conceção, construção e manutenção de jardins, limpeza e manutenção de praias e orlas costeiras e, ainda, a operações de limpeza e manutenção de bosques e vias de comunicação.

Em Espanha, registou-se um volume global de negócios de 25 milhões de euros, valor semelhante ao registado no exercício anterior.

Entre as diversas operações em curso em 2015 merecem destaque, na área da Recolha de RSU, Limpeza Viária e Gestão de Ecocentros as desenvolvidas na Comunidade de Madrid (Ayuntamientos de San Lorenzo de El Escorial, Griñon e Torrejón de la Calzada), na Comunidade de Andaluzia (Ayuntamiento de Benalmadena, Cartaya, Mairena e La Carolina), na Comunidade da Galiza (Mancomunidade dos Concellos do Morrazo, que integra os Ayuntamientos de Cangas, Bueu y Moaña) e na Comunidade da Catalunha (Ayuntamiento de Arenys de Mar), onde foi implementado um novo sistema de recolha de resíduos Porta a Porta.

Durante o ano de 2015 foi celebrado um novo contrato na Andaluzia, em Córdoba, com a empresa pública SADECO com um valor global de 1,3 milhões de euros, para a limpeza de vários Parques da cidade. De salientar, também, o novo contrato com o Ayuntamiento de El Escorial contemplando a implementação de um novo sistema de Recolha de Carga Lateral.

Na área de Manutenção e Limpeza de Praias, foi dada continuidade à execução dos contratos na Comunidade da Andaluzia, nos Ayuntamientos de Benalmadena e Algeciras e, na área da Manutenção de Parques e Jardins, prosseguimos com a execução do contrato para o Ayuntamiento de Algeciras, na Comunidade de Andaluzia e ainda em El Puerto de Santa Maria onde se inclui também a conservação de Parques e Pinhais de uso público.

Tal como em anos anteriores, foi realizado um investimento em equipamento que, no exercício de 2015, atingiu o montante de 1,3 milhões de euros e que correspondeu principalmente à aquisição de equipamentos necessários para fazer face aos novos contratos e à substituição de equipamentos obsoletos, por outros, técnica e ambientalmente mais eficientes.

No que respeita à atividade técnico-comercial, foram apresentadas mais de 180 propostas a concursos públicos e privados, com um valor global aproximado de 117 milhões de euros.

A situação atual da área de negócio do Meio Ambiente no mercado espanhol caracteriza-se por uma grande competitividade, sendo objetivo da RECOLTE, S.A.U. consolidar a sua presença em Espanha como *player* de relevo nesta área de negócios do Meio Ambiente em que compete diretamente com os grandes grupos económicos espanhóis.

A **VALYGERSA** foi uma sociedade de direito espanhol constituída para se dedicar à gestão e tratamento de resíduos hospitalares perigosos possuindo equipamentos próprios destinados ao tratamento deste tipo de resíduos e que foi, já em 2016, incorporada na RECOLTE, S.A.U., que a detinha a 100%.

Durante o ano de 2015 foi dado enfoque, essencialmente, à prospeção comercial e aos processos de licenciamento das unidades de tratamento em Espanha e em Portugal.

Em **Angola** em 2015 a atividade desenvolvida centrou-se na província de Luanda, na área da Construção e Manutenção de Jardins e Espaços Verdes, sendo de salientar a construção e manutenção de diversos espaços verdes para várias entidades privadas.

Tem-se vindo a trabalhar na prospeção e estudo de oportunidades de negócio nesta área do Meio Ambiente, nomeadamente para intervenção nas áreas de recolha, tratamento e gestão de resíduos sólidos urbanos, para a área da limpeza urbana bem como para a área da gestão e tratamento dos resíduos hospitalares, quer em Luanda quer noutras províncias do país, face à crescente sensibilização da sociedade Angolana para a temática do Ambiente e às oportunidades existentes neste país.

Prossegue-se a prospeção de outros mercados onde já se apresentaram propostas, como **Moçambique**, **Argélia** e **Marrocos**, e outros em que têm sido colocados desafios à RECOLTE, por várias entidades, públicas e privadas, para o desenvolvimento de projetos na área do Ambiente.

A "**TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.**" é uma sociedade detida a 100% pela TD-EC e tem como objeto a gestão do Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

Concluída em fevereiro de 2010 a construção do Hospital de Cascais, a atividade da TDHOSP concentrou-se desde essa data na gestão e manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e exploração do Parque de Estacionamento.

Durante o ano de 2015, para além da atividade normal de manutenção do edifício foram realizadas diversas obras de beneficiação do mesmo, previamente aprovadas pelo parceiro "LUSÍADAS - Parcerias Cascais, S.A." e pela Entidade Pública Contratante.

A atividade da TDHOSP é, no âmbito e ao abrigo do Contrato de Gestão, monitorizada e avaliada anualmente pela Entidade Pública Contratante nos parâmetros de Disponibilidade, Serviço e Satisfação, tendo obtido no último ano, tal como vem acontecendo desde o início da operação, a classificação de Muito Bom.

A "**EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais, Lda.**" é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que foi constituída em 2007 e que, desde a sua génese, teve como finalidade o desenvolvimento do projeto do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul" (CSFA Luanda Sul), sediado em Talatona, Luanda Sul, em Angola.

Adotando um Modelo Educacional de índole Construtivista/Positivista, cumprindo integralmente o Currículo Português e destinado a alunos desde a Educação Pré-escolar até ao final do Ensino Secundário, o CSFA Luanda Sul pretende dar resposta educativa a uma procura exigente e culturalmente diversa de cidadãos de uma comunidade lusófona, sempre com o objetivo de garantir a excelência na divulgação da língua e da cultura portuguesa.

A par da sua função educativa mais direta, desenvolve um vasto conjunto de serviços à comunidade em que se integra e que serve, contribuindo para a criação de laços linguísticos e culturais entre povos.

No ano 2015, o CSFA Luanda Sul continuou a desenvolver a sua atividade educativa com as valências de Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3º Ciclos do Ensino Básico (CEB) e do Ensino Secundário.

De assinalar a entrada em funcionamento do 11.º ano de escolaridade do Ensino Secundário com os Cursos Científico-Humanísticos de "Ciências e Tecnologias" e de "Línguas e Humanidades". No 10º ano mantiveram-se em funcionamento os dois cursos já existentes e iniciou-se o Curso de Ciências Socioeconómicas. Estes últimos cursos foram os escolhidos pelos alunos que transitaram do 9.º ano de escolaridade.

No final do ano de 2015, o CSFA Luanda Sul aumentou o número de alunos para 610, com uma média anual de 607 alunos.

"**PAREDÃO DE MINAS Energia, S.A.**", "**GONGOJI Montante Energia, S.A.**" e "**TABOQUINHA Energia, S.A.**", são três sociedades de direito brasileiro detidas pelo Grupo Teixeira Duarte, que têm dado continuidade aos respetivos processos de licenciamento dos projetos para a construção de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's).

No exercício em análise desenvolveram-se diversas diligências junto do mercado para alcançar o propósito antes assumido de alienação destes ativos, sendo que, contudo, as condições do preço de energia em 2015 e os termos do acesso ao financiamento para a implementação destes projetos em 2016 não permitiram concretizar qualquer operação nem permitem antever a sua concretização no curto prazo. Neste enquadramento prosseguiremos os respetivos processos de licenciamento como meio apropriado à valorização destes ativos.

IV.2.2. SOCIEDADES PARTICIPADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas indiretamente pela "Teixeira Duarte, S.A.", ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo Teixeira Duarte, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A "**AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.**", que é uma sociedade na qual a TD-EC mantém uma participação no respetivo capital social e que celebrou com o Estado Português o contrato de concessão do Douro Litoral em finais de dezembro de 2007.

Em 2015 prosseguiram-se as diligências tendentes à alienação desta participação a favor de investidores mais vocacionados para a fase de exploração, sendo que por contratos celebrados já em 28 de janeiro de 2016, a TD-EC alienou à "BRISA - Auto-Estradas de Portugal, S.A." e ao abrigo de Contratos de Opções celebrados em dezembro de 2010, a quase totalidade das ações que detinha na "AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A." - ficando apenas com 1.000 ações, correspondentes a 0,02% do capital social desta entidade em comparação com os 19,67% antes detidos -, tendo também no âmbito da alienação dessa participação cedido a posição contratual nos contratos de financiamento que havia subscrito enquanto acionista da referida "AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.".

A "**AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.**", que é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social e que celebrou com a entidade agora designada "IP - Infraestruturas de Portugal, S.A." o contrato de subconcessão do Baixo Tejo, em vinte e quatro de janeiro de 2009.

O referido contrato de subconcessão durará por um prazo de 30 anos e tem como objeto a conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação, dos lanços de autoestrada, estradas e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal, designados por subconcessão Baixo Tejo, num total de 68km, dos quais 17km são com cobrança de portagem aos utentes e um investimento previsto de cerca de 278 milhões de euros.

Durante o ano 2015, com todos os trabalhos de construção concluídos e todo o percurso em exploração, prosseguiram as tarefas de fecho do contrato de construção.

A "**MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.**", que é uma sociedade na qual a TD-EC detém uma participação de 9,12% do respetivo capital social, desenvolve a sua atividade em regime de concessão, do projeto, da construção, do fornecimento de equipamentos e de material circulante, do financiamento, da exploração, da manutenção e da conservação da totalidade da rede de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo, ao abrigo do contrato de concessão assinado em 30 de julho de 2002 com o Estado Português, tendo a concessão tido o seu início em 12 de dezembro de 2002.

No ano 2015, deu-se continuidade aos procedimentos conducentes ao encerramento do contrato de construção.

A "**LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.**", que é uma sociedade que se dedica em exclusivo à gestão, em regime de concessão, das duas travessias rodoviárias do Tejo, na região de Lisboa, na qual a TD-EC detém 7,5% do capital social.

No ano de 2015 verificou-se um marginal acréscimo de tráfego de 3,4%, tendo-se proporcionado um bom serviço ao cliente, como decorre dos dados dos inquéritos aos clientes, cujo índice de satisfação, numa escala de zero a cinco, atingiu os 3,75 na Ponte Vasco da Gama.

Neste exercício esta participada atingiu um EBITDA de 58.818 milhares de euros, o que representa um aumento de 1,59% relativamente a 2014.

A "**CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.**", na qual o Grupo Teixeira Duarte mantém uma participação de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2015 prosseguiu, à semelhança de anos anteriores, a sua atuação com sucesso dentro dos parâmetros próprios do mercado, tendo alcançado resultados positivos acima dos apurados em 2014 e correspondentes a 2.313 milhares de euros.

Destaca-se o facto deste ter sido o ano em que a esta participada alcançou o mais alto valor de receitas, prevendo-se que em 2016 este seja ainda maior, pois no final do ano anterior conseguiu-se obter condições para um aumento das tarifas de parqueamento, que foram reajustadas em dezembro de 2015 e março de 2016. Refira-se ainda a propósito do exercício já em curso que, devido à alteração da legislação laboral e dos montantes dos salários mínimos, existirá um aumento dos custos com os recursos humanos, estando também previsto alguns custos extraordinários com investimentos em equipamentos e *software*, mas que estes investimentos, juntamente com os aludidos aumentos das tarifas, irão proporcionar melhores resultados nos próximos anos.

IV.3. IMOBILIÁRIA

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor remonta ao início da década de setenta e atualmente engloba um vasto conjunto de empresas que atuam em Portugal, Angola, Brasil, Espanha, Moçambique e, mais recentemente, Estados Unidos da América.

Consolidada a presença do Grupo nos seus mercados tradicionais e aproveitando o *know-how* adquirido pelas suas equipas em diversos segmentos, o Grupo Teixeira Duarte iniciou em 2015 um processo de entrada no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América, mais concretamente no estado do Texas. Para além de se tratar de um mercado com um nível de desenvolvimento elevado, este mercado apresenta atualmente bons indicadores económicos e baixo nível de desemprego, particularmente no referido estado do Texas onde se estima um crescimento do PIB em 2015 na ordem dos 5,2% e uma taxa de desemprego de apenas 4,5%. A área metropolitana Dallas-Fort Worth-Arlington ali situada tem uma população estimada de cerca de sete milhões de habitantes, sendo uma das áreas metropolitanas que mais cresce no país e com melhor desempenho ao nível da geração de novos empregos.

Neste contexto, em 2015 o Grupo Teixeira Duarte constituiu uma entidade de direito local designada "TDRE Investements, LLC" e iniciou o processo de compra de dois terrenos em Dallas, especificamente na região de Turtle Creek.

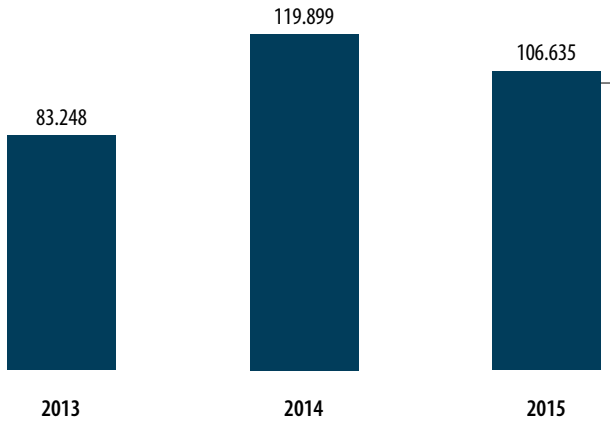
Desta forma, o Grupo dá continuidade à expansão da sua atividade neste setor a outros mercados tendo por base a maturidade e experiência das suas equipas.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

A Imobiliária diminuiu, no global, 11,1% do seu volume de negócios face a 2014.

Em Portugal registou-se um decréscimo de 13% face ao período homólogo de 2014.

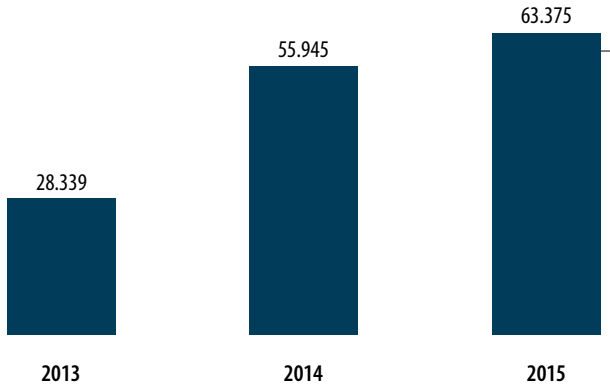
No Brasil, em resultado da desvalorização do Real, o volume de negócios registou uma quebra de 13,3%, no entanto, a fase de desenvolvimento dos empreendimentos já anteriormente lançados, permitiu alcançar um aumento efetivo de 2,8% face ao mesmo período do ano passado.



Evolução do Volume de Negócios da Imobiliária

(Valores em milhares de euros)

O EBITDA no setor da Imobiliária teve um aumento de 13,3% face ao período homólogo, o que se considera muito positivo face à atual conjuntura deste setor, em especial em Portugal e no Brasil.



Evolução do EBITDA da Imobiliária

(Valores em milhares de euros)

Edifício 9 - Lagoas Park
Oeiras | Portugal

Forum Oeiras 33
Oeiras | Portugal

– ATIVIDADE DURANTE 2015

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2015, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 150.318 milhares de euros, que corresponde a um decréscimo de 3,6% face a 2014, tendo os mercados externos passado a representar 63% da atividade e Portugal 37%.

Em **Portugal**, 2015 foi um ano de consolidação da recuperação do mercado já sentida no exercício anterior e que se verificou agora em grande parte dos segmentos do mercado, com destaque para a atividade de investimento, que continuou a beneficiar da escassez de soluções atrativas no mercado internacional de capitais.

No segmento de Escritórios, destaca-se no "Lagoas Park", a construção do último edifício do empreendimento, o edifício 9, com 4.900m^2 de construção acima do solo, e que ficou concluído em Janeiro de 2016. Desta forma, fica terminada a edificação deste *office park* de referência no mercado português e que conta atualmente com cerca de 120.000m^2 de área bruta de construção acima do solo e que tem mais de 90% das suas áreas de escritórios ocupadas. Ainda durante o ano de 2015 foi possível angariar para o parque empresas com marcas conceituadas tais como a *Schweppes*, a *Daymon Worldwide*, a *Nobre*, a *Intel*, a *Fossil*, ou a *Trumpf*.

No segmento Residencial, embora se tenham verificado melhorias nas condições do mercado, em resultado das melhores condições económicas do país, da maior disponibilidade da banca em conceder crédito hipotecário e de um crescente interesse por parte de clientes internacionais, o ano ficou marcado para a Teixeira Duarte por um reduzido volume de vendas, fruto também do reduzido stock disponível.

Neste contexto destaca-se a conclusão da comercialização das 120 frações residenciais disponibilizadas no empreendimento "Santa Marinha Design District", em Vila Nova de Gaia, da conclusão da comercialização do empreendimento "Campo Grande 9", em Lisboa, e da continuidade da comercialização do empreendimento "Villa Park", na Amadora, cujas poucas frações ainda disponíveis se preveem estar comercializadas no ano de 2016.

Em setembro de 2015 foi ainda iniciada a comercialização do "Fórum Oeiras 33", edifício concluído já no início de 2016, com 18 frações de habitação e duas lojas. Até ao final de 2015 haviam sido prometidas vender 12 unidades, resultando este bom desempenho comercial do atual contexto do mercado mas principalmente da qualidade e cuidado que é depositado pelas equipas do Grupo Teixeira Duarte na conceção e desenvolvimento dos seus produtos.

Ainda durante o ano de 2015, destaca-se o início da construção do empreendimento "Villa Torrinha", na Rua de Pedrouços, em Lisboa, destinado ao segmento médio alto, que contará com 23 frações de habitação e duas frações de comércio/serviços, estando a sua conclusão prevista para o primeiro semestre de 2017.

No segmento de Comércio, o "Shopping Cidade do Porto", observou um crescimento no número de visitas e nas vendas dos lojistas, em grande parte devido a uma melhora do nível de confiança dos consumidores e ao crescimento do turismo na cidade do Porto. Este desempenho teve boas consequências nos resultados operacionais do shopping.

No segmento Logístico ainda não foram registadas francas melhorias, continuando o nível das rendas baixo e em linha com a fraca procura. Neste segmento o Grupo conta apenas com o empreendimento "Abrunheira Park", em Sintra, e com dois armazéns no "Lezíria Park", em Vila Franca de Xira.

Relativamente à Carteira de Terrenos, foi dada sequência a diversos processos urbanísticos, como a aprovação das obras de urbanização do empreendimento "Vila Rio", projeto de matriz residencial, localizado na Póvoa de Santa Iria, implantado num terreno com cerca de 17 hectares e que prevê a construção de 600 fogos e 32.200m^2 de áreas destinadas a comércio e serviços. Paralelamente, mantiveram-se as ações com vista ao acompanhamento do desenvolvimento do plano de pormenor que integra o terreno designado por "Pedregueiras", terreno com cerca de 35 hectares detido por empresas do Grupo e localizado no concelho de Oeiras.

Durante o ano de 2015, e no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Fundo TDF através da sua sociedade gestora, foram igualmente feitas diligências com vista à emissão do alvará de loteamento do empreendimento de matriz residencial "Villa Simões", localizado em Benfica, Lisboa, onde se prevê a construção de cerca de 48.000m^2 acima do solo, bem como do projeto, igualmente residencial, denominado "Frisa Cascais" e localizado num terreno com excelentes aptidões urbanísticas no concelho de Cascais.

Em **Angola**, verificou-se ao longo do ano de 2015 excesso de oferta, resultado do elevado investimento realizado no sector ao longo dos últimos anos, principalmente no segmento de escritórios, aliado à diminuição da procura, motivada pela redução da presença das empresas e quadros estrangeiros, tendo tudo isto associado à atual conjuntura global do país conduzido a um decréscimo do número de transações e dos valores do mercado.

A atividade do setor ficou essencialmente marcada pela gestão do património de rendimento, pelo desenvolvimento e licenciamento de alguns projetos de matriz imobiliária e pelo apoio aos projetos de expansão de outros sectores de atividade do Grupo Teixeira Duarte.

No que diz respeito à Gestão do Património de Rendimento, destaca-se uma redução das taxas de ocupação dos edifícios em Luanda, com a saída de alguns clientes que encerraram a sua atividade em Angola e à renegociação de alguns contratos de forma a ajustar os mesmos às novas condições de mercado.

No segmento Residencial, destaque para a conclusão do projecto do "Edifício Living", inserido no Condomínio "Villa Sul", caraterizado por uma área bruta de construção acima do solo de 4.000m^2 e 65 unidades de tipologia T1.

No segmento de Escritório, assinala-se o desenvolvimento do projeto de um edifício em Talatona com uma área bruta de construção acima do solo de 3.200m^2.

Destaque ainda para a aquisição de um importante terreno na cidade do Lubango, vocacionado para um projeto de cariz essencialmente comercial.

No **Brasil**, as taxas de desemprego e de juros crescentes, a deterioração do índice de confiança do consumidor e as restrições das linhas de crédito para compradores de imóveis provocam um cenário de pessimismo para as promotoras imobiliárias do país. Ainda assim, no final de 2015 o *stock* da cidade de São Paulo - principal mercado de atuação - manteve-se sensivelmente igual ao final de 2014 (27.000 unidades), fruto do equilíbrio entre a diminuição dos novos lançamentos, a diminuição de vendas e o aumento de distratos, tendência que se perspetiva manter em 2016.

Durante o exercício em análise, as empresas do Grupo Teixeira Duarte não lançaram nenhum empreendimento no Brasil. Das 1.819 unidades já lançadas neste mercado pelo Grupo Teixeira Duarte, estão vendidas ou prometidas vender um total de 1.585 unidades, das quais 152 foram contratadas em 2015.

No município de Jundiaí, em São Paulo, foi concluída a construção e entregue o empreendimento "Alta Vista Premium", com cerca de 49.000m^2 de construção, tendo-se prosseguido a construção do empreendimento "Alta Vista Prestige", com aproximadamente 54.000m^2 de construção. No referido município de Jundiaí, iniciou-se ainda a construção do empreendimento "Unique Alta Vista", com aproximadamente 44.000m^2 de construção.

Na região leste, foi concluída a construção e entregue o empreendimento "Verum Mooca", com cerca de 23.000m^2 de construção, enquanto que na região norte foi dada continuidade à construção do "My Place Braz Leme", com cerca de 23.000m^2 de construção e na região centro sul, foi dada continuidade à construção do empreendimento "Don Klabin", com cerca de 10.000m^2 de construção.

Em Porto de Galinhas, no Estado de Pernambuco, foi em 2015 dada continuidade à promoção do empreendimento "Casa do Governador", um projeto de grande dimensão e qualidade que se prevê estruturante para toda aquela região, prosseguindo-se o desenvolvimento dos projetos e a tramitação dos respetivos licenciamentos.

O mercado imobiliário em **Espanha** continua a registar fracos sinais de recuperação, sendo no entanto de registar algum otimismo por parte dos investidores.

A atividade do setor imobiliário do Grupo neste país está concentrada na região de Madrid e limitada a dois ativos, sendo um deles a comercialização do edifício residencial "Amália", situado perto do Paseo de la Castellana e da Plaza Castilla, onde no final do ano de 2015 estavam ainda disponíveis três frações para venda, e um outro "Parking Europa", parque de estacionamento e respetiva galeria comercial, situado na Avenida de Europa, em San Sebastián de los Reyes, onde prosseguimos a gestão do contrato de concessão administrativa.

Em **Moçambique**, a atividade do sector imobiliário do Grupo neste país foi marcada em 2015 pelo lançamento oficial da comercialização do edifício de uso misto "Julius Nyerere 130", edifício que conta com dezasseis pisos destinados a habitação, quatro pisos destinados a escritórios e um espaço comercial no piso térreo, além de espaços de lazer para uso exclusivo dos residentes. Do total de 71 frações de habitação, comércio e serviços, estão atualmente disponíveis apenas 8 frações de habitação. De destacar ainda em relação à comercialização deste edifício a celebração, já no início de 2016, de um contrato com um banco com vista à instalação da sua sucursal em Moçambique e respetiva agência no edifício.

No segmento de Comércio, destaque para a manutenção da boa taxa de ocupação do "Polana Shopping Center", no centro de Maputo.

Relativamente a novos projetos, está atualmente em desenvolvimento o licenciamento de um espaço para comércio no terreno da Malanga e o licenciamento do edifício "Armando Tivane", ambos em Maputo.

Para 2016, prosseguir-se-ão, nos vários mercados, o desenvolvimento dos empreendimentos em carteira, prevendo-se o crescimento global de proveitos, maioritariamente em função da maturidade dos empreendimentos em curso no Estado de São Paulo, no Brasil, e das escrituras do Edifício "Julius Nyerere 130" em Maputo.

IV.4. HOTELARIA

Depois de uma primeira experiência em 1974, no Algarve, o Grupo Teixeira Duarte retomou a sua atuação neste setor em Sines, nos anos 90, operando hoje através de oito unidades hoteleiras, duas sitas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 2.452 camas e 1.228 quartos.

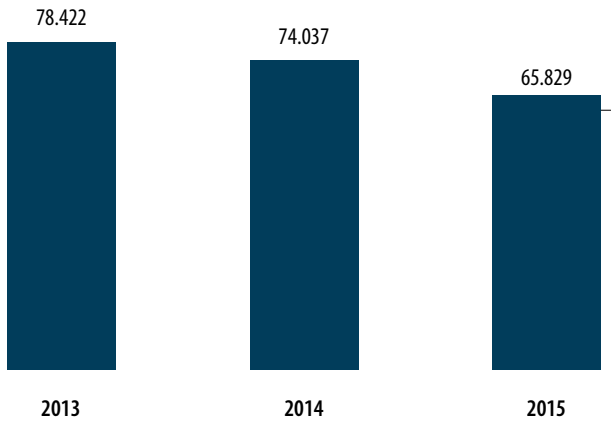
A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área de Fitness através da exploração do "Lagoas Health Club" e na área da restauração em Angola.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

O Volume de Negócios da Hotelaria decresceu, na globalidade, 11,1% face ao período homólogo de 2014.

Em Angola, apesar das condições de mercado mais adversas, a descida foi de 0,7% face ao exercício 2014.

Em Moçambique registou-se uma quebra de 12,5% face ao ano passado, enquanto que em Portugal, se registou uma diminuição de 38,1% face a 2014. Recorde-se que em Portugal foram alienadas duas unidades hoteleiras que haviam contribuído para o Volume de Negócios de 2014 em 5.305 milhares de euros.

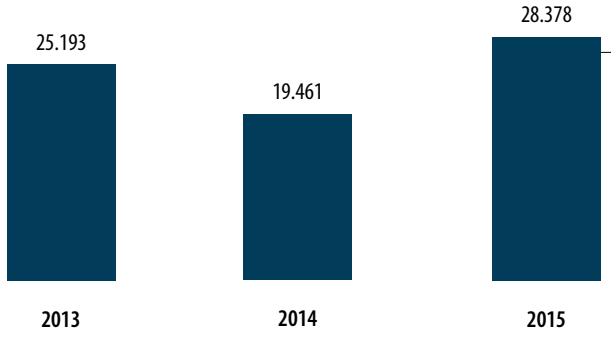


Evolução do Volume de Negócios da Hotelaria

(Valores em milhares de euros)

O EBITDA cresceu 45,8% e fixou-se em 28.378 milhares de euros, refletindo a alienação de duas unidades hoteleiras em Portugal.

De registar o bom desempenho verificado nos hotéis em Angola.



Evolução do EBITDA da Hotelaria

(Valores em milhares de euros)

– ATIVIDADE DURANTE 2015

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2015, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 84.871 milhares de euros, que corresponde a uma diminuição de 4,9% face a 2014, sendo que, nesta área de negócio, os mercados externos representam 83% da atividade e Portugal 17%.

LAGOAS Health Club
Oeiras | Portugal

Bar Lagoas Park Hotel
Oeiras | Portugal

Em **Portugal**, o Grupo alienou em Dezembro de 2015 as suas participadas "EVA - Sociedade Hoteleira, S.A." e "ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.", passando a atuar neste setor com duas unidades hoteleiras, conforme se refere:

LAGOAS PARK HOTEL	Oeiras	Unidade de quatro estrelas	182 quartos
SINERAMA	Sines	Unidade de três estrelas	105 quartos

No global, verificou-se neste mercado um aumento de 4% na taxa de ocupação, devido essencialmente ao aumento da procura do mercado *corporate* e *online*, ao mesmo tempo que se concretizou um acréscimo de cerca de 5% no preço médio. Desta forma, os proveitos operacionais dos hotéis em Portugal registaram um aumento de 7% face a 2014.

Na área de *Fitness*, em 2015 o Grupo terminou a exploração das unidades "Villa Park", na Amadora, e "Arena", em Torres Vedras, prosseguindo a sua atuação focada exclusivamente na exploração do "Lagoas Health Club", no qual manteve a aposta na qualidade do serviço e na diferenciação, o que lhe permitiu manter o nível de preços e simultaneamente subir em 5% a média anual de sócios ativos, que chegaram aos 2.390.

Em **Angola** as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.236 camas e 620 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL TRÓPICO	Luanda	Unidade de quatro estrelas	280 quartos
HOTEL ALVALADE	Luanda	Unidade de quatro estrelas	202 quartos
HOTEL BAÍA	Luanda	Unidade de quatro estrelas	138 quartos

O ano de 2015 foi marcado pelo abrandamento da atividade económica no mercado Angolano, afetando a procura por este destino. Este cenário influenciou negativamente as taxa de ocupação das unidades hoteleiras em Angola, levando a uma quebra dos proveitos operacionais.

Projeto Fazer Pescar
Angola

Restaurante Hotel Trópico
Luanda | Angola

Destaque para o "HOTEL TRÓPICO" que depois de ter estado encerrado seis meses até maio de 2014 para remodelação, recuperou a sua clientela com a consequente melhoria do seu desempenho.

Na área da restauração prosseguiu-se a exploração da unidade panificadora e de pastelarias que atuam sob a insígnia "Nilo".

Em **Moçambique** as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 642 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA	Maputo	Unidade de cinco estrelas	159 quartos
HOTEL TIVOLI MAPUTO	Maputo	Unidade de três estrelas	88 quartos
HOTEL TIVOLI BEIRA	Beira	Unidade de três estrelas	74 quartos

À semelhança do que sucedera em 2014, a economia em 2015 prosseguiu em desaceleração, com a consequente redução do número de visitantes à cidade de Maputo e, principalmente, à cidade da Beira, o que, associado ao aumento da concorrência neste segmento, teve um impacto negativo na atuação das unidades hoteleiras do Grupo neste país, que registaram uma redução marginal das taxa de ocupação e dos preço médios.

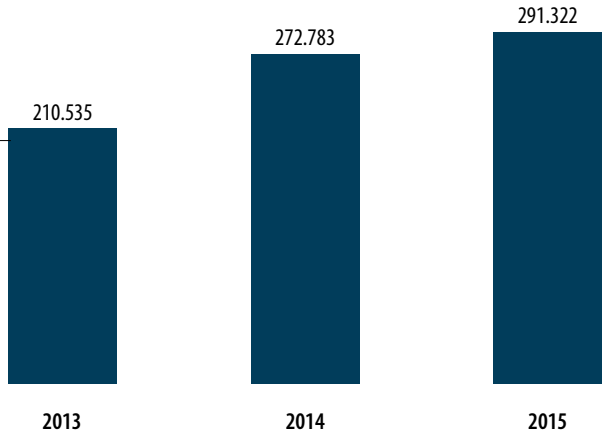
IV.5. DISTRIBUIÇÃO

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, atuando em Portugal através da "Teixeira Duarte Distribuição, S.A.", em Angola através das participadas "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda." e "OCC - Operador Central de Comércio, Lda.", na África do Sul através da "Global Net Distributors, (PTY), Ltd." (GND) e no Brasil através da "TDD Brasil, Limitada".

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Evolução do Volume de Negócios da Distribuição

(Valores em milhares de euros)

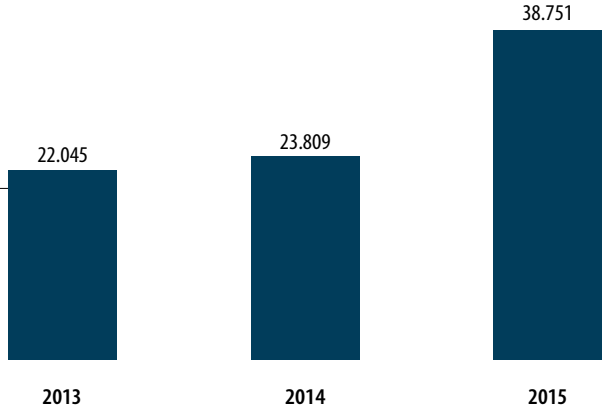


O Volume de Negócios da Distribuição registou um acréscimo de 6,8% face ao ano passado.

Em Angola, no período em análise, iniciou-se uma operação de comercialização de produtos farmacêuticos, com a abertura de dois pontos de venda na área metropolitana de Luanda, tendo-se também prosseguido a consolidação das unidades de negócio que operam em outras áreas deste Setor.

Evolução do EBITDA da Distribuição

(Valores em milhares de euros)



O EBITDA da Distribuição cresceu 62,8% face ao ano anterior, fixando em 38.751 milhares de euros.

– ATIVIDADE DURANTE 2015

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2015, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 371.170 milhares de euros, que corresponde a uma diminuição de 2,5% face a 2014.

Em **Portugal**, através da empresa "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.", deu-se continuidade às ações com vista ao reforço das competências e prosseguiu-se o desenvolvimento das relações de parceria na representação de marcas exclusivas, assim como o *procurement* de novos produtos e novos mercados.

Loja Maxi Rocha Pinto
Luanda | Angola

Farmácia Popular Cacuaco
Luanda | Angola

Em **Angola**, o Grupo Teixeira Duarte opera no Retalho Alimentar através da empresa "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda" com a insígnia *Maxi-bompreço*; no Retalho Especializado, na área de Mobiliário e Decoração através da insígnia *DAKAZA*, e na área de Saúde e Bem-estar sob a marca *Farmácia Popular*.

No mercado da Distribuição de Produtos Exclusivos, o grupo atua através da sua participada a 100% "DCG - Distribuição e Comercio Geral, Lda".

Na Comercialização Grossista de Bebidas, a atividade é concretizada através da sociedade "OCC - Operador Central de Comercio, Lda.", que opera com a marca TEFAC.

A atividade ficou marcada pelo difícil contexto económico, provocando uma retração generalizada do consumo e, em consequência, obrigando à adoção de uma série de medidas de ajustamento das operações à nova realidade económica, com destaque para o encerramento de duas lojas na área metropolitana de Luanda (Hoji Ya Henda e Cazenga).

As insígnias ligadas às operações de retalho Alimentar e Especializado mantiveram ao longo de todo o ano de 2015 as lojas bem aprovisionadas, o que contribuiu para o reforço e notoriedade das marcas.

Contribuiu para este sucesso a implementação de ferramentas de gestão e operação muito robustas, com destaque para a implementação do "Sistema de Sugestão Automática de Encomendas (MRP)", que permitiu melhorar o aprovisionamento do centro de distribuição e das lojas, diminuindo roturas e adequando as coberturas às necessidades reais.

Destaque para a implementação do "Sistema de Gestão da Qualidade" de acordo com a norma ISO 9001:2015, que veio trazer à operação ainda mais organização e consistência.

No Retalho Alimentar e apesar da difícil conjuntura económica, as insígnias *Maxi-bompreço* mantiveram bons níveis de atividade, semelhantes a 2014, tendo sido possível incrementar o número de talões em 8%.

No Retalho Especializado, na área de Mobiliário e Decoração, a insígnia *Dakaza* teve um desempenho interessante atendendo a que as áreas de retalho não alimentar são habitualmente as que mais sofrem em períodos de crise económica e retração do consumo. Foi possível durante o ano de 2015 incrementar vendas em todas as cinco lojas, evidenciando a boa aceitação pelo mercado deste novo conceito de loja e o potencial de expansão deste negócio.

No Retalho Especializado na área de Saúde e Bem-estar, deu-se início em maio de 2015 ao início das operações com a abertura de duas unidades da insígnia Farmácia Popular, uma no Cacuaco e outra no Rocha Pinto, ambas na área metropolitana de Luanda, tendo a atividade decorrido dentro das expectativas previstas.

No âmbito da Distribuição de Exclusivos - Bebidas e Impulso, onde o Grupo atua através da sociedade "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda.", apesar do difícil contexto económico que Angola atravessa, foi possível implementar um conjunto de medidas de ajustamento que possibilitaram adequados níveis de atividade.

No segmento de Comercialização de Bebidas por grosso, através da sociedade "OCC - Operador Central de Comercio, Lda.", destaque para a abertura de mais um ponto de venda em Luanda, no bairro do Cazenga, e ainda para o facto de durante o primeiro semestre se ter procedido à transferência da loja do bairro do Golf para um outro espaço. A operação registou uma redução de cerca de 40% do nível de vendas nos últimos meses do ano, o que perspetiva um ano de 2016 com quebra acentuada dos proveitos.

A Fazenda Maxi, programa singular promovido pela Maxi que estabelece parcerias com produtores com o objetivo de desenvolver a produção agrícola nacional, diminuir as importações, aumentar a variedade de oferta de produtos, diminuir as taxas de rotura e diminuir e estabilizar os preços de venda ao público, manteve durante o ano de 2015 o crescimento no número de membros e produtos comercializados de produção nacional. Com início em 2012, foi possível em apenas quatro anos a passagem de onze para trinta e três membros, com incremento da área de produção de 800ha para 8.500ha e passando o número de produtos comercializados de dezoito para quarenta e seis variedades.

Os produtores aderentes ao programa Fazenda Maxi beneficiam de apoio técnico na planificação das produções e acompanhamento técnico da sementeira até à colheita, permitindo melhorar e modernizar os seus métodos de produção e rentabilidade da sua atividade.

Na **África do Sul**, onde o Grupo atua através da sociedade "GND - Global Net Distributors (PTY) Ltd.", deu-se continuidade ao aprofundamento das relações comerciais com os diversos parceiros e produtores e prosseguiu-se com a procura de novas oportunidades de negócio.

No **Brasil**, no estado de São Paulo, deu-se continuidade à operação de distribuição de vinhos e azeites da Herdade do Sobroso, iniciada no ano de 2014.

Numa análise transversal a todos os mercados, refira-se a manutenção da forte aposta nos Recursos Humanos, continuando-se a privilegiar políticas de seleção e recrutamento dinâmicas e criteriosas, sempre com o propósito de atrair e recrutar os melhores profissionais. Desenvolveu-se durante o ano planos de formação gerais tendo em vista, quer os novos colaboradores, quer a melhoria da qualificação dos quadros existentes na empresa.

Destaque para a continuação do projeto "Fazer Pescar" - transversal a várias áreas do Grupo -, que visa o desenvolvimento de competências e a criação de oportunidades a jovens com situações familiares socioeconomicamente fragilizadas e que contou este ano com a realização de mais duas edições.

A atual conjuntura económica de Angola e o peso deste mercado neste setor, leva a perspetivar uma redução do volume de negócios no exercício de 2016.

IV.6. ENERGIA

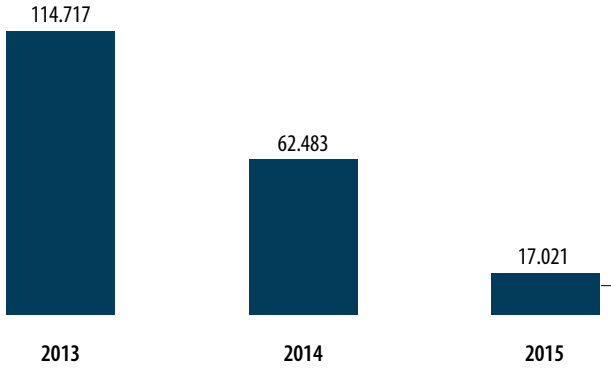
O Grupo Teixeira Duarte começou a atuar neste setor em Portugal em 1996, sendo que atualmente opera no mercado nacional nas áreas do Gás e da Energia Solar.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Na Energia, o Volume de Negócios do Grupo diminuiu 72,8% face ao período homólogo.

No decorrer do primeiro trimestre de 2015, o Grupo alienou a "PETRIN, S.A." - empresa que operava na comercialização de combustíveis líquidos em Portugal -, que em 2014 havia contribuído com 45.299 milhares de euros para o Volume de Negócios.

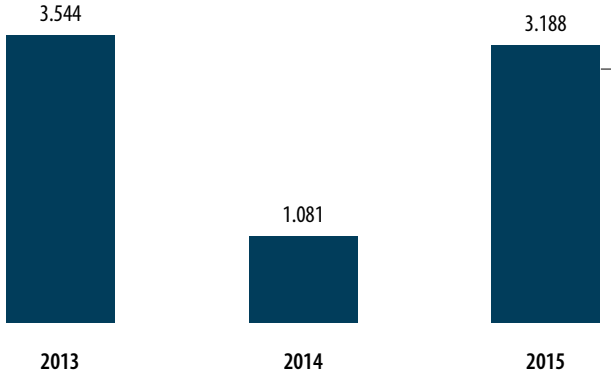
Na área do Gás, o Grupo manteve semelhantes níveis de atividade



Evolução do Volume de Negócios da Energia

(Valores em milhares de euros)

Na Energia, o EBITDA registou um aumento de 194,9% face a ano de 2014.



Evolução do EBITDA da Energia

(Valores em milhares de euros)

– ATIVIDADE DURANTE 2015

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2015, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Energia atingiram o valor global de 28.649 milhares de euros, que corresponde a uma diminuição de 60,9% face a 2014. Em Março de 2015, o Grupo alienou a participação na sociedade "PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.", entidade através da qual exercia a distribuição de combustíveis líquidos, razão pela qual se registou um decréscimo dos proveitos operacionais consolidados.

No gás, o Grupo opera com a marca "DIGAL" e dispõe de mais de 700 reservatórios para abastecimentos locais e de uma rede de distribuição de gás canalizado com mais de 350km, abastecendo um número aproximado de 65.000 fogos, para além de uma estrutura com meios de enchimento e distribuição de gás embalado através da garrafa de butano Digal, designada "ASA".

DIGAL
Linha de enchimento de garrafas de gás
Sintra | Portugal

PPS - Expedição de GPL
Porto de Aveiro | Portugal

De referir que em 2015 se deu continuidade à aquisição, por via marítima, de gás propano, iniciada no final de 2014, utilizando, para o efeito, o novo parque de tancagem instalado no porto de Aveiro e que é concessionado por empresa do Grupo.

A opção de fornecimento de gás propano por entidade estrangeira por esta via permitiu atingir níveis de rentabilidade operacional superiores aos de 2014.

Nesta área, o Grupo detém ainda a representação exclusiva nacional da marca Campingaz.

Na área da energia solar térmica, o Grupo prosseguiu a sua atuação de representação em Portugal das marcas internacionais "SOLAHART" e "SONNENKRAFT" em linha com o exercício anterior, essencialmente focando a sua atividade na prestação de assistência técnica aos equipamentos solares térmicos instalados ao abrigo do programa de incentivo governamental finalizado em 2010.

IV.7. AUTOMÓVEL

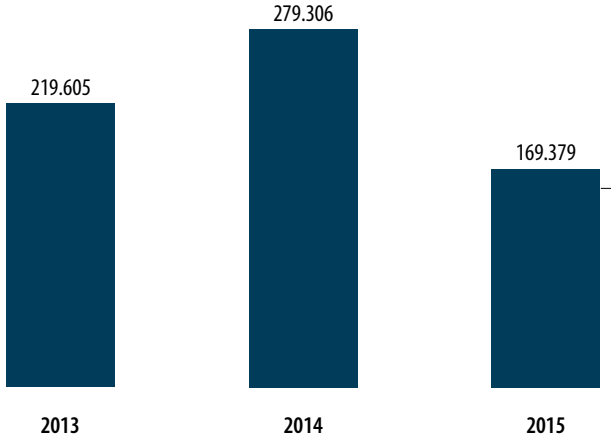
Com mais de vinte e cinco anos de atuação no Setor Automóvel, em Angola, a Teixeira Duarte prossegue hoje a sua atividade através de um conjunto de sociedades que representam diversas fabricantes internacionais, atuando nos seguintes segmentos de mercado:
Ligeiros: Nissan, Renault, Peugeot, Mahindra, Honda, JMC, Ssangyong, Chevrolet e Isuzu;
Pesados: Renault Trucks, UD Trucks e Randon;
Motociclos: Honda, Piaggio, Vespa, Gilera, Derby e Hyosung;
Equipamentos - Energia: Denyo, Pramac, Honda Power Products e Powermate;
Equipamentos - Elevação e Construção Civil: Nissan Forklift e Heli;
Pneus e Lubrificantes: Continental, Infinity e Avia.

Em paralelo, desenvolve atividade no Retalho Especializado através das Lojas Piwi, especializada na comercialização e assistência técnica de veículos motorizados, assim como na comercialização de geradores e acessórios auto.

– **CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO**

O setor Automóvel diminuiu o Volume de Negócios em 39,4% relativamente ao exercício de 2014, resultante essencialmente da atual conjuntura económica e cambial de Angola.

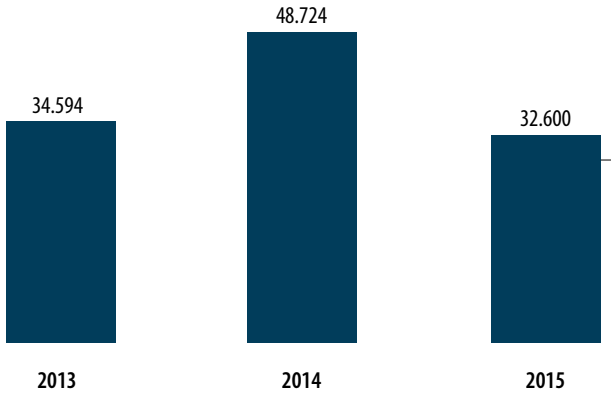
Em 2015, registou-se um decréscimo de 23% na assistência técnica pós-venda e uma diminuição de 54,4% no número de viaturas ligeiras vendidas.



Evolução do Volume de Negócios do Automóvel

(Valores em milhares de euros)

O setor Automóvel desceu o EBITDA em 33,1% face ao período homólogo, fixando-se em 32.600 milhares de euros.



Evolução do EBITDA do Automóvel

(Valores em milhares de euros)

Loja PIWI Mulemba
Luanda | Angola

Oficina Polo TDA Talatona
Luanda | Angola

– ATIVIDADE DURANTE 2015

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2015, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Automóvel atingiram o valor global de 234.297 milhares de euros, que corresponde a um decréscimo de 50% face a 2014.

O ano de 2015 caracterizou-se por uma redução generalizada da atividade nos vários segmentos de negócio, Ligeiros, Pesados, Motociclos e Equipamentos, fruto da crise económica que Angola atravessa.

O mercado angolano de viaturas, e mais especificamente o segmento de ligeiros, teve uma redução de 54%, passando de 40.455 unidades vendidas em 2014 para apenas 18.630 viaturas comercializadas em 2015. A comercialização de viaturas ligeiras pelo Grupo Teixeira Duarte acompanhou esta tendência do mercado, reduzindo em 54% o seu volume de vendas tendo atingido 4.934 viaturas em 2015, o que compara com 10.818 viaturas em 2014."

O ano foi assim marcado pela redução das importações em Angola, que implicou uma contração generalizada nas diversas áreas de negócio, em especial nos segmentos de Ligeiros e Pesados, pelo que a Teixeira Duarte deu especial enfoque à gestão criteriosa do nível de *stock* - ajustando o *line up* das várias marcas em função da redução expectável de vendas. Em paralelo, manteve-se o foco na melhorias dos serviços de Assistência Técnica, prosseguindo com o reforço das competências das várias equipas e o aprofundamento dos processos de organização das oficinas.

A Chevrolet foi a marca que teve a menor quebra (48%), tendo a Ssangyong sido a mais penalizada ao decrescer 63%.

Na área de Assistência Técnica de veículos Ligeiros, o Grupo Teixeira Duarte registou um decréscimo de 23% no volume de negócios, resultado da menor atividade das empresas e da quebra no poder de compra dos particulares.

No segmento de Pesados, registou-se um decréscimo de 51% das unidades vendidas.

No segmento de Motociclos, regista-se a venda de 2.210 unidades, equivalente a uma diminuição de 32,4% no número de unidades vendidas em relação a 2014.

No segmento de Equipamentos, onde se destaca a área de Energia, manteve-se durante 2015 a aposta na formação e consolidação de competências das várias equipas de Assistência Técnica, tendo sido possível manter níveis de atividade semelhantes a 2014.

No segmento de Pneus e Lubrificantes, deu-se continuidade à comercialização da marca de pneus Continental no segmento premium, e da marca de pneus Infinity no segmento *budget*, tendo o ano de 2015 registado um crescimento de 52,3% nas vendas. Manteve-se a comercialização de lubrificantes Avia com um decréscimo nos proveitos de 10%.

No Retalho Especializado, procedeu-se ao *rebranding* da insígnia "Loja TDA" para " Loja Piwi" tendo-se mantido a dimensão da rede.

Com o objetivo de ter na área da Assistência Técnica um serviço disponível, eficiente e de qualidade, prosseguiu-se com a forte aposta no recrutamento, seleção e formação dos Recursos Humanos, destacando-se em 2015:

- A consolidação de políticas de seleção e recrutamento dinâmicas e criteriosas, com o intuito de atrair e recrutar os melhores profissionais;
- A realização de um plano de formação ambicioso, com ações gerais e dedicadas às áreas de atuação da estrutura central e dos diversos segmentos de negócio, destacando-se a aposta na formação técnica, representando esta aproximadamente 90% do volume de formação, seguida das ações de formação de curta duração (2 horas em média), dedicadas às temáticas de segurança, higiene e saúde no trabalho. No que concerne à formação técnica, destaca-se a realização do curso de eletromecânica (1040 horas de formação), que teve como objetivo a formação de técnicos altamente qualificados na área de eletromecânica, tendo concluído com sucesso esta formação oito dos vinte e seis formandos que a iniciaram.
- A continuação do projeto "Fazer Pescar" - transversal a várias áreas do Grupo -, que visa o desenvolvimento de competências e a criação de oportunidades a jovens com situações familiares socioeconomicamente fragilizadas e que contou este ano com a realização de mais duas edições (4ª e 5ª edições), tendo até à data abrangido 75 formandos.

Face ao difícil momento económico que atualmente Angola vive, perspetiva-se para 2016 a continuação da retração do mercado nos vários segmentos de negócio, pelo que dar-se-á continuidade à gestão criteriosa dos *stocks*, à otimização de recursos e ao reforço dos processos de organização nos serviços de Assistência Técnica.

V. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar os seguintes factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício, os quais foram objeto de comunicados tempestivamente divulgados ao mercado:

Contrato para execução de obra no Brasil, no montante de 65 milhões de Euros

A sociedade por si detida direta e totalmente, "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", celebrou a 10 de março contrato de empreitada com o "Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA", órgão do Governo do Estado de Santa Catarina, no Brasil, tendo por objeto os Serviços de Recuperação Estrutural e Restauração da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, no Brasil.

O prazo previsto para execução da obra é de 30 meses e o valor total da empreitada de 262.928.989 Reais Brasileiros, a que corresponde o contravalor de 65.079.822,03 Euros.

Contrato para execução de terceira fase de obra na Argélia, no montante de 78,6 milhões de euros

O agrupamento constituído pelas suas participadas "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (80%) e "Teixeira Duarte Algérie, SPA" (20%), recebeu no dia 31 de março de 2016 o contrato adicional e a respetiva ordem de serviço do Gulf Bank Algeria, para a execução da Fase III, correspondente aos acabamentos interiores e exteriores, arranjos exteriores, instalações elétricas, AVAC, águas e esgotos, energia solar e fachada do edifício, bem como para a manutenção do edifício por um período de 24 meses, após a conclusão da obra.

O prazo previsto para execução da obra é de 24 meses e o valor total da empreitada de 78.644.931,29 Euros equivalentes, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, dos quais 58% são pagos em euros e os restantes 42% em dinares argelinos.

Este contrato adicional veio na sequência do contrato base, assinado em 23 de novembro de 2014, no montante de 27.313.209,38 Euros equivalentes para a execução da realização da estrutura em betão armado e estrutura metálica de um edifício com cinco caves e 15 pisos elevados e de um outro contrato adicional - uma segunda fase - correspondente à extensão da estrutura em betão armado do edifício já em construção e da estrutura metálica para 24 pisos, no montante de 7.572.643,26 Euros equivalentes.

Na globalidade, ou seja, incluindo as três fases, o valor da empreitada ascende aos 113.530.783,93 Euros equivalentes, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

VI. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

Prevê-se que venha a ocorrer em 2016 um abrandamento da atividade do Grupo Teixeira Duarte, sem prejuízo do crescimento estimado em alguns países como a Argélia e o Brasil.

Para além de eventuais novos contratos, o Grupo tem assegurado adequados níveis de atividade na Construção no mercado externo que permitem que, apesar da Carteira de Encomendas do Grupo Teixeira Duarte para o setor de construção ter diminuído 7,4% face ao final de 2014, a mesma tenha atingido, na sua globalidade, 2.232.772 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015, dos quais 847.574 milhares de euros se refletem no ano de 2019 e seguintes.

Para uma análise mais detalhada relativamente aos períodos mais próximos, ou seja, para os restantes 1.385.198 milhares de euros relativos a obras já contratadas e previstas executar nos anos de 2016, 2017 e 2018, apresenta-se de seguida um mapa com elementos adicionais sobre a sua distribuição por países de atuação:

Carteira de Encomendas

(Valores em milhares de euros)

	2016	Contributo (%)	2017	Contributo (%)	2018	Contributo (%)
Portugal	50.272	7,8%	38.028	8,5%	25.785	8,8%
Angola	84.921	13,2%	44.376	9,9%	18.986	6,4%
Argélia	246.115	38,3%	253.555	56,6%	134.731	45,7%
Brasil	85.102	13,3%	71.883	16,1%	49.038	16,6%
Espanha	4.291	0,7%	1.200	0,3%	-	-
Moçambique	110.074	17,1%	26.548	5,9%	2.758	0,9%
Venezuela	56.391	8,8%	11.864	2,6%	63.284	21,5%
Outros Mercados	5.334	0,8%	331	0,1%	331	0,1%
Total	**642.500**	**100,0%**	**447.785**	**100,0%**	**294.913**	**100,0%**

Refira-se que os números acima indicados se reportam à Carteira de Encomendas do Grupo para a Construção apurada com referência a 31 de dezembro de 2015, com dados disponíveis a 20 de janeiro de 2016 pelo que as obras contratadas a partir daquela data não estão incluídas, nomeadamente as obras referidas no capítulo V, no valor global de 143.725 milhares de euros.

Para 2016, a Teixeira Duarte prevê atingir proveitos operacionais consolidados de cerca de 1.300 milhões de euros.

VII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES

Em face do propósito assumido relativamente à distribuição aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração de parte dos resultados apurados no exercício, procedeu-se, em cumprimento dos normativos contabilísticos atualmente em vigor, ao registo do montante de 700.000,00€ (setecentos mil euros) como gasto do exercício de 2015, com a consequente redução da rubrica de resultados líquidos apurados nas demonstrações financeiras anexas a este Relatório e também sujeitas a aprovação em Assembleia Geral.

Deste modo, com a aprovação deste Relatório e Contas, fica também aprovada pelos Senhores Acionistas a mencionada distribuição de resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, neste último caso a ser deliberada pela Comissão de Remunerações.

Refere-se ainda a este propósito que sociedades suas subsidiárias, nomeadamente a TD-EC, assumiram o propósito de distribuir parte dos resultados por elas apurados no exercício de 2015 aos membros dos seus conselhos de administração e aos seus colaboradores, num total de 5.001.000,00 euros (cinco milhões e mil euros), tendo as mesmas também procedido ao registo contabilístico desse montante como gasto do exercício de 2015, com as consequentes reduções das respetivas rubricas de resultados líquidos.

VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos cuja proposta de aplicação aqui se apresenta, correspondem aos montantes apurados em 31 de dezembro de 2015 acrescidos do gasto de 700.000,00€ (setecentos mil euros) que, estando previstos distribuir aos colaboradores e aos administradores, foram, em cumprimento dos normativos contabilísticos aplicáveis, reconhecidos como gasto nas demonstrações financeiras do exercício de 2015 e que, sendo aprovadas, confirmam, por um lado o acordo dos Senhores Acionistas em distribuir resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração e, por outro, que o Resultado Líquido que é objeto de proposta de aplicação de resultados é de 24.978.306,33€ (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e seis euros e trinta e três cêntimos).

Acresce ao acima referido que é também política da Teixeira Duarte privilegiar o reforço dos capitais próprios da sociedade e assegurar uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos Acionistas, a qual, na atual conjuntura, se entende dever ser especialmente moderada.

Com esses pressupostos, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos da "TEIXEIRA DUARTE, S.A." apurados no exercício de 2015, no montante de 24.978.306,33 (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e seis euros e trinta e três cêntimos), tenham a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal	5.000.000,00 €
Para reforço das reservas livres	18.298.306,33 €
Para dividendos aos acionistas	1.680.000,00 €

Lagoas Park, 27 de abril de 2016

O Conselho de Administração,

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2015, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida:

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2014:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	0
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	(a) 1.212.550
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	0
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	0
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal (c)	0
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas (d)	0
Mariquito, Correia & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas (e)	0

(a) 42.000 por si detidas diretamente e 1.170.550 ações detidas pela sociedade por si dominada "PACIM - Gestão e Investimentos, S.A."

(b) Detidas em regime de compropriedade com a sua mulher

(c) Eleito para o cargo apenas em 30 de maio de 2015

(d) Eleito para o cargo apenas em 30 de maio de 2015

(e) Manteve-se no exercício do cargo até às eleições realizadas em 30 de maio de 2015

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015:

Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de Ações	Preço por Ação
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	Teixeira Duarte, S.A.	03-fev-2015	180.000	(a) Permuta por ações TD-SGPS
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	Teixeira Duarte, S.A.	13-mar-2015	990.550	(a) Permuta por ações TD-SGPS

(a) Estas operações foram realizadas pela sociedade por si dominada "PACIM - Gestão e Investimentos, S.A.", a qual, por cada 30 ações da "Teixeira Duarte, S.A." alienadas, recebeu 1 ação representativa do capital social da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2015:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	0
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	0
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	0
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal (b)	0
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas (c)	0

(a) Detidas em regime de compropriedade com a sua mulher

(b) Eleito para o cargo apenas em 30 de maio de 2015

(c) Eleito para o cargo apenas em 30 de maio de 2015

ACIONISTAS TITULARES DE, PELO MENOS, UM DÉCIMO DO CAPITAL SOCIAL

Sociedade	N.º ações em 31.12.2015	% Capital
TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	203.520.000	48,46%
MIDINVEST, S.G.PS., Sociedade Unipessoal Lda.	42.873.620	10,21%

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2015, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	203.520.000	48,46%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	8.337.135	1,99%
TOTAL IMPUTÁVEL	**211.857.135**	**50,45%**

Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	33.000	0,01%
Através da sociedade por si dominada diretamente "**MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.**"	42.873.620	10,21%
TOTAL IMPUTÁVEL	**42.906.620**	**10,22%**

Banco Comercial Português, S.A.	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	0	0,00%
Através do **Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português** por si detido	41.225.838	9,8157%
TOTAL IMPUTÁVEL	**41.225.838**	**9,8157%**

Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	9.100.000	2,17%
TOTAL IMPUTÁVEL	**9.100.000**	**2,17%**

Relatório sobre o Governo da Sociedade 2015

PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no valor global de 210.000.000,00€ (duzentos e dez milhões de Euros) encontra-se representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50€ (cinquenta cêntimos) cada uma.

As ações são todas ordinárias, escriturais, nominativas e estão admitidas à negociação em mercado regulamentado (EURONEXT LISBON). As ações pertencem a uma categoria única, a cada uma corresponde um voto, e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

De acordo com os elementos apurados, as ações que representam o capital social da TD,SA estavam, ao final do exercício de 2015, distribuídas por um total de 5.461 acionistas da seguinte forma:

Acionistas titulares de até 42.000 ações:	5.268
Acionistas titulares de entre 42.001 a 420.000 ações:	152
Acionistas titulares de entre 420.001 a 4.200.000 ações:	31
Acionistas titulares de entre 4.200.001 a 42.000.000 de ações:	8
Acionistas titulares de mais de 42.000.000 de ações:	2

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

Não existem ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j).

Não existem acordos com estas características.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existe qualquer previsão estatutária nem foram adotadas quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Em consequência, o disposto na presente norma e na Recomendação n.º I.4 não é aplicável à TD,SA.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g).

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Refira-se ainda que, para efeitos do disposto na Recomendação n.º I.5 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, não são adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela TD,SA em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração nem medidas que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, al. c) e d) e Art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Informa-se que, a 31 de dezembro de 2015, as participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, eram as seguintes:

"Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	203.520.000	48,46%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	8.337.135	1,99%
TOTAL IMPUTÁVEL	**211.857.135**	**50,45%**

Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	33.000	0,01%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda."	42.873.620	10,21%
TOTAL IMPUTÁVEL	**42.906.620**	**10,22%**

"Banco Comercial Português, S.A."	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	0	0,00%
Através do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português" por si detido	41.225.838	9,8157%
TOTAL IMPUTÁVEL	**41.225.838**	**9,8157%**

Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	9.100.000	2,17%
TOTAL IMPUTÁVEL	**9.100.000**	**2,17%**

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

[NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do Art. 447.º CSC]

A TD,SA apresenta de seguida a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2015, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2014:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	0
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	(a) 1.212.550
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	0
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	0
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal (c)	0
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas (d)	0
Mariquito, Correia & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas (e)	0

(a) 42.000 por si detidas diretamente e 1.170.550 ações detidas pela sociedade por si dominada "PACIM - Gestão e Investimentos, S.A."

(b) Detidas em regime de compropriedade com a sua mulher.

(c) Eleito para o cargo apenas em 30 de maio de 2015

(d) Eleito para o cargo apenas em 30 de maio de 2015

(e) Manteve-se no exercício do cargo até às eleições realizadas em 30 de maio de 2015

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015:

Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de Ações	Preço por Ação
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	Teixeira Duarte, S.A.	03-fev-2015	180.000	(a) Permuta por ações TD-SGPS
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	Teixeira Duarte, S.A.	13-mar-2015	990.550	(a) Permuta por ações TD-SGPS

(a) Estas operações foram realizadas pela sociedade por si dominada "PACIM - Gestão e Investimentos, S.A.", a qual, por cada 30 ações da "Teixeira Duarte, S.A." alienadas, recebeu 1 ação representativa do capital social da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2015:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	0
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	0
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	0
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal (b)	0
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas (c)	0

(a) Detidas em regime de compropriedade com a sua mulher

(b) Eleito para o cargo apenas em 30 de maio de 2015

(c) Eleito para o cargo apenas em 30 de maio de 2015

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Para além de outras atribuições e competências que por Lei, pelos Estatutos ou por delegação da Assembleia Geral lhe sejam conferidas, cabe, nomeadamente, ao Conselho de Administração:

- exercer os mais amplos poderes de administração da Sociedade e praticar todos os atos e operações tendentes à realização do seu objeto social;

- negociar e outorgar todos os contratos, seja qual for o seu alcance, forma e natureza, em que a Sociedade seja parte;

- representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, promover, contestar, transigir ou desistir em quaisquer processos e comprometer-se em todo o tipo de arbitragens;

- elaborar, se assim o entender, o seu regulamento interno, definindo as regras e procedimentos respeitantes ao seu funcionamento;

- proceder à distribuição de pelouros pelos seus membros e encarregar qualquer um deles de se ocupar especialmente de certas matérias da competência do Conselho;

- delegar em quaisquer dos seus membros os poderes necessários para, conjunta ou individualmente, desempenharem certas tarefas ou atuações específicas;

- nomear procuradores ou mandatários da Sociedade para a prática de determinados atos ou categorias de atos, com os poderes e atribuições que constarem das respetivas procurações que para o efeito outorgar;

- designar o Secretário da Sociedade e o seu Suplente;

- deslocar a sede social para outro local, dentro do território nacional, bem como criar, transferir ou extinguir delegações, agências, sucursais, ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no País ou no estrangeiro, nos termos, onde e quando entender conveniente;

- deliberar que a Sociedade adquira, aliene e onere quaisquer bens imóveis e direitos de propriedade industrial, licenças e alvarás, bem como quotas, ações, obrigações ou outros títulos;

- deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação; e

- prestar cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, nomeadamente avales ou fianças.

Os Estatutos da Sociedade não conferem quaisquer poderes ao Conselho de Administração sobre eventuais aumentos de capital social.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Embora o acionista com participação qualificada no capital da TD,SA seja o Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, a verdade é que tal participação tem sido imputada ao "Banco Comercial Português, S.A.".

Sucede que desde 1985 que as entidades que integram o Grupo Teixeira Duarte mantêm relações comerciais correntes com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, em termos e condições normais de mercado, sendo que, em 31 de dezembro de 2015, o valor global de financiamentos contraídos junto desta instituição ascendia a cerca de 337 milhões de Euros, que correspondem a 24,1% do total do passivo bancário do Grupo.

Relativamente à contratação de garantias bancárias com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, informa-se que as mesmas totalizavam 17 milhões de euros, representando 2,5% do valor global das garantias contratadas pelo Grupo.

Finalmente, reporta-se que o Grupo tem também contratos de locação financeira com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, num valor global de 143 milhões de euros, correspondentes a 77,5 % do valor total deste tipo de contratos.

Não existem quaisquer outras relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Face à natureza das únicas relações serem as *supra* identificadas e pelo facto do âmbito das mesmas ser circunscrito a áreas já muito regulamentadas e supervisionadas por várias entidades, entende-se não existir razão que justifique que o órgão de fiscalização estabeleça procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, nem tão pouco que a realização de negócios de relevância significativa dependa de parecer prévio daquele órgão, conforme consta da Recomendação n.º V2.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

Atualmente, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Senhor Dr. Rogério Paulo Castanho Alves, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal;

Vice-Presidente: Senhor Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal; e

Secretário: Senhor Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira, advogado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, Oeiras, Portugal.

Todos os identificados membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2015/2018.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f).

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício do direito de voto, as únicas limitações são as indicadas para o caso de voto por correspondência.

Mais se informa, que, de acordo com o teor do artigo 13.º do Pacto Social, poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confiram pelo menos um voto.

A cada ação, nas condições *supra* referidas, corresponde um voto. Embora os Estatutos prevejam no seu artigo 7.º a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, a verdade é que tal não existe nem nunca existiu.

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para a execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou os meios indispensáveis para o efeito, disponibilizando no seu sítio da Internet e na sede social todos os formulários necessários, nomeadamente minutas de cartas e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

A TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto por meios eletrónicos são muito significativas, nomeadamente no que se refere aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto e à garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessário na receção das mencionadas declarações.

Adicionalmente, a TD,SA considera que a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais tem sido plenamente assegurada mesmo no caso de não poderem estar presentes, quer através do voto por correspondência, quer através dos mecanismos de representação existentes, sendo que nunca recebeu qualquer solicitação de implementação deste sistema, nem qualquer reparo à eventual dificuldade de participação nas Assembleias Gerais e no exercício dos direitos de voto.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da TD,SA, enquanto sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, terem tradicionalmente uma muito alta representação de capital social constituem a razão pela qual a Empresa não implementou a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

Por fim, refira-se ainda que a TD,SA não estabeleceu qualquer tipo de sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial ou de mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.

Os Estatutos da TD,SA não fixam uma percentagem máxima ou número máximo de direitos de voto que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista (de forma individual ou em concertação com outros acionistas) ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem disposições estatutárias que imponham quóruns de maiorias qualificadas para deliberações dos acionistas sobre determinados temas, para além das regras legalmente previstas.

Com efeito, dispõe o artigo 16.º dos Estatutos que "as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas".

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, a TD,SA adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por latino reforçado, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir aqui a colaboração existente entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

O modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a TD,SA com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles, revelando-se portanto este modelo societário adequado ao *modus operandi* da TD,SA, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os do Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Quanto às regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração, recorde-se que estes são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a TD,SA adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente, mas fixam em cinco o número de faltas a reuniões, seguidas ou intercaladas, por mandato, sem justificação aceite pelo Conselho, que conduz à situação de falta definitiva de um Administrador, com as consequências previstas na Lei.

Para além das referidas circunstâncias, os Estatutos não fixam qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho de Administração será composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros. Acresce que a Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, determinará o número de Administradores que, dentro desses limites, o deverá preencher em cada mandato e designará, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente. Os estatutos não preveem a existência de membros suplentes.

Nos termos do número 2 do artigo 10.º dos Estatutos, os membros dos órgãos sociais são eleitos por períodos de quatro anos, conforme já acima foi referido.

O Conselho de Administração era composto, a 31 de dezembro de 2015, pelos seguintes membros, todos eles efetivos:

Presidente:

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores:

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

O Presidente do Conselho de Administração **Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte** e os Administradores **Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, Joel Vaz Viana de Lemos e Carlos Gomes Baptista** foram designados pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010. Foram depois reeleitos para o mandato 2011/2014 e em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, novamente reeleitos para exercerem funções até ao final do mandato agora em curso 2015/2018.

O Administrador **Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo** foi eleito pela primeira vez na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para exercer funções durante o mandato 2011/2014, tendo sido depois reeleito em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015 para exercer funções até ao final do mandato agora em curso 2015/2018.

O Administrador **Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino** foi designado para o cargo pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010. Em 2011 não foi reeleito, tendo permanecido a exercer funções na Administração de outras sociedades do Grupo. Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2013 foi novamente eleito para desempenhar o cargo de Administrador na TD,SA, até ao final do mandato 2011/2014, tendo sido depois reeleito para exercer funções até ao final do mandato agora em curso 2015/2018.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;

b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;

e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

O Conselho de Administração é constituído exclusivamente por membros executivos, o que se traduz na eficácia, operacionalidade e proximidade das matérias que lhes são cometidas.

A TD,SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas funções que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos - nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos - são desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral.

Com efeito, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico - onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - mas também na perspetiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e o cumprimento de níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

Face ao modelo societário adotado e à composição e ao modo de funcionamento dos seus órgãos sociais - nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências - a TD,SA considera que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria valias significativos para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

Assim se justifica a opção da TD,SA de não ter no Conselho de Administração membros não executivos para acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão, conforme consta da Recomendação n.º II.1.6, sendo que, considerando que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas, a presente norma regulamentar não é aplicável à realidade da TD,SA.

Ainda assim e a este propósito, cumpre informar que, no que se refere à independência dos seus membros, o Conselho de Administração considera que nenhum deles se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Cumpre realçar também a boa interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficias de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, sendo que todos os Administradores têm prestado em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais, tal como consta da Recomendação n.º II.1.8.

Refira-se ainda que, no respeito pelo princípio da estreita colaboração entre os órgãos sociais, para efeitos do disposto na recomendação n.º II.1.9, o Presidente do Conselho Fiscal é convocado para todas as reuniões periódicas e de aprovação dos documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, a ele lhe sendo remetidas cópias das convocatórias e das atas de todas as reuniões deste órgão.

Todavia, estes documentos não são remetidos diretamente pelo Presidente do Conselho de Administração, conforme indicado naquela recomendação. Essas tarefas são desempenhadas, por indicação do Presidente do Conselho de Administração pelo Secretário da Sociedade, que entrega ao Presidente do Conselho Fiscal as cópias das convocatórias e das atas das reuniões do Conselho de Administração, depois de devidamente assinadas.

Acrescente-se que, embora o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, uma vez que não existem Administradores não executivos, não é aplicável à TD,SA o disposto na Recomendação n.º II.1.10, que prevê que, tendo o presidente do órgão de administração funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Licenciado em Gestão de Empresas pela "Universidade Católica Portuguesa", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 1987 que é Administrador da sociedade de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Presidente do Conselho de Administração, cabia-lhe exercer em 31 de dezembro de 2015, entre outras, as seguintes funções:

- assegurar o funcionamento deste Conselho, nomeadamente na coordenação do desempenho dos seus membros e realização das respetivas as reuniões;
- acompanhar os negócios correntes da Sociedade;
- coordenar a articulação da atuação dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." e os membros do Conselho de Administração da participada a 100%, "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

- coordenar e acompanhar a atividade desenvolvida pelos Delegados do Grupo nos diversos países.

Em 1978 integrou os quadros da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", tendo em 1987 passado a ser Administrador-Delegado dessa que era então a sociedade de topo do Grupo e na qual passou a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 2008, cargo que ainda hoje desempenha.

Em 2009 e logo por ocasião da sua constituição, assumiu em paralelo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TD,SA, que viria a ser a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte a partir de 2010, cargo esse que hoje exerce cumulativamente à posição homóloga na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Já fora do Grupo Teixeira Duarte, mas no âmbito da sua estrutura acionista, é Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", a qual, sendo detida por membros da família Teixeira Duarte, domina a referida sociedade cotada de topo, TD,SA, em mais de 50%.

Desempenhou ao longo dos anos múltiplos cargos sociais em diversas outras entidades participadas pelo Grupo Teixeira Duarte, das quais se entende adequado indicar:

- A "CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.", da qual foi membro do Conselho de Administração entre 2001 e agosto de 2009; e

- O "Banco Comercial Português, S.A." onde desempenhou diversas funções nos Corpos Sociais, entre 1985 e 2013, em particular como Vice-Presidente do Conselho Superior, Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da "Universidade de Lisboa", em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2015 encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, bem como pelos Serviços de Secretaria Corporativa, de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como de supervisionar as atuações dos setor da Hotelaria, acompanhar a atuação desenvolvida no setor da Energia e acompanhar a gestão das participações financeiras detidas nas sociedades.

Foi advogado/consultor jurídico em escritório próprio de 1989 a 1996.

Foi Administrador da "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.", de 30.06.1992 a 22.04.2005, com funções de supervisão e controlo e em matéria de decisões de investimento, no âmbito das competências que aos membros do Conselho de Administração são atribuídas pelo Código das Sociedades Comerciais e pelos estatutos da Sociedade, bem como função no que respeita a relações com a CMVM.

Desde 1993 que passou a integrar os quadros do Grupo Teixeira Duarte, atuando como consultor jurídico e gestor em várias empresas, nomeadamente no setor imobiliário.

Integrou os corpos sociais de múltiplas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, sendo que desde abril de 2005 que passou também a ser membro do Conselho de Administração da sociedade cotada de topo do Grupo - àquela data a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA -, cargos que ainda hoje exerce.

Fora do Grupo Teixeira Duarte, mas no âmbito da sua estrutura acionista, é também Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", cargo que assumiu pela primeira vez em 28 de fevereiro de 1991.

Administrador: Joel Vaz Viana de Lemos

Licenciado em Engenharia Civil pela "Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2015 encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Direções Centrais de Recursos Humanos e Serviços Administrativos e de Informática, bem como pelas Direções Centrais da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." das áreas dos Sistemas de Gestão e Tecnologia e de Aprovisionamentos e ainda acompanhar a participação das Sociedades do Grupo que atuam no setor da Construção junto das Associações a que as mesmas estejam ligadas, nomeadamente representando-as ou acautelando a respetiva representação.

Na distribuição de pelouros do Conselho de Administração da TD,SA está ainda encarregue de presidir à Comissão Executiva de Exploração do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." - à qual cabe coordenar a atuação dos seus Centros de Exploração e das suas participadas no setor da Construção -; supervisionar as atividades desenvolvidas pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." relativas aos Centros de Exploração de Geotecnia e Reabilitação, de Metalomecânica e ao Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço (COC), bem como à Direção de Equipamento; e ainda supervisionar as atividades das sociedades participadas "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.", "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", "OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A.", "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.", "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A." e "RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A., Sociedad Unipersonal" e "EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais, Lda.".

Após ter concluído o curso de especialização em Mecânica dos Solos/Geotecnia pela Universidade Nova de Lisboa no ano letivo 1977/1978, iniciou a sua carreira profissional logo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 1978, sendo que até 1983 foi Diretor de Obra e Projetista na área da Geotecnia e Fundações.

Nos anos de 1983 e 1984 integrou o Departamento Técnico Comercial, elaborando e colaborando em múltiplos estudos e propostas, incluindo pontes, barragens e ampliações de infraestruturas aeroportuárias.

De 1984 a 1992 esteve destacado pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no importante Agrupamento Complementar de Empresas "FERDOURO, ACE", constituído para a construção da ponte de São João, sobre o Rio Douro, tendo, neste âmbito, desempenhado as funções

de Chefe do Gabinete Técnico (1984/88), de Diretor Técnico/Diretor de Produção (1988/89) e de Diretor Geral Adjunto com direção técnica e de produção (1989/92).

De 1992 a 1997 assumiu, na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", o cargo de Diretor de Centro de Produção da área então designada por "Obra Pública", coordenando diversas empreitadas de obras hidráulicas (barragens, estações de tratamento de águas residuais, estações elevatórias), hospitais, estradas e de infraestruturas gerais.

A partir de 1997 passou a Diretor de Centro de Exploração nessa mesma área da "Obra Pública".

Desde então passou também a desempenhar cargos sociais em várias Empresas, Agrupamentos, Consórcios e Associações em que Grupo Teixeira Duarte participa, alguns dos quais ainda mantém mesmo após assumir o cargo de Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 2005.

Não exerce qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Bacharel em Engenharia pelo "Instituto Industrial de Lisboa", em 1973.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2015 encarregue de acompanhar a atividade desenvolvida pelos Centros de Exploração de Edificações e pela Direção Central de Planeamento e Estudos da participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." supervisionar a atividade da participada "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.".

Destaca-se na sua carreira profissional a passagem pela "M.S.F., S.A.", onde esteve de 1975 a 1979 como Chefe de Serviços, colaborando em diversas obras, nomeadamente de natureza hidráulica (conduta e barragem).

Em fevereiro de 1980 entrou para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", como Diretor de Obras, na área das edificações, então designada de "Construção Civil".

Nos anos de 1982 e 1983 esteve destacado na Venezuela, onde acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1984 as funções de Diretor de Zona, com responsabilidades em múltiplos empreendimentos nas áreas de turismo, estradas, habitação, edifícios, com especial destaque para as entidades bancárias.

Em 1989, passou a Diretor de Centro de Produção e em 1992 a Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Construção Civil", da qual foi coordenador de 1998 a 2005, altura em que passou a administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", cargo que exerceu até novembro de 2013.

Desde 2000 que acompanha a atuação da empresa do Grupo Teixeira Duarte que opera na área do *Facilities Managment*, designada "TDGI - Tecnologias e Gestão de Imóveis, S.A.", da qual é Presidente do Conselho de Administração.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Licenciatura em Engenharia Civil pelo "Instituto Superior Técnico", em 1992.

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral, terminando o mandato em curso em 2018.

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2015 encarregue de supervisionar a atuação desenvolvida nos setores da Imobiliária, da Distribuição e Automóvel em todos os mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente Portugal, Angola, Brasil e Moçambique, sendo, nesse âmbito, Administrador de diversas outras sociedades do Grupo, e de supervisionar a atividade da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.".

Trabalhou na "PROFABRIL, S.A." como Engenheiro Projetista na Divisão de Edifícios, participando em projetos de Estruturas de betão armado - Outubro 1992 a Maio 1993.

Já no Grupo Teixeira Duarte:

De outubro de 1993 a novembro de 1999, integrou as equipas da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no Centro de Exploração das Edificações - então denominado Construção Civil -, tendo desempenhado as funções de Diretor Adjunto de Obra e Diretor de Obra de várias empreitadas em Portugal.

De novembro de 1999 a maio de 2011, integrou as equipas do setor imobiliário do Grupo Teixeira Duarte, sendo responsável pela área técnica com funções no desenvolvimento de projetos imobiliários, nomeadamente análise de viabilidade, conceção das soluções imobiliárias, coordenação dos projetos, licenciamento, coordenação das empreitadas, definição dos produtos de marketing associados, gestão do património sobre arrendamento, coordenação das equipas de vendas.

A sua responsabilidade incluiu todos os segmentos do setor, desde o residencial, a escritórios, a espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, indústria/logística e parques de estacionamento, bem como a dedicação à expansão de espaços afetos a outras atividades do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

Em 2010 começou também a coordenar a atuação do Grupo nos setores da Distribuição e Automóvel e a partir de maio de 2011 foi eleito Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte - a TD,SA.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administrador: Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

Licenciado em Engenharia Civil pela "Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto", em 1974.

Foi designado para o cargo pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010. Cessou funções enquanto Administrador da TD,SA em 2011, tendo permanecido a exercer funções na Administração de outras sociedades do Grupo. Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2013 foi eleito para desempenhar o cargo de Administrador na TD,SA, até ao final do mandato 2011/2014, e em 30 de maio de 2015 foi novamente eleito para exercer funções para o mandato em curso (2015/2018).

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2015 encarregue de acompanhar a atividade desenvolvida pelos Centros de Exploração de Infraestruturas, acompanhar a atividade desenvolvida pela Direção Central de Estudos de Infraestruturas da participada TD-EC e de acompanhar a atividade das participadas "MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.", "AEDL - Auto-estradas do Douro Litoral, S.A." e "AEBT - Auto-estradas do Baixo Tejo, S.A.".

Iniciou a sua carreira como profissional liberal, no dimensionamento e direção de construção de diversas edificações de habitação e para a indústria.

Teve uma passagem pela "CONDURIL S.A.R.L.", onde esteve de 1977 a 1981 como Diretor de Obra, colaborando em diversas obras, nomeadamente a construção das barragens de Penha Garcia e Cimeira e Fundeira no Alvão, para a "Direção Geral de Hidráulica" e para a "Câmara Municipal de Vila Real" respetivamente; várias obras de consolidação de taludes da Linha do Douro adjacentes aos aproveitamentos da Régua e da Valeira, para a "EDP", na sequência dos estragos causados pelas grandes cheias de 1979 e pelo fenómeno da micro turbulência; obras de tipo diverso para a Junta Autónoma das Estradas, no domínio das estradas.

Entrou para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 1981 onde assumiu a direção de obras na área das edificações, então designada de "Construção Civil". Nestas funções, desataca-se a construção do Edifício Sede da "Caixa Geral de Depósitos" num conjunto de vários edifícios de relevo, na cidade do Porto e a construção de um Lar de Repouso, na Ilha Terceira, no Açores.

Nos anos de 84 a 91 esteve destacado na Venezuela, onde exerceu funções de Direção de Produção e de Gerência da filial "TEGAVEN S.A.", no âmbito das quais acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios e ainda do Parque de manutenção e outras para o metro de Caracas e construção de autoestradas.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1992 as funções Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Obra Pública", da qual foi coordenador até 2005, altura em que passou a Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.". Neste período, coordenou o desenvolvimento de grandes projetos na área de estradas e caminhos de ferro, armazenamento, tratamento e distribuição de água, aproveitamentos hidroelétricos, hospitais e outros.

Supervisionou a entrada da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." na Argélia em 2003, desempenhando, ainda hoje, diversos cargos de Administrador em várias entidades participadas do Grupo Teixeira Duarte nesse país.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

O Presidente do Conselho de Administração, **Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte**, é acionista e Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", não auferindo, contudo, qualquer remuneração pelo exercício do cargo. Mais se informa que é filho do Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte e irmão do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o "Banco Comercial Português, S.A." não têm um carácter significativo.

O Administrador **Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte**, é acionista e Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", não auferindo, contudo, qualquer remuneração pelo exercício do cargo. Mais se informa que é sobrinho do Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte e primo do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o "Banco Comercial Português, S.A." não têm um carácter significativo.

Relativamente aos **restantes membros do Conselho de Administração**, informa-se que nenhum deles mantém relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Sociedade definem as competências de cada um dos órgãos sociais, designadamente nos seus artigos 12.º (Assembleia Geral) 19.º (Conselho de Administração) e 23.º (Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Não existe repartição ou delegação de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Tal circunstância resulta, essencialmente, do facto de o Conselho de Administração ser exclusivamente composto por membros executivos, o que se traduz numa eficácia de operacionalidade e proximidade das matérias da sua competência, tornando-se redundantes e contraproducentes quaisquer delegações neste âmbito.

Sem prejuízo do que acima se referiu, as linhas genéricas organizacionais definidas pelo Conselho de Administração para o Grupo estavam fixadas em 31 de dezembro de 2015 no sentido de este:

a) Manter um conjunto de Direções Centrais com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade do Grupo integradas no denominado Centro Corporativo, o qual deverá promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas do Grupo que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios, ainda que algumas estejam integradas no âmbito da TD,SA e outras no da sua participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

b) Organizar as estruturas operacionais do Grupo por Setores de Atividade, as quais, tendencialmente, abrangerão a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da TD,SA;

c) Destacar a marca de certas operações integradas no Grupo que, dada a particularidade do seu negócio, deverão manter a respetiva individualidade, em especial nos Setores da Construção e das Concessões e Serviços;

d) Reforçar a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." como sociedade focada no setor da Construção:

   d.1) Mantendo o desenvolvimento da sua atuação através de Centros de Exploração, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira;

   d.2) Mantendo um conjunto de Direções Centrais com âmbito de atuação específico no apoio especializado aos Centros de Exploração, em particular nas áreas dos Estudos, Projetos e Propostas;

   d.3) Mantendo a coordenação e articulação da atividade das participadas que atuam no setor da Construção através do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

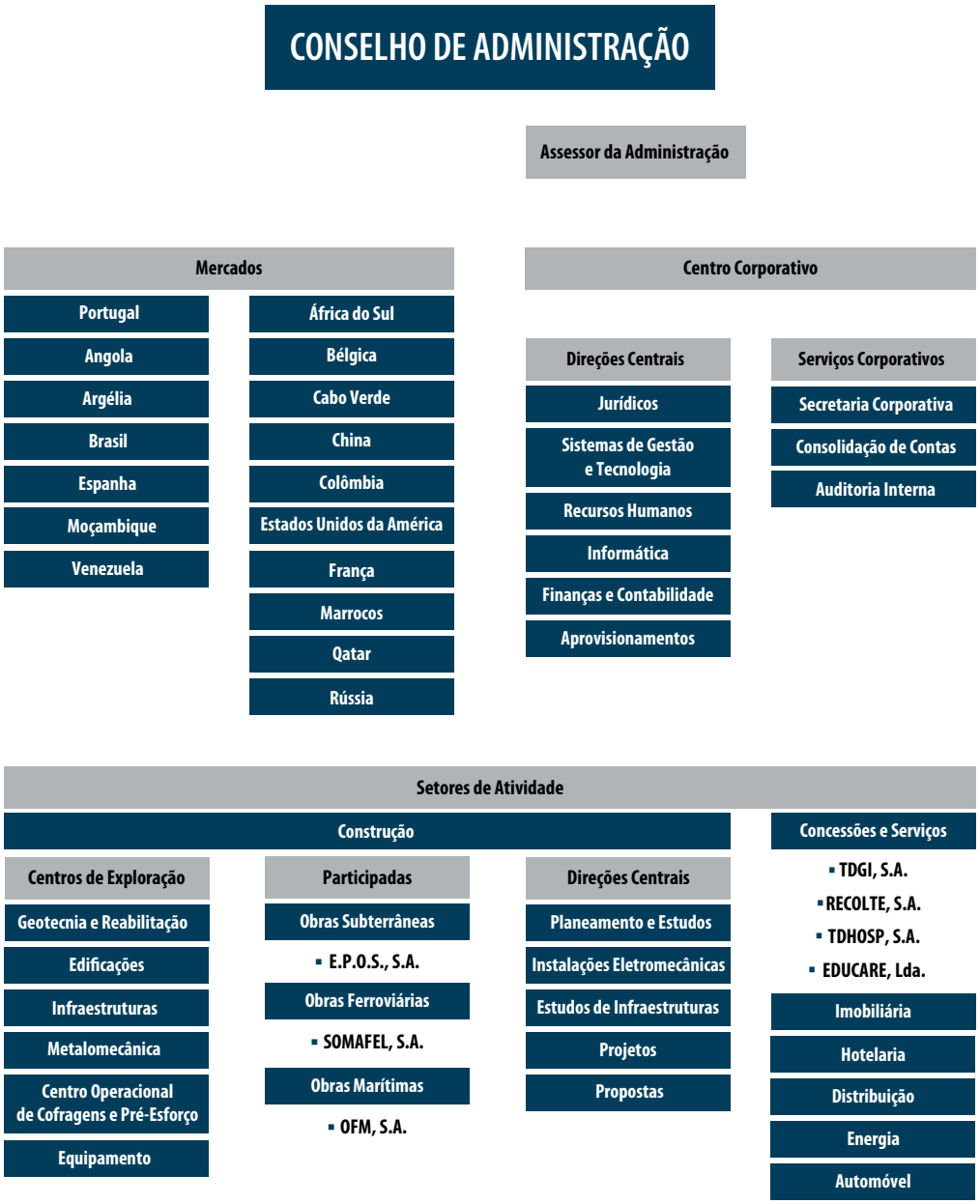
e) Manter, no âmbito do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e do ponto de vista operacional, uma Comissão Executiva de Exploração, que coordenará a atuação dos Centros de Exploração e das participadas neste setor da Construção;

f) Manter uma estreita ligação entre o Conselho de Administração da TD,SA e o da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

g) Reforçar a firmeza e eficácia dos vínculos de unidade no Grupo Teixeira Duarte através da ligação direta do Conselho de Administração com os Delegados do Grupo nos vários países, que aí representam o órgão de gestão, assumindo a representação institucional do Grupo, bem como a ligação com as estruturas dos vários Setores e do Centro Corporativo que operem nesses mercados e a implementação de práticas de otimização do funcionamento das sociedades do Grupo atendendo às particularidades de cada país.

Estas linhas gerais foram também refletidas num organograma do Grupo Teixeira Duarte, o qual estava em vigor em 31 de dezembro de 2015 e que aqui se reproduz:

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE **2015**



b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Não existe qualquer regulamento de funcionamento.

Atendendo ao modelo societário escolhido, à composição do Conselho de Administração (todos os membros são executivos) e ao facto de as competências e responsabilidades deste órgão não serem delegáveis em quaisquer outros, nem em comissões especializadas ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração é bastante simplificado, acrescendo ainda o facto do número de membros que integram esse órgão não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade.

As competências individuais de cada um dos seus membros são fixadas por deliberação do próprio Conselho de Administração e a sua interligação é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA de 24 de abril de 2015 foi aprovado o "Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte", sendo extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e a todos os respetivos colaboradores, incluindo os membros dos órgãos sociais.

Este documento consagra, numa nova expressão, os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte e desse modo, do respetivo relacionamento da TD,SA com as partes relacionadas. Através deste Código, reforça-se e desenvolve-se a Missão e os Valores da Teixeira Duarte, mas em parte alguma do mesmo existem disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2015, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 29 vezes.

Para os devidos efeitos, informa-se que a assiduidade de cada um dos membros daquele órgão foi a seguinte:

O Presidente do Conselho de Administração, **Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte**, esteve presente em todas as reuniões deste órgão.

O Administrador **Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte** esteve presente em 26 reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração nas três reuniões em que não pôde estar presente, tendo essas ausências sido previamente anunciadas e articuladas com os restantes Administradores.

O Administrador **Joel Vaz Viana de Lemos** esteve presente em 28 das reuniões do Conselho de Administração, tendo a sua única falta sido previamente anunciada e justificada por outros compromissos profissionais antes assumidos em articulação com os demais membros do Conselho.

O Administrador **Carlos Gomes Baptista** esteve presente em 24 reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração numa das quatro reuniões em que não pode estar presente, tendo todas as suas faltas sido previamente anunciadas e justificadas por outros compromissos profissionais antes assumidos em articulação com os demais membros do Conselho.

O Administrador **Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo** esteve presente em 26 reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração numa das quatro reuniões em que não pode estar presente, tendo todas as suas faltas sido previamente anunciadas e justificadas por outros compromissos profissionais antes assumidos em articulação com os demais membros do Conselho.

O Administrador **Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino** esteve presente em 25 reuniões do Conselho de Administração, tendo todas as suas quatro faltas sido previamente anunciadas e justificadas por outros compromissos profissionais antes assumidos em articulação com os demais membros do Conselho.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade, todos eles executivos, é a Assembleia Geral, a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanha, nos termos previstos e descritos neste documento, a atuação do Conselho de Administração, acautelando o cumprimento de uma série de matérias e emitindo parecer anual sobre relatório e contas que submete à apreciação dos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração, tendo por base a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral.

Mais se informa que, em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, se entendeu que não se justifica criar as comissões referidas na Recomendação n.º II.1.4 a) para efeitos de assegurar uma competente e independente avaliação de desempenho dos Administradores executivos e do seu próprio desempenho global (de quaisquer comissões que, conforme descrito, não existem).

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, tais funções encontram-se expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações, nos termos acima indicados.

Do mesmo modo e pelas mesmas razões, se entendeu que não se justifica criar as comissões referidas na Recomendação II.1.4 b) para refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Estas atribuições são desempenhadas por cada um dos Órgãos Sociais que, melhor que qualquer outro organismo criado apenas para esse efeito, conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Em última análise, a avaliação global da atuação dos órgãos sociais caberá sempre aos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos, os resultados da Empresa e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a política de remunerações que é anualmente aprovada em Assembleia Geral.

A este propósito, remete-se para a política de remunerações dos órgãos sociais reproduzida *infra* em 69.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Todos os membros do Conselho de Administração da TD,SA têm dezenas de anos "de casa", com percursos profissionais feitos quase exclusivamente dentro do Grupo Teixeira Duarte, sendo que foi em função das áreas e setores de atuação do Grupo que supervisionam ou acompanham que foram designados para outros cargos sociais, permitindo-lhes inclusivamente o reporte de informação para a TD,SA sobre as atuações dessas mesmas entidades e a correspondente implementação, no âmbito destas, das orientações definidas para o Grupo Teixeira Duarte.

Existem, contudo, algumas situações pontuais de cargos sociais assumidos noutras entidades fora do Grupo Teixeira Duarte, sendo que em nenhuma delas qualquer Administrador aufere remuneração ou mantém um vínculo profissional, ou está sujeito a qualquer situação que obste à disponibilidade total para o desempenho do cargo de membro do Conselho de Administração da TD,SA.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2015, exercia os seguintes cargos **noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "PACIM - Gestão e Investimentos, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "PASIM - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Gerente de "Terras da Mourinha, Lda.";

Gerente de "Foros dos Olivais, Lda."; e

Gerente da "PACIM - CAXALP, Gestão e Investimentos, Lda."

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2015, desempenhava os seguintes cargos **noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:**

Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Lagoas Hotel, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDH - Sociedade Gestora de Participações, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";

Administrador da "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.";

Membro do Conselho de Administração da "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia";

Administrador da "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Administrador da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.";

Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Limitada"; e

Administrador da "Votorantim Macau Investimentos, S.A.".

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho da Administração de "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A."; e

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da "HAB - Cooperativa de Construção e Habitação C.R.L.".

Administrador: Joel Vaz Viana de Lemos

Em 31 de dezembro de 2015 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte:**

Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.";

Presidente do Conselho de Administração do "GMP - Grupo Marítimo Português, ACE";

Presidente do Conselho de Administração do "GMP MEK - Grupo Marítimo Português Mers El Kebir, ACE";

Presidente do Conselho de Administração da "MARINERTES, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Groupement Maritime Portugais GMP - ORAN"

Vice-Presidente do Conselho de Administração do "Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE";

Administrador Suplente do "AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE";

Administrador da "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.";

Membro do Conselho de Administração da "EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia";

Administrador da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";

Administrador da "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."; e

Administrador do "Somafel e Ferrovias, ACE".

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Em 31 de dezembro de 2015 desempenhava o seguinte cargo **noutra sociedade do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração da "TDGI - Tecnologia de Gestão de imóveis, S.A.".

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Em 31 de dezembro de 2015, desempenhava os seguintes cargos **noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A ";

Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Investimento e Gestão, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Quinta de Cravel Imobiliária, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "V8 - Gestão Imobiliária, S.A.";

Administrador da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Administrador da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Administrador da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A."; e

Gerente da "BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.".

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Administrador da "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.".

Administrador: Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

Em 31 de dezembro de 2015 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração do "CONBATE, A.C.E.";

Administrador do "Douro Litoral, A.C.E.;

Administrador do "Groupe Etrhb Haddad - Teixeira Duarte - El Harrach Douera";

Administrador do "Groupement Mêtro d'Alger Centre (GMAC)";

Administrador do "Groupement Teixeira Duarte / Groupe Etrhb Haddad";

Administrador do "Groupement Teixeira Duarte, S.A. / Kanaghaz, SPA - Lagunes de Souf"; e

Administrador da "Teixeira Duarte Algérie, SPA".

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Não existem atualmente quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização, nem mesmo a Comissão Executiva prevista poder ser constituída ao abrigo do artigo 20.º dos Estatutos.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando que não existe uma Comissão Executiva nem Administradores Delegados, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Considerando que não existem comissões criadas no seio do Conselho de Administração, conforme referido em 27. *supra*, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

III. FISCALIZAÇÃO

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O modelo societário adotado é o habitualmente designado por latino reforçado, tendo-se optado portanto pela designação de um Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º dos Estatutos da TD,SA, o Conselho Fiscal é constituído, necessariamente, por três membros efetivos e um suplente, os quais deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

À semelhança dos demais membros dos órgãos sociais e nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Pacto Social, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por períodos de quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos.

O Conselho Fiscal é atualmente composto pelos seguintes membros:

Presidente: Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vogais: Mateus Moreira

Miguel Carmo Pereira Coutinho

Suplente: Rui Pedro Ferreira de Almeida

O Senhor Presidente do Conselho Fiscal foi eleito pelos Senhores Acionistas em 31 de maio de 2014 como Suplente desse órgão, tendo vindo a ocupar a posição de membro efetivo em 7 de novembro de 2014 - na sequência da renúncia apresentada pelo anterior Presidente - e sido designado como Presidente do Conselho Fiscal em reunião desse Órgão de 5 de dezembro de 2014, tendo sido eleito como Presidente do Conselho Fiscal na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

Os Vogais do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Mateus Moreira e Senhor Miguel Carmo Pereira Coutinho, foram designados pela primeira vez aquando da constituição da sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010, tendo sido reconduzidos nos respetivos cargos na Assembleia Geral Anual de 30 de maio de 2015, para exercerem funções durante o quadriénio agora em curso 2015/2018.

O membro Suplente do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Rui Pedro Ferreira de Almeida, foi eleito para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, igualmente para o mandato 2015/2018.

Acrescente-se que todos eles possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções, conforme *infra* descrito em 33.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº19.

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal cumprem integralmente os requisitos de independência, sendo que não se verifica qualquer

incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo por cada um deles, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são os que se descrevem de seguida:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

Licenciatura em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Curso Avançado de Gestão da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

É Vogal do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

É Vogal da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística de Portugal e Coordenador do Comité de Normalização Contabilística Pública.

Foi consultor em vários projetos em Angola e Moçambique relativos a matérias de contabilidade e auditoria e formador nas mesmas áreas em Portugal e nos PALOP

Integrou a Ernst & Young em Janeiro de 1979 tendo feito parte do Partnership entre 1992 e 2006.

Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Licenciatura em Finanças pelo "Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras" (1972).

Aposentado em 30 de setembro de 2003 do Millennium BCP, onde desempenhava o cargo de Diretor Central - Adjunto.

Foi vogal do Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." de 2 de maio de 2007 a 20 de maio de 2011.

Miguel Carmo Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Frequência do 2º ano do "Instituto Superior de Agronomia" (1952).

Foi empresário.

Atualmente está aposentado.

Foi vogal do Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." de 2 de maio de 2007 a 20 de maio de 2011.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

Licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1997);

Frequentou o Curso Avançado em Human Behaviour in Organisations (AESE) (2007);

Frequentou a Pós-graduação em Fusões e Aquisições (EGP-UPBS) (2009);

É Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A.;

É Presidente do Conselho Fiscal de The British-Portuguese Chamber of Commerce.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

Conforme acima descrito no n.º 22 do presente Relatório, não existe qualquer regulamento de funcionamento dos órgãos sociais.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA de 24 de abril de 2015 foi aprovado o "Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte", sendo extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e a todos os respetivos colaboradores, incluindo os membros dos órgãos sociais.

Este documento consagra, numa nova expressão, os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte e desse modo, do respetivo relacionamento da TD,SA com as partes relacionadas. Através deste Código, reforça-se e desenvolve-se a Missão e os Valores da Teixeira Duarte, mas em parte alguma do mesmo existem disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

Durante o exercício de 2015, o Conselho Fiscal reuniu seis vezes, contando, em todas elas, com a participação de todos os seus membros efetivos.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros

daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Todos os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada para o desempenho das suas funções na TD,SA, nomeadamente para participação nas reuniões periódicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e para o acompanhamento da atividade da Sociedade e da elaboração e publicação dos documentos de prestação de contas, em articulação com atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De seguida, indica-se os cargos exercidos por cada um dos membros do Conselho Fiscal, em sociedades dentro e fora do Grupo:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2015, exercia os cargos de Vogal Efetivo do Conselho Fiscal das seguintes entidades: "Real Vida Seguros, S.A.", e "Sporting Clube de Portugal".

Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2015, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Miguel Carmo Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2015, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2015, era Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A. e Presidente do Conselho Fiscal de The British-Portuguese Chamber of Commerce.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Não são contratados serviços ao auditor externo que não os de revisão legal de contas e auditoria pelo que a presente norma não é aplicável à realidade da TD,SA.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não exercem outras funções que não as acima descritas e legalmente definidas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de revisor oficial de contas é exercido pela "Moore Stephens & Associados - SROC", representada pelo Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O revisor oficial de contas foi designado pela primeira vez para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer as respetivas funções durante o quadriénio 2015/2018.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O revisor oficial de contas não presta outros serviços que não os de revisão legal de contas e auditoria à TD,SA.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do Art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo designado, nos termos do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, é a sociedade de revisores oficiais de contas "Moore Stephens & Associados - SROC", representada pelo Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro e registada na CMVM sob o número 173.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem este cargo na TD,SA desde a sua eleição na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, ou seja, há cerca de 1 ano.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe uma política definida sobre a rotatividade do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Acrescente-se, todavia, que a questão prevista na Recomendação n.º IV.3 - *as sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos* - não se coloca, uma vez que o mesmo se encontra a cumprir o primeiro mandato no exercício daquelas funções.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

A atuação do auditor externo tem vindo a ser avaliada pelo Conselho Fiscal e por todos os demais órgãos sociais da TD,SA numa base anual, sendo que nunca se verificou qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição ou resolução do contrato de prestação dos seus serviços com justa causa.

A este propósito, refira-se que o Conselho de Administração da TD,SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do auditor externo, dentro da Empresa, uma vez que o Conselho de Administração e os serviços dele dependentes se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionarem ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

O interlocutor principal e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo não é o Conselho Fiscal, conforme indicado na Recomendação n.º II.2.2, mas sim o Conselho de Administração, uma vez que é este o interlocutor da Empresa por excelência e, conforme ficou descrito *supra*, é também este o órgão que se encontra diretamente enquadrado na estrutura operacional da empresa, facilitando as comunicações e a divulgação de informação entre os diversos órgãos e entidades, sem que alguma vez a independência do auditor tenha sido prejudicada.

Cumpre no entanto referir que tais procedimentos estão acertados e articulados com o Conselho Fiscal que, sem prejuízo disso, obtém também do auditor externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o exercício das suas funções.

A remuneração do auditor externo é fixada pela Comissão de Remunerações da Empresa, nos termos previstos nos Estatutos, à semelhança do que sucede para os demais órgãos sociais, não se encontrando, por ora, qualquer fundamento para a interferência do Conselho Fiscal nesta matéria.

Este modelo, implementado há já alguns anos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, tem-se vindo a revelar adequado ao bom funcionamento dos órgãos sociais e à garantia da transparência.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Informa-se que nem o auditor externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

A retribuição paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas	61.000,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-
Por entidades que integram o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas	215.300,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Quanto à política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas, a Sociedade incentiva os colaboradores a informarem, pelos meios que julgarem convenientes - por contacto direto, documento escrito, e-mail ou por via telefónica - as respetivas hierarquias de quaisquer irregularidades detetadas. As pessoas com legitimidade para receber essas comunicações são os respetivos superiores hierárquicos.

Sempre que tal se revele adequado ao correto apuramento dos factos e das responsabilidades inerentes à prática dos mesmos, são abertos os correspondentes processos ou inquéritos, salvaguardando também a necessária confidencialidade da comunicação, quando solicitada pelo declarante ou assim ajuizado como conveniente pelo recetor.

Os processos são acompanhados pelo responsável do departamento em que a alegada irregularidade tenha ocorrido, com recurso a pessoas não envolvidas na situação em causa e, caso se afigure conveniente, com o acompanhamento de advogados e da Direção Central de Recursos Humanos.

Os processos são sujeitos a uma decisão por parte das hierarquias envolvidas, dela se dando reporte ao Conselho de Administração e a quaisquer outras entidades a quem esta comunicação deva ser efetuada com carácter imperativo.

Em complemento das mencionadas regras e, em especial, do ponto de vista dos demais *stakeholders*, existe um Gabinete de Apoio ao Investidor disponível também para eventuais participações de possíveis irregularidades, o mesmo sucedendo com os órgãos de fiscalização da Sociedade, ou seja, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Para além disso, encontra-se em funcionamento desde 2014, um novo veículo de comunicação de irregularidades diretamente para o Conselho Fiscal, através da criação do endereço de e-mail irregularidades@teixeiraduarte.pt, para o qual os colaboradores (em especial, através do portal corporativo) e os acionistas (estando o mesmo disponibilizado para o efeito no site oficial da TD,SA www.teixeiraduarte.pt) poderão remeter o reporte de eventuais irregularidades.

No âmbito do já referido "Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte" e a propósito da monitorização da aplicação do mesmo, dispõe o mesmo que "*cabe aos colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes relacionadas zelarem pelo cumprimento deste Código de Ética, divulgando-o, invocando-o em sua defesa e reclamando junto das hierarquias a sua aplicação, incluindo pelas próprias, bem como proceder à comunicação de eventuais irregularidades identificadas diretamente para o Conselho de Administração, o qual estará também disponível para prestação de esclarecimentos sobre a sua aplicação*."

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Os Serviços de Auditoria Interna do Grupo Teixeira Duarte têm vindo a desempenhar um papel fundamental em matéria de implementação de sistemas de controlo interno.

A 31 de dezembro de 2015, estes serviços contavam com 6 colaboradores e encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, sendo que a coordenação destes trabalhos foi também articulada em reuniões com a participação dos membros dos Órgãos de Fiscalização.

A este propósito, sublinha-se ainda o relevante contributo prestado pelos serviços corporativos de Consolidação de Contas e Secretaria Corporativa no processo de reporte e divulgação de informação financeira.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Conforme acima referido, a 31 de dezembro de 2015, os serviços de auditoria interna encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual não era considerado independente ao abrigo das disposições normativas aplicáveis.

Contudo, considera-se que este Administrador não se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acrescente-se que, desde a sua criação no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna não só sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração como sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira. Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços enquadrados na estrutura organizativa da empresa e o Administrador responsável, sem que, reitere-se, a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa.

É, pois, neste enquadramento que se informa que é o Conselho de Administração - e não o Conselho Fiscal, como consta da Recomendação n.º II.2.5 - que se pronuncia sobre os planos de trabalho e os recursos afetos ao Serviço de Auditoria Interna e é o destinatário de todos os relatórios

realizados por este serviço, mesmo quando estão em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

No que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável, em primeiro lugar, pelo conhecimento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção.

Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento.

Acrescente-se que cabe ainda ao Conselho de Administração - e não aos órgãos de fiscalização conforme referido na Recomendação n.º II.2.4 - a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da TD,SA, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Esta realidade é, contudo, seguida de próximo pelos membros dos órgãos de fiscalização que, para além do regular acompanhamento da atividade do Grupo, se fazem representar nas reuniões mensais do Conselho de Administração onde se disponibiliza um vasto conjunto de elementos de diferentes naturezas com informação de reporte e previsão da atuação do Grupo nos vários mercados e setores.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem quaisquer outras áreas com competências exclusivas no âmbito do controlo de risco, sendo que, face àquele que é modelo em vigor no Grupo sobre esta matéria, todas as áreas têm essa quota-parte de responsabilidade nos termos acima descritos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil, Moçambique e Venezuela;
- flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos spreads de crédito e das taxas de câmbio, bem como disponibilidade de divisas convertíveis nos mercados em que o Grupo opera;
- alterações nas políticas governamentais;
- enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária;
- alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera; e

- flutuações dos mercados acionistas em geral e em particular da cotação do BCP.

Acresce que a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e dos respetivos preços de mercado. Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo (45,7% em 2015).

Sendo o negócio da construção a principal atividade do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente nas àreas da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas e da Metalomecânica, Obras Subterrâneas, Ferroviárias e Marítimas, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da **construção** de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e cauções por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Acresce que a retração do investimento público, bem como do privado de maior volume, têm afetado as receitas, que são também por vezes prejudicadas pelos prazos e atrasos nos pagamentos.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climatéricas; descoberta de características da natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes grupos construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da Teixeira Duarte - nomeadamente em Portugal e Angola - obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As **Concessões** são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A atividade Imobiliária do Grupo é afetada pelas exigências para novos projetos aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), e por variações da procura decorrentes da atualização das taxas de juro e das disponibilidades de financiamento.

A **Hotelaria** em Portugal tem sofrido pequenas oscilações, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às características dos respetivos países e à concorrência que aumenta numa dimensão nunca antes verificada. Adicionalmente, e considerando os níveis de endividamento de algumas das empresas participadas que operam neste setor, os resultados e, consequentemente, a situação patrimonial das referidas empresas poderão sofrer impactos adversos em consequência de evoluções desfavoráveis nas taxas de juro.

A **Distribuição** em Angola está muito exposto às características próprias do país e às dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

O setor **Automóvel** está atualmente sujeito a forte concorrência, em particular no mercado de Angola, no qual a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente.

No setor da **Energia** cumpre referir que em 2015 o Grupo alienou a participação na sociedade "PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.", através da qual exercia a sua atuação na área dos combustíveis líquidos, pelo que atualmente os riscos a que sua atividade está mais exposta neste setor se cingem à volatilidade dos preços do gás nos mercados internacionais.

Relativamente às **participações financeiras**, nomeadamente a participação detida no Banco Comercial Português, S.A., o risco resulta da atual volatilidade dos mercados financeiros e do possível impacto das respetivas cotações nas contas do Grupo Teixeira Duarte, o que, em certas circunstâncias, pode afetar os resultados.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (82,9% em 2015). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da Construção, mas também outros como a Distribuição, Energia e Automóvel que podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter colaboradores qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, situação financeira e os resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja

sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

As atividades da TD,SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar adequadamente provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pelos Serviços de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, a quem, sob supervisão direta do Administrador do pelouro e acompanhamento pelos órgãos de fiscalização, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD,SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando através de duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e de refinanciamento de tais linhas e dispondo de facilidades de crédito, disponíveis em diversos casos na modalidade de linhas em conta corrente.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo Teixeira Duarte segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro. A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos. Estas operações são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado e a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros. O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IAS

39, sendo mensurados pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância das disposições da IAS 39.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwanza angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e o bolívar venezuelano, pode ter impacto na situação financeira da TD,SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários denominados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito Angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola, operando, entre outras, com as marcas, Chevrolet, Honda, JMC, Mahindra, Nissan, Peugeot, Renault, e SsangYong.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo Teixeira Duarte tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos bens finais e dos serviços que presta aumentos do preço do petróleo é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo que variações adversas nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo Teixeira Duarte por três razões:

- diretamente, através da margem gerada na Energia, área de negócio que, em 2015, representou 1,2% dos proveitos operacionais do Grupo Teixeira Duarte;
- o custo de transporte é uma das rubricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;
- os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos;
- a evolução do preço do petróleo condiciona o desenvolvimento da própria economia dos mercados em que o Grupo Teixeira Duarte opera, alguns deles de forma bastante significativa, pela força que tal produto representa no PIB desses países.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciadas pela valorização das participações financeiras detidas.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações de imparidade, os resultados do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciados pela valorização/desvalorização das participações financeiras detidas, o que, no caso das participações detidas em sociedades admitidas à negociação em mercado regulamentado, depende diretamente da cotação de mercado das respetivas ações.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

Os procedimentos implementados ao nível do controlo interno e da gestão de riscos caracterizam-se por promover a autonomia dos quadros da Sociedade na direção e acompanhamento dos assuntos, incutindo uma postura de responsabilidade e forte estímulo ao comportamento empreendedor.

Esta constante relação entre autonomia e sentido de responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos considerados satisfatórios.

Tem-se sempre presente a importância da ponderação dos custos de controlo em relação às matérias que se pretende controlar. Da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios e conceitos fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de eventuais comissões de controlo seriam amplamente superiores aos benefícios que poderiam resultar de um controlo realizado através de tais comissões. Acresce que a simples criação de comissões para o efeito, do ponto de vista formal, acaba por implicar mais entraves do ponto de vista burocrático que não encontram reflexo na sua concretização prática.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumprir integralmente os requisitos enumerados na Recomendação n.º II.1.5, a TD,SA mantém a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito, pois entende que as principais linhas desta recomendação são inadequadas ao regular funcionamento da Empresa, podendo vir a criar diversos obstáculos do ponto de vista meramente formal e burocrático que não são compatíveis com a execução dos procedimentos já implementados nem com a responsabilização das estruturas organizacionais do Grupo.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m).

O processo de divulgação de informação financeira é coordenado pelo Conselho de Administração e acompanhado sempre pelos Órgãos de Fiscalização, nele trabalhando as equipas dos Serviços de Consolidação de Contas e da Secretaria Corporativa, respetivamente, na elaboração e apuramento de contas e demais informes contabilísticos e financeiros e na preparação e divulgação do documento final.

Ambos os aludidos serviços acompanham a evolução dos normativos aplicáveis, tanto nas áreas financeiras como jurídicas e estão em articulação com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários para atualização de informes e regulamentos complementares sobre estas matérias e reportam diretamente ao Conselho de Administração.

Todos os colaboradores que integram os Serviços de Consolidação de Contas e aqueles que nos Serviços da Secretaria Corporativa participam na preparação e divulgação do documento final são integrados na listagem prevista no artigo 248.º do Código de Valores Mobiliários - ou seja, de colaboradores com acesso a informação privilegiada -, sendo todos eles notificados por carta entregue pessoalmente da sua inclusão na referida listagem e das consequências legais decorrentes da divulgação ou utilização abusiva de informação privilegiada.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com o objetivo de promover o contacto permanente com o mercado e a resposta às solicitações dos investidores em tempo útil, assegurando o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, coordenado pelo Senhor Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo o acesso ao mesmo ser feito através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Lagoas Park, Edifício Dois, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras

Telefone: + 351 217 912 415

Fax: + 351 217 941 108

E-mail: representantemercado@teixeiraduarte.pt

O Gabinete de Apoio ao Investidor assegura ainda a manutenção de um registo dos pedidos apresentados pelos diversos *stakeholders* e do tratamento que lhes foi dado.

57. Representante para as relações com o mercado.

Conforme referido em 56. *supra*, o cargo de Representante para as Relações com o Mercado é exercido pelo Senhor Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O prazo de resposta a pedidos de informação no ano de 2015 foi, em média, de 2 dias.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço: www.teixeiraduarte.pt. Neste sítio, a Sociedade disponibiliza, em português e inglês, as informações consideradas relevantes e que permitem o conhecimento sobre a sua evolução e realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estes elementos podem ser consultados em:

http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/identificacao-da-sociedade.html.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os Estatutos da Sociedade ser consultados em:

http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/estatutos.html.

Conforme já foi previamente referido, não existem regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e/ou comissões.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada em:

http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/orgaos-sociais/orgaos-sociais-teixeira-duarte-sa.html.

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada em:

http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/gabinete-apoio-investidor.html.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas desde a constituição da sociedade, em 2009 podem ser consultados em:

http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/informacao-financeira/relatorios-anuais.html.

O calendário semestral de eventos societários pode ser consultado em:

http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/calendario-do-investidor.html.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Todos os elementos referentes às Assembleias Gerais da TD,SA podem ser consultados em:

http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/assembleias-gerais/teixeira-duarte-sa.html.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Todos estes elementos podem ser consultados em:

http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/assembleias-gerais/teixeira-duarte-sa.html.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Ao abrigo do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da TD,SA e nos termos fixados na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações determinar a remuneração dos órgãos sociais.

Refira-se ainda que, conforme já ficou esclarecido, não existe uma comissão executiva ou Administrador Delegado, pelo que, nesta parte, esta questão não é aplicável à realidade da TD,SA.

Contudo e tomando por base o critério fixado no artigo 248.º-B, n.º 3 do Código de Valores Mobiliários, os únicos dirigentes da TD,SA que não integram o seu Conselho de Administração são membros do Conselho de Administração da sociedade sua participada "Teixeira Duarte - Engenharia

e Construções, S.A.", sendo que a determinação da remuneração destes dirigentes cabe à Comissão de Remunerações da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", a qual é composta exatamente pelos mesmos membros que os da Comissão de Remunerações da TD,SA.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Atualmente, a Comissão de Remunerações é composta pelas seguintes pessoas, eleitas na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para desempenho de funções no mandato 2015/2018:

- Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
- António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também o Presidente daquele órgão de gestão.

Sendo a TD,SA controlada por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem a respetiva Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida, estando sempre em consonância com as regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM em cada momento, pelo que não se vislumbram quaisquer motivos para a alterar.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior *holding* do Grupo ("Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."), com a sua peculiar forma de atuação e o seu vincado cunho empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, têm sido reconhecidas como tal.

Acrescente-se que não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções.

Mais se informa que cabe ao auditor externo, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, conforme consta da Recomendação n.º IV.1.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os Senhores Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 30 de maio de 2015, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

"ENQUADRAMENTO NORMATIVO

De acordo com as disposições conjugadas da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do artigo décimo primeiro dos Estatutos da Sociedade, cabe a esta Comissão submeter, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização desta Sociedade, devendo ter em consideração, para além daquele diploma o artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e o Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013 (Recomendações).

I. ÂMBITO DA DECLARAÇÃO:

Em função do modelo societário adotado pela "Teixeira Duarte, S.A.", a presente declaração abrange todos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

II. INTRODUÇÃO:

Uma vez que, ao abrigo de um processo de reestruturação societária do Grupo Teixeira Duarte, em 2010 a "Teixeira Duarte, S.A." sucedeu à "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." enquanto sociedade cotada de topo do Grupo ter-se-ão em conta na definição desta Política de Remunerações a realidade histórica e o enquadramento do tema experienciado no âmbito desta última sociedade ao longo dos anos.

III. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

No que se refere ao Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações deverá determinar os valores da componente fixa e variável das suas remunerações, segundo orientações que os ligam ao desempenho e aos resultados da Empresa no seu todo, bem como à atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da "Teixeira Duarte, S.A." e da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

A política de remunerações e a sua concretização nos termos aqui descritos deverá ter em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, sendo que tal componente nada terá que ver com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuição em concreto por esta Comissão de Remunerações, do mesmo modo que não está prevista a possibilidade de o pagamento da componente variável ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato. Também não existirão mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios;

- Média EBITDA nos exercícios de 2015 a 2017 superior ao EBITDA registado em 2014;

- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2015 a 2017 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2014.

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Os Administradores da "Teixeira Duarte, S.A." não deverão receber qualquer remuneração, seja a que título for, paga por sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Aos membros do Conselho de Administração serão pagas ajudas de custo nos termos e quantitativos determinados para os demais colaboradores da "Teixeira Duarte, S.A." e da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", nomeadamente por força de deslocações em serviço da Empresa.

Não foram pagas, nem está prevista a exigibilidade de quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação de funções de Administradores.

IV. CONSELHO FISCAL:

Todos os membros do Conselho Fiscal deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da "Teixeira Duarte, S.A." ou de outra sociedade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo, e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários.

V. REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deverá ser determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no

âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da "Teixeira Duarte, S.A.", compete a esse órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que se deverá fixar uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas presta também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei, em especial através da publicação do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

VI. CONCLUSÃO:

Será, pois, com base na política de remunerações acima exposta que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficam definidos.

Tais montantes serão anualmente divulgados sempre que a lei assim o exija, em especial no âmbito dos Relatórios sobre o Governo da Sociedade.

Em conclusão, reforça-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos mencionados no início, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer."

A TD,SA entende que a declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização acima transcrita é bastante clara e abrangente, possibilitando um correto entendimento sobre a forma como as remunerações dos órgãos de administração e fiscalização são fixadas.

Com efeito, a mencionada declaração contém a generalidade da informação constante da Recomendação n.º II.3.3, não se indicando apenas as informações relativas aos montantes máximos potenciais referidos na alínea b) dessa recomendação, uma vez que tais máximos não chegaram nunca a ser estabelecidos.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A acrescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores cumpre também complementarmente com o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100%, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

A fixação das remunerações tem ainda em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, que nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando também o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente como se sugere na Recomendação n.º III.3, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados, com a política de remunerações definida para a Sociedade e com a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um, sendo que a componente variável da remuneração tem sido sempre globalmente razoável em relação à componente fixa, em conformidade com o que se indica na Recomendação n.º III.3.

Apesar de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações ser diferida no tempo, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Para efeitos do disposto na Recomendação n.º III.5, informa-se que os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

O pagamento de parte da componente variável foi diferido para 2018, ficando tal pagamento dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2016 a 2018.

Refira-se que o pagamento da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração tem estado intrinsecamente dependente dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais. A este propósito, recorda-se que os Administradores da TD,SA são "gente da casa" há dezenas de anos, sendo as suas remunerações inseridas num plano geral que abrange todos os colaboradores.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características *supra* descritas.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A Comissão de Remunerações tem em consideração, na atribuição de prémios anuais, o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Os prémios anuais foram fixados tendo em conta ainda o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado, conforme já havia sido referido.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

"ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM - Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões."

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

A *supra* citada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, do mesmo modo que também não foi atribuído qualquer benefício em concreto, designadamente pela Comissão de Remunerações, por qualquer cessação de funções, designadamente por reforma.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2015, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável		Sub-Total	Compensações por Deslocações	Total
		Atribuida em 2015	Atribuida em 2012			
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	140.000,00	25.000,00	25.000,00	190.000,00	0,00	190.000,00
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	137.200,00	10.000,00	90.000,00	237.200,00	19.729,55	256.929,55
Joel Viana de Lemos	137.200,00	20.000,00	90.000,00	247.200,00	2.785,95	249.985,95
Carlos Gomes Baptista	137.200,00	10.000,00	90.000,00	237.200,00	31.285,25	268.485,25
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	137.200,00	10.000,00	90.000,00	237.200,00	37.779,70	274.979,70
Jorge Ricardo Figueiredo Catarino	137.200,00	5.000,00	90.000,00	232.200,00	36.643,35	271.843,35
TOTAL	**826.000,00**	**80.000,00**	**475.000,00**	**1.381.000,00**	**131.223,80**	**1.512.223,80**

Em 2015, o montante global das remunerações variáveis pagas pela TD,SA representou 36,7% do valor total auferido.

Durante o exercício de 2015, não foram adquiridos quaisquer direitos de pensão.

Em complemento da informação acima indicada sobre os valores pagos, informa-se que em 2015 foi deliberado pela Comissão de Remunerações atribuir aos membros do Conselho de Administração montantes de remuneração variável, da qual parte foi paga neste mesmo ano - e que está cima indicada no mapa - e parte, foi diferida para 2017, dependendo da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2015 a 2017.

Conselho de Administração	Remuneração Variável Atríbuida em 2015		
	Para 2015	Para 2018	Total
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	25.000,00	30.000,00	55.000,00
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	10.000,00	25.000,00	35.000,00
Joel Viana de Lemos	20.000,00	22.000,00	42.000,00
Carlos Gomes Baptista	10.000,00	15.000,00	25.000,00
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	10.000,00	25.000,00	35.000,00
Jorge Ricardo Figueiredo Catarino	5.000,00	10.000,00	15.000,00
TOTAL	**80.000,00**	**127.000,00**	**207.000,00**

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2015, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a TD,SA.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Com efeito, aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio de desempenho e de distribuição de resultados, objeto de deliberação da Comissão de Remunerações.

Sendo que, conforme acima ficou clarificado, a fixação dos prémios pagos foi motivada pelo desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como pela atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo tido em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Foi também tido em conta, para a fixação dos prémios, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício, mais se acrescentando que, durante o ano de 2015 não houve Administradores a cessar funções.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Assim, em 2015, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD,SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
Óscar Manuel Machado Figueiredo	30.000,00	-	30.000,00
Mateus Moreira	18.000,00	-	18.000,00
Miguel Carmo Pereira Coutinho	18.000,00	-	18.000,00
TOTAL	**66.000,00**	**-**	**66.000,00**

O valor global pago à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A." e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, respeitante aos únicos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria, foi de:

Sociedade Revisores Oficias de Conta	Remuneração
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	276.300,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-
Serviços de consultoria fiscal	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-
TOTAL	**276.300,00**

Todos os valores acima enumerados referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram pagos no decurso do exercício de 2015, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja diferido no tempo.

Acrescente-se ainda que, conforme previsto na Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade e, simultaneamente, em cumprimento do disposto na Recomendação n.º III.2, a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo 11.º dos Estatutos.

Nestes termos, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2015, foi de 10.000,00€ (dez mil euros).

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

Refira-se que, para efeitos do disposto na recomendação n.º III.8, não estão fixados quaisquer mecanismos jurídicos - para além dos legalmente estabelecidos - para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho.

Recorde-se que os Administradores da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte - anteriormente a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA - sempre foram "gente da casa", que desenvolveram o seu percurso profissional no Grupo Teixeira Duarte e não gestores vindos de outras empresas ou grupos, nunca se tendo verificado qualquer situação de destituição de um Administrador desde a sua constituição, nem tão pouco o pagamento de qualquer compensação pela cessão do contrato, pelo que se entende ser desajustada a fixação de quaisquer mecanismos jurídicos no sentido acima descrito.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, al. l).

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ("*STOCK OPTIONS*")

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caraterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("*stock options*") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Todas as transações entre entidades do Grupo Teixeira Duarte com partes relacionadas são efetuadas a preços de mercado. O conceito é claro e assumido por todos os gestores de negócio das diversas áreas do Grupo que lidam com partes relacionadas.

Esta postura é transversal a todas as transações desta natureza, ou seja, em quaisquer transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver um débito de preço.

Acresce a tais orientações generalizadas, que todas as transações entre partes relacionadas são registadas informaticamente num suporte global do grupo, ao qual, para além dos próprios gestores de negócio, têm também acesso as equipas de finanças e contabilidade, de consolidação de contas e de auditoria, assim como a própria administração e, complementarmente, os próprios órgãos de fiscalização da Sociedade e do Grupo.

Recorde-se a este propósito que, em 24 de abril de 2015, o Conselho de Administração da TD,SA aprovou o "Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte", extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e a todos os respetivos colaboradores, incluindo os membros dos órgãos sociais.

Este documento consagra, numa nova expressão, os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte e desse modo, do respetivo relacionamento da TD,SA com as partes relacionadas. Através deste Código, reforça-se e desenvolve-se a Missão e os Valores da Teixeira Duarte, sendo que o seu cumprimento é obrigatório a todos colaboradores e membros dos órgãos sociais, sendo o seu eventual incumprimento passível de procedimento disciplinar.

Cita-se aqui um excerto desse texto sobre "Clientes e Fornecedores":

- Critérios de Seleção
Esta Verdade, pressupõe que a Teixeira Duarte e os seus colaboradores devam agir por forma a que as decisões tomadas pelos clientes e a tomar relativamente aos fornecedores sigam critérios de seleção objetivos, técnicos e profissionais, que visem a eficiência da decisão e a salvaguarda dos interesses da Empresa, ainda que em total Respeito por tais entidades, independentemente da posição relativa destes para com a Empresa, ou seja, repudiando quaisquer eventuais abusos de poder ou posição, seja entre empresas ou entre os colaboradores.

- Conflitos de Interesse e Corrupção
Neste âmbito de relações com clientes e fornecedores, reitera-se a necessidade de avaliação de eventuais conflitos de interesse, bem como a proibição de quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação ou criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Neste enquadramento e face aos mecanismos acima indicados, todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo nos termos referidos, podendo as transações com partes relacionadas e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem procedimentos e critérios nos termos acima mencionados uma vez que o tipo de operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de caráter corrente e para exercício da atividade, nomeadamente para financiamentos junto do Banco Comercial Português, S.A., o que se considera ser uma matéria da exclusiva responsabilidade e competência do Conselho de Administração e que, naturalmente, tem por objeto operações realizadas em condições normais de mercado, considerando-se mesmo desadequado sujeitar estes negócios ao parecer prévio dos órgãos de fiscalização.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontra-se reproduzida na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do Art. 2.º do presente Regulamento.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 4/2013, a TD,SA optou por não se sujeitar a qualquer outro Código do Governo das Sociedades que não o emitido pela CMVM em 2013.

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito (Art. 245.º-A, n.º 1, al. p).

O mencionado Código do Governo das Sociedades emitido pela CMVM em 2013 pode ser consultado em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do Art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada recomendação:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);

b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;

c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Os pontos incluídos no n.º 2 são objeto de desenvolvimento simultâneo, dada a sua interligação.

Das 41 Recomendações que compõem o referido o Código do Governo das Sociedades da CMVM, a Empresa não adota onze e adota parcialmente seis.

Na tabela *infra* está reproduzido o texto dessas Recomendações com a numeração constante do aludido Código do Governo das Sociedades, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio "*comply or explain*", se justifica a sua eventual não adoção.

	Recomendação	Adoção	Remissão
I.1	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Parcial	12
I.2	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14
I.3	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	12
I.4	Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não Aplicável	5
I.5	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	6
II	**SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**		
II.1	**SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO**		
II.1.1	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não	21

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.1.2	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	21
II.1.3	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não Aplicável	15
II.1.4	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:		
a)	Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;	Não	24
b)	Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não	24
II.1.5	O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Parcial	54
II.1.6	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Não	18

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.1.7	Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo *free float*. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Não	18
II.1.8	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	18
II.1.9	O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Sim	18
II.1.10	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não Aplicável	18

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.2	**FISCALIZAÇÃO**		
II.2.1	Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	32
II.2.2	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Não	45
II.2.3	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	45
II.2.4	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Não	51
II.2.5	A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Não	51
II.3	**FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES**		
II.3.1	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Parcial	67 e 68
II.3.2	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	67

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.3.3	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Parcial	69
II.3.4	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Não aplicável	85
II.3.5	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Não	76
III	**REMUNERAÇÕES**		
III.1	A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Sim	70
III.2	A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	18 e 81
III.3	A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Parcial	71
III.4	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Sim	72
III.5	Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Sim	71

	Recomendação	Adoção	Remissão
III.6	Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	73
III.7	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	74
III.8	Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não	83
IV	**AUDITORIA**		
IV.1	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Parcial	51 e 67
IV.2	A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	37, 41 e 46
IV.3	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	44
V	**CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**		
V.I	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	10

	Recomendação	Adoção	Remissão
V.2	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	10
VI.	**INFORMAÇÃO**		
VI.1	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	59
VI.2	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	56 e 58

Demonstrações Financeiras Individuais 2015

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Rubricas	Notas	2015	2014
Ativo			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	28	31
Goodwill	8	32.504	-
Ativos intangíveis	6	90	81
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	1.135.429	507.552
Outros ativos financeiros	8	-	70.000
Ativos por impostos diferidos	10	3.004	-
Outras contas a receber	11.1	-	52.955
		1.171.055	**630.619**
Ativo corrente:			
Clientes	5 e 11.1	8.586	2.527
Estado e outros entes públicos	11.1	5.927	21.426
Outras contas a receber	11.1	25.925	16.256
Diferimentos		10	-
Caixa e depósitos bancários	4	134	122
		40.582	**40.331**
Total do Ativo		**1.211.637**	**670.950**
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital realizado	19	210.000	210.000
Reservas legais	19	31.500	21.000
Outras reservas	19	224.610	175.390
Resultados transitados:			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		(191.427)	(135.964)
Ajustamentos em ativos financeiros:			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		191.427	135.964
Outros ajustamentos em ativos financeiros		68.501	63.009
		534.611	**469.399**
Resultado líquido do período		24.978	65.390
Total do Capital próprio		**559.589**	**534.789**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	11.2 e 18	13.050	5.651
Outras contas a pagar	11.2 e 18	387.275	1.739
		400.325	**7.390**
Passivo corrente:			
Fornecedores	11.2 e 18	542	606
Estado e outros entes públicos	11.2 e 18	787	546
Financiamentos obtidos	11.2 e 18	180.626	97.641
Outras contas a pagar	11.2 e 18	69.288	29.978
Diferimentos		480	-
		251.723	**128.771**
Total do Passivo		**652.048**	**136.161**
Total do Capital próprio e Passivo		**1.211.637**	**670.950**

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas para os períodos findos em 31 dezembro de 2015 e 2014

Rendimentos e gastos	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	9	12.351	12.599
Ganhos imputados de subsidiárias	8	28.449	66.365
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	15	(4.085)	(4.358)
Gastos com o pessoal	14	(8.628)	(8.557)
Outros rendimentos e ganhos	16	44	167
Outros gastos e perdas	17	(60)	(92)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		**28.071**	**66.124**
Gastos de depreciação e de amortização	6 e 7	(35)	(7)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**28.036**	**66.117**
Juros e rendimentos similares obtidos	9 e 13	3.547	8.082
Juros e gastos similares suportados		(7.853)	(7.464)
Resultado antes de impostos		**23.730**	**66.735**
Imposto sobre o rendimento do período	10	1.248	(1.345)
Resultado liquido do período		**24.978**	**65.390**

Demonstração das alterações no capital próprio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração das alterações no capital próprio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Descrição		Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros de subsidiárias	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	**1**		**210.000**	**10.000**	**128.661**	**(118.184)**	**123.532**	**64.029**	**418.038**
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial		8	-	-	-	(17.780)	75.441	-	**57.661**
	2		**-**	**-**	**-**	**(17.780)**	**75.441**	**-**	**57.661**
Resultado líquido do período	**3**							**65.390**	**65.390**
Resultado integral do período	**4=2+3**								**123.051**
Operações com detentores de capital no período:									
Aplicação de resultados			-	11.000	46.729	-	-	(57.729)	**-**
Dividendos		4	-	-	-	-	-	(6.300)	**(6.300)**
	5		**-**	**11.000**	**46.729**	**-**	**-**	**(64.029)**	**(6.300)**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**6=1+2+3+5**		**210.000**	**21.000**	**175.390**	**(135.964)**	**198.973**	**65.390**	**534.789**
Saldo em 1 de janeiro de 2015	**7**		**210.000**	**21.000**	**175.390**	**(135.964)**	**198.973**	**65.390**	**534.789**
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial		8	-	-	-	(55.463)	60.955	-	**5.492**
	8		**-**	**-**	**-**	**(55.460)**	**60.952**	**-**	**5.492**
Resultado líquido do período	**9**							**24.978**	**24.978**
Resultado integral do período	**10=8+9**								**30.470**
Operações com detentores de capital no período:									
Aplicação de resultados		19	-	10.500	49.220	-	-	(59.720)	**-**
Dividendos		4 e 19	-	-	-	-	-	(5.670)	**(5.670)**
	11		**-**	**10.500**	**49.220**	**-**	**-**	**(65.390)**	**(5.670)**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**12=7+8+9+11**		**210.000**	**31.500**	**224.610**	**(191.427)**	**259.928**	**24.978**	**559.589**

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Notas	2015	2014
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		11.780	7.989
Pagamentos a fornecedores		(3.931)	(3.472)
Pagamentos ao pessoal		(7.151)	(7.214)
Caixa gerada pelas operações		**698**	**(2.697)**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		3.655	13.327
Outros recebimentos/pagamentos		(3.852)	(3.334)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**501**	**7.296**
Atividades de Investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1)	(46)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		4.903	5.738
Dividendos	4	12.500	52.500
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(122.391)**	**58.192**
Atividades de Financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		74.934	44.619
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		15.401	(96.079)
Partes Relacionadas		43.555	-
Juros e gastos similares		(6.318)	(7.632)
Dividendos	4 e 19	(5.670)	(6.300)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**121.902**	**(65.392)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**12**	**96**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**4**	**122**	**26**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**4**	**134**	**122**

Anexo

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. ("Empresa"), número de pessoa coletiva 509.234.526, tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009 e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo, bem como prestando serviços de administração, gestão, consultoria, assistência operacional ou apoio em recursos humanos, técnicos e financeiros a participadas ou a entidades com as quais tenha celebrado contrato para esse efeito.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros em empresas subsidiárias sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.2.a).

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

3.2. Políticas contabilísticas relevantes

a) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido da diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas, se positivas, são registadas como Goodwill ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas subsidiárias e associadas. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada (Goodwill negativo) é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição, na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e subsidiárias por contrapartida de "Ganhos e perdas em subsidiárias", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de "Outros ajustamentos em ativos financeiros", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos são alienados ou passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	3-10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente direitos contratuais sobre a utilização de programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3

d) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados.

Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de "Outras contas a receber" e "Diferimentos" no ativo e "Outras contas a pagar" e "Diferimentos" no passivo.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

f) Rédito

Os réditos decorrentes de vendas de bens são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- A empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- A empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

g) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

Caixa e depósitos bancários
Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Contas a receber
As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

Investimentos
Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Passivos financeiros e instrumentos de capital
Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

Contas a pagar
As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal e deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

Empréstimos bancários
Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

h) Responsabilidades com pensões

A Empresa proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva da Administração que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas são registadas como gasto na data em que são devidas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pela Empresa são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

i) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de

Pessoas Coletivas, do qual é a Teixeira Duarte, S.A., desde 1 de janeiro de 2012, a sociedade dominante.

O "Imposto sobre o rendimento do período" registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente, do imposto diferido e acertos da estimativa de imposto.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

j) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.3. Juízos de valor do órgão de gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) acréscimos e diferimentos; ii) análises de imparidade; e iii) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas

nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

A discriminação de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	134	122
	134	**122**

Fluxo das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de dividendos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como segue:

	2015	2014
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	12.500	52.500
	12.500	**52.500**

Fluxo das atividades de financiamento

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 26 de junho de 2015 foi deliberada a distribuição de dividendos no valor de 5.670 milhares de euros que corresponde a 0,014 euros por ação, tendo em consideração as demonstrações financeiras individuais da Empresa em 31 de dezembro de 2014, tendo ocorrido a sua liquidação em junho de 2015 (Nota19).

Foram liquidados em junho de 2014 dividendos de 6.300 milhares de euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2013.

5. PARTES RELACIONADAS

Remunerações dos órgãos sociais e da alta direção da Empresa

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram as seguintes:

	2015	2014
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	1.512	1.738
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	61
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	1.639	**1.860**

As remunerações atribuídas aos membros da alta direção da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram as seguintes:

	2015	2014
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	**1.013**	**1.059**

Saldos e transações:

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos com empresas subsidiárias e outras partes relacionadas eram como segue:

	Saldos a receber		Prestações suplementares		Saldos a pagar		Financiamentos obtidos		Outras dívidas a receber e a pagar	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Subsidiárias:										
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	2.717	1.096	-	70.000	357	-	3.510	-	(440.604)	32.734
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	39	-	-	-	-	-	-	-	6.937	(1.461)
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	143	86	-	-	-	-	-	-	2.008	688
	2.899	**1.182**	**-**	**70.000**	**357**	**-**	**3.510**	**-**	**(431.659)**	**31.961**
Outras partes relacionadas:										
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	229	6	-	-	-	-	-	-	-	-
ANGOÍMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	220	16	-	-	-	-	-	-	-	-
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	1.119	216	-	-	-	-	-	-	-	-
C+PA - Cimento e Produtos Associados, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	356	-
EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia	354	1	-	-	-	-	-	-	-	-
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	36	63	-	-	-	-	-	-	(456)	333
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	21	31	-	-	-	-	-	-	378	521
Go Corp Travel Solutions, S.A.	17	-	-	-	-	-	-	-	433	19
Hotel Trópico, S.A.	125	7	-	-	-	-	-	-	-	-
IMOTD - SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.470	793
IMOPREDOUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	28	19
LAGOAS Hotel, S.A.	18	16	-	-	45	-	-	-	(247)	(156)
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(323)	(184)
RECOLTE – Serviços e Meio Ambiente, S.A.	81	47	-	-	-	-	-	-	152	4
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	262	114	-	-	-	-	-	-	-	-
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	7	4	-	-	-	-	-	-	33	13
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	60	64	-	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - DISTRIBUIÇÃO, S.A.	62	71	-	-	-	-	-	-	6.583	4.497
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Angola)	1.142	241	-	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	231	182	-	-	-	-	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-	(1.514)	(1.414)
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(293)	(148)
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis (Angola), Lda.	103	18	-	-	-	-	-	-	-	-
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(17)	(88)
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	19	19	-	-	-	-	-	-	(722)	(399)
TDVIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.147)	(556)
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	266	478
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	468	2	-	-	-	-	-	-	-	-
HOTEL BAÍA, Lda.	219	2	-	-	-	-	-	-	-	-
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(615)	(384)
Outros	824	126	-	-	-	-	-	-	(147)	(139)
	5.619	**1.248**	**-**	**-**	**45**	**-**	**-**	**-**	**4.218**	**3.209**
	8.518	**2.430**	**-**	**70.000**	**402**	**-**	**3.510**	**-**	**(427.441)**	**35.170**

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as transações com empresas subsidiárias e outras partes relacionadas foram como segue:

	Vendas e Prestações de Serviços		Prestações de serviços intragrupo		Rendimentos e Ganhos Financeiros		Compras e Serviços Obtidos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Subsidiárias:								
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	3.635	4.032	2.730	1.136	4.896	5.736	2.365	1.792
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	32	-	154	30	-	-	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	199	132	501	167	-	-	-	-
	3.866	**4.164**	**3.385**	**1.333**	**4.896**	**5.736**	**2.365**	**1.792**
Outras partes relacionadas:								
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	154	6	70	-	-	-	-	-
ANGOÍMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	81	16	124	-	-	-	-	-
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	56	9	82	-	-	-	-	-
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	5	4	34	26	-	-	-	-
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	600	216	303	-	-	-	-	-
COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, Lda.	-	-	99	-	-	-	-	-
CONSTRUSALAMONDE, ACE	1	1	58	46	-	-	-	-
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	23	22	150	105	-	-	-	-
EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia	329	1	263	-	-	-	-	-
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	129	101	101	90	-	-	-	-
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	43	42	66	50	-	-	-	-
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	14	17	52	47	-	-	-	-
Hotel Trópico, S.A.	28	7	90	-	-	-	-	-
INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.	3	1	24	50	-	-	-	-
LAGOAS Hotel, S.A.	19	15	71	59	-	-	83	40
OFM - Obras Fluviais e Maritímas, S.A.	40	58	164	136	-	-	-	-
PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.	12	53	17	121	-	-	-	-
RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, S.A.	58	41	256	134	-	-	-	-
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	83	76	66	38	-	-	-	-
ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.	8	10	44	30	-	-	4	-
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	9	8	55	31	-	-	-	1
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	109	127	276	214	-	-	-	-
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	262	2	203	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - DISTRIBUIÇÃO, S.A.	118	115	241	136	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Angola)	307	241	594	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	369	182	204	-	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	6	7	13	23	-	-	-	-
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	26	24	68	49	-	-	-	-
Outros	526	78	822	135	-	-	-	-
	3.418	**1.480**	**4.610**	**1.520**	**-**	**-**	**87**	**41**
	7.284	**5.644**	**7.995**	**2.853**	**4.896**	**5.736**	**2.452**	**1.833**

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	**39**	**43**	**82**
Adições	6	26	32
Transferências e abates	43	(43)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**88**	**26**	**114**
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	**1**	**-**	**1**
Adições	23	-	23
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**24**	**-**	**24**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	**64**	**26**	**90**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2014	**-**	**-**	**-**
Adições	39	43	**82**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**39**	**43**	**82**
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2014	**-**	**-**	**-**
Adições	1	-	**1**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1**	**-**	**1**
Valor liquido em 31 de dezembro de 2014	**38**	**43**	**81**

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Equipamento administrativo
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2015	**37**
Adições	10
Transferências e abates	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**47**
Depreciações acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2015	**6**
Adições	13
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**19**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	**28**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Equipamento administrativo
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2014	**-**
Adições	37
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**37**
Depreciações acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2014	**-**
Adições	6
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**6**
Valor liquido em 31 de dezembro de 2014	**31**

8. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

No período findo em 31 de dezembro de 2015 a Empresa apresentava as seguintes participações financeiras mensuradas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo - Oeiras	100,00%
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo - Oeiras	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, SA	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo - Oeiras	100,00%

A principal informação financeira relativas àquelas empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Rendimentos		Resultado líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	1.600.660	1.761.439	1.017.256	1.182.290	618.046	821.524	14.083	67.962
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	1.195.134	1.301.920	647.795	685.391	112.415	112.101	48.982	34.108
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, SA	18.477	12.344	13.790	8.828	35.810	29.174	3.172	2.299
	2.814.271	**3.075.703**	**1.678.841**	**1.876.509**	**766.271**	**962.799**	**66.237**	**104.369**

Esta informação corresponde às contas estatutárias das empresas, tendo as mesmas sido ajustadas para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial.

As partes de capital em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Partes de capital	*Goodwill*	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	**436.026**	**-**	**436.026**
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício	66.365	-	66.365
- Efeito em capitais próprios	57.661	-	57.661
- Dividendos recebidos	(52.500)	-	(52.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**507.552**	**-**	**507.552**
Saldo em 1 de janeiro de 2015	**507.553**	**-**	**507.553**
Aumento	756.435	32.504	788.940
Redução	(150.000)	-	(150.000)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício	28.449	-	28.449
- Efeito em capitais próprios	5.492	-	5.492
- Dividendos recebidos	(12.500)	-	(12.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.135.429**	**32.504**	**1.167.934**

O aumento ocorrido no período findo em 31 de dezembro de 2015 é referente a:

	Partes de capital
Aquisição de participação na Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	623.940
Aumento de capital na Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	70.000
Cobertura de prejuízos na Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	59.000
Aquisição de participação TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, SA	3.495
	756.435

A redução ocorrida no período findo em 31 de dezembro de 2015 é referente à redução de capital da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. no montante de 150.000 milhares de euros.

A Empresa registou no período findo em 31 de dezembro de 2015, um *Goodwill* no montante 32.504 milhares de euros na sequência da aquisição de 100% da participada TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A..

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial no período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	Ganhos / perdas		Ajustamentos de capital próprio		Dividendos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	14.083	66.365	4.269	57.661	(12.500)	(52.500)
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	13.176	-	11.872	-	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	1.190	-	-	-	-	-
	28.449	**66.365**	**16.141**	**57.661**	**(12.500)**	**(52.500)**

9. RÉDITO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o rédito reconhecido pela Empresa tinha a seguinte decomposição:

	2015	2014
Prestação de serviços	12.351	12.599
Juros e rendimentos similares	3.547	8.082
	15.898	**20.681**

Naquelas datas, o volume de negócios da Empresa estava geograficamente distribuído da seguinte forma:

	2015	2014
Angola	2.740	2.396
Argélia	-	50
Brasil	558	245
Espanha	238	161
Moçambique	726	500
Portugal	8.089	9.243
Venezuela	-	4
	12.351	**12.599**

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurada, a Empresa poderá ainda estar sujeita a Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável, e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%.

Adicionalmente, caso o lucro tributável seja superior a 1.500 milhares de euros, a parte que excede o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros é sujeita a derrama estadual às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente. A Empresa está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre os encargos e despesas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de, regra geral, quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, os períodos de 2012 a 2015 ainda poderão ser objeto de revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àqueles período dos não terão um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2015.

No processo de apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico montantes que não concorrem fiscalmente. Esta diferença entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência para os períodos até 2009, de quatro anos para os períodos de 2010 e 2011, cinco anos para os períodos de 2012 e 2013 e de doze anos a partir de 2014, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A partir de 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os apurados antes desse período, está limitada a 70% do lucro tributável apurado no período em que seja realizada a dedução.

O encargo de imposto registado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser apresentado do seguinte modo:

	2015	2014
Imposto corrente	3.043	105
Imposto diferido	(3.995)	1.240
	(952)	**1.345**

A relação, em Portugal, entre o gasto e o lucro contabilístico, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	2015	2014
Resultado líquido do período	**24.978**	**65.390**
Ajustamentos para o lucro tributável:		
Diferenças definitivas:		
- A acrescer	3.043	1.345
- A deduzir	(28.746)	(66.367)
Diferenças temporárias:		
- A deduzir	(3.995)	-
Prejuízo fiscal / (Lucro)	**(4.720)**	**368**
Matéria coletável	**-**	**368**
Coleta	-	92
Outras componentes do imposto:		
- Tributação autónoma	39	8
- Derrama municipal	-	5
- Outros	3.004	-
Imposto corrente	**3.043**	**105**
Imposto Diferido	(3.995)	1.240
Diferenças nas estimativas	(297)	-
Gastos de impostos	**(1.248)**	**1.345**

As diferenças definitivas incluem, essencialmente, a anulação dos efeitos da equivalência patrimonial (Nota 8).

A taxa de imposto efetivo nos períodos findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, era como segue:

	2015	2014
Imposto Corrente	3.043	105
Resultado antes de impostos	23.730	66.735
Taxa de imposto efetiva	**12,82%**	**0,16%**

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram como segue:

	2015			
	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	991	(991)	-
Gastos Líquidos de Financiamento	-	3.004	-	3.004
	-	**3.995**	**(991)**	**3.004**

O ajustamento verificado nos prejuízos fiscais reportáveis no período findo em 31 de dezembro de 2015 é referente à sua utilização no âmbito do RETGS (Nota 3.2 i)).

	2014			
	Saldo inicial	Reversão	Ajustamento	Saldo final
Prejuízos fiscais reportáveis	1.250	(1.240)	(10)	-
	1.250	**(1.240)**	**(10)**	**-**

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a seguinte decomposição:

11.1. Ativos financeiros:

Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de clientes tinha a seguinte decomposição:

	2015		2014	
	Não grupo	Grupo	Não grupo	Grupo
Conta corrente	68	8.518	-	2.527
	68	**8.518**	**-**	**2.527**

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica das outras contas a receber tinha a seguinte decomposição:

	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos:				
Fornecimentos e prestações de serviços realizados e não faturados	3.600	-	6.226	-
Juros a receber	1.020	-	2.376	-
	4.620	**-**	**8.602**	**-**
RETGS	11.873	-	7.586	-
Outros devedores	9.432	-	68	52.955
	25.925	**-**	**16.256**	**52.955**

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os restantes ativos correntes tinham a seguinte decomposição:

	2015	2014
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC:		
- Imposto estimado	3.609	1.461
- Retenção na fonte	843	4.352
- Pagamentos por conta (a)	1.475	15.613
	5.927	**21.426**

(a) Inclui os pagamentos por conta, pagamentos adicionais por conta e pagamentos especiais por conta

Estes saldos dizem respeito ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades - RETGS (Nota 10).

Os montantes individuais da Empresa, para as rubricas "Imposto estimado" e "Retenção na fonte" são, respetivamente, 3.609 milhares de euros e 258 euros.

11.2. Passivos financeiros:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de fornecedores tinha a seguinte decomposição:

	2015		2014	
	Não grupo	Grupo	Não grupo	Grupo
Conta corrente	139	403	606	-
	139	403	606	-

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica das outras contas a pagar tinha a seguinte decomposição:

	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimo de gastos:				
Gastos incorridos e não faturados por fornecedores	3.666	-	2.456	-
Encargos com pessoal	1.061	-	1.020	-
Distribuição de resultados	1.187	529	1.135	1.739
Juros a liquidar	1.494	-	-	-
Seguros a liquidar	6	-	22	-
	7.414	**529**	**4.633**	**1.739**
Outros credores	61.874	386.746	25.345	-
	69.288	387.275	29.978	1.739

A rúbrica outros credores em 31 de dezembro de 2015 inclui o montante de 429.246 milhares de euros referente à aquisição da participação financeira da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sendo 42.500 milhares de euros passivo corrente e 386.746 milhares de euros não corrente.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os restantes passivos tinham a seguinte decomposição:

	2015	2014
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento - Retenções a terceiros	141	135
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	478	251
Segurança social	165	157
Outros	3	3
	787	546

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica dos financiamentos obtidos tinha a seguinte decomposição:

	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Contas caucionadas	133.013	-	58.473	-
Descobertos bancários contratados	41.504	-	36.568	-
Empréstimos bancários	2.599	2.600	2.600	5.200
Papel comercial	-	10.450	-	451
Partes relacionadas	3.510	-	-	-
	180.626	**13.050**	**97.641**	**5.651**

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2015, os descobertos bancários e as contas caucionadas contratadas vencem juros a taxas normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tem contratado um empréstimo bancário junto do Banco do Brasil S.A. no montante de 5.200 milhares de euros, outorgado em 17 de outubro de 2014 e cuja amortização ocorrerá semestralmente no montante de 1.300 milhares de euros.

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tem negociado um programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 28 de dezembro de 2011, com o Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 42.000 milhares de euros, à data de fecho de 2015, de 38.700 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e a Empresa, sendo que nessa data os montantes utilizados por cada uma eram de 37.200 milhares de euros, 750 milhares de euros e 750 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das emissões tem obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não pode ser inferior a 250 milhares de euros. O programa estará em vigor até 30 de dezembro de 2021, estando previstas amortizações no final de cada semestre de 3.300 milhares de euros, com exceção da última prestação que será de 5.900 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual a taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 4,25%.

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tem negociado um programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 28 de dezembro de 2015 com o Novo Banco, S.A. no montante global de 97.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e a Empresa, pelos montantes de 77.600 milhares de euros, 9.700 milhares de euros e 9.700 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa tem uma duração de cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 5,00% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de novembro de 2018. O Programa será sujeito a amortizações parciais, a ocorrerem semestralmente a partir de maio de 2016 de 2.000 milhares de euros, e a partir de maio de 2018 de 2.500 milhares de euros sendo o restante liquidado na data de reembolso da última emissão.

Os mesmos são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	2015	2014
Menos de um ano	180.626	97.641
1 a 2 anos	2.600	2.600
2 a 3 anos	-	2.600
4 a 5 anos	-	451
Mais de 5 anos	10.450	-
	193.676	**103.292**

12. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Processos fiscais

Na sequência de diversas inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente 100% pela Empresa, referentes aos períodos de 2007 a 2012, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2007	46.632	29.331
2008	50.590	45.938
2009	50.182	24.807
2010	18.165	6.467
2011	12.779	3.213
2012	13.294	3.971

Com exceção dos montantes de 611 milhares de euros e 1.666 milhares de euros, incluídos na correção ao prejuízo fiscal de 2008 e 2012, respetivamente (e respeitantes, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF), as restantes correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação como gasto fiscal dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos períodos de 2007 a 2011 foram objeto de liquidações adicionais de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante daqueles períodos - TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.. Esta sociedade contestou, nos termos da lei, as correções efetuadas pela AT aos períodos de 2007 a 2010 e encontra-se a preparar procedimento idêntico relativamente às correções do período de 2011.

Não obstante o desfecho desfavorável às pretensões da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e, consequentemente, da sociedade dominante, no âmbito do processo relativo ao período de 2006 acerca da aceitação, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares, o Conselho de Administração mantém expetativas de vir a obter um desfecho diferente nos restantes períodos objeto de correções.

Para além das correções *supra* descritas relativas à participada TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., informa-se das seguintes correções efetuadas pela AT à subsidiária TEIXEIRA DUARTE- Engenharia e Construções, S.A.:

- Correção ao lucro tributável apurado no período de 2008, no montante de 35.467 milhares de euros, do qual a TEIXEIRA DUARTE- Engenharia e Construções, S.A., contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF;
- A Correção de 461 milhares de euros, efetuada pela AT ao crédito de imposto por dupla tributação internacional apurado pela Empresa no ano de 2010, e reportada no relatório com referência a 31 de dezembro de 2014, foi entretanto objeto de desfecho favorável às pretensões da Empresa;

Garantias

Para efeitos de suspensão de processo de execução fiscal instaurado à subsidiária TEIXEIRA DUARTE- Engenharia e Construções, S.A., relativo a dívida de IRC do período de 2008, entretanto contestada, foi emitida, a favor da AT, garantia bancária no montante de 14.752 milhares de euros. Posteriormente, a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., requereu a substituição da garantia bancária por fiança que a Empresa prestou, pretensão recusada pela AT. Esta decisão da AT foi contestada nos termos legais, tendo sido obtida decisão favorável junto do Tribunal Central Administrativo Sul, aguardando-se pela respetiva execução de julgado. A verificar-se a aceitação, pela AT, da substituição da garantia bancária por fiança, a subsidiária TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., cancelará a garantia bancária no montante de 14.752 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à subsidiária TEIXEIRA DUARTE- Engenharia e Construções, S.A., relativos a dívidas de IRC do período de 2010, entretanto contestadas, a Empresa apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado em 28 de dezembro de 2011 com o Banco Comercial Português, outorgado pela Empresa e as outras emitentes, TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., no montante, à data de fecho de 2015,

de 38.700 milhares de euros, foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sitos em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A..

Cartas-conforto

Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa tem emitidas cartas conforto prestadas a favor de empresas do grupo, sob a forma de avales bancários, conforme segue:

Empresa	Valor em divisas	Divisa	Valor em milhares de euros
ANGOÍMO - Empreendimentos e Construção, Lda.	30.000.000,00	USD	27.556
ANGOÍMO - Empreendimentos e Construção, Lda.	4.390.650.000,00	AON	29.700
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	25.000.000,00	USD	22.963
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	6.500.000,00	EUR	6.500
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	1.891.400.000,00	AON	12.794
			99.513

13. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados financeiros estavam discriminados como segue:

	2015	2014
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados	7.078	6.404
Outros custos e perdas financeiros	775	1.060
	7.853	**7.464**
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	3.547	8.082
Resultados financeiros	**(4.306)**	**618**

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número médio de empregados contratado foi 166 e 160, respetivamente.

Nos períodos findos naquelas datas, os gastos com pessoal eram decompostos da seguinte forma:

	2015	2014
Salários	4.931	4.681
Outras remunerações	562	691
Encargos com remunerações	1.514	1.475
Encargos com órgãos sociais	1.246	1.243
Distribuição de resultados	92	300
Seguros	97	56
Outros custos com pessoal	186	111
	8.628	**8.557**

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os fornecimentos e serviços externos tinham a seguinte decomposição:

	2015	2014
Serviços especializados	3.419	3.351
Materiais	38	407
Deslocações, estadas e transportes	476	524
Serviços diversos	151	76
	4.085	**4.358**

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os outros rendimentos e ganhos eram como segue:

	2015	2014
Serviços de informática	34	150
Outras prestações de serviços	10	16
Restituição de impostos	-	1
	44	**167**

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os outros gastos e perdas eram como segue:

	2015	2014
Imposto de selo	-	86
Taxas	6	6
Outros	54	-
	60	**92**

18. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios Gerais

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco da taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do gasto da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o passivo financeiro é composto única e exclusivamente por taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados financeiros daqueles períodos teriam diminuído (aumentado) em (857) / 857 milhares de euros e 116 / (116) milhares de euros, respetivamente.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos de contas a receber de clientes para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	2015	2014
Saldos:		
Não vencido	4.619	1.560
Até 180 dias	2.760	789
De 180 a 360 dias	546	178
	8.586	**2.527**

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida. Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

	2015				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	542	-	-	-	**542**
Estado e outros entes públicos	787	-	-	-	**787**
Financiamentos obtidos	180.626	2.600	-	10.450	**193.676**
Outras contas a pagar	69.288	42.902	42.627	301.746	**456.563**
Diferimentos	480	-	-	-	**480**
	251.723	**45.502**	**42.627**	**312.196**	**652.048**

	2014				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	606	-	-	-	**606**
Estado e outros entes públicos	546	-	-	-	**546**
Financiamentos obtidos	97.641	2.600	2.600	451	**103.292**
Outras contas a pagar	29.978	587	402	750	**31.717**
	128.771	**3.187**	**3.002**	**1.201**	**136.161**

19. CAPITAL

Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2015 a TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 203.520.000 ações representativas do capital da TEIXEIRA DUARTE, S.A., correspondente a 48,46% do respetivo capital social.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Outras reservas

As outras reservas são compostas por reservas livres, as quais estão disponíveis para distribuição.

Aplicação dos resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 26 de junho de 2015, foram aprovadas as contas do período de 2014 e foi decidido que o Resultado líquido apurado no montante de 65.389.620,98€ (sessenta e cinco milhões trezentos e oitenta e nove mil e seiscentos e vinte Euros e noventa e oito cêntimos) tivesse a seguinte aplicação:

	Valor em euros
Reservas Legais	10.500.000,00
Reservas Livres	49.219.620,98
Dividendos	5.670.000,00
	65.389.620,98

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar os seguintes factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício, os quais foram objeto de comunicados tempestivamente divulgados ao mercado:

Contrato para execução de obra no Brasil, no montante de 65 milhões de Euros

A sociedade por si detida direta e totalmente, "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", celebrou a 10 de março contrato de empreitada com o "Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA", órgão do Governo do Estado de Santa Catarina, no Brasil, tendo por objeto os Serviços de Recuperação Estrutural e Restauração da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, no Brasil.

O prazo previsto para execução da obra é de 30 meses e o valor total da empreitada de 262.928.989 Reais Brasileiros, a que corresponde o contravalor de 65.079.822,03 Euros.

Contrato para execução de terceira fase de obra na Argélia, no montante de 78,6 milhões de Euros

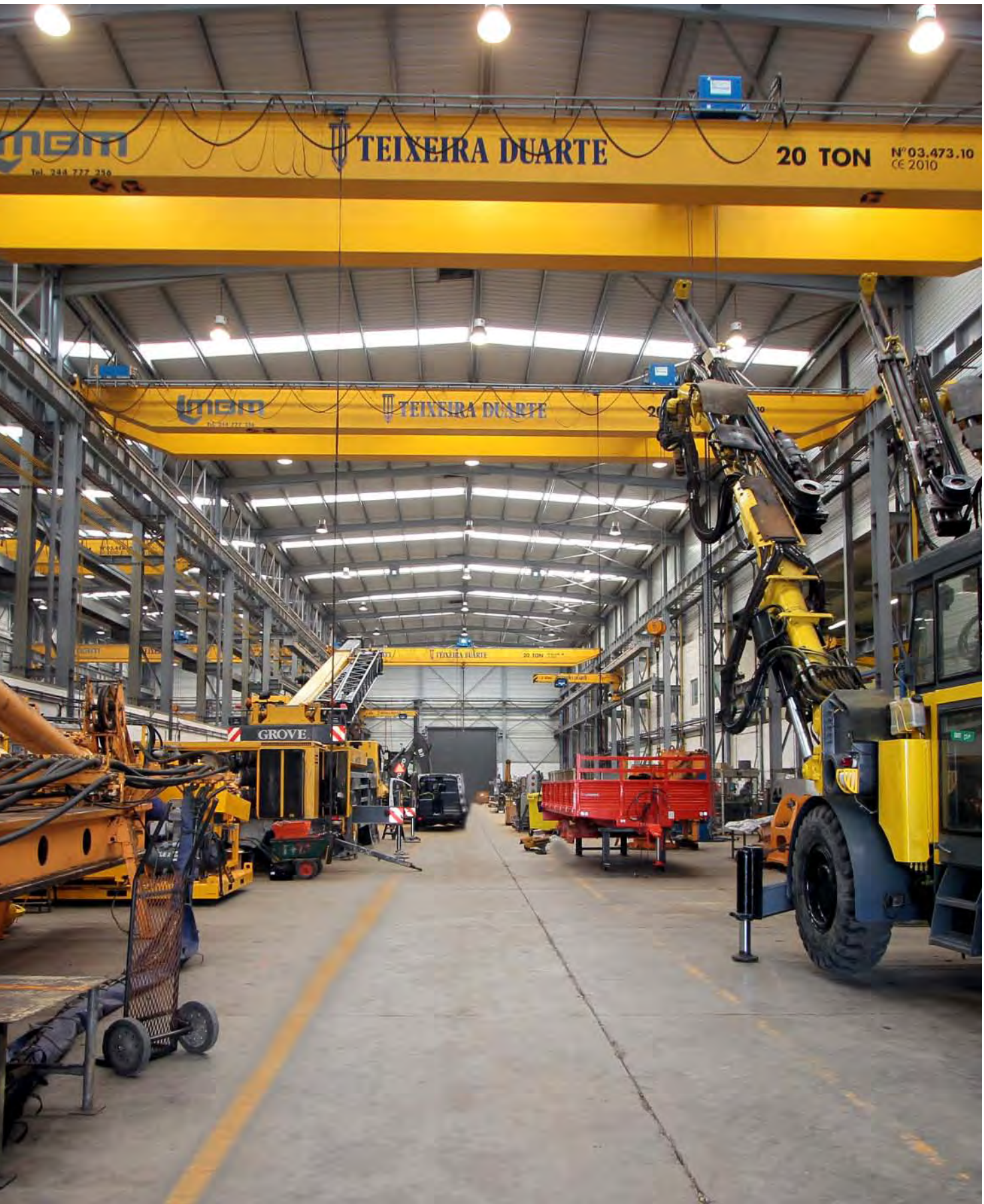
O agrupamento constituído pelas suas participadas "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (80%) e "Teixeira Duarte Algérie, SPA" (20%), recebeu dia 31 de março de 2016, o contrato adicional e a respetiva ordem de serviço do Gulf Bank Algeria, para a execução da Fase III, correspondente aos acabamentos interiores e exteriores, arranjos exteriores, instalações elétricas, AVAC, águas e esgotos, energia solar e fachada do edifício, bem como para a manutenção do edifício por um período de 24 meses, após a conclusão da obra.

O prazo previsto para execução da obra é de 24 meses e o valor total da empreitada de 78.644.931,29 Euros equivalentes, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, dos quais 58% são pagos em euros e os restantes 42% em dinares argelinos.

Este contrato adicional veio na sequência do contrato base, assinado em 23 de novembro de 2014, no montante de 27.313.209,38 Euros equivalentes para a execução da realização da estrutura em betão armado e estrutura metálica de um edifício com cinco caves e 15 pisos elevados e de um outro contrato adicional - uma segunda fase - correspondente à extensão da estrutura em betão armado do edifício já em construção e da estrutura metálica para 24 pisos, no montante de 7.572.643,26 Euros equivalentes.

Na globalidade, ou seja, incluindo as três fases, o valor da empreitada ascende aos 113.530.783,93 Euros equivalentes, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2015



(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2015

	Notas	2015	2014
Ativos não correntes:			
Goodwill	19	21.955	29.734
Ativos intangíveis	20	33.262	31.094
Ativos fixos tangíveis	21	630.986	668.117
Propriedades de investimento	22	511.683	482.185
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 23	16.874	40.592
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 e 25	30.427	59.887
Outros investimentos	26	52.970	17.583
Ativos por impostos diferidos	27	194.913	171.219
Clientes	28	52.087	55.225
Outros devedores	28	99	125
Outros ativos não correntes	31	1.242	1.303
Total de ativos não correntes		**1.546.498**	**1.557.064**
Ativos correntes:			
Inventários	9 e 10	274.018	355.871
Clientes	28	433.569	450.078
Outros devedores	28	55.908	74.540
Caixa e equivalentes a caixa	30	252.693	191.477
Outros investimentos	26	35	3.889
Outros ativos correntes	31	276.538	320.679
		1.292.761	**1.396.534**
Ativos detidos para venda	24	22.572	409
Total de ativos correntes		**1.315.333**	**1.396.943**
TOTAL DO ATIVO	**7**	**2.861.831**	**2.954.007**
Capital próprio:			
Capital	33	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos		8.326	9.670
Ajustamentos de conversão cambial		48.126	55.546
Reservas e resultados transitados	34	167.822	112.190
Resultado líquido consolidado	17	33.653	70.281
Capital próprio atribuível a acionistas		**467.927**	**457.687**
Interesses não controlados	35	50.290	27.058
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		**518.217**	**484.745**
Passivos não correntes:			
Empréstimos	36	665.537	761.515
Provisões	37	52.441	62.095
Locações financeiras	39	155.889	171.376
Passivos por impostos diferidos	27	59.019	56.080
Outros credores	38	113	455
Outros passivos não correntes	40	70.780	110.002
Total de passivos não correntes		**1.003.779**	**1.161.523**
Passivos correntes:			
Empréstimos	36	734.596	723.345
Fornecedores	38	193.896	187.388
Locações financeiras	39	18.913	20.144
Outros credores	38	34.246	52.978
Outros passivos correntes	40	358.184	323.884
Total de passivos correntes		**1.339.835**	**1.307.739**
TOTAL DO PASSIVO	**7**	**2.343.614**	**2.469.262**
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		**2.861.831**	**2.954.007**

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	Notas	2015	2014
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	1.411.906	1.679.722
Outros proveitos operacionais	8	79.837	35.813
Total de proveitos operacionais	**8**	**1.491.743**	**1.715.535**
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(508.423)	(649.408)
Variação da produção	10	(472)	(2.927)
Fornecimentos e serviços externos	11	(408.206)	(454.781)
Custos com o pessoal	12	(281.823)	(290.703)
Amortizações e depreciações	7, 20 e 21	(76.256)	(75.537)
Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *Goodwill*	7 e 37	(12.638)	32.973
Outros custos operacionais	14	(79.019)	(77.917)
Total de custos operacionais		**(1.366.837)**	**(1.518.300)**
Resultados operacionais	**7**	**124.906**	**197.235**
Custos e perdas financeiros	7 e 15	(372.483)	(269.823)
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 15	282.755	172.198
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 15	9.740	(10.598)
Outros	7 e 15	7.387	14.544
Resultados financeiros		**(72.601)**	**(93.679)**
Resultados antes de impostos	**7**	**52.305**	**103.556**
Imposto sobre o rendimento	16	(11.896)	(37.611)
Resultado líquido consolidado do exercício		**40.409**	**65.945**
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital	**17**	**33.653**	**70.281**
Interesses não controlados	35	6.756	(4.336)
Resultado por ação:			
Básico (euros)	17	0,08	0,17
Diluído (euros)	17	0,08	0,17

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	Notas	2015	2014
Resultado líquido consolidado do exercício		**40.409**	**65.945**
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados			
Aquisição de interesses não controlados	35	-	(1.051)
Outras variações de capital		9.032	(2.085)
		9.032	**(3.136)**
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados			
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	25	(3.346)	(30.039)
Ajustamentos de conversão cambial		(7.377)	94.707
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	(1.344)	8.001
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	41	1.768	(5.161)
		(10.299)	**67.508**
Resultado reconhecido diretamente no capital próprio		**(1.267)**	**64.372**
Rendimento integral do exercício		**39.142**	**130.317**
Rendimento integral atribuível a:			
Detentores de capital		**15.910**	**138.580**
Interesses não controlados		23.232	(8.263)

					Reservas e resultados transitados								
	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados	Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**33**	**210.000**	**1.669**	**(37.085)**	**10.000**	**75.378**	**34.074**	**(8.305)**	**(24.298)**	**63.974**	**325.407**	**35.321**	**360.728**
Rendimento integral do exercício:													
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	70.281	**70.281**	(4.336)	**65.945**
Variação nos ajustamentos de conversão cambial		-	-	92.631	-	-	-	-	-	-	**92.631**	2.076	**94.707**
Variação do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	25	-	-	-	-	-	(30.039)	-	-	-	**(30.039)**	-	**(30.039)**
Efeito de operações de cobertura	41	-	-	-	-	-	-	(5.161)	-	-	**(5.161)**	-	**(5.161)**
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	8.001	-	-	-	-	-	-	-	**8.001**	-	**8.001**
Aquisição de interesses não controlados	35	-	-	-	-	-	-	-	(410)	-	**(410)**	(641)	**(1.051)**
Outros		-	-	-	-	-	-	-	3.277	-	**3.277**	(5.362)	**(2.085)**
Operações com detentores de capital no exercício:													
Aplicação do resultado consolidado de 2013:													
Transferência para reservas legal e livres		-	-	-	11.000	46.674	-	-	-	(57.674)	**-**	-	**-**
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.300)	**(6.300)**	-	**(6.300)**
Saldo em 31 de dezembro de 2014		**210.000**	**9.670**	**55.546**	**21.000**	**122.052**	**4.035**	**(13.466)**	**(21.431)**	**70.281**	**457.687**	**27.058**	**484.745**

					Reservas e resultados transitados								
	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados	Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**33**	**210.000**	**9.670**	**55.546**	**21.000**	**122.052**	**4.035**	**(13.466)**	**(21.431)**	**70.281**	**457.687**	**27.058**	**484.745**
Rendimento integral do exercício:													
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	33.653	**33.653**	6.756	**40.409**
Variação nos ajustamentos de conversão cambial		-	-	(7.420)	-	-	-	-	-	-	**(7.420)**	43	**(7.377)**
Variação do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	25	-	-	-	-	-	(3.346)	-	-	-	**(3.346)**	-	**(3.346)**
Efeito de operações de cobertura	41	-	-	-	-	-	-	1.768	-	-	**1.768**	-	**1.768**
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	(1.344)	-	-	-	-	-	-	-	**(1.344)**	-	**(1.344)**
Outros		-	-	-	-	-	(689)	-	(6.712)	-	**(7.401)**	16.433	**9.032**
Operações com detentores de capital no exercício:													
Aplicação do resultado consolidado de 2014:													
Transferência para reservas legal e livres		-	-	-	10.500	54.111	-	-	-	(64.611)	**-**	-	**-**
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.670)	**(5.670)**	-	**(5.670)**
Saldo em 31 de dezembro de 2015		**210.000**	**8.326**	**48.126**	**31.500**	**176.163**	**-**	**(11.698)**	**(28.143)**	**33.653**	**467.927**	**50.290**	**518.217**

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	Notas	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1.463.766	1.663.068
Pagamentos a fornecedores		(821.900)	(1.138.099)
Pagamentos ao pessoal		(287.613)	(289.450)
Fluxo gerado pelas operações		**354.253**	**235.519**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(33.169)	(42.566)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(40.511)	(47.954)
Fluxos das atividades operacionais (1)		**280.573**	**144.999**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	30	80.912	57.639
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		8.125	12.881
Juros e proveitos similares		14.778	19.544
Dividendos	30	1.013	1.733
		104.828	**91.797**
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	30	(24.064)	(62.902)
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(70.463)	(148.894)
Ativos intangíveis		(1.491)	(12.795)
		(96.018)	**(224.591)**
Fluxos das atividades de investimento (2)		**8.810**	**(132.794)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		**1.562.648**	**1.963.458**
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.647.375)	(1.841.204)
Juros e custos similares		(93.039)	(132.858)
Dividendos	18	(5.670)	(6.300)
		(1.746.084)	**(1.980.362)**
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**(183.436)**	**(16.904)**
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		105.947	(4.699)
Efeito das diferenças de câmbio		(43.253)	9.321
Caixa e seus equivalentes - alteração perímetro (Nota 5)		(1.478)	414
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	**30**	**191.477**	**186.441**
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**30**	**252.693**	**191.477**

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A "Teixeira Duarte, S.A." (Empresa ou TD, SA) tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009, com capital social de 210.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,5 euros (Nota 33), e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição; Energia e Automóvel (Nota 7).

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros, salvo quando expressamente indicado. As operações realizadas no estrangeiro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita na Nota 2.9.

Decorrente da nova lei emitida em 2015 pela Venezuela (Convenio Cambiario nº 33), mediante o qual se estabelece uma nova taxa de câmbio para certas operações de vendas de divisas, aplicável a partir de 12 de fevereiro de 2015, verificou-se neste período uma desvalorização significativa do bolívar venezuelano (Nota 6).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2015.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo IFRS Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no que respeita às propriedades de investimento, aos ativos financeiros disponíveis para venda e aos instrumentos financeiros derivados.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
IFRIC 21 - Pagamentos ao Estado	17-jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro - ciclo 2011-2013)	1-jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 - Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro - ciclo 2011-2013)	1-jan-15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 - Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro - ciclo 2011-2013)	1-jan-15	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Emenda à IAS 19 - Benefícios dos empregados - Contribuições de empregados	1-fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 - Pagamentos com base em ações: definição de vesting condition; IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 - Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e IAS 38 - Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 - Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-jan-16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 - Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 - Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 - Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 - Acordos conjuntos - Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Emenda à norma IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras - "Disclosure Iniciative"	1-jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: – uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; – uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; – informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e – outra informação na quarta secção
Emenda à IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e IAS 38 - Ativos intangíveis - Métodos de depreciação aceitáveis	1-jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura - Plantas de produção	1-jan-16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 27 - Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospetivamente.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Observações
IFRS 9 - Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.
IFRS 14 - Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados.
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 - Rédito, IAS 11 - Contratos de construção; IFRIC 13 - Programas de fidelização; IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 - Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.

Norma / Interpretação	Observações
IFRS 16 - Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 - Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emendas à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

Estas normas não foram ainda adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (Empresa) no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.2. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto *goodwill*)
A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do *goodwill*
O *goodwill* é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o *goodwill* é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte do Conselho de Administração relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e tangíveis
A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos operacionais em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes
O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos
São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade das contas a receber
O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão - dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Reconhecimento do rédito em contratos de construção
O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

Avaliação de propriedades de investimento
As propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual é determinado com base em avaliações efetuadas, em alguns casos, por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Estas avaliações são baseadas em dados observáveis de mercado e requerem julgamento por parte do avaliador no que respeita às condições de transação de cada imóvel em mercado, os quais poderão divergir do resultado apurado no futuro.

2.3. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada exercício contabilístico é efetuada pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como

Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição e no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária. O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IAS 39 - Instrumentos financeiros ("IAS 39") ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto.

c) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Associada ou empreendimento conjunto é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e empreendimentos conjuntos por contrapartida de "Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas e empreendimentos conjuntos que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido responsabilidades por perdas no âmbito dessa associada ou empreendimento conjunto.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos - *goodwill*". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada e empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma associada e empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

d) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, empresas associadas e empreendimentos conjuntos, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill* (no caso de subsidiárias) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (Notas 19 e 23). Relativamente ao *goodwill* de subsidiárias, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do exercício em que ocorre a aquisição.

2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", conforme aplicável.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo, as depreciações / amortizações acumuladas correspondentes e as responsabilidades pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações / amortizações do ativo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Imparidade de ativos não correntes, excluindo *goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *goodwill*".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *goodwill*" do exercício em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo justo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas, nos casos mais relevantes, por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efetuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a moeda da empresa-mãe.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

De acordo com a IAS 21 - Os efeitos de alterações em taxas de câmbio ("IAS 21"), o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

2.10. Custos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.11. Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.12. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.14. Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.15. Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os custos com reestruturações e os custos e proveitos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e empreendimentos conjuntos, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.16. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes a caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica "Outros custos operacionais". O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor, incluindo despesas de transação.

Os investimentos classificam-se como segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Outros investimentos

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, sendo reconhecidos na rubrica de "Outros investimentos".

Adicionalmente, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Estes ativos encontram-se reconhecidos na rubrica "Outros investimentos" e qualquer variação no seu justo valor é reconhecida na rubrica "Resultados relativos a atividades de investimento - Outros".

d) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A contratação de instrumentos financeiros derivados tem como objetivo efetuar a cobertura dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro. Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objetivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor e reconhecidos na rubrica "Outros passivos / ativos correntes" ou "Outros passivos / ativos não correntes", consoante aplicável. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotação. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base na análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis de mercado.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração ("IAS 39"), nomeadamente, quanto à respetiva documentação e efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de justo valor são reconhecidas como resultado financeiro do exercício, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow* são registadas em "Reserva de operações de cobertura" na sua componente efetiva e, em resultados financeiros na sua componente não efetiva.

Os valores registados em "Reserva de operações de cobertura" são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na "IAS 39".

2.17. Responsabilidades com pensões

O Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração as previsões acturiais de desembolsos e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como custo na data em que são realizadas.

2.18. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.
Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura. São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias.

2.19. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo (Nota 42) quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.20. Rédito e especialização de exercícios

Vendas

Os proveitos decorrentes de vendas de ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos ativos vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Prestações de serviços

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da posição financeira.

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, a receita e os custos correspondentes são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, conforme disposto na IAS 11 - Contratos de construção ("IAS 11"). De acordo com este método, os proveitos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos e os custos totais estimados das obras (custos incorridos adicionados dos custos a incorrer). As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza das diferenças.

As variações nos trabalhos contratados, reclamações e prémios são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com suficiente fiabilidade.

Para que o resultado de um contrato possa ser estimado com razoabilidade, é necessário que se verifiquem as seguintes condições:

- Ser provável que o Grupo obtenha os benefícios económicos previstos no contrato;
- Os custos do contrato são identificáveis e podem ser quantificados com razoabilidade;
- À data da posição financeira tem de ser possível que os custos necessários para completar a construção, bem como o grau de acabamento da mesma, possam ser quantificados com suficiente razoabilidade, por forma a que os custos reais incorridos se possam comparar com as estimativas iniciais.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o exercício de garantia das obras, o Grupo reconhece uma provisão para fazer face a este risco, a qual é apurada tendo em conta a produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em exercício de garantia.

Quando se torna provável que os custos excedam os proveitos do contrato, a perda prevista é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício em que é prevista.

As atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos são contabilizados em concordância com a IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços ("IFRIC 12"), a qual estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados independente do momento em que são recebidos ou pagos. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

2.21. Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.22. Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados - é removida de capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade dos créditos;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da posição financeira do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da respetiva perda por imparidade acumulada reconhecida. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.23. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses. Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.24. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, SA, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, SA, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.25. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2015 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, Teixeira Duarte, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	92,50%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.	Praça do Bom Sucesso, nº 61 - Escritórios 501 e 502 Porto	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MARINERTES, S.A.	Rotunda Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23 - 8º Vila Nova de Gaia	51,00%
RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A. (a)	Edifício Paço de Arcos, E.N. 249/3 Paço de Arcos	49,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	93,75%
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
HOTELARIA		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS - Agência de Viagens, S.A.	Rua Encosta das Lagoas, nº 8 Porto Salvo	100,00%
LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%

(a) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.

(b) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TDARCOL - SGPS, S.A.

(c) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TEDAL - SGPS, S.A.

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
DISTRIBUIÇÃO		
BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - DISTRIBUIÇÃO S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
ENERGIA		
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
MULTIGÁS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
PPS - Produtos Petrolíferos, S.A. (b)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%
TANQUIGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (c)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%
AUTOMÓVEL		
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D Funchal	100,00%
OUTRAS		
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D Funchal	100,00%
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
MERCADO EXTERNO		
ÁFRICA DO SUL		
DISTRIBUIÇÃO		
Global Net Distributors (Pty) Ltd.	10 Ninth Avenue Northmead, Gauteng 1501	100,00%
ANGOLA		
CONSTRUÇÃO		
BETANGOLA - Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
IMOBILIÁRIA		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	51,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
IMO 1 - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
IMOAFRO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
HOTELARIA		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
HOTEL TRÓPICO, S.A.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	80,00%
HOTEL BAÍA, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
COM 1 - Comércio e Distribuição, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
OCC - Operador Central de Comércio, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	80,00%
AUTOMÓVEL		
AUTO 1 - Comércio Automóvel, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
AUTO COMPETIÇÃO Angola, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
AUTO 8, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
VAUCO - Automóveis e Equipamentos, Lda.	Rua Ho Chi Min, Junto ao Largo da Independência Luanda	51,00%
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	8 Roeute Ben Aknoun, El Biar Alger	99,94%
BÉLGICA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI	Avenue Jean-Monnet, 1 À 1348 Louvain-La-Neuve	100,00%
BRASIL		
CONSTRUÇÃO		
EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia	Rua Major Lopes, 800 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.	Rua Major Lopes, 800 - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	60,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800, 3º - sala 310 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 , 3º - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
TABOQUINHA Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 , 3º - sala 308 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Avenida Domingos Ferreira nº 4060, sala 301 Boa Viagem - Cidade de Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 01 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 02 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista - Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 03 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Maratona Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 10 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 12 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 05 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Verum Mooca Empreendimento Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 06 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 07 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 08 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401, sala 09 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 18 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 04 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 13 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401, sala 14 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - 16 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 16 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TDSP - 17 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 17 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
TDD - Distribuição, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
CHIPRE		
OUTRAS		
LEVENEL, Limited	Irakli, Egkomi, 2413 Nicósia	100,00%
ESPANHA		
CONSTRUÇÃO		
UTE DE VIANA	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A. Sociedade Unipersonal.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA		
IMOBILIÁRIA		
TDRE INVESTMENTS, LLC.	4900 Woodway Drive, Suite 1110, Houston Texas 77056	100,00%
GIBRALTAR		
DISTRIBUIÇÃO		
Teixeira Duarte International, LTD.	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	100,00%
MACAU		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Dr. Mário Soares, nº 25 - Edifício Montepio - Apr. 26 e 28 - 3º andar Macau	100,00%
MOÇAMBIQUE		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	74,46%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	69,55%
IMOBILIÁRIA		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
HOTELARIA		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 627 Maputo	100,00%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
RÚSSIA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
MMK Cement, Limited Liability Company	Tri Rutchia Murmansk	70,00%
VENEZUELA		
CONSTRUÇÃO		
Consorcio Boyacá - La Guaira	Av. San Juan Bosco, Edifício Centra Altamira Piso 5, Oficina 54, Urb. Altamira - Caracas	57,20%
TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A.	Av. Venezuela del Rosal con Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas	95,31%

5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, verificou-se a saída no perímetro de consolidação da "PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.", da "KARIBIB Portland Cement, LTD", da "EVA - Sociedade Hoteleira, S.A." e da "ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.", face ao perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2014.

Os impactos das saídas foram os seguintes:

	PETRIN	KARIBIB	EVA	ROCHORIENTAL	TOTAL
Ativos intangíveis (Nota 20)	115	-	-	-	115
Ativos fixos tangíveis (Nota 21)	8.774	701	7.496	5.171	22.142
Propriedades de investimento (Nota 22)	-	-	304	-	304
Ativos por impostos diferidos (Nota 27)	33	(439)	2	2	(402)
Inventários (Nota 9)	1.677	-	47	11	1.735
Clientes e outros devedores	4.318	-	201	111	4.630
Caixa e equivalentes a caixa	1.431	2	39	6	1.478
Outros ativos correntes	183	391	98	37	709
Fornecedores e outros credores	(6.259)	(291)	(235)	(63)	(6.848)
Empréstimos bancários	-	-	(5.391)	(2.689)	(8.080)
Locações financeiras	-	-	-	(2.335)	(2.335)
Outros passivos correntes	(224)	(384)	(248)	(145)	(1.001)
Passivos por impostos diferidos (Nota 27)	-	-	(92)	-	(92)
Património Líquido	**10.048**	**(20)**	**2.221**	**106**	**12.355**
Interesses não controlados (Nota 35)	**191**	**(1)**	**-**	**-**	**190**
Quota parte no Património Líquido	**9.857**	**(19)**	**2.221**	**106**	**12.165**
Valor de realização	**10.349**	**-**	**7.627**	**3.318**	**21.294**
Valor recebido (Nota 30)	**10.153**	**-**	**7.627**	**3.318**	**21.098**
Valor a receber	**196**	**-**	**-**	**-**	**196**
Mais valia (Nota 8)	**492**	**19**	**5.406**	**3.212**	**9.129**

Adicionalmente, de referir também as saídas do perímetro de consolidação das seguintes empresas:

- PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Fusão na TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.);
- URBÁFRICA - Sociedade Imobiliária, Lda. (Dissolução);
- VALYGERSA, S.L. (Fusão na RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A. Sociedade Unipersonal);
- KPC Trading and Services (Proprietary) Limited e SQUIRREL Investments 115 PTY, Ltd. (Participadas da KARIBIB Portland Cement, LTD.).

6. COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho			Câmbio médio		
	2015	2014	Var	2015	2014	Var
Dólar Americano	1.0887	1.2141	(10,3%)	1.1130	1.3256	(16,0%)
Pataca Macaense	8.6907	9.6995	(10,4%)	8.8868	10.5893	(16,1%)
Metical Moçambicano	49.2900	38.5300	27,9%	43.1492	40.7100	6,0%
Bolivar Venezuelano	216.3232	14.5692	1384,8%	155.9815	14.8251	952,1%
Kwanza Angolano	147.8315	125.1110	18,2%	132.5617	130.3424	1,7%
Dinar Argelino	116.5985	106.7437	9,2%	111.3616	106.9753	4,1%
Dirham Marroquino	10.7806	10.9505	(1,6%)	10.8249	11.1546	(3,0%)
Real Brasileiro	4.3117	3.2207	33,9%	3.7024	3.1207	18,6%
Hryvnia Ucrâniana	26.1593	19.2052	36,2%	24.0819	15.7729	52,7%
Dólar Namibiano	16.9530	14.0353	20,8%	14.2616	14.3580	(0,7%)
Escudo Cabo Verde	110.2650	110.2650	-	110.2650	110.2650	-
Rublo Russo	80.6736	72.3370	11,5%	69.0427	51.4243	34,3%
Dinar Tunisino	2.2153	2.2566	(1,8%)	2.1832	2.2474	(2,9%)
Rand Africa do Sul	16.9530	14.0353	20,8%	14.2616	14.3580	(0,7%)
Peso Columbiano	3.456.0800	2.899.8800	19,2%	3.047.8062	2.659.1839	14,6%

Decorrente da nova lei emitida em 2015 pela Venezuela (Convenio Cambiario nº 33), mediante o qual se estabelece uma nova taxa de câmbio para certas operações de vendas de divisas, aplicável a partir de 12 de fevereiro de 2015, verificou-se neste período uma desvalorização significativa do bolívar venezuelano. Especificamente, esta legislação é aplicável para a liquidação de operações de venda de divisas destinadas, nomeadamente, ao pagamento de "investimentos internacionais" (um conceito que inclui a repatriação de capital inicial e remessa de juros e dividendos). A liquidação de divisas para essas operações será efetuada à taxa de câmbio variável média diária, com base no mercado (SIMADI).

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;
- Distribuição;
- Energia;
- Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	Vendas e prestações de serviços						Resultados operacionais	
	2015			2014				
Segmento	Clientes externos	Intersegmental	Total	Clientes externos	Intersegmental	Total	2015	2014
Construção (Nota 32)	656.580	59.236	715.816	779.110	84.583	863.693	(2.503)	75.889
Concessões e serviços	105.140	27.232	132.372	92.104	27.901	120.005	13.881	8.086
Imobiliária	106.635	14.780	121.415	119.899	13.324	133.223	54.214	48.797
Hotelaria	65.829	21.746	87.575	74.037	18.682	92.719	18.867	11.480
Distribuição	291.322	5.004	296.326	272.783	7.182	279.965	27.857	16.383
Energia	17.021	-	17.021	62.483	2.062	64.545	(354)	(1.720)
Automóvel	169.379	5.522	174.901	279.306	12.093	291.399	29.821	46.335
Não afetos a segmentos	-	-	-	-	-	-	(16.927)	(7.956)
Eliminações	-	(133.520)	(133.520)	-	(165.827)	(165.827)	50	(59)
	1.411.906	**-**	**1.411.906**	**1.679.722**	**-**	**1.679.722**	**124.906**	**197.235**
Custos e perdas financeiros (Nota 15)							(372.483)	(269.823)
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 15)							282.755	172.198
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 15)							17.127	3.946
Resultados antes de impostos							**52.305**	**103.556**

As transações intersegmentais são efetuadas em condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

As políticas contabilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

Outras informações:

Segmento	Dispêndios de capital fixo		Amortizações e depreciações em resultados		Provisões e perdas por imparidade	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Construção	32.748	57.171	38.339	43.704	775	(35.225)
Concessões e serviços	3.494	5.442	3.765	4.356	284	1.975
Imobiliária	14.663	32.534	8.339	7.149	822	(1)
Hotelaria	2.447	22.796	9.511	8.681	-	(700)
Distribuição	17.173	34.224	10.669	7.426	225	-
Energia	1.180	2.769	3.066	1.823	476	978
Automóvel	2.041	6.105	2.529	2.389	250	-
Não afetos a segmentos	42	119	38	9	9.806	-
	73.788	**161.160**	**76.256**	**75.537**	**12.638**	**(32.973)**

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são como segue:

	Ativos								Passivos	
	2015				2014					
	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total	2015	2014
Construção	1.371	-	2.270.472	**2.271.843**	1.176	-	1.916.045	**1.917.221**	1.230.366	1.309.497
Concessões e serviços	473	-	235.014	**235.487**	528	19.007	231.952	**251.487**	157.042	171.937
Imobiliária	446	21.761	1.548.671	**1.570.878**	643	29.236	1.647.746	**1.677.625**	851.784	880.493
Hotelaria	-	-	423.590	**423.590**	-	-	389.796	**389.796**	253.515	284.613
Distribuição	-	-	290.483	**290.483**	-	-	276.553	**276.553**	204.550	212.995
Energia	-	-	42.089	**42.089**	24	-	68.735	**68.759**	24.723	45.547
Automóvel	24	-	177.322	**177.346**	-	-	207.658	**207.658**	102.969	126.693
Não afetos a segmentos	14.560	8.666	928.662	**951.888**	38.221	11.644	1.010.024	**1.059.889**	659.148	173.532
Eliminações	-	-	(3.101.773)	**(3.101.773)**	-	-	(2.894.981)	**(2.894.981)**	(1.140.483)	(736.045)
	16.874	**30.427**	**2.814.530**	**2.861.831**	**40.592**	**59.887**	**2.853.528**	**2.954.007**	**2.343.614**	**2.469.262**

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Segmento geográfico	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
	2015	2014	2015	2014
Portugal	220.142	220.196	563.559	586.937
Angola	682.364	798.412	530.787	493.223
Argélia	98.138	77.181	21.978	15.438
Brasil	144.090	192.338	29.561	46.464
Espanha	40.076	33.646	13.683	13.861
Moçambique	194.448	66.271	36.060	32.368
Venezuela	26.510	284.783	1.412	21.242
Outros	6.138	6.895	846	1.597
	1.411.906	**1.679.722**	**1.197.886**	**1.211.130**

8. PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os proveitos operacionais, foram como segue:

	2015	2014
Vendas e prestações de serviços:		
Vendas	1.010.673	1.339.256
Prestações de serviços	401.233	340.466
	1.411.906	**1.679.722**
Outros proveitos operacionais:		
Trabalhos para a própria empresa (a)	17.048	8.823
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	13.787	1.384
Alienação de ativos (b)	12.269	6.345
Reversão de perdas por imparidade em contas a receber (Nota 28)	12.035	1.607
Proveitos suplementares	5.122	3.719
Reversão de perdas por imparidade em inventários (Nota 9)	1.885	4.808
Correções a exercícios anteriores	386	869
Ganhos em inventários	105	950
Restituição de impostos	7	35
Outros proveitos operacionais	17.193	7.273
	79.837	**35.813**
	1.491.743	**1.715.535**

(a) Os trabalhos para a própria empresa decorrem essencialmente, da capitalização de custos associados à construção de imóveis

(b) Os ganhos indicados foram obtidos com a alienação de ativos fixos tangíveis no montante de 3.140 milhares de euros (6.345 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (Nota 21) e 9.129 milhares de euros decorrentes das alienações da "PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.", da "KARIBIB Portland Cement, LTD", da "EVA - Sociedade Hoteleira, S.A." e da "ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A." (Nota 5), empresas que faziam parte do perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2014

9. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.378	153.155	171.533
Ajustamentos de conversão cambial	1.590	15.135	16.725
Regularizações	(53)	355	302
Compras	153.556	535.715	689.271
Custo do exercício	(151.468)	(497.940)	(649.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**22.003**	**206.420**	**228.423**
Alteração de perímetro (Nota 5)	(60)	(1.675)	(1.735)
Ajustamentos de conversão cambial	(844)	(9.068)	(9.912)
Regularizações	(387)	2.327	1.940
Compras	138.629	299.571	438.200
Custo do exercício	(140.392)	(368.031)	(508.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**18.949**	**129.544**	**148.493**
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	276	7.793	8.069
Ajustamentos de conversão cambial	26	640	666
Reforços (Nota 14)	396	1.246	1.642
Reduções (Nota 8)	-	(4.808)	(4.808)
Regularizações	(12)	(164)	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**686**	**4.707**	**5.393**
Ajustamentos de conversão cambial	23	(125)	(102)
Reforços (Nota 14)	20	2.093	2.113
Reduções (Nota 8)	(102)	(1.783)	(1.885)
Regularizações	(375)	(676)	(1.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**252**	**4.216**	**4.468**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2014	**21.317**	**201.713**	**223.030**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	**18.697**	**125.328**	**144.025**

10. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	116.516	9.914	126.430
Ajustamentos de conversão cambial	763	-	763
Regularizações	8.515	60	8.575
Variação da produção	389	(3.316)	(2.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**126.183**	**6.658**	**132.841**
Ajustamentos de conversão cambial	(12.193)	-	(12.193)
Regularizações	9.821	(4)	9.817
Variação da produção	1.076	(1.548)	(472)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**124.887**	**5.106**	**129.993**
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**-**	**-**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2014	**126.183**	**6.658**	**132.841**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	**124.887**	**5.106**	**129.993**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os produtos e trabalhos em curso respeitam na sua totalidade a empreendimentos imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os empreendimentos imobiliários encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2015	2014
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	29.011	28.988
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	17.690	17.533
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	15.987	15.696
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	12.122	11.931
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	9.168	6.422
TDSP - Galeano de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.068	7.860
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	5.756	7.339
TDSP Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	4.468	1.198
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.123	3.875
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	2.986	4.856
IMOPREDOUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	2.933	2.519
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	2.376	3.084
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	2.265	1.804
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.762	3.266
TDSP - Don Klabin Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.701	1.041
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.410	1.860
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.257	462
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.109	1.523
TDSP - Verum Mooca Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	974	766
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	842	1.096
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	440	764
ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	-	398
Outros	1.439	1.902
	124.887	**126.183**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 existiam os seguintes inventários dados como penhor de garantia a passivos:

A QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 26 e 31, sitos na Quinta de Cravel, Mafamude, Vila Nova de Gaia (Nota 42);

A V8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sitos no Empreendimento Santa Maria Design District, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia (Nota 42);

A V8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu hipoteca sobre as frações de sua propriedade no prédio urbano sito na Rua de Castro Portugal, números 497 e 511; Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 46, 52, 76, 80, 94 e 96; Lugar e Freguesia de Vila Nova de Gaia e sobre as frações do prédio urbano denominado lote 14, sito na Rua Guilherme Duarte Camarinha, número 12, Lugar do Candal, freguesia de Vila Nova de Gaia (Nota 42).

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os fornecimentos e serviços externos, foram como segue:

	2015	2014
Subcontratos	198.206	173.022
Trabalhos especializados	37.230	67.200
Rendas e alugueres	35.750	49.226
Conservação e reparação	20.136	23.696
Transporte de mercadorias	17.732	25.932
Combustíveis	11.714	12.027
Honorários	8.656	5.280
Transporte de pessoal	6.858	6.244
Deslocações e estadas	6.517	8.386
Electricidade	6.230	5.519
Vigilância e segurança	5.803	5.127
Publicidade	4.337	6.230
Outros	49.037	66.892
	408.206	**454.781**

12. CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2015	2014
Construção	6.930	6.719
Concessões e serviços	2.055	1.765
Imobiliária	119	114
Hotelaria	1.397	1.585
Distribuição	1.577	1.550
Energia	112	230
Automóvel	895	1.000
Não afetos a segmentos	274	298
	13.359	**13.261**

A rubrica de "custos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, tem a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações normais	147.366	154.670
Outras remunerações	85.340	88.122
Encargos com remunerações	30.861	27.788
Seguros	526	3.072
Benefícios de reforma	9	9
Outros custos com o pessoal	17.721	17.042
	281.823	**290.703**

13. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foram reconhecidos custos de 393 milhares de euros e 252 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional, os quais foram reconhecidos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, apresentam as seguintes maturidades:

	2015	2014
2015	-	123
2016	337	58
2017	47	3
2018	8	-
2019	1	-
	393	**184**

14. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foram como se segue:

	2015	2014
Impostos	27.637	32.287
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 28)	26.121	2.127
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	3.675	3.189
Perdas incorridas na alienação de ativos (a)	2.614	2.802
Perdas por imparidade em inventários (Nota 9)	2.113	1.642
Perdas em inventários	1.041	6.989
Divídas incobráveis	575	40
Outros custos operacionais	15.243	28.841
	79.019	**77.917**

(a) As perdas indicadas foram incorridas com a alienação de ativos fixos tangíveis, no montante de 2.614 milhares de euros (1.331 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 21) e 1.471 milhares de euros decorrentes da dissolução da DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. em 31 de dezembro de 2014, empresa que fazia parte do perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2013

15. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram os seguintes:

	2015	2014
Custos e perdas financeiros:		
Juros suportados	(94.277)	(123.164)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(251.682)	(118.776)
Outros custos e perdas financeiros	(26.524)	(27.883)
	(372.483)	**(269.823)**
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	14.546	18.739
Diferenças de câmbio favoráveis	262.185	148.540
Descontos de pronto pagamento obtidos	245	349
Outros proveitos e ganhos financeiros	5.779	4.570
	282.755	**172.198**
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	9.740	(10.598)
Dividendos (b)	1.013	930
Outros investimentos (c)	11.628	(1.325)
Ganhos / perdas na mensuração de ativos disponíveis para venda (d)	(5.254)	14.939
	17.127	**3.946**
Resultados financeiros	**(72.601)**	**(93.679)**

a) Os resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos no montante de 5.872 milhares de euros ((10.311) milhares de euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 23).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, procedeu-se à alienação da TEIX.CO SPA, registando-se uma menos valia de 27 milhares de euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo registou uma perda por imparidade de 5.143 milhares de euros (Nota 24) e procedeu à reversão da provisão para partes de capital de 9.038 milhares de euros, referente à participada "Limited Liability Company Cement".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, procedeu-se à dissolução da "STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A." registando-se uma perda de 287 milhares de euros.

b) Em 31 de dezembro de 2015 os valores apresentados correspondem a dividendos recebidos de "Ativos financeiros disponíveis para venda" no montante de 198 milhares de euros (192 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 25) e os restantes de "Outros investimentos" (Nota 26).

c) Na rubrica "Outros Investimentos" estão contabilizados ganhos e mais-valia na alienação de Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor no montante de 1.805 milhares de euros ((1.325) milhares de euros em 31 de dezembro de 2014) e ainda mais-valias na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda ao custo, com a alienação das participações detidas pelo Grupo na LONGAVIA, S.A. e LONGAPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., pelo montante de 11.499 milhares de euros (Nota 30), tendo registado uma mais-valia de 9.823 milhares de euros.

d) Os valores apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, têm o seguinte detalhe:

Alienações de ações de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Exercício de 2015

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 2.420.000 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	19.007	19.639	4.568	5.200	19.639
Total	**19.007**	**19.639**	**4.568**	**5.200**	**19.639**

Exercício de 2014

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 3.445.239 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	574	257	323	7	257
Alienação de 472.414 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	4.226	4.467	1.055	1.296	4.467
Total	**4.800**	**4.724**	**1.378**	**1.303**	**4.724**

Perda por imparidade de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Exercício de 2015

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(10.453)	-	(10.453)
Total	**(10.453)**	**-**	**(10.453)**

Exercício de 2014

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(40.739)	32.307	(8.432)
Perda por imparidade na participação do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	(1.974)	(1.974)	-
Total	**(42.713)**	**30.333**	**(8.432)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo procedeu à alienação de direitos de subscrição do "Banco Comercial Português, S.A." de 22.068 milhares de euros (Nota 30).

As diferenças de câmbio líquidas, registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis no montante de 121 milhares de euros (908 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014). Para efeitos de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos ativos qualificáveis, foi utilizada uma taxa média de 6,1% em 31 de dezembro de 2015 (6,4% em 31 de dezembro de 2014).

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A TD, SA é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de IRC, Derrama Municipal e Derrama Estadual aplicáveis.

A TD, SA e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que excede o montante de 1.500.000, 7.500.000 e 35.000.000 de euros, às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente. As referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma às taxas e sobre as despesas e encargos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

No apuramento do lucro tributável, ao qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de, regra geral, quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Relativamente a entidades com presença noutros países, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os cinco anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2015.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 27).

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são como segue:

	2015	2014
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(11.838)	(7.868)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(21.738)	(29.739)
Imposto corrente	**(33.576)**	**(37.607)**
Imposto diferido (Nota 27):	**21.680**	**(4)**
	(11.896)	**(37.611)**

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de 705 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (9.961 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a reconciliação entre a taxas nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como se segue:

	2015		2014	
	Taxa %	Imposto	Taxa %	Imposto
Resultado antes de imposto		**52.305**		**103.556**
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	(22,0%)	(11.507)	(23,0%)	(23.818)
Diferencial de taxas de imposto de outros países	(37,6%)	(19.660)	(15,2%)	(15.768)
Resultado em associadas e empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	4,1%	2.143	(2,3%)	(2.372)
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo	6,7%	3.485	0,2%	244
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	(2,7%)	(1.433)	(0,7%)	(706)
Proveitos não tributados	-	-	6,5%	6.746
Custos não aceites fiscalmente	(3,3%)	(1.717)	-	-
Tributação autónoma	(1,6%)	(840)	(1,4%)	(1.432)
Derrama	(1,3%)	(690)	(1,5%)	(1.553)
Diferenças nas estimativas	(5,6%)	(2.924)	4,0%	4.140
Outras componentes do imposto	(0,8%)	(433)	(3,0%)	(3.088)
Imposto diferido do ano	41,4%	21.680	(0,0%)	(4)
Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento	**(22,7%)**	**(11.896)**	**(36,3%)**	**(37.611)**

17. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2015	2014
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	33.653	70.281
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	**0,08**	**0,17**

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

18. DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de maio de 2015 foi deliberado a distribuição de dividendos no valor de 5.670 milhares de euros que corresponde a 0,0135 euros por ação, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2014, tendo ocorrido a sua liquidação em junho de 2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram liquidados dividendos de 6.300 milhares de euros, referente ao exercício de 2013.

19. *GOODWILL*

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido nos valores do goodwill apurados na aquisição de empresas subsidiárias, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2015	2014
Ativo bruto:		
Saldo inicial	37.183	37.155
Ajustamentos de conversão cambial	27	28
Saldo final	**37.210**	**37.183**
Perdas por imparidade acumuladas	**(15.255)**	**(7.449)**
Ativo líquido:	**21.955**	**29.734**

Os valores do *goodwill* em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2015	2014
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Construção	12.107	12.107
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Imobiliária	1.979	1.979
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Energia	142	142
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	Energia	7.335	7.335
MULTÍGAS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	Energia	60	60
TANQUÍGAS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Energia	71	71
Auto Competição Angola, LDA	Automóvel	261	234
C+PA - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Outras	-	7.806
		21.955	**29.734**

Os *goodwill* relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos e encontram-se evidenciados na Nota 23.

Os valores do *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração acreditam que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que a quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *goodwill*, são os seguintes:

Participada	2015			2014		
	Valor contabilístico do *goodwill*	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contabilístico do *goodwill*	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	8,7%	1,8%	12.107	8,3%	2,0%
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	7.335	7,3%	1,5%	7.335	7,5%	1,5%
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	1.979	6,0%	2,0%	1.979	6,1%	2,0%
Auto Competição Angola, Lda.	261	14,3%	1,5%	234	14,3%	1,5%
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	142	8,5%	1,5%	142	8,3%	1,5%
TANQUIGAS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	71	8,5%	1,5%	71	8,3%	1,5%
MULTIGAS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	60	8,5%	1,5%	60	8,3%	1,5%
C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	-	-	-	7.806	17,0%	-
	21.955			**29.734**		

20. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	20.254	528	18.594	1.039	40.415
Ajustamentos de conversão cambial	1.912	44	34	141	2.131
Adições	12.555	-	322	-	12.877
Transferências e abates	(757)	(261)	(15.695)	(1.180)	(17.893)
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**33.964**	**311**	**3.255**	**-**	**37.530**
Alteração de perímetro (Nota 5)	(455)	-	-	-	(455)
Ajustamentos de conversão cambial	3.174	(26)	(813)	-	2.335
Adições	1.385	-	107	-	1.492
Transferências e abates	520	(114)	(43)	-	363
Alienações	(15)	-	-	-	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**38.573**	**171**	**2.506**	**-**	**41.250**
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.455	397	-	-	5.852
Ajustamentos de conversão cambial	268	43	-	-	311
Transferências e abates	(762)	(261)	-	-	(1.023)
Reforços	1.280	16	-	-	1.296
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**6.241**	**195**	**-**	**-**	**6.436**
Alteração de perímetro (Nota 5)	(340)	-	-	-	(340)
Ajustamentos de conversão cambial	172	2	-	-	174
Transferências e abates	72	(26)	-	-	46
Reforços	1.687	-	-	-	1.687
Alienações	(15)	-	-	-	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**7.817**	**171**	**-**	**-**	**7.988**
Valor líquido:					
Em 31 de dezembro de 2014	**27 723**	**116**	**3 255**	**-**	**31 094**
Em 31 de dezembro de 2015	**30 756**	**-**	**2 506**	**-**	**33 262**

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de "Propriedade industrial" apresenta o montante de 28.261 milhares de euros, referente a direitos de superfície (24.248 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014).

21. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2013	31.683	434.063	406.263	82.356	41.065	41.134	10.004	65.873	-	1.112.441
Alteração de perímetro	434	514	165	185	4	22	-	-	-	1.324
Ajustamentos de conversão cambial	155	26.525	(285)	(1.234)	595	2.128	454	4.447	-	32.785
Adições	-	48.130	44.361	13.117	3.930	3.718	1.070	33.090	12	147.428
Transferências e abates	(158)	27.391	193	(660)	(433)	(4.933)	(1.056)	(25.761)	139	(5.278)
Alienações	-	(1.494)	(16.688)	(4.053)	(1.010)	(888)	(17)	-	-	(24.150)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**32.114**	**535.129**	**434.009**	**89.711**	**44.151**	**41.181**	**10.455**	**77.649**	**151**	**1.264.550**
Alteração de perímetro (Nota 5)	(6.800)	(29.570)	(9.907)	(165)	(31)	(1.266)	(927)	(93)	-	(48.759)
Ajustamentos de conversão cambial	(833)	32.423	(20.243)	(704)	(1.428)	963	(80)	(340)	17	9.775
Adições	-	14.221	21.732	6.753	3.646	2.097	897	13.898	-	63.244
Transferências e abates	(33)	18.605	(5.271)	(1.712)	(201)	58	1.530	(49.482)	-	(36.506)
Alienações	-	(5.112)	(4.037)	(8.817)	(773)	(466)	(151)	-	-	(19.356)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**24.448**	**565.696**	**416.283**	**85.066**	**45.364**	**42.567**	**11.724**	**41.632**	**168**	**1.232.948**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2013	166	133.280	280.375	58.483	31.093	32.367	5.443	-	-	541.207
Alteração de perímetro	-	232	71	95	3	15	-	-	-	416
Efeito de conversão cambial	-	3.609	(588)	(782)	27	1.581	181	-	-	4.028
Reforços (a)	1	28.972	41.849	9.691	3.079	3.333	677	35	-	87.637
Transferências e abates	-	(4.422)	(7.690)	(1.093)	(273)	(5.061)	(32)	(35)	-	(18.606)
Alienações	-	(1.472)	(11.893)	(3.467)	(644)	(756)	(17)	-	-	(18.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**167**	**160.199**	**302.124**	**62.927**	**33.285**	**31.479**	**6.252**	**-**	**-**	**596.433**
Alteração de perímetro (Nota 5)	-	(15.551)	(8.952)	(129)	(30)	(1.189)	(766)	-	-	(26.617)
Efeito de conversão cambial	-	7.011	(8.724)	(695)	(318)	978	144	-	-	(1.604)
Reforços	-	22.569	34.258	10.200	3.330	3.214	998	-	-	74.569
Transferências e abates	(3)	(17.623)	(8.570)	(555)	(134)	(93)	(29)	-	-	(27.007)
Alienações	-	(1.242)	(3.602)	(7.802)	(729)	(323)	(114)	-	-	(13.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**164**	**155.363**	**306.534**	**63.946**	**35.404**	**34.066**	**6.485**	**-**	**-**	**601.962**
Valor líquido:										
Em 31 de dezembro de 2014	**31.947**	**374.930**	**131.885**	**26.784**	**10.866**	**9.702**	**4.203**	**77.649**	**151**	**668.117**
Em 31 de dezembro de 2015	**24.284**	**410.333**	**109.749**	**21.120**	**9.960**	**8.501**	**5.239**	**41.632**	**168**	**630.986**

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registadas imparidades de ativos fixos tangíveis no montante de 13.396 milhares de euros, na rubrica "Provisões e perdas por imparidade de ativos depreciáveis e amortizações e *Goodwill*"

As adições de ativos fixos tangíveis realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2015 os ativos fixos tangíveis em curso incluem 30.348 milhares de euros relativos a edifícios e outras construções em curso, dos quais destacamos os seguintes:

- Para o setor da Distribuição, a expansão da rede de lojas em Angola;
- Para os setores da Distribuição e Automóvel, instalações para logística em Angola.

22. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2015	2014
Saldo inicial	**482.185**	**479.965**
Alteração de perímetro (Nota 5)	(304)	-
Ajustamentos de conversão cambial	10.226	10.478
Aumentos / (alienações)	4.156	(6.349)
Variação no justo valor (Nota 8 e 14)	10.112	(1.805)
Transferências para ativos detidos para venda	-	(409)
Transferências de / para ativos fixos tangíveis	5.308	305
Saldo final	**511.683**	**482.185**

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento decorrentes da existência de contratos de locação operacional ascenderam a 31.235 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (32.398 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ascenderam a 3.825 milhares de euros (4.063 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas, nos casos mais relevantes, por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efetuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos, atendendo aos fluxos de caixa descontados expectáveis.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- *Yield* entre 7% e 8%;
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento;
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 - Propriedades de investimento ("IAS 40") não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Contudo, aproximadamente, 81% do justo valor das propriedades de investimento do Grupo é determinado com base em avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida (registados na CMVM) e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas. Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o exercício daqueles contratos, a utilização de uma *yield* adaptada a cada um dos imóveis. Para as restantes avaliações realizadas internamente, foram utilizadas *yields* adaptadas em função das indicações dadas por profissionais independentes.

23. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que, em 31 de dezembro de 2015, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Paraíba, nº 1000, sala 1518, 15º andar - Bairro Funcionário Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,20%
ALSOMA, GEIE.	3 Av André Malraux Levallois Peret - França	27,00%
AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	14,10%
AVIA PORTUGAL - Produtos Petrolíferos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	Rua da Tapada da Quinta de Cima Linhó - Sintra	15,00%
CONBATE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	20,00%
CONSORCIO MINERO LUSO VARGAS C.A. (CONLUVAR)	Av. Venezuela com Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas - Venezuela	49,00%
CONSORCIO OPSUT 2010	Calle 4, Casa nº 4, Urbanizacion Los Laureles Valle de la Pascoa - Venezuela	51,00%
DOURO LITORAL, ACE	Tower Plaza, Rotunda Edgar Cardoso, nº 23, 12º andar, salas C, G e H Vila Nova de Gaia	40,00%
D.L.O.E.A.C.E. - Douro Litoral Obras Especiais, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
FERROVIAL/TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	Edifício Central Park Rua Alexandre Herculano, Nº 3, 2º - Linda-a-Velha	50,00%
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
GMP MEK – Grupo Marítimo Português Mers EL Kibir, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Julius Nyerere, 130 Maputo	49,92%
Limited Liability Company Cement	Khutorskya Str., 70 Odessa	49,00%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Rua Abranches Ferrão, nº 10 - 5º F Lisboa	26,80%
NOVA ESTAÇÃO, ACE	Edifício 6 - Piso 1, Lagoas Park Porto Salvo	25,00%
RPK Gulfstream, Ltd.	Tri Ruchja str. 183003, Murmansk	42,70%
AK10 - Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	Alameda Santos, nº 960, 19º andar, Edifício CYK Cerqueira César - São Paulo	25,00%
SOMAFEL E FERROVIAS, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	36,00%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	57,30%
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C Lisboa	50,00%

Os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Partes de capital	*Goodwill*	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**24.768**	**11.693**	**36.461**
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	(10.311)	-	(10.311)
- Efeito em capital próprio	8.001	-	8.001
Aumentos	866	-	866
Ajustamentos de conversão cambial	(621)	-	(621)
Outros	6.246	(50)	6.196
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**28.949**	**11.643**	**40.592**
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	5.872	-	5.872
- Efeito em capital próprio	(1.344)	-	(1.344)
Alienações a)	(27)	-	(27)
Ajustamentos de conversão cambial	(239)	-	(239)
Transferência para ativo detido para venda (Nota 24)	(16.072)	(11.643)	(27.715)
Outros	(265)	-	(265)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**16.874**	**-**	**16.874**

a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, procedeu-se à alienação da TEIX.CO SPA, registando-se uma menos valia de 27 milhares de euros

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como se segue:

	2015			2014		
Associadas e empreendimentos conjuntos	**Partes de capital**	***Goodwill***	**Valor da posição financeira**	**Partes de capital**	***Goodwill***	**Valor da posição financeira**
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	14.560	-	14.560	10.506	-	10.506
RPK Gulfstream Ltd.	473	-	473	528	-	528
Alvorada Petróleos, S.A.	430	-	430	623	-	623
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	16	-	16	20	-	20
Limited Liability Company Cement	-	-	-	16.072	11.643	27.715
Outros	1.395	-	1.395	1.200	-	1.200
	16.874	**-**	**16.874**	**28.949**	**11.643**	**40.592**

As referidas participações estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, teve os seguintes impactos:

2015			
Associadas	**Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)**	**Ajustamentos de partes capital**	**Total**
Alvorada Petróleos, S.A.	(28)	(165)	(193)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	6.177	(2.123)	4.054
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	1	-	1
Outros	(278)	944	666
	5.872	**(1.344)**	**4.528**

Associadas	2014		
	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Total
Alvorada Petróleos, S.A.	(46)	4	(42)
Limited Liability Company Cement	(8.582)	3.696	(4.886)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	232	4.017	4.249
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	(1)	-	(1)
Outros	(1.914)	284	(1.630)
	(10.311)	**8.001**	**(2.310)**

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Alvorada Petróleos, S.A.	1.465	2.004	469	561	996	1.443	430	623
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	59.509	35.364	30.343	14.318	29.167	21.046	14.560	10.506
Limited Liability Company Cement	-	16.584	-	35.029	-	(18.445)	-	16.072
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	32	40	-	-	32	40	16	20
TEIX.CO SPA	-	4.112	-	4.759	-	(647)	-	-
Outros	12.992	16.755	8.142	16.127	4.850	628	1.868	1.728
	73.998	**74.859**	**38.954**	**70.794**	**35.045**	**4.065**	**16.874**	**28.949**

	Vendas e prestação de serviços		Resultado líquido do exercício		Quota parte do Grupo nos resultados líquidos do exercício	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Alvorada Petróleos, S.A.	-	-	(65)	(106)	(28)	(46)
Limited Liability Company Cement	-	15.831	-	(17.514)	-	(8.582)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	235	58	12.374	464	6.177	232
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	-	-	2	(1)	1	(1)
Outros	2.488	12.238	(703)	(3.779)	(278)	(1.914)
	2.723	**28.127**	**11.608**	**(20.936)**	**5.872**	**(10.311)**

24. ATIVOS DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2015, os ativos detidos para venda têm o seguinte detalhe:

	2015
Limited Liability Company Cement	
Goodwill	11.643
Empréstimo	16.072
Valor de Venda Estimado	**22.572**
Perda por imparidade (Nota 15)	**(5.143)**

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica refere-se a uma fração de um imóvel no montante de 409 milhares de euros, anteriormente classificado como propriedade de investimento (Nota 22).

25. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os movimentos ocorridos na valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, valorizados pelo respetivo justo valor, foram como se segue:

	2015	2014
Saldo inicial	**59.887**	**84.613**
Aquisições durante o exercício	-	22.787
Alienações durante o exercício a)	(19.007)	(4.800)
Aumento / Diminuição no justo valor b)	(10.453)	(42.713)
Saldo final	**30.427**	**59.887**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Grupo detinha 622.229.693 ações do Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 1,15% do respetivo capital social e direitos de voto, classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores apresentados têm o seguinte detalhe:

Alienações de ações de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Exercício de 2015

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais Valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 2.420.000 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	19.007	19.639	4.568	5.200	19.639
Total	**19.007**	**19.639**	**4.568**	**5.200**	**19.639**

Exercício de 2014

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais Valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 3.445.239 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	574	257	323	7	257
Alienação de 472.414 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	4.226	4.467	1.055	1.296	4.467
Total	**4.800**	**4.724**	**1.378**	**1.303**	**4.724**

b) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores apresentados têm o seguinte detalhe:

Perda por imparidade de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Exercício de 2015

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(10.453)	-	(10.453)
Total	**(10.453)**	**-**	**(10.453)**

Exercício de 2014

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(40.739)	32.307	(8.432)
Perda por imparidade na participação do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	(1.974)	(1.974)	-
Total	**(42.713)**	**30.333**	**(8.432)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo adquiriu 268.674.932 ações do "Banco Comercial Português, S.A." pelo montante de 22.787 milhares de euros (Nota 30).

Ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo procedeu à alienação de direitos de subscrição do "Banco Comercial Português, S.A." de 22.068 milhares de euros (Nota 30).

Os ativos financeiros disponíveis para venda, e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são como seguem:

	2015		2014	
	V. custo	V. mercado	V. custo	V. mercado
Banco Comercial Português, S.A.	739.822	30.427	739.822	40.880
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	-	31.801	19.007
	739.822	**30.427**	**771.623**	**59.887**

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foram recebidos dividendos do investimento no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A." no montante de 198 milhares de euros e 192 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 15).

26. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	Não correntes		Correntes	
	2015	2014	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda ao custo a)				
Títulos da Dívida Publica do Governo República Popular de Angola	36.775	-	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	5.606	5.456	-	-
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	5.373	5.373	-	-
AEDL - Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	1.212	1.212	-	-
JÚPITER - Indústria Hoteleira, S.A.	784	784	-	-
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	715	715	-	-
MTS - Metro Transporte do Sul, S.A.	570	570	-	-
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317	317	-	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	300	300	-	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	256	256	-	-
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205	205	-	-
LONGAPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	-	1.006	-	-
LONGAVIA, S.A.	-	670	-	-
Outros	255	187	-	-
	52.368	**17.051**	**-**	**-**
Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor				
COLT Resources Inc.	602	532	-	-
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	-	-	3.848
Outros	-	-	35	41
	602	**532**	**35**	**3.889**
	52.970	**17.583**	**35**	**3.889**

a) Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 815 e 738 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 15)

27. IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

2015								
			Constituição		Reversão			
	Saldo inicial	Alteração perímetro (Nota 5)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	128	-	98	-	-	-	(9)	217
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	172	(33)	32	-	(3)	-	(113)	55
Ativos financeiros disponíveis para venda	133.767	-	2.349	-	-	(15)	-	136.101
Crédito dupla tributação internacional	-	-	1.113	-	-	-	8.821	9.934
Prejuízos fiscais reportáveis	21.588	(4)	15.348	-	(5.425)	-	(6.252)	25.255
Provisão para prejuízos em obras	1.616	-	204	-	(986)	-	(63)	771
Outros	13.948	439	12.559	-	(1.270)	(513)	(2.583)	22.580
	171.219	**402**	**31.703**	**-**	**(7.684)**	**(528)**	**(199)**	**194.913**
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	1.513	-	581	-	(237)	-	(431)	1.426
Ativos financeiros disponíveis para venda	736	-	-	-	-	(824)	88	-
Propriedades de investimento	45.819	(45)	1.614	-	(1.095)	-	2.294	48.587
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	5.733	(47)	87	-	(39)	(11)	4	5.727
Outros	2.279	-	1.102	-	326	(398)	(30)	3.279
	56.080	**(92)**	**3.384**	**-**	**(1.045)**	**(1.233)**	**1.925**	**59.019**

2014								
			Constituição		Reversão			
	Saldo inicial	Alteração perímetro	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	128	-	2	-	(2)	-	-	128
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	52	-	123	-	(144)	-	141	172
Ativos financeiros disponíveis para venda	138.496	-	1.212	7.991	(12.156)	-	(1.776)	133.767
Prejuízos fiscais reportáveis	30.649	-	23.619	-	(5.234)	-	(27.446)	21.588
Provisão para prejuízos em obras	3.617	26	2.247	-	(406)	-	(3.868)	1.616
Outros	15.572	-	2.372	1.215	(9.790)	-	4.579	13.948
	188.514	**26**	**29.575**	**9.206**	**(27.732)**	**-**	**(28.370)**	**171.219**
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	338	-	1.224	-	(16)	-	(33)	1.513
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.792	-	-	-	-	(1.056)	-	736
Propriedades de investimento	44.174	-	886	-	(217)	-	976	45.819
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	5.010	-	-	-	(623)	(9)	1.355	5.733
Outros	1.379	-	862	-	(269)	310	(3)	2.279
	52.693	**-**	**2.972**	**-**	**(1.125)**	**(755)**	**2.295**	**56.080**

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2015			2014		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2009	-	-	-	1.137	283	2015
Gerados em 2010	-	-	-	13.015	3.365	2014
Gerados em 2011	-	-	-	9.453	2.155	2015
Gerados em 2012	27.230	6.020	2017	10.645	3.032	2017
Gerados em 2013	28.438	7.276	2018	27.100	9.002	2018
Gerados em 2014	12.477	3.229	2026	13.009	3.751	2026
Gerados em 2015	29.990	8.730	2027	-	-	-
	98.135	**25.255**		**74.359**	**21.588**	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como segue:

	2015			2014		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito do imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2009	-	-	-	3.321	697	2015
Gerados em 2010	-	-	-	3.180	668	2014
Gerados em 2011	-	-	-	3.108	653	2015
Gerados em 2012	2.922	614	2017	2.922	614	2017
Gerados em 2013	2.252	473	2018	2.252	473	2018
Gerados em 2014	1.162	244	2026	1.162	244	2026
Gerados em 2015	16.595	3.485	2027	-	-	-
	22.931	**4.816**		**15.945**	**3.349**	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só são registados na medida em que se considera provável que venham a existir lucros tributáveis em períodos de tributação futuros que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas perspetivas de geração de resultados tributáveis.

A partir de 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados em períodos anteriores, é limitada a 70% do lucro tributável do exercício em que é realizada tal dedução.

28. CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2015	2014	2015	2014
Clientes:				
Clientes conta corrente	439.193	462.758	52.087	55.225
Clientes de cobrança duvidosa	56.488	36.397	-	-
	495.681	**499.155**	**52.087**	**55.225**
Perdas por imparidade	**(62.112)**	**(49.077)**	**-**	**-**
	433.569	**450.078**	**52.087**	**55.225**
Outros devedores:				
Pessoal	981	2.215	-	-
Outros devedores	55.436	73.218	99	125
	56.417	**75.433**	**99**	**125**
Perdas por imparidade	**(509)**	**(893)**	**-**	**-**
	55.908	**74.540**	**99**	**125**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros devedores:	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**48.236**
Ajustamentos de conversão cambial	2.888
Reforços (Nota 14)	2.127
Reversões (Nota 8)	(1.607)
Regularizações	(1.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**49.970**
Alteração de perímetro	(1.940)
Ajustamentos de conversão cambial	679
Reforços (Nota 14)	26.121
Reversões (Nota 8)	(12.035)
Regularizações	(174)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**62.621**

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 43) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na Demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

29. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a TD, SA e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e empreendimentos conjuntos, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, podem ser detalhados como se segue:

Entidades	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	7	-	-	-	5.373	5.373	-	-
AEDL - Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	-	-	-	-	1.202	1.202	-	-
CINTEL - Construção Interceptor Esgotos, S.A.	46	46	-	-	4	4	-	-
CONBATE, ACE	20	22	-	-	-	-	-	-
Consórcio Minero Luso Vargas - CONLUVAR	519	3.808	135	1.500	-	-	-	3
Consórcio OPSUT 2010	164	2.569	28	323	-	-	-	-
DOURO LITORAL, ACE	12	7	61	30	-	-	-	-
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	-	-	2	-	-	-	(269)	(269)
EIA - Ensino de Investigação e Administração, S.A.	9	9	-	-	-	-	(324)	(324)
GMP - Grupo Maritimo Português, ACE	106	56	10	10	-	-	-	-
GMP MEK - Grupo Maritimo Português Mers El Kibir, ACE	24	20	-	-	-	-	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	10.246	10.050	183	5	-	-	(126)	(2)
INVESTIPART - Participações e Investimentos, S.A.	3	-	-	-	-		-	
Limited Liability Company Cement	-	147	-	-	16.072	16.072	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	-	-	-	-	150	-	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	11	13	-	-	-	-	-	-
Moreira e Cunha, Lda.	5	7	-	-	-	-	-	-
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	-	-	-	-	740	740	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	1.017	1.017	60	51	-	-	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	-	-	-	-	-	-	(32)	(27)
RPK Gulfstream, Ltd.	-	-	-	-	1.236	1.379	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	3	5	10	-	-	-	-	-
TEDEVEN Inmobiliária, C.A.	-	1	-	15	-	-	-	-
TEIX.CO SPA	-	1.396	-	524	-	-	-	(281)
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	6	-	58	44	-	-	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	-	-	35	35	-	-	-	-
VSL Sistema de Pré-Esforço - Equipamento de Montagem, S.A.	-	1	-	12	-	-	-	-
	12.198	**19.174**	**582**	**2.549**	**24.777**	**24.770**	**(751)**	**(900)**

As principais transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 com entidades relacionadas foram como se segue:

Entidades	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	32	23	-	-	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	-	-	21	-	-
CONBATE, ACE	98	142	1	-	-	-
Consórcio Minero Luso Vargas - CONLUVAR	452	1.618	59	6.025	-	-
Consórcio OPSUT 2010	48	1.047	95	1.378	-	-
DOURO LITORAL, ACE	60	64	31	33	-	-
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	-	2	2	-	-	-
GMP - Grupo Maritimo Português, ACE	48	50	-	-	-	-
GMP MEK - Grupo Maritimo Português Mers El Kibir, ACE	3	5	-	-	-	-
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	-	-	-	2	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	15.173	8.278	214	55	-	-
INVESTIPART - Participações e Investimentos, S.A.	3	-	-	-	-	-
Limited Liability Company Cement	-	-	-	-	1.768	1.768
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	22	21	-	-	-	-
Moreira e Cunha, Lda.	38	53	-	-	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	-	212	10	16	-	-
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	-	21	-	3	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	8	3	10	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	2	1	1	5	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	16	16	9	31	-	-
VSL Sistema de Pré-Esforço - Equipamento de Montagem, S.A.	-	1	-	22	-	-
	16.003	**11.557**	**432**	**7.591**	**1.768**	**1.768**

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da TD, SA, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram as seguintes:

	2015	2014
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	1.512	1.738
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	61
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	1.639	**1.860**

As remunerações dos membros da alta direção da TD, SA, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram as seguintes:

	2015	2014
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	7.594	7.483
	7.594	**7.483**

30. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2015	2014
Depósitos à ordem	171.868	111.264
Depósitos a prazo	74.623	71.097
Outras aplicações de tesouraria	2.518	3.822
Numerário	3.684	5.294
	252.693	**191.477**

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2015	2014
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (a)	48.315	35.164
PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.	10.153	-
LONGAVIA, S.A.	9.184	-
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	7.627	-
ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.	3.318	-
LONGAPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	2.315	-
Banco Comercial Português, S.A. (b)	-	22.325
Outros	-	150
	80.912	**57.639**

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo alienou 2.420.000 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A." classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 19.639 milhares de euros e o restante montante recebido, refere-se à alienação de ações classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor - "Outros Investimentos" (Nota 26).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo alienou 472.414 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A." classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 4.467 milhares de euros e o restante montante recebido, refere-se à alienação de ações classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor - "Outros Investimentos" (Nota 26).

(b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo alienou 3.445.239 ações do "Banco Comercial Português, S.A." classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 257 milhares de euros e o restante montante recebido, refere-se à alienação de direitos de subscrição do "Banco Comercial Português, S.A." no montante de 22.068 milhares de euros.

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2015	2014
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	24.064	34.429
Banco Comercial Português, S.A.	-	22.787
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	-	4.554
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	-	930
Outros	-	202
	24.064	**62.902**

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram como se segue:

	2015	2014
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	251	205
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	214	207
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	150	158
Outros	398	1.163
	1.013	**1.733**

31. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os outros ativos correntes e não correntes têm a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2015	2014	2015	2014
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	8.971	13.421	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	15.179	37.998	-	-
	24.150	**51.419**	**-**	**-**
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	1.541	1.774	-	-
Empresas participadas	620	748	951	955
Outros acionistas	-	355	1	18
	2.161	**2.877**	**952**	**973**
Acréscimos de proveitos:				
Juros a receber	601	833	-	-
Valores a faturar (Nota 32)	124.780	141.489	-	-
Outros acréscimos de proveitos	46.043	41.804	-	-
	171.424	**184.126**	**-**	**-**
Custos diferidos:				
Seguros pagos antecipadamente	2.983	2.529	-	-
Juros a pagar	81	46	-	-
Outros custos diferidos	24.552	26.339	290	330
	27.616	**28.914**	**290**	**330**
Outros ativos correntes:				
Adiantamentos a fornecedores	**51.187**	**53.343**	**-**	**-**
	276.538	**320.679**	**1.242**	**1.303**

32. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os custos e os proveitos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2015	2014
Proveitos líquidos:		
Faturação emitida	732.132	669.527
Variação de:		
- Proveitos diferidos - obras (Nota 40)	(58.843)	52.416
- Acréscimos de proveitos - obras (Nota 31)	(16.709)	57.167
	656.580	**779.110**
Custos líquidos:		
Custos faturados	661.136	701.124
Variação de:		
- Provisões para garantias (Nota 37)	142	1.338
- Provisões para perdas futuras (Nota 37)	(2.195)	759
	659.083	**703.221**
Resultados apurados (Nota 7):	**(2.503)**	**75.889**

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 4.127 milhares de euros e 2.494 milhares de euros, respetivamente.

33. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 203.520.000 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 48,46% do respetivo capital social.

34. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor: A reserva de justo valor resulta da diferença entre o valor de custo e o valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, ainda não reconhecida na demonstração dos resultados.

Reservas livres: As reservas livres são disponíveis para distribuição, nos termos e limites constantes do Código das Sociedades Comerciais.

Reserva de operações de cobertura: Conforme descrito na Nota 2.16 g), a reserva de operações de cobertura reflete a componente efetiva (líquida de efeito fiscal) das variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow*.

35. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram os seguintes:

	2015	2014
Saldo inicial	**27.058**	**35.321**
Alterações de perímetro (Nota 5)	(190)	2.586
Ajustamentos de conversão cambial	43	2.076
Dividendos	(1.596)	(7.874)
Aquisição de interesses não controlados	-	(641)
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	18.219	(74)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	6.756	(4.336)
Saldo final	**50.290**	**27.058**

Durante o exercício de 2014, o Grupo adquiriu os restantes 5% da participada "DIGAL - Distribuição e Comércio de Gás, S.A." pelo montante de 930 milhares de euros (Nota 30), bem como, 5% de empresas do setor da Energia por 116 milhares de euros, sociedades já antes consolidadas.

36. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2015	2014
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários a)	217.980	243.200
Papel comercial b)	432.257	503.015
Empréstimo obrigacionista c)	15.300	15.300
	665.537	**761.515**
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários a)	617.139	624.788
Papel comercial b)	117.457	98.557
	734.596	**723.345**
	1.400.133	**1.484.860**

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 4,61% (4,95% em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

Empréstimo junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., contratado em 21 de fevereiro de 2008 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 44.422 milhares de euros, cujo reembolso será em 36 prestações semestrais iguais e sucessivas, com termo em 10 de dezembro de 2033.

Empréstimo contratado pelo Grupo em 30 de dezembro de 2008 junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 28.540 milhares de euros, cujo reembolso será em 96 prestações mensais iguais e sucessivas, com termo em 30 de dezembro de 2023.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Angola, contratado em 21 de dezembro 2011, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 8.599 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 28 de fevereiro de 2019.

Empréstimo junto do Banco Bradesco, S.A., contratado em 27 de março de 2012 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 9.122 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de fevereiro de 2016, podendo ser renovado por mais 36 meses.

Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 9 de outubro de 2012 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 7.644 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 5 de dezembro de 2019.

Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 9 de outubro de 2012 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 17.222 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 13 de dezembro de 2019.

Empréstimo junto do Banco Privado Atlântico de Angola, contratado em 12 de outubro de 2012 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 9.173 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 18 de outubro de 2017.

Empréstimo junto do Banco Popular Portugal, S.A., contratado em 13 de dezembro de 2012, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 1.847 milhares de euros. O capital atual será amortizado ao longo do período de vida do contrato, e conforme tabela de expurgos acordada, pelo produto da venda dos imóveis objetos de hipoteca, sendo o remanescente liquidado através amortizado *bullet* em 13 de dezembro de 2016.

Empréstimo junto do Banco Itaú Unibanco, S.A., contratado em 29 de agosto de 2013 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 11.572 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de outubro de 2016.

Empréstimo junto do Banco Itaú Unibanco, S.A., contratado em 30 de agosto de 2013 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 1.933 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de novembro de 2016.

Empréstimo junto do Banco Itaú Unibanco, S.A., contratado em 11 de setembro de 2013 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 3.180 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de abril de 2017.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Angola, contratado em 23 de janeiro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 11.664 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de abril de 2021.

Empréstimo junto do Banco Angolano de Investimento, contratado em 20 de fevereiro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 25.979 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 31 de outubro de 2020.

Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 22 de setembro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 16.461 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 13 de dezembro de 2021.

Empréstimo junto do Banco do Brasil S.A. contratado em 17 de outubro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 5.200 milhares euros, cuja amortização ocorrerá semestralmente no montante de 1.300 milhares de euros.

Empréstimo junto da Caixa Económica Montepio Geral, contratado em 23 de outubro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 8.000 milhares de euros, cujo reembolso será em 84 prestações mensais, constantes e sucessivas de capital e juros após período de carência de vinte e quatro meses, com termo em 23 de outubro de 2023.

Empréstimo junto da Caixa Económica Montepio Geral, contratado em 23 de outubro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 2.592 milhares de euros, cujo reembolso será em 46 prestações mensais, constantes e sucessivas, com termo em 23 de outubro de 2019.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 24 de outubro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 7.000 milhares de euros, cuja amortização ocorrerá em 30 de abril de 2016.

Empréstimo junto do Banco BANRISUL, S.A., contratado em 24 de novembro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro 2015 de 531 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de novembro de 2016.

Empréstimo junto do Banco BANRISUL, S.A., contratado em 24 de novembro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro 2015 de 506 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de abril de 2017.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Angola, contratado em 31 de dezembro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 8.435 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 31 de dezembro de 2021.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 26 de janeiro de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 28.750 milhares de euros, amortizado semestralmente em montantes que variam entre 1.000 milhares de euros e 2.500 milhares de euros, sendo a última prestação de 16.500 milhares de euros em 30 de dezembro de 2019.

Empréstimo junto do Banco DAYCOVAL, S.A., contratado em 14 de abril de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 133 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 17 de abril de 2017.

Empréstimo junto do Banco SANTANDER, S.A., contratado em 30 de abril de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 1.086 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de abril de 2017.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral, S.A., contratado em 13 de maio de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 7.891 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 13 de novembro de 2016.

Empréstimo junto do Banco SAFRA, S.A., contratado em 18 de maio de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 335 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 8 de maio de 2017.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 20 de maio de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 11.184 milhares de euros, cujo reembolso será em 9 prestações trimestrais com inicio em 30 de setembro de 2015.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral, S.A., contratado em 18 de junho de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 994 milhares de euros, cujo reembolso será em 31 de outubro de 2016.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Angola, contratado em 26 de novembro de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 14.422 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 29 de junho de 2020.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral, S.A., contratado em 29 de dezembro de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 3.000 milhares de euros, cujo reembolso será em 29 de fevereiro de 2016.

Linha de factoring com recurso junto do Banco Caixa Geral, S.A., no montante de 5.000 milhares de euros, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2015 no montante de 4.204 milhares de euros.

Linha de factoring com recurso junto do Banco Caixa Geral, S.A., no montante de 10.000 milhares de dólares, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2015 no montante de 7.037 milhares de dólares, o que corresponde a 6.463 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Venezuela) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., com a Caixa Geral de Depósitos no montante de 10.184 milhares de dólares dos Estados Unidos da América, à data de fecho de dezembro de 2015, a mesma se encontra utilizada na totalidade, a que corresponde a 9.354 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Argélia) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. com a Caixa Geral de Depósitos no montante de 35.000 milhares de euros, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2015 no montante de 34.673 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Angola) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., Teixeira Duarte - Distribuição, S.A, a EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. e a TDO - Investimento e Gestão, S.A., com a Caixa Geral de Depósitos no montante de 15.000 milhares de euros, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2015 pelas três primeiras empresas no montante de 1.937 milhares de euros, 5.349 milhares de euros e 4.676 milhares de euros, respetivamente.

No âmbito de uma linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Moçambique) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A., com a Caixa Geral de Depósitos no montante de 6.126 milhares de euros, a qual se encontra utilizada na totalidade à data de fecho de dezembro de 2015 pelas empresas no montante de 5.059 milhares de euros e 1.067 milhares de euros, respetivamente.

No âmbito de uma linha de crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela, em 29 de julho de 2013, com o CorpBanca, C.A. (o qual foi extinto, em consequência de fusão, por incorporação, no Banco Occidental de Descuento, C.A.), no montante máximo de 100.000 milhares de bolívares venezuelanos, incrementada para 200.000 milhares de bolívares venezuelanos, em maio de 2014, com aprovação, em novembro 2014, de nova extensão até aos 300.000 milhares de bolívares venezuelanos, utilizada à data de fecho de dezembro de 2015 por 270.000 milhares de bolívares venezuelanos, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2015, correspondem a 1.248 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela, com o Mercantil, C.A. Banco Universal, em 4 de abril de 2013, no montante máximo de 150.000 milhares de bolívares venezuelanos, incrementada em maio de 2014, para um limite máximo de 300.000 milhares de bolívares venezuelanos, com a aprovação em abril de 2015, de nova extensão até ao montante de 400.000 milhares de bolívares venezuelanos, utilizada à data de fecho de dezembro de 2015 por 349.520 milhares de bolívares venezuelanos, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2015, correspondem a 1.616 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela com o Banco del Caribe C.A., em 13 de fevereiro de 2014, no montante máximo de 200.000 milhares de bolívares venezuelanos, utilizada na totalidade à data de fecho de dezembro 2015, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2015, correspondem a 925 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de crédito formalizada, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela em maio 2014, com o Banesco Universal, C.A. com um limite máximo de 150.000 milhares de bolívares, utilizada à data de fecho de dezembro de 2015 por 78.750 milhares de bolívares venezuelanos, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2015, correspondem a 364 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela com o Banco Nacional de Crédito, C.A., em 4 de abril de 2013, no montante máximo de 175.000 milhares de bolívares venezuelanos, incrementada em maio de 2014, para um limite máximo de 220.000 milhares de bolívares, utilizada à data de fecho de dezembro de 2015 por 18.750 milhares de bolívares venezuelanos, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2015, correspondem a 87 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela com o Novo Banco Sucursal da Venezuela, em 5 de dezembro de 2013, no montante máximo de 15.000 milhares de bolívares venezuelanos, incrementada em janeiro de 2014, para um limite máximo de 17.000 milhares de bolívares, utilizada na totalidade à data de fecho de dezembro de 2015, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2015, correspondem a 79 milhares de euros.

Todas as linhas de crédito outorgadas pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela estão negociadas e renegociadas por prazos de 12, 18 ou 24 meses e os montantes utilizados ao abrigo das mesmas vencem juros às taxas normais para operações idênticas, no mercado local, às datas das respetivas utilizações, os quais são cobrados com periodicidade mensal, trimestral ou semestral, consoante as mesmas.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os empréstimos bancários incluem ainda as contas caucionadas no montante de 456.648 e 447.029 milhares de euros, respetivamente.

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto dos Haitong Bank, S.A. e Novo Banco, S.A. em 16 de dezembro de 2005, no montante de 100.000 milhares de euros, à data de fecho de dezembro de 2015 de 45.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data de assinatura do contrato. Os prazos de emissões são de 1 a 6 meses e vencem juros antecipadamente à taxa Euribor do período acrescido de um *spread* de 3%, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 20 de agosto de 2018, estando previstas amortizações semestrais com início em 20 de agosto de 2015 no montante de 1.000 milhares de euros, na primeira ocorrência e de 2.500 milhares de euros nas restantes e liquidação do valor remanescente na data da última emissão do programa.

Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 20 de agosto de 2008, no montante de 17.800 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2015, com renovação anual. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa indexada à Euribor de um a três meses acrescida de um *spread* de 5,75% e determinada em função da data de realização de cada emissão.

Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 20 de agosto de 2008, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 3.500 milhares de euros, com renovação anual. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa indexada à Euribor de um a três meses acrescida de um *spread* de 5,75% e determinada em função da data de realização de cada emissão.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 7 de julho de 2010, no montante de 70.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa foi renovado em 12 de maio de 2014 até 14 de maio de 2019, pelo montante de 50.000 milhares de euros, estando em vigor à data de fecho de dezembro de 2015, o montante de 40.000 milhares de euros. Será objeto de amortizações anuais de 10.000 milhares de euros a terem início em 15 de maio de 2016. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 4% até maio de 2016 e 3,75% no restante prazo do programa e determinada em função da data de realização de cada leilão.

Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Haitong Bank, S.A. e Novo Banco, S.A. em 28 de dezembro de 2010, no montante de 34.000 milhares de euros, no qual toma parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.. O programa teve uma utilização inicial de três anos, estando atualmente sujeito a renovação anual. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 3% e determinada em função da data de realização de cada leilão.

Programa grupado de emissões de papel comercial, por subscrição particular contratado em 14 de janeiro de 2011 com o Banco Comercial Português, S.A., no montante utilizado de 20.750 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 18.650 milhares de euros e 2.100 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações do programa, tendo a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. que participar, no mínimo, com 10% do valor total. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor de um a seis meses por leilão competitivo de 7 a 180 dias por colocação direta, acrescidos de 4% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de Janeiro de 2021.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 28 de dezembro de 2011, junto do Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 42.000 milhares de euros, montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 38.700 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sendo que nesta data os montantes utilizados por cada uma eram de 750 milhares de euros, 750 milhares de euros e 37.200 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das emissões terá obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não poderá ser inferior a 250 milhares de euros. O programa está em vigor até 30 de dezembro de 2021, estando previstas amortizações no final de cada semestre de 3.300 milhares de euros, com exceção da última que será de 5.900 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual à taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 4,25%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 30 de dezembro de 2013 com o Novo Banco, S.A. e o Haitong Bank, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 191.250 milhares de euros, outorgado pelas emitentes, TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e pelas garantes TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A., e V8 - Gestão Imobiliária, S.A. estando totalmente a ser utilizado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa tem uma duração de cinco anos menos 1 dia, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 5% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 29 de novembro de 2018. O Programa será sujeito a amortizações parciais, a ocorrerem semestralmente a partir de 30 de dezembro de 2015 de 8.000 milhares de euros e a partir de junho de 2016 de 5.000 milhares de euros.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 2 de maio de 2014 com o Banco Finantia, S.A., no montante de 10.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. que à data de fecho de dezembro de 2015 está a ser utilizado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. no montante de 7.650 milhares de euros, podendo a participação de cada emitente ser variável em cada emissão. O programa tem a duração até 2 de maio de 2017, podendo as emissões ter o prazo de 7 a 365 dias. Os juros são postecipados à taxa correspondente à que resultar da colocação direta, nunca inferior à taxa máxima indicada pela emitente.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 27 de junho de 2014 com o Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 55.000 milhares de euros, montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 50.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. O programa tem a duração de 5 anos, podendo as emissões ter o prazo de um ou três meses. Os juros são postecipados à taxa que será igual à Euribor aplicável ao prazo da emissão acrescida de 6%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 18 de novembro de 2014 com o Banco BIC Português, S.A., no montante de 5.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. O programa é válido até ao dia 2 de janeiro de 2020, podendo as emissões ter o prazo de um ou seis meses. Os juros são postecipados à taxa que será igual à Euribor aplicável ao prazo da emissão acrescida de 3,25%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 28 de dezembro de 2015 com o Novo Banco, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 97.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 9.700 milhares de euros, 9.700 milhares de euros e 77.600 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa tem uma duração de cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 5% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de novembro de 2018. O Programa será sujeito a amortizações parciais, a ocorrerem semestralmente a partir de maio de 2018 de 2.500 milhares de euros, sendo o restante liquidado na data de reembolso da última emissão.

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o período dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

c) Empréstimo Obrigacionista

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. assinaram com o Banco Comercial Português, S.A. um Contrato de Prestação de Serviços de Assistência e de Colocação de uma Oferta Particular de Emissão de Obrigações, bem como o Contrato de Agente Pagador relativo à Emissão Grupada por Subscrição Particular de Obrigações no montante de 15.300 milhares de euros (1.500 milhares de euros da TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções S.A. e 13.800 milhares de euros da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.) denominada "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. / TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. - 2014/2021". Os juros são liquidados trimestralmente à taxa de 4,57% e o reembolso será efetuado ao par em três prestações de igual montante a ocorrerem em 2 de abril de 2019, 2 de abril de 2020 e 2 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os empréstimos não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2015	2014
2016	-	137.032
2017	91.846	98.781
2018	267.496	346.910
2019	90.634	68.901
2020	85.220	27.024
2021 e seguintes	130.341	82.867
	665.537	**761.515**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2015		2014	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
Bolivar Venezuelano	3.511.491	16.233	935.082	64.182
Dólar Americano	28.442	26.125	21.553	17.752
Dirham Marroquino	-	-	7.034	642
Yene Japonês	4.671	35	-	-
Kwanza Angolano	22.118.694	149.621	21.262.829	169.952
Metical Moçambicano	5	-	-	-
Rand Africa do Sul	-	-	2.264	161
Real Brasileiro	130.074	30.168	110.391	34.275

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

Os montantes expressos em Bolívares Venezuelanos refletem o impacto da adoção da taxa de câmbio "SIMADI".

37. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi o seguinte:

	Provisões para riscos legais e fiscais	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 32)	Processos judiciais	Prejuízos em obras (Nota 32)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**360**	**10.001**	**22.015**	**267**	**4.475**	**35.816**	**72.934**
Alteração de perímetro	-	-	-	-	-	204	204
Ajustamentos de conversão cambial	8	-	437	116	(22)	34	573
Reforços	89	7.447	1.326	1.382	3.701	18.487	32.432
Reduções	-	-	(319)	-	(2.920)	(27.817)	(31.056)
Utilizações	-	(8.224)	(106)	-	-	(4.662)	(12.992)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**457**	**9.224**	**23.353**	**1.765**	**5.234**	**22.062**	**62.095**
Ajustamentos de conversão cambial	7	-	721	(465)	(158)	(827)	(722)
Reforços	-	5.709	1.512	855	906	9.390	18.372
Reduções	-	-	(1.585)	(461)	(2.872)	(11.847)	(16.765)
Utilizações	(464)	(7.602)	(506)	(4)	-	(1.963)	(10.539)
Transferências	-	-	-	71	(71)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**7.331**	**23.495**	**1.761**	**3.039**	**16.815**	**52.441**

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2015			2014		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do exercício:						
Provisões	12.501	(7.669)	**4.832**	13.812	(30.850)	**(17.038)**
Custos com o pessoal	5.818	-	**5.818**	8.143	(157)	**7.986**
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	53	(9.038)	**(8.985)**	10.431	-	**10.431**
Outros custos operacionais	-	-	**-**	46	(49)	**(3)**
Capital próprio	-	(58)	**(58)**	-	-	**-**
	18.372	**(16.765)**	**1.607**	**32.432**	**(31.056)**	**1.376**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi registado na rubrica "Provisões e perdas de imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *Goodwill*", uma imparidade de 7.806 milhares de euros, referente à participada "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi registado na rubrica "Provisões e perdas de imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *Goodwill*", um *goodwill* negativo de 29.331 milhares de euros, referente à aquisição da participada "TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A.".

Ainda, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram contabilizadas imparidades de ativos fixos tangíveis na rubrica "Provisões e perdas de imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *Goodwill*", no montante de 13.396 milhares de euros.

38. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2015	2014	2015	2014
Outros credores	**34.246**	**52.978**	**113**	**455**
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	193.896	187.388	-	-
	193.896	**187.388**	**-**	**-**

39. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o valor líquido dos bens adquiridos com recurso a locação financeira totalizava:

	2015	2014
Terrenos e recursos naturais	-	1.624
Edifícios e outras construções	208.011	204.247
Equipamento básico	12.976	21.713
Equipamento de transporte	6.148	5.302
Ferramentas e utensílios	434	33
Equipamento administrativo	238	191
Outros ativos fixos tangíveis	1.308	1.384
	229.115	**234.494**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

	2015	2014
2015	-	20.144
2016	18.913	18.358
2017	17.729	16.557
2018	16.650	15.293
2019	14.470	13.087
Após 2019	107.040	108.081
	174.802	**191.520**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Grupo tinha contratado uma operação de "*sale and leaseback*" envolvendo parte do empreendimento Lagoas Park, o qual se encontra essencialmente registado como propriedade de investimento (Nota 22). Para garantia da referida operação, foi transferida a propriedade dos lotes 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16 e 23 daquele empreendimento.

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela propriedade dos bens locados.

40. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2015	2014	2015	2014
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	-	-	-	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	4.326	4.181	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	20.859	14.799	-	-
Contribuições para a Segurança Social	4.019	4.001	-	-
Outros	3.100	5.697	-	-
	32.304	**28.678**	**-**	**-**
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	-	7	-	-
Empresas participadas	364	358	-	-
Outros acionistas	3	86	1	10
	367	**451**	**1**	**10**
Acréscimos de custos:				
Seguros a liquidar	(3)	98	-	-
Remunerações a liquidar	27.669	33.677	-	-
Juros a liquidar	3.374	4.527	-	-
Outros custos a pagar	34.431	33.783	-	-
	65.471	**72.085**	**-**	**-**
Proveitos diferidos:				
Trabalhos faturados não executados (Nota 32)	111.328	52.485	-	-
Outros proveitos diferidos	11.449	9.771	1.806	1.904
	122.777	**62.256**	**1.806**	**1.904**
Outros:				
Adiantamentos de clientes	136.895	159.942	53.879	90.686
Adiantamentos por conta de vendas	370	472	-	27
Instrumentos financeiros derivados (Nota 41)	-	-	15.094	17.375
	137.265	**160.414**	**68.973**	**108.088**
	358.184	**323.884**	**70.780**	**110.002**

41. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Grupo tinha contratado um instrumento financeiro derivado destinado a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro, o qual consiste num contrato de *swap* de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações, cuja contratação é sujeita a aprovação prévia por parte do Conselho de Administração da respetiva sociedade, são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da "IAS 39" sendo mensuradas pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. O instrumento financeiro derivado existente em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi avaliado por entidade independente e externa ao Grupo através de metodologias e técnicas adequadas e comummente utilizadas por aqueles peritos para cada um dos tipos de instrumentos contratados pelo Grupo.

Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância às disposições da "IAS 39".

Instrumentos financeiros derivados qualificados como de cobertura

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, encontra-se contratado um *Interest rate swap* de taxa fixa, com maturidade em 1 de Julho de 2033 e que pretende cobrir o risco de volatilidade de taxa de juro do empréstimo contratado junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A. indicado na Nota 36.

O justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 ascendia a 15.094 milhares de euros e 17.375 milhares de euros, respetivamente, desfavoráveis para o Grupo, o qual se encontra reconhecido na rubrica de Outros passivos não correntes (Nota 40).

Tendo em consideração as disposições da IAS 39, aquele instrumento foi contabilizado inicialmente como instrumento financeiro derivado de negociação por não se encontrarem satisfeitos todos os requisitos para a aplicação de contabilidade de cobertura. As variações no justo valor deste instrumento foram registadas até 31 de dezembro de 2009 diretamente nas demonstrações dos resultados dos períodos em que se verificaram.

A partir de 1 de janeiro de 2010, aqueles requisitos foram satisfeitos, sendo o derivado contabilizado de acordo com a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Assim, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a parcela efetiva da variação do instrumento de cobertura foi reconhecida em Reserva de operações de cobertura, no montante de 1.768 e (5.161) milhares de euros, líquido de efeito fiscal, respetivamente.

A principal informação subjacente à determinação do justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2015, foi a seguinte:

Dias	Euribor	Datas	Fator Atualização
1	-0,10000%	05-01-2016	1,0000139
31	-0,20500%	05-02-2016	1,0001905
91	-0,13100%	05-04-2016	1,0003451
182	-0,04000%	05-07-2016	1,0002162
366	0,06000%	05-01-2017	0,9994043
731	-0,02900%	05-01-2018	1,0005939
1098	0,06600%	07-01-2019	0,9980315
1462	0,19620%	06-01-2020	0,9921796
1827	0,33100%	05-01-2021	0,9835506
2192	0,47850%	05-01-2022	0,9715652
2557	0,62000%	05-01-2023	0,9572178
2922	0,75700%	05-01-2024	0,9406406
3289	0,88600%	06-01-2025	0,9223283
3653	1,00100%	05-01-2026	0,9032287
4018	1,09750%	05-01-2027	0,8841942
4383	1,18900%	05-01-2028	0,8642621
4749	1,26880%	05-01-2029	0,8444369
5116	1,33820%	07-01-2030	0,8248281
5480	1,39650%	06-01-2031	0,8059718
5844	1,45000%	05-01-2032	0,7871560
6210	1,49200%	05-01-2033	0,7695094
6575	1,52500%	05-01-2034	0,7529289

Dias	Euribor	Datas	Fator Atualização
6940	1,55100%	05-01-2035	0,7372811
7307	1,56460%	07-01-2036	0,7235931
7671	1,58600%	05-01-2037	0,7086358
8036	1,59500%	05-01-2038	0,6958830
8401	1,60200%	05-01-2039	0,6835970
8766	1,60600%	05-01-2040	0,6720144
9134	1,60300%	07-01-2041	0,6619570
9498	1,61000%	06-01-2042	0,6500441
9862	1,61100%	05-01-2043	0,6395522
10227	1,61200%	05-01-2044	0,6291859
10593	1,61300%	05-01-2045	0,6189719
10958	1,61300%	05-01-2046	0,6091463
11325	1,57400%	07-01-2047	0,5996553
11689	1,57500%	06-01-2048	0,5901511
12054	1,57600%	05-01-2049	0,5807995
12419	1,57600%	05-01-2050	0,5715771
12784	1,60970%	05-01-2051	0,5781397
13149	1,57700%	05-01-2052	0,5850347
13514	1,57700%	04-01-2053	0,5916190
13879	1,57700%	04-01-2054	0,5979809
14244	1,57500%	04-01-2055	0,6084417
14609	1,60560%	04-01-2056	0,6182792

42. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Na sequência de diversas inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente a 100% pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. referentes aos exercícios de 2007 a 2012, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2007	46.632	29.331
2008	50.590	45.938
2009	50.182	24.807
2010	18.165	6.467
2011	12.779	3.213
2012	13.294	3.971

Com exceção dos montantes de 611 e 1.666 milhares de euros, incluídos na correção ao prejuízo fiscal de 2008 e 2012, respetivamente (e respeitantes, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF), as restantes correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação como gasto fiscal dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., se encontra tributada em IRC segundo o RETGS (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos períodos de 2007 a 2011 foram objeto de liquidações adicionais de IRC e juros compensatórios emitidas à TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., participada detida diretamente a 100% pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., enquanto sociedade dominante do RETGS naqueles exercícios. A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. contestou, nos termos da lei, as correções efetuadas pela AT aos períodos de 2007 a 2011.

A esta data ainda não foi emitida qualquer liquidação adicional à Empresa, na qualidade de sociedade dominante do RETGS, relativamente às correções do exercício de 2012.

Não obstante o desfecho desfavorável às pretensões da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e, consequentemente, da TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., enquanto sociedade dominante, no âmbito do processo relativo ao período de 2006 acerca da aceitação, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares, o Conselho de Administração mantém expetativas de vir a obter um desfecho diferente nos restantes períodos objeto de correções.

Para além das correções *supra* descritas relativas à participada TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., informa-se das seguintes correções efetuadas pela AT à TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a título individual:

- Correção ao lucro tributável apurado no período de 2008, no montante de 35.467 milhares de euros, do qual a Empresa contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF;
- A correção de 461 milhares de euros, efetuada pela AT ao crédito de imposto por dupla tributação internacional apurado pela Empresa no ano de 2010, e reportada no relatório com referência a 31 de dezembro de 2014, foi entretanto objeto de desfecho favorável às pretensões da Empresa;
- Correções ao lucro tributável apurado no período de 2011, no montante de 1.739 milhares de euros, do qual a Empresa contestou 608 milhares de euros, relacionados essencialmente com a não aceitação da tributação autónoma enquanto custo fiscal;
- Correção relacionada com IRC de períodos anteriores e incluída na liquidação adicional emitida com referência ao exercício de 2011, no montante de 12 milhares de euros, a qual foi integralmente contestada pela Empresa, por se entender que a correção prevista no n.º 6 do artigo 45.º do Código do IRC (na redação aplicável ao período de 2011) não abrange a Derrama Municipal;
- Correções ao lucro tributável apurado no período de 2012, no montante de 9.268 milhares de euros, do qual a Empresa irá contestar 702 milhares de euros, relacionados com a não aceitação da tributação autónoma enquanto custo fiscal, bem como correções favoráveis ao montante de crédito de imposto por dupla tributação internacional, no montante de 2.969 milhares de euros.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2015	2014
Garantias bancárias prestadas	483.912	460.269
Seguros de caução	193.160	360.865

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., a OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A., a RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A., a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a EMPA - Serviços de Engenharia, S.A., e o Consórcio Boyacá - La Guaira, têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Para efeitos de suspensão de processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., relativo a dívida de IRC do exercício de 2008, entretanto contestada, foi emitida, a favor da AT, garantia bancária no montante de 14.752 milhares de euros. Posteriormente, a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. requereu a substituição da garantia bancária por fiança prestada pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., pretensão que tem sido sucessivamente recusada pela AT. Das diversas decisões de indeferimento da AT foram apresentadas reclamações judiciais, com desfecho favorável à Empresa. À data de fecho de dezembro de 2015, encontra-se a ser apreciada judicialmente uma reclamação intentada pela Empresa no final de 2015. A verificar-se a aceitação pela AT, da substituição da garantia bancária por fiança, a Empresa cancelará a referida garantia bancária.

Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à participada TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., relativos a dívidas de IRC do exercício de 2010, entretanto contestadas, a TEIXEIRA DUARTE, S.A. apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Foi ainda constituída a favor da Caixa Geral de Depósitos, S.A., uma hipoteca sobre o lote 3, sito em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., para garantia de contrato de mútuo outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 28.540 milhares de euros.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Totta Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 8.599 milhares de euros, o HOTEL BAÍA, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 256 - 1ª secção, sua propriedade, sito em Chicala.

Para garantia de contrato celebrado com o BIC, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 7.644 milhares de euros, a ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia de contrato celebrado com o BIC, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 16.461 milhares de euros, a ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia de contrato celebrado com o BIC, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 17.222 milhares de euros, a ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 354, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Angolano de Investimentos, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 25.979 milhares de euros, a CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda. constituiu hipoteca sobre os prédios nº 123 e 874, suas propriedades, sitos respetivamente em Ingombotas e Sambizanga.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Geral Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 8.435 milhares de euros, a ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 187, sua propriedade, sito em Ingombotas.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Geral Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 11.664 milhares de euros, o HOTEL TRÓPICO, S.A., constituiu hipoteca sobre o prédio nº 1826, sua propriedade, sito em Ingombotas.

Para garantia da emissão de uma garantia bancária com o Banco BIC, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 25.000 milhares de euros, a ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 38.700 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sitos em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A..

Para garantia do empréstimo no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 1.847 milhares de euros, celebrado com o Banco Popular Portugal, S.A. em 13 de dezembro de 2012, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos imobiliários S.A., pela QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A. e pela V8 - Gestão Imobiliária, S.A., a V8 - Gestão Imobiliária, S.A. constituiu hipoteca sobre as frações de sua propriedade no prédio urbano sito na Rua de Castro Portugal, números 497 e 511; Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 46, 52, 76, 80, 94 e 96; Lugar e Freguesia de Vila Nova de Gaia e sobre as frações do prédio urbano denominado lote 14, sito na Rua Guilherme Duarte Camarinha, número 12, Lugar do Candal, freguesia de Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 1.847 milhares de euros.

Além das garantias indicadas anteriormente, foram prestados os seguintes penhores:

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Haitong Bank, S.A. e Novo Banco, S.A., no montante de 45.000 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2015, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 325.000.000 e 32.000.000 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Para garantia de contrato mútuo celebrado com o Novo Banco, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 28.750 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a C+P.A. - Cimentos e Produtos Associados, S.A., deram em penhor 120.000.000 e 145.229.693 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Haitong Bank, S.A. e Novo Banco, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 191.250 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 12.500.000 ações da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., 200.000.000 ações da C+P.A. - Cimentos e Produtos Associados, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 1.325.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF. A TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. constituiu uma hipoteca voluntária sobre o prédio urbano de sua propriedade, destinado a armazéns, oficinas, laboratório de materiais e parqueamento de equipamentos, sito na Avenida da Indústria, Alto Estanqueiro - Jardia, Montijo, no montante de 13.242 milhares de euros. A QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A., constituiu igualmente uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 26 e 31, sitos na Quinta de Cravel, Mafamude, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 6.829 milhares de euros. A V8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sitos no Empreendimento Santa Maria Design District, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 26.698 milhares de euros.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 70.000 milhares de euros, renovado em 12 de maio de 2014 até 14 maio de 2019, pelo montante 50.000 milhares de euros, à data de fecho de dezembro de 2015 de 40.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 4.675.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Haitong Bank, S.A. e Novo Banco, S.A., no montante de 34.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 1.000.000 ações da TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A..

Para reforço das garantias prestadas no âmbito de contrato de locação financeira celebrado em 31 de dezembro de 2008 com o Banco Comercial Português, S.A., a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 9.000.000 ações da SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A..

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Geral Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 14.422 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal de Angola, constituiu penhor de 13.020 Títulos de Obrigações do Tesouro.

Para garantia de dívidas a terceiros, no valor de 14 milhares de euros, a IMOTD - SGPS, S.A., deu em penhor 14.000 ações da V8, S.A..

Para garantia do contrato de financiamento outorgado pela TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 44.422 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. deu em penhor à Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Caixa Banco de Investimentos, S.A., 1.540.000 ações da TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.. No âmbito do mesmo contrato de financiamento a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de acionista, constituiu penhor dos direitos de crédito sobre a TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A..

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com Caixa Económica Montepio Geral, no montante à data de fecho de dezembro de 2015 de 2.592 milhares de euros, outorgado pela DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A., a DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A. constituiu penhor mercantil sobre equipamentos no montante de 3.394 milhares de euros.

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com a Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 8.000 milhares de euros, outorgado pela PPS - Produtos Petrolíferos, S.A., a TDARCOL - SGPS, S.A. constituiu penhor sobre as ações da PPS - Produtos Petrolíferos, S.A..

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as cartas de conforto prestadas pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as suas subsidiárias ascendiam a 485.853 e 546.054 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 10.538 e 11.609 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

43. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Macau, Marrocos, Moçambique, Rússia e Venezuela, bem como, disponibilidade de divisas convertíveis em alguns desses mercados;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo financeiro é composto por 92% de taxa de juro variável (84% em 31 de dezembro de 2014) e 8% de taxa de juro fixa (16% em 31 de dezembro de 2014).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam (diminuído) aumentado em (14.464) / 14.464 milhares de euros e (14.610) / 14.610 milhares de euros, respetivamente.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Macau, Marrocos, Moçambique, Rússia e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	2015	2014	2015	2014
Bolivar Venezuelano	1.492	42	13.964	110.653
Dinar Argelino	2.850	7.207	37.774	84.180
Dirham Marroquino	-	-	4.017	3.109
Dinar Tunisino	-	-	134	121
Dólar Americano	509.034	411.139	754.562	547.531
Dólar Australiano	-	-	33	44
Dólar Namibiano	-	-	-	1.819
Iene Japonês	3.589	4.974	473	71
Libra Esterlina	1.759	1.662	-	-
Kwanza Angolano	1.475	4.812	138.082	12.600
Metical Moçambicano	26.290	33.164	19.216	25.840
Pataca Macaense	-	-	161	168
Rand Africa Sul	204	-	33	82
Real Brasileiro	161	4.100	23.003	24.251
Rublo Russo	-	-	2.834	3.156
	546.854	**467.100**	**994.286**	**813.625**

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística relevante.

Os eventuais impactos gerados na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e no resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2015		2014	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Bolivar Venezuelano	(624)	-	(5.530)	-
Dinar Argelino	(1.746)	-	(3.849)	-
Dirham Marroquino	(201)	-	(155)	-
Dinar Tunisino	(7)	-	(6)	-
Dólar Americano	(12.276)	-	(6.820)	-
Dólar Australiano	(2)	-	(2)	-
Dólar Namibiano	-	-	(91)	-
Iene Japonês	156	-	245	-
Libra Esterlina	88	-	83	-
Kwanza Angolano	(6.830)	-	(389)	-
Metical Moçambicano	354	-	366	-
Pataca Macaense	(8)	-	(8)	-
Rand Africa Sul	9	-	(4)	-
Real Brasileiro	(1.142)	-	(1.008)	-
Rublo Russo	(142)	-	(158)	-
	(22.371)	**-**	**(17.326)**	**-**

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeito ao longo do exercício.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento

das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular;
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
  - a análise da antiguidade das contas a receber;
  - o perfil de risco do cliente;
  - as condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as contas a receber de clientes (Nota 28) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2015	2014
Saldos		
Não vencido	230.338	199.687
Até 180 dias	108.133	154.028
De 180 a 360 dias	21.809	39.304
Mais de 360 dias	125.376	112.284
	485.656	**505.303**

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é conforme segue:

	2015				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos	734.596	91.846	267.496	306.195	1.400.133
Fornecedores	193.896	-	-	-	193.896
Locações financeiras	18.913	17.729	16.650	121.510	174.802
Outros credores	34.246	80	18	15	34.359
Outros passivos	358.184	35.518	16.541	18.721	428.964
	1.339.835	**145.173**	**300.705**	**446.441**	**2.232.154**

	2014				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos	723.345	137.032	98.781	525.702	1.484.860
Fornecedores	187.388	-	-	-	187.388
Locações financeiras	20.144	18.358	16.557	136.461	191.520
Outros credores	52.978	64	96	295	53.433
Outros passivos	323.884	67.481	31.996	10.525	433.886
	1.307.739	**222.935**	**147.430**	**672.983**	**2.351.087**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 390.972 milhares de euros e 463.914 milhares de euros, respetivamente.

44. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IAS 39

As políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

	2015					
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	Total
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	252.693	-	-	-	-	252.693
Clientes	485.656	-	-	-	-	485.656
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	30.427	-	-	-	30.427
Outros investimentos	-	52.970	-	35	-	53.005
Outros devedores	56.007	-	-	-	-	56.007
Outros ativos	225.724	-	-	-	-	225.724
Total de ativos financeiros	**1.020.080**	**83.397**	**-**	**35**	**-**	**1.103.512**
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.400.133	-	-	1.400.133
Fornecedores	-	-	193.896	-	-	193.896
Outros credores	-	-	34.359	-	-	34.359
Outros passivos	-	-	256.983	-	15.094	272.077
Locações financeiras	-	-	174.802	-	-	174.802
Total de passivos financeiros	**-**	**-**	**2.060.173**	**-**	**15.094**	**2.075.267**

2014						
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	Total
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	191.477	-	-	-	-	191.477
Clientes	505.303	-	-	-	-	505.303
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	59.887	-	-	-	59.887
Outros investimentos	-	17.051	-	4.421	-	21.472
Outros devedores	74.665	-	-	-	-	74.665
Outros ativos	241.319	-	-	-	-	241.319
Total de ativos financeiros	**1.012.764**	**76.938**	**-**	**4.421**	**-**	**1.094.123**
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.484.860	-	-	1.484.860
Fornecedores	-	-	187.388	-	-	187.388
Outros credores	-	-	53.433	-	-	53.433
Outros passivos	-	-	323.673	-	17.375	341.048
Locações financeiras	-	-	191.520	-	-	191.520
Total de passivos financeiros	**-**	**-**	**2.240.874**	**-**	**17.375**	**2.258.249**

45. MENSURAÇÕES AO JUSTO VALOR

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2015, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	Ações	30.427	-	-
Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Ações	35	-	-
Propriedades de investimento	Edifícios e terrenos	-	511.683	-
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura	-	15.094	-

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 36, a generalidade dos mesmos encontra-se contratada a taxas de juro variável. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado.

46. HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os honorários por serviços prestados pelos auditores do Grupo foram os seguintes:

	2015	2014
Serviços de Revisão Legal de Contas	552	463
Outros serviços de garantia e fiabilidade	1	-
Serviços de consultoria fiscal	13	140
	566	**603**

47. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 27 de abril de 2016, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 28 de maio de 2016.

48. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar os seguintes factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício, os quais foram objeto de comunicados tempestivamente divulgados ao mercado:

Contrato para execução de obra no Brasil, no montante de 65 milhões de Euros

A sociedade por si detida direta e totalmente, "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", celebrou a 10 de março contrato de empreitada com o "Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA", órgão do Governo do Estado de Santa Catarina, no Brasil, tendo por objeto os Serviços de Recuperação Estrutural e Restauração da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, no Brasil.

O prazo previsto para execução da obra é de 30 meses e o valor total da empreitada de 262.928.989 Reais Brasileiros, a que corresponde o contravalor de 65.079.822,03 Euros.

Contrato para execução de terceira fase de obra na Argélia, no montante de 78,6 milhões de Euros

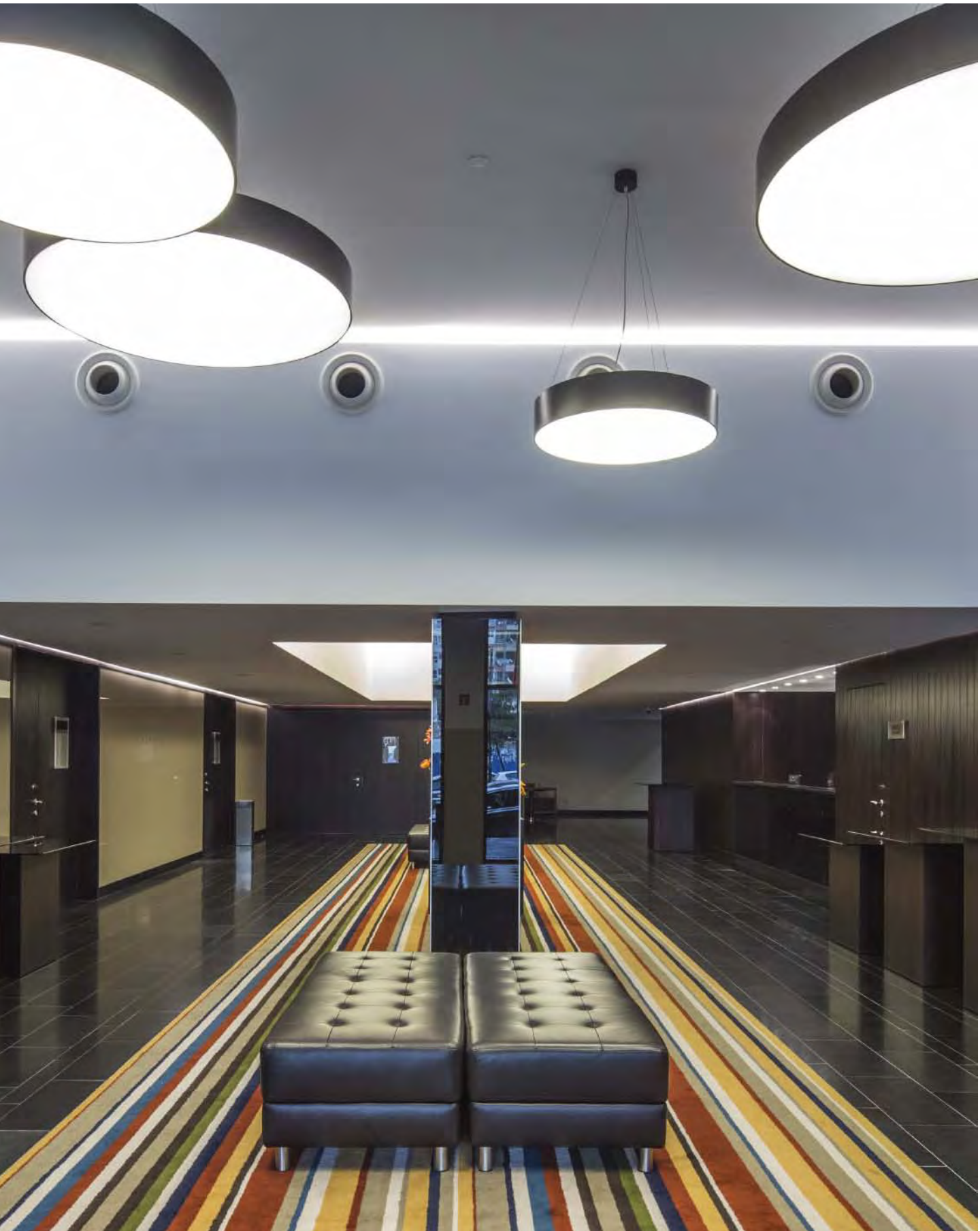
O agrupamento constituído pelas suas participadas "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (80%) e "Teixeira Duarte Algérie, SPA" (20%), recebeu dia 31 de março de 2016, o contrato adicional e a respetiva ordem de serviço do Gulf Bank Algeria, para a execução da Fase III, correspondente aos acabamentos interiores e exteriores, arranjos exteriores, instalações elétricas, AVAC, águas e esgotos, energia solar e fachada do edifício, bem como para a manutenção do edifício por um período de 24 meses, após a conclusão da obra.

O prazo previsto para execução da obra é de 24 meses e o valor total da empreitada de 78.644.931,29 Euros equivalentes, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, dos quais 58% são pagos em euros e os restantes 42% em dinares argelinos.

Este contrato adicional veio na sequência do contrato base, assinado em 23 de novembro de 2014, no montante de 27.313.209,38 Euros equivalentes para a execução da realização da estrutura em betão armado e estrutura metálica de um edifício com cinco caves e 15 pisos elevados e de um outro contrato adicional - uma segunda fase - correspondente à extensão da estrutura em betão armado do edifício já em construção e da estrutura metálica para 24 pisos, no montante de 7.572.643,26 Euros equivalentes.

Na globalidade, ou seja, incluindo as três fases, o valor da empreitada ascende aos 113.530.783,93 Euros equivalentes, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2015



Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, e culminando um trabalho de acompanhamento das versões preliminares dos documentos de prestação de contas que vinham sendo elaborados pelo Conselho de Administração, apresentamos o nosso relatório sobre as ações de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório e contas, individuais e consolidadas, da TEIXEIRA DUARTE, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, aprovados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2016 e a respetiva proposta de aplicação de resultados. O presente documento integra, ainda, a declaração de responsabilidade a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhamos as atividades do Grupo, designadamente através da participação regular do presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e de outras reuniões e contactos com a Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo e, ainda, com os Revisores Oficiais de Contas. Este Conselho promoveu, ainda, a realização de reuniões periódicas em que se procedeu:

- à fiscalização da administração da Sociedade e à verificação do cumprimento da lei e do contrato social;

- ao acompanhamento da gestão das empresas do Grupo;

- à análise dos documentos de prestação de contas, das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Sociedade, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

No âmbito das competências que nos são legalmente conferidas, verificámos que:

- o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo;

- as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente.

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria emitido pelo auditor registado na CMVM, somos de parecer que:

a) seja aprovado o Relatório de Gestão;

b) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2015;

c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Lisboa, 29 de abril de 2016

Óscar Manuel Machado de Figueiredo - Presidente

Mateus Moreira - Vogal

Miguel Carmo Pereira Coutinho - Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A
1050-165 Lisboa - Portugal
T +351 218 471 933
F +351 218 471 932
www.moorestephens.pt

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da TEIXEIRA DUARTE, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.211.637 milhares de euros e um total de capital próprio de 559.589 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 24.978 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório sobre o governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 29 de abril de 2016

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A
1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933
F +351 218 471 932

www.moorestephens.pt

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da TEIXEIRA DUARTE, S.A., as quais compreendem: a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 2.861.831 milhares de euros e um total de capital próprio consolidado de 518.217 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível a acionistas de 33.653 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimentos integrais.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (v) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

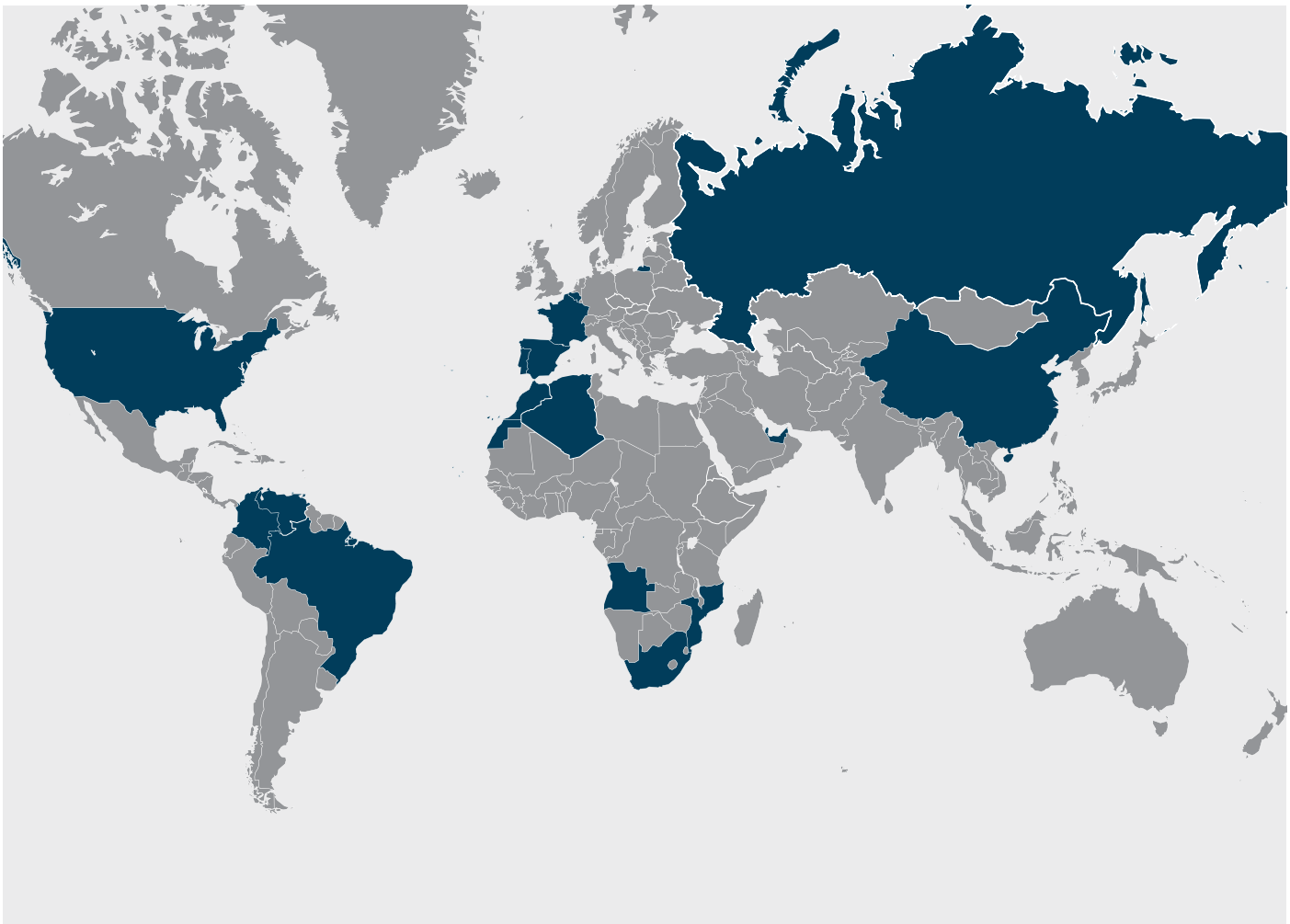
7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da TEIXEIRA DUARTE, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório sobre o governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º -A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 29 de abril de 2016

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro



Sede
Lagoas Park, Edifício 2
2740-265 Porto Salvo - PORTUGAL
Tel.: (+351) 217 912 300
Fax: (+351) 217 941 120

Polo Operacional Teixeira Duarte
Av. da Indústria, 540
2870-635 Alto do Estanqueiro - Jardia - Montijo - PORTUGAL
Tel.: (+351) 219 948 000
Fax: (+351) 210 096 888

Escritórios

• **Coimbra**
Av. Fernão de Magalhães, 584-2º E
3000-174 Coimbra
Tel.: (+351) 239 855 320
Fax: (+351) 239 855 329

• **Madeira**
Rua das Pretas, 4 - 2º Dto.
9000-049 Funchal
Tel.: (+351) 291 206 930

• **Vila Nova de Gaia**
Edifício Tower Plaza
Rotunda Engº Edgar Cardoso, nº 23-Piso 12 G/H
4400-676 Vila Nova de Gaia
Tel.: (+351) 226 166 180
Fax: (+351) 226 104 297

• **África do Sul**
2nd Floor, West Tower - Nelson Mandela Square
Maude Street - Sandton
2196 - Johannesburg
PO Box 785553, Sandton, 2146
Tel.: (+ 27) 11 881 5963
Fax: (+ 27) 11 881 5611

• **Angola**
Alameda Manuel Van Dúnen, 318
Caixa Postal 2857 - Luanda
Tel.: (+244) 222 641 500
Fax: (+244) 222 641 560

• **Argélia**
08 Route Ben Aknoun - El Biar
16030 Alger
Tel.: +213 (0) 21 92 74 33
Fax: +213 (0) 21 92 74 36

• **Bélgica**
Avenue Jean Monnet, 1
1348 LOUVAIN-LA-NEUVE
Tel.: (+32) 2 318 38 04
Fax: (+32) 2 318 38 03

• **Brasil**
São Paulo
Rua Iguatemi, 448 - 6º Andar
CEP 01451 - 010 - Itaim Bibi
São Paulo
Tel.: (+55) 112 144 57 00
Fax: (+55) 112 144 57 04

Rua Vieira de Morais, 1111
Campo Belo - Conj. 601 - 6º andar
CEP 04617-014
São Paulo
Tel: (+55) 113 073 13 03

Belo Horizonte
Rua Major Lopes, 800
Bairro de S. Pedro
CEP 30330-050
Belo Horizonte - MG
Tel.: (+55) 313 311 47 88
Fax: (+55) 313 221 42 56

• **China (Macau)**
Avenida Dr. Mário Soares, nº 25
Edifício Montepio, Ap. 26-28, 3º Andar - Macau
Tel.: (+853) 28 780 288
Fax: (+853) 28 780 188

• **Colômbia**
Carrera 11 # 94-02
Bogotá
Tel.: (+57) 1 6754530

• **Emirados Árabes Unidos (Dubai)**
GND Trading ME, FZE
P.O. Box 263 895
Dubai - Emirados Árabes Unidos

• **Espanha**
Avenida Alberto Alcocer, nº 24 - 7º C
28036 Madrid
Tel.: (+34) 915 550 903
Fax: (+34) 915 972 834

• **Estados Unidos da América**
TDRE Investments, LLC
4900 Woodway Drive
Suite 1110
Houston, Texas 77056

• **França**
11, Bis, Passage Dartois Bidot
94100 Saint-Maur des Fosses

• **Marrocos**
Espace Porte d'Anfa, 2ème Étage,
Batiment B, 218+C19
Angle Boulevard Moulay Rachid et Rue El
Mansour - 20050 Casablanca
Tel.: (+212) 223 62 890
Fax: (+212) 223 62 647

• **Moçambique**
Avenida Julyus Nyerere, 130 - R/C
Maputo
Tel.: (+258) 214 914 01
Fax: (+258) 214 914 00

• **Qatar**
TDGISERV Services, LLC
P.O. Box 7098
Doha - Qatar
Tel.: (+974) 44190333

• **Rússia**
MMK Cement, Ltd
183003 Murmansk
Tri Rutchia Street
Tel.: (+7) 815 248 8240
Fax: (+7) 815 248 8509

• **Venezuela**
Av. Venezuela del Rosal, con Calle Mohedano,
Torre JWM, frente al BOD, piso 5, El Rosal
1060 Caracas
Tel.: (+58) 212 951 2012
Fax: (+58) 212 953 7409

TEIXEIRA DUARTE